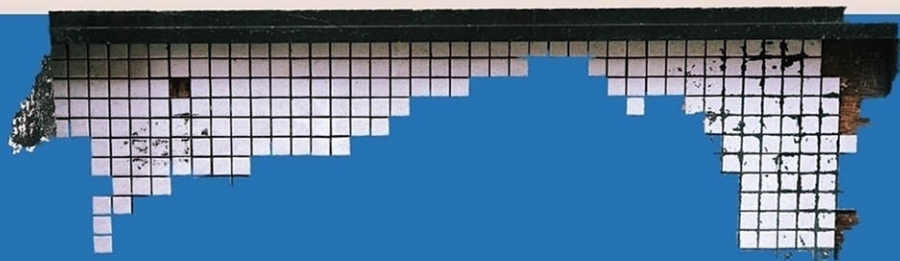


# Tragédia Ciência e Política da Verdade

Uma Arqueologia das  
Relações Internacionais



Hugo Arend



Tomando os escritos de Michel Foucault como perspectiva, são analisadas as condições discursivas de possibilidade do velamento do terrorismo como problema de pesquisa nas Relações Internacionais, entre 1910 e 2001. Partindo da constatação empírica que o terrorismo não foi problematizado nas principais obras de RI no período, argumenta-se que apenas após o *Onze de Setembro* o terrorismo passou a ser considerado um problema a ser estudado. O velamento do terrorismo nas RI foi possível, em parte, devido à necessidade política de vincular a segurança internacional à tragédia de modo a legitimar e sustentar relações de poder entre estados e populações e que, portanto, discursos de tragédia são constitutivos da segurança internacional na medida em que apenas a tragédia é capaz de sustentar ações estatais de exceção. O objetivo do livro é problematizar os efeitos da política de verdade e como o pensamento acadêmico de RI pode ser útil e operacionalizado dentro de dispositivos de segurança de modo a sustentar e disseminar relações de poder/saber, constituindo subjetividades, práticas e saberes.

"Teorias podem ser culpadas de cumplicidade em processos trágicos"

(Richard K. Ashley. *The political economy of war and peace*, 1980)

**Hugo Arend** é licenciado, bacharel, especialista e mestre em História e possui doutorado em Ciências Sociais pela PUC-RS. Pesquisa e leciona, especialmente, nas áreas de Relações Internacionais e Filosofia Política, debatendo o pensamento de Michel Foucault e seus desdobramentos acerca de problemas teórico-epistemológicos de segurança internacional, terrorismo, poder e a produção acadêmica das RI. É Diretor do Espaço Ideias e Saberes, em Porto Alegre



 **editora fi**  
www.editorafi.org

# **Tragédia, ciência e política da verdade**

## *Direção Editorial*

---

Lucas Fontella Margoni

## *Comitê Científico*

---

**Profa. Dra. Maria Izabel Mallmann**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

**Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

**Profa. Dra. Teresa Schneider Marques**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

**Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

# Tragédia, ciência e política da verdade

Uma Arqueologia das Relações Internacionais

Hugo Arend

*ϕ editora fi*

**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Lucas Fontella Margoni

**Arte de capa:** [pointinpassing.com](http://pointinpassing.com)

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

AREND, Hugo

Tragédia, ciência e política da verdade: uma arqueologia das relações internacionais [recurso eletrônico] / Hugo Arend -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

275 p.

ISBN - 978-85-5696-349-9

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Relações Internacionais. 2. Terrorismo 3. Tragédia 4. Segurança Internacional 5. Dispositivos  
6. Michel Foucault I. Título. II. Série

---

CDD-172

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética Política 172

"Theories can be guilty of complicity in tragic processes".

*Richard K. Ashley*

**The political economy of war and peace.**

Nova Iorque: Nichols Publishing Co., 1980, p.234.

"You know, it is important in the history of a discipline, or an area of knowledge or practice, to accept its history no matter how humiliating it may be".

*Michel Foucault*

**Wrong-doing, Truth-telling.**

Chicago: The University of Chicago Press;

Louvain: Presses Universitaires de Louvain, 2014, p.269.

"Tudo que faço ou medito  
Fica sempre na metade.  
Querendo, quero o infinito.  
Fazendo, nada é verdade".

*Fernando Pessoa*

**Obra Poética.** Rio de Janeiro, 1960, p.172.





## **Agradecimentos**

Este trabalho não teria sido possível sem a confiança depositada em mim por minha orientadora Profa. Dra. Maria Izabel Mallmann a quem agradeço pela paciência e pelas inúmeras dicas e sugestões que enriqueceram estas páginas. Todos os equívocos ao longo da análise são, como ficará claro, de minha total responsabilidade. Agradeço, também, aos membros da Banca Examinadora de Tese de Doutorado, Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi, Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Profa. Dra. Teresa Schneider Marques, Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto, por sua disponibilidade para ler, criticar e comentar o trabalho. Muitos de seus apontamentos foram incluídos nessa versão final e a enriqueceram. Agradeço também à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pela bolsa de doutorado que me foi concedida, sem a qual a realização da pesquisa não teria sido possível.



Aos meus amores,  
Heron e Hector.



# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1 .....</b>	<b>49</b>
<b>Relações internacionais: a positivação de uma disciplina e a política do “internacional” (1910-1945)</b>	
1.1 A ciência, os acadêmicos e os clássicos: mapeando o caminho .....	50
1.2 A física política e o antropomorfismo nas Relações Internacionais.....	69
1.3 A Primeira Guerra Mundial e o espectro da ação política racional: a Guerra Total e a função política da tragédia .....	86
<b>Capítulo 2.....</b>	<b>107</b>
<b>Guerra Fria e segurança internacional: terror e tragédia na teoria política internacional (1945-1990)</b>	
2.1 A otanização da segurança internacional: a Fundação Rockefeller e a <i>Conferência Sobre Teoria</i> (1954) .....	112
2.2 Hiroshima e Nagasaki: racionalidade, violência e os limites da guerra e da paz.....	122
2.3 A Segunda Guerra Fria e o exterminismo: a politização da tragédia nuclear .....	129
2.4 O espectro da ação política racional e a Guerra Fria: a função do Terror Nuclear no <i>discurso tragédia</i> .....	134
<b>Capítulo 3.....</b>	<b>141</b>
<b>Intermezzo: O mundo pós-Guerra Fria: triunfalismo, pessimismo, renovação e atavismo (1990-2001)</b>	
3.1 Narrativas hegemônicas no intermezzo: O Fim da História e O Choque de Civilizações .....	146
3.2. O Terceiro Debate nas Relações Internacionais: Renovação da Disciplina? .....	152
3.3. Segurança internacional: a busca por novas perspectivas .....	169

<b>Capítulo 4.....</b>	<b>181</b>
<b>Loucura e extinção: discursos de tragédia, segurança internacional e efeitos de verdade no <i>onze de setembro</i> (1910-2001)</b>	
4.1. Segurança internacional e efeitos de verdade: as ironias do Onze de Setembro	186
4.2. Tragédia e segurança internacional: a constituição das subjetividades internacionais.....	199
4.3. Tragédia e segurança internacional: da crítica ao estado à análise do trágico....	207
4.4. Tragédia e segurança internacional: racionalidade, violência e os limites da ação política.....	226
4.5. Terrorismo e segurança internacional: outro olhar sobre os clássicos .....	233
 <b>Considerações finais .....</b>	 <b>247</b>
 <b>Referências .....</b>	 <b>253</b>

## Introdução

No século 20, todas as gerações conviveram com o terrorismo. Entre as décadas de 1890 e 1930, as ações de grupos anarquistas se espalharam pela Europa, especialmente pela Rússia, Espanha, Itália e Império Austro-Húngaro, vitimando autoridades políticas, membros da realeza e dos parlamentos, militares e opositores ideológicos. Na *era dos extremos*, praticamente não houve ideologia que não tenha se envolvido em ações políticas violentas contra rivais. Grupos como o *Mano Negra* (responsável pelo assassinato do arquiduque Ferdinando, em Sarajevo) e o *Narodnaya Volya* (autor de dezenas de ataques contra a realeza russa) viam a violência política como a forma mais legítima e direta para a tomada do poder e/ou a vingança contra a opressão. Ao final da Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo somado a uma abundância de armamentos facilmente disponíveis a uma infinidade de grupos paramilitares e revolucionários na Europa, na África e na Ásia alimentaram as lutas anticoloniais e os movimentos por independência. Muitos desses grupos recorreram a táticas terroristas para combater fortes aparatos imperiais determinados em não abrir mão de suas possessões. No norte da África e no Oriente Médio, durante as décadas de 1950 a 1970, o terrorismo se tornou o modo de combate dos oprimidos na busca por reconhecimento. Em praticamente todos os processos de independência colonial atuaram grupos que recorreram ao terrorismo. Da mesma forma, é sempre importante lembrar, os impérios europeus recorreram ao terrorismo de estado como forma de combater grupos revolucionários e anticoloniais. Nos debates políticos e na imprensa, a palavra "terrorismo" ganhou

cada vez mais popularidade e designou, inequivocamente, as ações políticas dos inimigos do estado: o terrorismo era sempre a tática "dos outros", dos grupos revolucionários que se opunham à ordem estabelecida, ao *status quo*, mesmo que estes grupos conseguissem alcançar a empatia por suas causas em parte de setores da esquerda e da intelectualidade.

A consolidação do estado judeu de Israel, a incapacidade do ocidente em lidar com as questões da descolonização nas regiões árabes e muçulmanas, em particular, e os movimentos antiimperialistas espalhados pelas Américas, África e Ásia, em geral, tornaram as décadas de 1960 a 1990 os momentos mais críticos do que se convencionou chamar "terrorismo internacional". Além disso, a intensificação dos processos de globalização com o aumento dos fluxos humanos e comerciais facilitados pelo barateamento das viagens aéreas internacionais e a popularização dos televisores e das notícias *ao vivo* de uma imprensa mundial cada vez mais voltada ao tratamento *internacional* das questões políticas proporcionaram a sensação de que o mundo encolhera: os problemas do Oriente Médio eram problemas do mundo todo; questões sociais e políticas no Vietnã impactavam movimentos políticos na América Latina; movimentos revolucionários latino-americanos inspiravam árabes na luta pelo estado palestino; um exército revolucionário japonês se unia a um grupo alemão para atacar alvos israelenses na Europa; árabes treinavam irlandeses nos desertos da África para lutarem contra ingleses no norte da Europa; militares cubanos eram enviados para auxiliar lutas por independência de países africanos. Neste cenário revolucionário e antiimperialista, os processos políticos locais ganharam dimensões cada vez mais globais e internacionais. O ataque paletinos à delegação israelense nas Olimpíadas de Munique, em 1976, pode ser considerado o momento paradigmático dessa visibilidade global não apenas da causa palestina, mas do terrorismo em geral como um problema de alcance mundial.



A partir da década de 1970, os principais alvos de ações terroristas envolveram aviões e aeroportos – espaços que naturalmente congregam várias nacionalidades. Alguns dos momentos mais marcantes dessa "nova" dimensão "internacional" envolveram sequestros de aeronaves. No dia 6 de setembro de 1970, foram sequestrados simultaneamente três aviões por comandos da Frente Popular para Libertação da Palestina (FPLP) e desviados para Jordânia, no que ficou conhecido como *Sequestro do Campo Dawson*, com o objetivo de libertar prisioneiros palestinos na Europa e em Israel<sup>1</sup>. Após o pouso dos aviões no Campo Dawson, a ação foi amplamente televisionada e envolveu diretamente, pelo menos, os governos dos EUA, Reino Unido, Israel, Alemanha, Jordânia e França. Após dias de negociações, os sequestradores explodiram os aviões na pista de pouso. A filmagem da explosão dos aviões se tornou uma das cenas mais populares nas narrativas sobre terrorismo. Contudo, os aviões estavam vazios. Uma das respostas do rei Hussein da Jordânia foi invadir campos de treinamento da FPLP em seu território, matando muitos de seus membros, no que ficou conhecido como *Setembro Negro* e quase deu início a uma guerra entre a Síria, o Iraque e a Jordânia. Ao final do sequestro, contudo, apenas um terrorista fora morto e um ferido e todos os reféns foram libertados. No dia 28 de junho de 1976, comandos da FPLP sequestraram um avião da Air France e o desviaram para a capital de Uganda, Entebbe, também com o objetivo de libertar prisioneiros palestinos. Após uma semana de negociações, Forças Especiais israelenses invadiram o aeroporto e iniciaram uma operação de resgate que culminaria na morte de todos os sequestradores, quatro reféns e quarenta e cinco militares ugandeses, além da destruição de onze MiGs soviéticos de sua

---

<sup>1</sup> Uma quarta aeronave foi sequestrada no dia 9 porque um dos sequestros do dia 6 acabou por não se concretizar e terminou resultando na prisão de uma das sequestradoras.

Força Aérea<sup>2</sup>. Em 21 de dezembro de 1988, uma bomba foi detonada a bordo do voo 103 da empresa norte-americana Pan Am sobre a cidade escocesa de Lockerbie, matando 259 pessoas a bordo e onze nas casas em que caíram os destroços. O atentado foi promovido pelo governo Líbio de Muammar Khadafi. A lista de sequestros de aviões de várias nacionalidades se estende às centenas, incluindo aeronaves brasileiras sequestradas por brasileiros nas décadas de 1960 e 1970. Medidas de segurança foram sendo gradualmente tomadas, dificultando o sucesso dessas operações. No âmbito da ONU, regimes internacionais foram assinados com o intuito de garantir a segurança da aviação civil, mesmo a ONU não possuindo uma definição comum para "terrorismo".

Entre as décadas de 1960 e 2000, o banco de dados ITERATE registra 13.087 incidentes de terrorismo. A década de 1980 foi particularmente violenta, apresentando entre 1980 e 1985 mais de quinhentas vítimas fatais anuais e mais de mil feridos a cada ano<sup>3</sup>. Entre 1982 e 1989 houve uma média de 555 incidentes anualmente e entre 1990 e 2001 foi registrada uma média anual de 384 ataques<sup>4</sup>. Um dado inequívoco retirado deste banco de dados é que o terrorismo entre 1968 e 2007 aperfeiçoou sua capacidade de vitimar: em praticamente todos os anos a partir da década de 1970 o número de vítimas fatais superou as duzentas e cinquenta e a média de feridos pode ser estabelecida em torno de quinhentas pessoas<sup>5</sup>. Walter Laqueur, num dos mais influentes estudos sobre o tema, estimou em torno de seis a oito mil o número de vítimas de

---

<sup>2</sup> A ação resultou numa crise entre Uganda e Quênia – que apoiou a ação. O presidente de Uganda Idi Amin retaliou matando 254 quenianos que residiam no país.

<sup>3</sup> BOWIE, Neil G.; SCHMID, Alex P. Databases on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, p.306.

<sup>4</sup> Segundo a base de dados *Patterns of Global Terrorism*. BOWIE, Neil G.; SCHMID, Alex P. Databases on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., p.314.

<sup>5</sup> BOWIE, Neil G.; SCHMID, Alex P. Databases on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., p.306.

"terrorismo transnacional" apenas no período entre 1966 e 1976<sup>6</sup>. Na América do Sul, por exemplo, os momentos mais dramáticos do terrorismo aconteceram no final da década de 1980 e início da década de 1990. A guerra entre o governo colombiano e o Cartel de Medellín de Pablo Escobar rendeu episódios mais sangrentos do terrorismo regional. Foi inclusive cunhado um novo termo, o "narcoterrorismo", para definir as ações do cartel que se opunha à possibilidade de se tornar lei a extradição de traficantes colombianos para os EUA onde seriam julgados por seus crimes. Escobar chegou a explodir um avião colombiano por acreditar que o Ministro da Justiça se encontrava a bordo. Após essa ação, grande parte da opinião pública que ainda o considerava um "herói dos pobres", passou a criticá-lo fortemente. Outro momento dramático do terrorismo na América do Sul foi o atentado à Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) em Buenos Aires, em 18 de julho de 1994. A explosão fez oitenta e cinco mortos e feriu centenas. O governo do Irã foi formalmente acusado pelo governo argentino, em 2006, por financiar o Hezbollah, suposto responsável pelo ataque. A última grande ação terrorista na América do Sul ocorreu em 17 de dezembro de 1996, quando um comando do grupo Tupac Amaru (Movimento Revolucionário Tupac Amaru – MRTA) invadiu a casa do embaixador japonês em Lima, durante as celebrações do aniversário do Imperador Hirohito e fez mais de 490 reféns – muitos libertados logo nas primeiras horas. A ação se estendeu por meses, em meio a negociações com o governo de Alberto Fujimori. No dia 22 de abril de 1997, após 126 dias de cativeiro, um grupo de elite invadiu a residência e matou todos os sequestradores – um refém e dois militares também foram mortos na ação. Qualquer narrativa da ação do terrorismo pelo século 20, mesmo que geograficamente limitada, contará com dezenas de grandes ações. Não é minha intenção fazer tal lista. Por ora, é suficiente salientar que o terrorismo foi um fenômeno sócio-

---

<sup>6</sup> LAQUEUR, Walter. **Terrorism**. Londres: Sphere Books, 1980, pp.258-259.

político de grande relevância internacional e que, como tática de grupos revolucionários e nacionalistas, se espalhou por cinco continentes. Sempre que uma ação envolveu, especialmente, vítimas europeias ou norte-americanas houve ampla projeção midiática e o evento se tornou rapidamente um acontecimento "internacional". Mesmo assim, quando Martha Crenshaw – uma das maiores autoridades sobre o terrorismo – começou a escrever sua tese de doutorado no início da década de 1960, havia pouquíssima literatura sobre o tema nas Relações Internacionais e na Ciência Política. A maior parte dos estudos ainda era realizada em áreas como Criminologia, Psicologia, Ciências Sociais e Antropologia. E, então, chegou o 11 de setembro de 2001...

Em um levantamento sobre a produção acadêmica, Lum, Kennedy e Sherley encontraram 14.006 artigos sobre terrorismo escritos desde o início do século 20<sup>7</sup>. Destes, 54% foi publicada depois do Onze de Setembro. Ou seja, entre 2001 e 2005 (quando foi feito o levantamento) foram escritos mais de 7.500 artigos, uma impressionante média de mil e oitocentos por ano. Também entre 2001 e 2008, foram publicados nada menos que 2.281 livros sobre terrorismo<sup>8</sup>. Há uma nítida separação entre um Antes do Onze de Setembro e um Depois do Onze de Setembro no que respeita o tratamento do terrorismo pela academia. Andrew Silke descreve a produção intelectual sobre terrorismo antes do Onze de Setembro nos seguintes termos:

Prior to 9/11 the study of terrorism was carried out *in the periphery of academia*. The funding available for researchers was extremely limited and the number of researchers prepared to focus a substantial element of their career on the subject was paltry. In most cases, it was harmful to an academic or research career to follow such interest and most of those who were

---

<sup>7</sup> LUM, C.; KENNEDY, L.W.; SHERLEY, A. Strategies related to the prevention, detection, management, and response to terrorism: a Campbell Systematic Review, 2005, p.5. Apud: SCHMID, Alex P. The literature on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., p.460.

<sup>8</sup> SCHMID, Alex P. The literature on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., p.460.

genuinely interested in the subject found that they had to incorporate other issues into their work in order to remain professionally viable<sup>9</sup> (meus itálicos).

Academicamente, portanto, o terrorismo não era o foco das atenções apesar de paradoxalmente o mundo político das décadas de 1920 a 2000 estar repleto de acontecimentos relevantes ligados à prática. Surpreendentemente, nas Relações Internacionais, uma disciplina acadêmica cujo objetivo é, em grande medida, estudar os fenômenos e processos que dizem respeito a conflitos no meio internacional, o terrorismo não foi alvo de análise ou preocupação acadêmica até o Onze de Setembro. Martha Crenshaw explica a entrada do terrorismo nas RI:

*In the field of International Relations and Foreign Policy, it was only after the 9/11 attacks that many scholars thought that the threat of terrorism mattered to the power and interests of states or to international security. Some scholars still do not consider terrorism a major threat, but even the most skeptical find it hard to avoid taking terrorism seriously in light of American conceptions and policy preferences<sup>10</sup>* (meus itálicos).

Desta forma, particularmente nas RI, o terrorismo não fora considerado um objeto de estudo legítimo. Os autores clássicos das RI (que terão uma função estratégica em minha análise) ignoraram o terrorismo. Entre 1910 e 2001, ou seja, em quase um século de estudos de RI nem uma única obra sobre o terrorismo foi publicada. Há, pelo menos, trinta obras que poderíamos considerar clássicas em Relações Internacionais entre 1910 e 2001 e em nenhuma delas o terrorismo foi problematizado suficientemente. Há menções esporádicas ao "terrorismo internacional", ao problema geral do "terrorismo", mas não há obras inteiras

---

<sup>9</sup> SILKE, Andrew. The impact of 9/11 on research on terrorism. In: RANSTORP, Magnus (edit). **Mapping terrorism research: state of the art, gaps and future directions**. Londres: Routledge, 2006, pp.89-90.

<sup>10</sup> CRENSHAW, Martha. **Explaining terrorism**. Nova Iorque: Routledge, 2011, p.1.

dedicadas ao tema e, muito menos, problematizações suficientes acerca de seus desafios teóricos e metodológicos para a disciplina. As lacunas mais graves se encontram precisamente em estudos específicos sobre segurança internacional, dentre eles: *A Guerra* (Quincy Wright), *A política entre as nações* (Hans Morgenthau), *Paz e guerra entre as nações* (Raymond Aron), a trilogia *The strategy of conflict*, *Strategy and arms control* e *Arms and influence* (Thomas Schelling), *War and change in world politics* (Robert Gilpin), *America's strategy in world politics* (Nikolas Spykman), *Security: a new framework for analysis* (Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap De Wilde), *Peace and war* (Kalev J. Holsti) e *People, states and fear* (Barry Buzan)<sup>11</sup>. Seria difícil conceber qualquer uma dessas obras, se escritas após o Onze de Setembro, sem mencionar o terrorismo.

Apenas duas obras tratam especificamente do terrorismo e seus impactos nas relações internacionais. A primeira é *Guerras justas e injustas*, de Michael Walzer, publicada em 1977 e *The age of terrorism and the international political system*, de Adrian Guelke, publicada em 1995<sup>12</sup>. *Guerras justas e injustas* é indubitavelmente um dos grandes clássicos das RI. As preocupações de Walzer com a natureza da guerra, com a possibilidade ou impossibilidade da justiça na esfera internacional,

---

<sup>11</sup> WRIGHT, Quincy. **A guerra [1942; c.1964]**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988; MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. Nova Iorque: Aldred A. Knopf, 1949; ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB, 2002, 2 vols.; SCHELLING, Thomas C. **The strategy of conflict [1960]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1980; SCHELLING, Thomas C. & HALPERIN, Morton H. **Strategy and arms control**. Nova Iorque: The Twentieth Century Fund, 1961; SCHELLING, Thomas C. **Arms and influences [1966]**. New Haven: Yale UP, 2008; GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge UP, 1981, p.218; SPYKMAN, Nicholas John. **America's strategy in world politics**. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Co., 1942; BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Co.: Lynne-Rienner, 1998; HOLSTI, Kalevi J. **Peace and war: armed conflicts and international order (1648-1989) [1991]**. Cambridge: CUP, 1992; BUZAN, Barry. **People, states and fear [1991]**. Colchester: ECPR Press, 2009.

<sup>12</sup> WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos [1977]**. São Paulo: Martins Fontes, 2003; GUELKE, Adrian. **The age of terrorism and the international political system**. Londres: Tauris, 1995.

bem como suas preocupações sobre os direitos humanos transcendem as Relações Internacionais e podem ser encontradas referências a Walzer no Direito Internacional, na Filosofia Política e na Sociologia. Em *Guerras justas e injustas*, ele dedica trinta páginas ao problema do terrorismo, sustentando que o terrorismo do século 20 (especialmente aquele praticado após a Segunda Guerra Mundial) se diferenciaria da violência revolucionária do século 19 e do início do século 20 por se basear em uma "sistemática aterrorização de populações inteiras" cuja intenção seria vitimar civis, mulheres e crianças indiscriminadamente "simplesmente porque [seriam] franceses, alemães, protestantes irlandeses, judeus". O terrorismo contemporâneo, segundo Walzer, quebraria com o "código político" de séculos anteriores; um código "mais ou menos análogo às leis da guerra"<sup>13</sup>. Esta ruptura poderia ser ilustrada com exemplos históricos de militares e revolucionários que teriam empregado ou teriam se recusado a empregar o terrorismo com base em argumentos morais. Walzer analisa o terrorismo como problema *fora* da teoria clássica da guerra, pensando o terrorismo num quadro moral de certo/errado, justo/injusto, legítimo/ilegítimo que, como será demonstrado, diz muito sobre a imaginação internacional cara à disciplina de Relações Internacionais.

*The age of terrorism and the international political system* de Adrian Guelke parece ser o único livro que articula *terrorismo* e *política internacional* antes de 2001. Uma vez que Guelke inclui o termo "sistema político internacional" em seu título e sendo este o conceito central das RI, o leitor fica na expectativa de encontrar um debate com os autores centrais da disciplina e como o *terrorismo* tensionaria ou ameaçaria os estados no *sistema internacional*. Essas preocupações estão presentes, apesar de não ganharem centralidade. Contudo, o que falta na análise de Guelke é o diálogo específico com os teóricos de RI. Não há um estudo explícito dos

---

<sup>13</sup> WALZER, Michael. Op. cit., pp.335-336.

clássicos da disciplina que fundamente as relações do terrorismo com o sistema internacional. Guelke dedica cinco capítulos à definição do terrorismo e suas principais características. Apenas no nono capítulo, o penúltimo, o autor se coloca a problematizar a dimensão *internacional* do terrorismo e, nesse sentido, emprega a noção de "internacional" adjetivando o "terrorismo internacional" fazendo uso de uma acepção bastante mundana do "internacional" a caracterizando como um tipo de ação que envolve "the citizenry or territory of more than one country"<sup>14</sup>. Atos de *terrorismo internacional* seriam aqueles praticados por certos atores em mais de um país. A questão mereceria uma problematização mais aprofundada.

As exceções representadas por Walzer e Guelke não significam que o terrorismo tenha sido abordado pelas RI, pelo contrário: esses dois trabalhos reforçam o argumento de que o terrorismo foi *velado, esquecido*, pelas RI, de dois modos. Primeiro, porque a obra de um autor tão importante e debatido quanto Michael Walzer, ao tratar do terrorismo, ainda na década de 1970, deveria despertar, no mínimo, o interesse de outros acadêmicos pela discussão trazida à tona, especialmente quando nas próprias RI houve um debate aberto com as teses que Walzer defendeu em *Guerras justas e injustas*<sup>15</sup>. Tendo ocorrido este debate com Walzer, por que, mesmo assim, o terrorismo não despertou interesse nas RI? Se um acadêmico do porte de Walzer dignou-se a estudar o problema e de relacioná-lo com o tema central das RI (a guerra), como seria possível para a disciplina ignorar o tema e permanecer em silêncio? No caso de Adrian Guelke, não há como considerá-lo um autor clássico da disciplina. Ele jamais figurou entre *Os Grandes Autores*. O fato de sua obra ter passado despercebida pela academia nos diz pouco sobre a qualidade de sua análise e o modo como ele aborda o terrorismo.

---

<sup>14</sup> GUELKE, Adrian. Op. cit., p.143.

<sup>15</sup> Cf. HOFFMANN, Stanley. *Duties beyond borders* [1980]. Nova Iorque: Syracuse UP, 1981.



*The age of terrorism and the international political system* nos informa mais sobre *como* o terrorismo pode ser ignorado pelas Relações Internacionais no século 20 e esse *como* diz respeito ao conceito central dos estudos de política internacional: o sistema de estados. Para se tornar um problema de segurança internacional este problema deve afetar a vida dos estados, individualmente, e a vida do sistema como um todo. Voltarei a esta questão mais adiante.

Parto, portanto, de uma constatação empírica: o terrorismo permaneceu velado nas e pelas Relações Internacionais no século 20. O terrorismo não figurou como problema internacional a ponto de ser problematizado devidamente pelos clássicos da disciplina de RI, desde a década de 1910 – quando da institucionalização, positividade, da disciplina – até 2001. A partir desse dado empírico, meu objetivo é analisar justamente *como* este "silêncio insistente"<sup>16</sup> se tornou possível nas RI e como, logo após o Onze de Setembro, o terrorismo se constitui como objeto legítimo (e quase incontornável) das pesquisas sobre segurança internacional, em especial. O que essa constituição do terrorismo como problema legítimo nos diz sobre a imaginação do que concebemos ser *segurança internacional*? Minha intenção se desdobra em duas dimensões: a análise das condições discursivas de possibilidade do velamento do terrorismo ao longo do século 20 nas Relações Internacionais e como o terrorismo se constitui, após o Onze de Setembro, em um problema legítimo de Relações Internacionais. Pretendo, assim, percorrer três caminhos, cada um deles repleto de desafios teórico-metodológicos: primeiro, exploro como, desde 1910 até o Onze de Setembro, as RI estudaram o problema da segurança internacional e como estes estudos se articularam de modo a ignorar um problema político tão grave (talvez!) como o terrorismo. Segundo, analiso como após o Onze de Setembro o

---

<sup>16</sup> ASHLEY, Richard K. Living on borderlines: Man, poststructuralism and war. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James (orgs.). *International/intertextual relations*. Nova Iorque: Lexington, 1989, pp.263.

terrorismo foi elevado a objeto de pesquisa legítimo nas Relações Internacionais e quais suas implicações para as Relações Internacionais; e, terceiro, analiso o que estes dois momentos discursivos podem nos dizer sobre os modos de articulação dos discursos de verdade e seus efeitos na constituição de subjetividades, saberes e práticas concernentes às relações internacionais.

Traço um caminho problematizando a *política da verdade* a partir do "conjunto de procedimentos regulados pela produção, pela lei, pela repartição, pela colocação em circulação e pelo funcionamento dos enunciados" presentes nas principais obras de RI e como estes procedimentos se relacionam com a circulação social de "sistemas de poder" que produzem e sustentam a verdade, bem como os "efeitos de poder que conduzem e reconduzem à verdade", ou seja, seus "regimes de verdade"<sup>17</sup>. Como pode ser problematizada a constituição dos problemas de segurança internacional nas Relações Internacionais como legítimos ou ilegítimos e verdadeiros ou falsos e *quais seriam os efeitos políticos de suas verdades*? Qual seria a *função*, portanto, de uma disciplina acadêmica como as RI na constituição do que se poderia considerar uma *ameaça à segurança internacional*? Como se articulam os discursos de segurança internacional nas Relações Internacionais e quais seriam suas funções na constituição de *saberes e conhecimentos* que delimitam e constroem modos de interpretarmos o mundo? Como as verdades acadêmicas operam estrategicamente a construção dos mundos possíveis e impossíveis da ação política de modo que seja vislumbrado e pensado um mundo apenas através de suas lentes, de seus conceitos e preocupações? O que os discursos de segurança internacional têm a nos dizer a respeito das inseguranças políticas e sociais do mundo contemporâneo? Como se articulou o problema da

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. La fonction politique de l'intellectuel. In : \_\_\_\_\_. *Dits et Écrits (1954-1988): Volume II (1976-1988)*. Paris: Gallimard, 2001, pp.113-114.

segurança internacional nas Relações Internacionais ao longo do século 20 de modo a, primeiro, ignorar o fenômeno do terrorismo e, depois, incorporá-lo como objeto de pesquisa legítimo? Como teria se estruturado discursivamente o objeto *segurança internacional* nas Relações Internacionais de modo a incluir e excluir temas, conceitos e problemas como legítimos e ilegítimos? Quais seriam os efeitos desses *jogos de verdade* na constituição de saberes, conhecimentos e práticas políticas antes e depois do Onze de Setembro?

As questões se desenvolvem acerca de como os discursos de tragédia funcionaram (e funcionam) como *operadores* em dois dispositivos de segurança, de 1910 a 2001: o dispositivo Guerra Total e o dispositivo Guerra Fria. A função do operador do discurso é "intensificar o poder"<sup>18</sup>. O primeiro dispositivo se constituiu ao longo das primeiras décadas da criação da disciplina de Relações Internacionais e se mantém até o final da Segunda Guerra Mundial. Esse primeiro dispositivo de segurança colocou em circulação discursos e práticas de segurança articulando a possibilidade (ou impossibilidade) da guerra como *loucura*, como uma prática a ser evitada respeitando-se alguns critérios de racionalidade política, pois a Guerra Total (como passa a ser concebida após 1914) colocava em risco não apenas a segurança dos estados em termos de derrotas militares, mas em termos da segurança de suas *populações*. A defesa das populações se torna o objeto da segurança internacional, a partir de então. O segundo dispositivo, o dispositivo Guerra Fria, se constituiu especialmente após Hiroshima e Nagasaki. Através desse dispositivo circularam os discursos da segurança internacional entre 1945 e 2001 (com um *intermezzo* entre 1989 e 2001). Neste dispositivo a guerra deixa de ser acessada em discursos de *tragédia como loucura* e passa a ser acessada a partir da *tragédia como extinção*. O que estaria em jogo na possibilidade de uma guerra nuclear entre as duas

---

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b, p.77.

superpotências não seria apenas a segurança ou a sobrevivência de populações em alguns estados, mas a existência da espécie humana *como um todo*. O *discurso tragédia*<sup>19</sup> opera como discurso catastrófico e escatológico que limita a imaginação internacional da disciplina de Relações Internacionais e da segurança internacional, em específico. Essa limitação seria operada por *regimes de verdade* particulares e teria seus efeitos colocados em prática naquelas três horas traumáticas do dia 11 de setembro de 2001. Sustento, portanto, que os discursos de segurança internacional que perpassaram e sustentaram as *condições de possibilidade* da disciplina de Relações Internacionais no século 20 operaram através de dois dispositivos de segurança fundamentados em discursos de tragédia que efetuaram o velamento do terrorismo como questão de segurança.

Junto a Michel Foucault, entendo os discursos como "uma complexa conexão (*faisceau*) de relações" que se estabelecem entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas e tipos de classificação e modos de caracterização. Contudo, estas relações não estão *no* objeto: "Elles ne définissent pas sa constitution interne, mais ce qui *lui permet d'apparaître*, de se juxtaposer à d'autres objets, de se situer par rapport à eux, de définir sa différence, son irréductibilité, et éventuellement son hétérogénéité, bref *d'être place dans un champ d'exteriorité*" (meus itálicos). É essa complexa conexão de relações que lança o discurso como prática<sup>20</sup>. Discursos circulam através de dispositivos. No caso, através de dispositivos de segurança. São os dispositivos que os tornam parte de uma estratégia de poder específica, pois discursos em si não efetuam o poder estrategicamente. Não existem discursos *aceitos* e discursos *não aceitos*. A potencialidade de um

---

<sup>19</sup> O discurso em questão seria o *discurso da guerra como tragédia*. Ao longo do texto, denominarei esse discurso tão somente *discurso tragédia*.

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p.65-67.

discurso funcionar de modo estratégico e legitimado, sustentando, instituindo e constituindo relações de poder, controle e repressão, disciplinando subjetividades e saberes, silenciando outros discursos, é dependente dos jogos de força em que são proferidos; é dependente de quem os profere, quando os profere e como os profere:

It is this *distribution* that we must reconstruct, with *the things said and those concealed*, the enunciations required and those forbidden, that it comprises; with the variants and different effects – according to *who is speaking, his position of power, the institutional context in which it happens to be situated* – that it implies; and with the shifts and reutilizations of identical formulas for contrary objectives that it also includes<sup>21</sup> (meus *itálicos*).

Esta *distribuição* dos discursos em redes de força, os dispositivos, condicionam os efeitos de suas verdades. Contudo, esses efeitos são sempre *programáticos*: toda relação de força, toda vontade de poder, é uma vontade de controlar, de "conduzir a conduta" (como sustenta Foucault), de produzir as subjetividades e de controlar sua circulação. Discursos jamais são totalmente controlados e determinados por subjetividades superiores e exteriores a eles. Os efeitos das verdades também jamais são incontestáveis e inequívocos. Todo efeito de verdade está sempre incompleto, há sempre encontros de contestação com outros efeitos, outras verdades. Uma estrutura narrativa, um princípio de diferenciação ou um quadro interpretativo é um efeito

that encounters contesting interpretations, an effect that meets resistance, and an effect always in jeopardy of coming undone. It is therefore an effect whose persistent happening – when, where, and if it happens – never ceases to depend upon the disciplining of an ambiguous history, the framing of text and context, and the arresting and exclusion of contesting interpretations through

---

<sup>21</sup> FOUCAULT, Michel. **History of sexuality, vol.1: an Introduction**. Nova Iorque: Vintage, 1990, p.100.

hazardous and arbitrary play of knowledgeable practice itself  
(meus itálicos)<sup>22</sup>.

Entre as décadas de 1910 e 1940, no momento da positivação da disciplina, a tragédia informa as preocupações acerca da segurança internacional tendo os traumas civilizacionais da Primeira Guerra Mundial como limite da ação política racional. A Guerra Total faz da guerra *como instrumento da política* uma loucura. A partir das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, a tragédia será mobilizada e problematizada diferentemente. O Terror Nuclear servirá como limite absoluto da ação política racional. A guerra concebida até então deixará de ser um instrumento válido de política racional. Não se trataria mais de *tragédia como loucura*, mas de uma *tragédia como extinção* da humanidade. No dispositivo Guerra Fria, o discurso da extinção biológica da espécie humana pela guerra nuclear servirá para ordenar discursos e práticas de segurança internacional.

Com o Onze de Setembro, esses discursos encontrarão seus limites programáticos. O terrorismo finalmente será incorporado como problema de relações internacionais e como problema de pesquisa nas Relações Internacionais. Discursos e práticas, ou práticas discursivas distintas, circularão de modo a legitimar práticas e discursos particulares. A tragédia continuará operando em discursos de segurança internacional. A ameaça terrorista – assim como as demais ameaças anteriores à segurança internacional: a Guerra Total e a Guerra Nuclear – precisarão ser vinculadas a uma tragédia para se legitimar como objeto legítimo de pesquisa e preocupação nas RI. O novo dispositivo Guerra Global ao Terror articulará uma ameaça não apenas local, mas escatológica e existencial para se legitimar politicamente. De modo a se articular como ameaça internacional, o terrorismo será

---

<sup>22</sup> ASHLEY, Richard K. Living on border lines: man, poststructuralism and war. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. **International/intertextual relations**. Nova Iorque: Lexington, 1989, p.273.

articulado como ameaça na medida em que poderia se tornar *terrorismo nuclear*, ou seja, como terrorismo catastrófico.

No primeiro capítulo, analiso a positivação das Relações Internacionais como disciplina, entre as décadas de 1910 e 1940. Por *positivação* compreendo o processo de formação de uma disciplina, de um campo de conhecimento (*connaissance*). De que forma a disciplina se positiva? Como as relações internacionais – as relações entre estados propriamente ditas, a materialidade de suas relações de força – se positivam discursivamente como disciplina acadêmica as *Relações Internacionais*?<sup>23</sup> Como é constituído o campo de conhecimento *Relações Internacionais*? Em quais outros campos de conhecimento a nascente disciplina se fundamentará? Como são articulados os enunciados das RI a partir da Ciência Política, da História e também da Física e da Biologia de modo a constituir um novo campo de saber legítimo e autoritativo? Em quais conceitos, categorias, e cosmologias a nova disciplina se inspirará? Como ela formará seus conceitos e cartografias fundamentais?

As Relações Internacionais são abordadas como uma *prática discursiva*, ou seja, como uma "prática constitutiva, cujos efeitos podem ser traçados nos mais remotos interstícios da vida cotidiana"<sup>24</sup> e como "processo discursivo de saber como poder"<sup>25</sup>. É preciso levar em consideração o surgimento de uma disciplina respondendo a demandas políticas e sociais específicas. Toda teoria, conhecimento, saber ou disciplina é sempre elaborado por

---

<sup>23</sup> Ao longo do livro, emprego a grafia padrão na disciplina e me referiro às relações internacionais, às relações políticas, econômicas e sociais etc. entre estados, organizações internacionais, etc., em letras minúsculas (*relações internacionais*) e à disciplina que estuda as relações internacionais (*Relações Internacionais*, RI), em letras maiúsculas.

<sup>24</sup> WALKER, Robert B. J. **Inside/outside**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p.6.

<sup>25</sup> GEORGE, Jim. Understanding International Relations after the Cold War: probing beyond the Realist legacy. In: SHAPIRO, Michael e ALKER, Hayward R. (edits). **Challenging boundaries**. Minnesota: Univ. of Minnesota Press, 1995, p.70.

alguém e serve a algum propósito<sup>26</sup>. Apesar dessa relação entre conhecimento, saber, poder e interesses ser um "truísmo prosaico"<sup>27</sup>, nas palavras de Edward Said, ela é frequentemente velada e, por isso mesmo, é comum ignorar que conceitos e teorias com que interpretamos o mundo e as disciplinas em que trabalhamos pouco têm de neutras ou não respondem, necessariamente, a critérios de *cientificidade* e *objetividade*. Metodologicamente, o *internacional* tem de ser pensado como na provocação poética de Fernando Pessoa: "O mundo exterior [o internacional] existe como um ator num palco: está lá, mas é outra coisa"<sup>28</sup>.

Seguindo uma perspectiva crítica a respeito da constituição social do conhecimento, num terceiro momento do Capítulo 1, me indago acerca da função da disciplina de RI nas décadas de 1910 e 1920 e as condições de possibilidade de sua disseminação pela Europa e pelos Estados Unidos. Quais eram, portanto, as condições de possibilidade do surgimento das RI? Não me interesso por suas condições de possibilidade lógicas, internas aos discursos teórico-filosóficos que a teriam legitimado, mas pelas condições de possibilidade de certa *ordem do real*, de certas demandas políticas e sociais que exigiram a emergência de um conhecimento particular sobre *o internacional*, que exigiram a emergência de uma *nova* disciplina. As verdades de uma disciplina não são, necessariamente, verdades logicamente estabelecidas, mas verdades discursivamente sustentadas; verdades que se impõem em relações de força externas à lógica formal dos enunciados com outras verdades. A verdade de um discurso é resultado da força,

---

<sup>26</sup> Sobre as teorias de RI e uma interpretação de seus propósitos, ver: COX, Robert. Social forces, states and world orders. In: COX, Robert W. & SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. Cambridge: CUP, 2001, pp.85-123: "Theory is always *for* someone and *for* some purpose" (p.87) (itálicos no original).

<sup>27</sup> SAID, Edward. **Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world (Updated and with a new Introduction by the author)**. [1981]. Londres: Vintage, 1997, p.165.

<sup>28</sup> PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.354.



mais do que da razão e da lógica. Qual foi, portanto, a função político-estratégica da tragédia no dispositivo Guerra Total nessas décadas?

Analisando, portanto, no primeiro capítulo, os *critérios de formação do objeto* "Relações Internacionais" e, mais precisamente, do objeto "segurança internacional"; analisando os *critérios de transformação* (as condições em que a disciplina se tornou possível) e os *critérios de correlação* (das relações entre os novos discursos das Relações Internacionais com os discursos de outras disciplinas). Como esses discursos foram articulados? A partir de quais enunciados se constituíram os problemas da paz e da guerra no que denomino *espectro da ação política racional*, nas "regras da arte política"<sup>29</sup>? A partir de qual racionalidade se constitui tal espectro político? Qual horizonte de racionalidade política foi constituído pelas RI, pelas teorias de segurança internacional, nas décadas de 1920 a 1940 e como se articulou a tragédia nesse horizonte de racionalidade delimitado entre paz e guerra? Meu objetivo no primeiro capítulo é, portanto, descrever o *a priori histórico* das Relações Internacionais, as condições de seu aparecimento e desenvolvimento, sua regularidade histórica e seu arquivo; "a lei" do que podia ser dito, "o sistema" que regia "o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares". É o arquivo que "diferencia os discursos em sua múltipla existência e os especifica em sua própria duração"<sup>30</sup>. É em torno desse *a priori histórico* e desse arquivo que girará a disciplina de RI pelo menos até Hiroshima e Nagasaki.

No segundo capítulo, problematizo a primeira grande transformação nos discursos de segurança internacional nas RI. Essa transformação foi imposta pelas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945. A partir desse evento, a imaginação política internacional da disciplina e as percepções

---

<sup>29</sup> MORGENTHAU, Hans J. *Scientific man versus power politics*. Chicago: UCP, 1946, p.222.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p.177.

acerca da segurança internacional se reestruturarão. É o evento nuclear "Hiroshima e Nagasaki" que opera a tragédia absoluta como limite da racionalidade – e da irracionalidade – política. A partir daquele evento, o horizonte da racionalidade política, articulado até então na disciplina – horizonte este descrito no primeiro capítulo – se transformará radicalmente. Autores clássicos das RI sustentarão que a guerra após Hiroshima e Nagasaki deixara de existir: a guerra não poderia mais ser a guerra aos moldes clássicos, clausewitzianos. É essa transformação radical no espectro da ação política racional que se estende da paz à guerra que condicionará o velamento do terrorismo nas RI e, depois, sua incorporação como questão legítima.

No segundo capítulo, analiso como a tragédia do Terror Nuclear opera nos discursos de segurança internacional de modo a condicionar os objetos legítimos e ilegítimos acerca da segurança. Iniciando com a análise dos efeitos de Hiroshima e Nagasaki na reestruturação dos discursos de segurança internacional – especificamente como a noção clássica de *equilíbrio de poder* passou a funcionar como *equilíbrio do terror* – passo a analisar como se deu o processo de institucionalização das Relações Internacionais nos Estados Unidos, como ela se tornou uma "ciência social norte-americana"<sup>31</sup> e como as Relações Internacionais ajudaram a constituir o que se convencionará chamar "Guerra Fria".

A "Guerra Fria", argumento, pode ser compreendida como dispositivo de segurança. A Guerra Fria (assim como a Guerra Total) não será estudada como "contexto histórico", mas como dispositivo. Os dispositivos fazem circular *regimes de verdade*. São os regimes de verdade que incluem as "práticas não discursivas (as relações de poder) na formação dos saberes"<sup>32</sup>. Uma ciência,

---

<sup>31</sup> HOFFMANN, Stanley. International Relations: An American Social Science. In: \_\_\_\_\_. **Janus and Minerva**. Boulder: Westview, 1987, p.3-24.

<sup>32</sup> CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.337.

portanto, se constitui pelos regimes de verdade – os discursos, as práticas de poder, as práticas discursivas – que as possibilitam nascer<sup>33</sup>. O dispositivo *Guerra Fria* funciona de modo a operar uma ligação entre as práticas discursivas – o conjunto de discursos sobre segurança internacional, relações internacionais, a guerra, a paz, o terror nuclear e todos os saberes e conhecimentos que se entrelaçam nesses discursos – e as práticas não discursivas – as relações de poder de fato entre os estados, os líderes políticos, as instituições, as fundações e organizações internacionais, universidades e editoras, suas técnicas e estratégias de poder. O dispositivo *Guerra Fria* funciona, taticamente, no interior da “Guerra Fria”, no interior das relações internacionais e através das Relações Internacionais, ligando e constituindo práticas discursivas e não discursivas, numa densa rede de regimes de verdades políticas. A “Guerra Fria” (as relações de força entre Capitalismo e Comunismo) acontece através da Guerra Fria como dispositivo. A “Guerra Fria” é, portanto, problematizada “como parte de um processo mais amplo [a constituição de um dispositivo] de construir identidade na modernidade europeia, uma que privilegie um modo particular de vida *como* Relações Internacionais”<sup>34</sup>.

Interpretar a Guerra Fria como dispositivo implica, também, analisá-la na especificidade discursiva e, portanto, histórica e arqueológica, em que ela se constituiu. O que os ocidentais compreenderam ser a “Guerra Fria” não significou o mesmo para os soviéticos, por exemplo. Para eles, e para as populações do leste europeu e para os milhões de intelectuais que se identificavam com as ideias do socialismo, por exemplo, a ideia *Guerra Fria* fez

---

<sup>33</sup> DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: RENCONTRE Internationale. **Michel Foucault philosophe**. Paris: Seuil, 1989, p.185-186.

<sup>34</sup> GEORGE, Jim. Understanding International Relations after the Cold War: probing beyond the Realist legacy. In: SHAPIRO, Michael e ALKER, Hayward R. (edits). **Challenging boundaries**. Minnesota: Univ. of Minnesota Press, 1995, p.66. Essa passagem de Jim George é a síntese da interpretação de Bradley Klein sobre o discurso estratégia/segurança próprio do realismo presente em: KLEIN, Bradley. How the West was one: representational politics of NATO. **International Studies Quarterly**, 34, 1990, pp.311-325.

sentido como "um termo que definiu a *política hostil* dos Estados imperialistas do Ocidente relativamente à União Soviética e aos outros países socialistas no período do pós-guerra"<sup>35</sup>: "A aceitação de uma simetria básica de perspectivas [seria] infundada", segundo intelectuais soviéticos<sup>36</sup>. Para estes, a Guerra Fria era um *jogo* de agressão capitalista contra a URSS e o mundo socialista. Da mesma forma, uma corrente bastante expressiva de intelectuais norte-americanos vê a Guerra Fria e suas origens na agressividade soviética e nas políticas de expansão stalinistas após a Segunda Guerra Mundial<sup>37</sup>. O então jornalista Gabriel García-Márquez, após passar três meses nos países do leste europeu, em 1957, iniciou seu relato com esta percepção acerca da *Cortina de Ferro*:

*"La cortina de hierro no es una cortina ni es de hierro. Es una barrera de palo pintado de rojo y blanco como los anuncios de las peluquerías. Después de haber permanecido tres meses dentro de ella me doy cuenta de que era una falta de sentido común esperar que la cortina de hierro fuera realmente una cortina de hierro. Pero doce años de propaganda tenaz tienen más fuerza de convicción que todo el sistema filosófico. Veinticuatro horas diarias de literatura periodística terminan por derrotar el sentido común hasta el extremo de que uno tome las metáforas al pie de la letra"* (meus itálicos)<sup>38</sup>.

Houve, portanto, várias “Guerras Frias”; houve várias significações acerca das relações de força em jogo naqueles anos e como aquelas relações de força foram constituídas em saberes, conhecimentos, práticas e técnicas de poder. Por esse motivo,

---

<sup>35</sup> **DICIONÁRIO DE POLÍTICA INTERNACIONAL**. Lisboa: Avante, 1988; LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. (eds.). **Ending the Cold War: interpretations, causations and the study of International Relations**. Londres: Palgrave/Macmillan, 2004, p.3.

<sup>36</sup> MEDVEDEV, Roy; MEDVEDEV, Zhores. A URSS e a corrida armamentista. In: THOMPSON, Edward (et alli). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.165.

<sup>37</sup> NOLAN, Cathal J. **The Greenwood Encyclopedia of International Relations (4 vols)**. Westport: Greenwood, 2002, p.310.

<sup>38</sup> GARCÍA-MÁRQUEZ, Gabriel. **De viaje por Europa del Leste [1957]**. Random House: Madrid, 2015, p.9.

seguimos a interpretação de Foucault por Gilles Deleuze quando este afirma que "em cada dispositivo, devemos desenrolar as linhas do passado recente e aquelas do futuro a frente"<sup>39</sup>. Desenvolvo mais esse argumento ao longo do segundo capítulo. Concebendo a Guerra Fria como dispositivo, me indago, portanto, como os autores clássicos das Relações Internacionais do período vislumbraram o mundo internacional e o espectro da ação política internacional, seus problemas de segurança. De que forma os principais autores das RI pensaram os problemas internacionais e como os enunciados foram perpassados pelo signo da tragédia? Como o Terror Nuclear se articula como problema limite em seus escritos?

Metodologicamente, é importante salientar que não considero os *autores* como "produtores de discursos". Não estou preocupado com as "conversas" entre Hans Morgenthau e Arnold Wolfers ou entre Kenneth Waltz e Robert Keohane, por exemplo, como na metodologia desenvolvida por Brian C. Schmidt<sup>40</sup> em sua história disciplinar. Seguindo a semiologia foucaultiana, me preocupo com os modos pelos quais os autores são perpassados por discursos; com os modos pelos quais discursos, práticas discursivas e não discursivas, condicionam o pensamento com regras de enunciação e com jogos de verdade e como estas condições de possibilidade do pensamento internacionalista, no caso, condicionam o que pode e o que não pode ser dito e o que deve e não deve ser silenciado. Preocupo-me, em suma, com os modos pelos quais a *política da verdade* atua delimitando horizontes de ação e pensamento. Todo discurso é "uma violência que fazemos às coisas"<sup>41</sup>. Os autores de RI precisam ser entendidos, nesses termos, em suas funções nos discursos e dispositivos. Suas vozes me interessam na medida em que funcionam dentro de

---

<sup>39</sup> DELEUZE, Gilles. Op. Cit., p.191.

<sup>40</sup> SCHMIDT, Brian. **The political discourse of anarchy**. Nova Iorque: SUNY, 1998, p.1.

<sup>41</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002, p.53.

formações discursivas específicas. As vozes de Hans Morgenthau, Kenneth Waltz, Edward H. Carr, Norman Angell ou John Mearsheimer, por exemplo, me interessam menos como as vozes de "autores realistas" ou "autores liberais", etc., mas como *loci de autoridade com funções enunciativas particulares* sobre a guerra, a paz, a soberania, as organizações internacionais, a justiça, o terror e o terrorismo. Os autores são "marcas inseridas em discursos" que "devem ser recebidos como enunciados de verdades demonstradas"<sup>42</sup>. Apesar de não serem os "fundadores de disciplinas" ou "fundadores de discursividades" são assim que eles são normalmente considerados por estudantes e pelo público que os lê. São os autores "clássicos", os "grandes nomes" das escolas teóricas que impulsionam as disciplinas como campos de conhecimento válidos e verdadeiros.

Não objetivo qualquer crítica particular ao realismo, liberalismo ou a quaisquer outras teorias particulares de Relações Internacionais. Não concebo esta ou aquela teoria de RI como mais ou menos adequada para se interpretar o mundo político. Da mesma forma, não interpreto discursos de tragédia nas RI como uma particularidade do realismo, por exemplo, apesar do realismo ser um *locus privilegiado* nas RI para se pensar a tragédia<sup>43</sup>. Argumento que a tragédia perpassa *todo o conhecimento de Relações Internacionais desde sua institucionalização*, sua positivação. *A tragédia é uma condição de possibilidade do pensamento internacional e internacionalista como um todo*. Os regimes de verdade que circulam nas RI e que são articulados pela tragédia perpassam *todos os textos* e delimitam a imaginação internacional da disciplina. Isso ocorre independente da escola de pensamento, da orientação política do autor, da aproximação ou não de um acadêmico com o *establishment* político. Almejo uma

---

<sup>42</sup> FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? \_\_\_\_\_. *Dits et Écrits: Volume I (1954-1975)*. Paris: Gallimard, 2001, pp.828.

<sup>43</sup> A este respeito, ver, especialmente, o magistral trabalho de Richard Ned Lebow: **Tragic visions of politics: ethics, interests and orders**. Cambridge: CUP, 2003.

crítica aos *regimes de verdade* e aos *efeitos de verdade* que atravessam a disciplina entre 1910 e 2001 e que limitam, delimitam, a imaginação internacional da disciplina. Os discursos de tragédia, os signos da tragédia, perpassam e se disseminam pelo *saber (savoir)* internacional e pelo *conhecimento (connaissance)* internacional.

O terceiro capítulo funcionará como um *intermezzo*. Ele servirá para desenvolver as condições discursivas imediatamente anteriores ao Onze de Setembro. Analiso como os discursos de segurança internacional se articularam com o final da "Guerra Fria", com o final do que o mundo considerava mundanamente ser a "Guerra Fria" – o embate entre o bloco liderado pelos norteamericanos e o bloco liderado pelos soviéticos. O final da "Guerra Fria" não significará o final do dispositivo Guerra Fria. Analiso pontualmente duas teorias que se tornariam hegemônicas na década de 1990: a teoria do *Fim da História*, de Francis Fukuyama e a teoria do *Choque de Civilizações* de Samuel Huntington<sup>44</sup>. A partir dessas duas teorias hegemônicas, como se articularam novos discursos de segurança internacional? Há, de fato, *novos discursos*? Os objetos da segurança internacional se modificam? Foi nesse momento que o terrorismo passou a fazer parte das Relações Internacionais? Qual a função do signo da tragédia nesse momento?

O final da "Guerra Fria" abre novas perspectivas e preocupações intelectuais na área de Relações Internacionais. É inegável que a disciplina de RI se oxigenou profundamente na década de 1990. O chamado *Terceiro Debate* teórico reorientou a disciplina. Isso acarretou, à área de segurança internacional, especialmente, uma maior preocupação com a reavaliação da segurança, seus objeteos referentes, suas dinâmicas e escalas. Em

---

<sup>44</sup> FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. Nova Iorque: Avon, 1992; HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

certa medida, uma das inovações metodológicas desse período foi a teoria da securitização, de Ole Weaver e Barry Buzan.

É nesse *intermezzo* que passo a problematizar o terrorismo. A intenção é posicionar a preocupação para com o terrorismo no mesmo contexto em que o terrorismo "poderia" ter se tornado um problema de Relações Internacionais, como problema central da segurança internacional. "Poderia" na medida em que o final da "Guerra Fria" proporcionou a ressignificação da imaginação acadêmica (do *conhecimento* em RI) e da imaginação popular (dos *saberes do internacional*) acerca dos "novos desafios" da segurança internacional. É na década de 1990 que os "novos inimigos" e as "novas ameaças" começam a circular pelas RI e publicamente. Uma vez que o inimigo comunista soviético desaparecera do discurso hegemônico, quem os EUA e os líderes das democracias ocidentais passariam a enfrentar? Aos poucos, possíveis candidatos a inimigos do ocidente começam a aparecer: líderes genocidas, estados falidos, traficantes, terroristas, etc. São cunhadas novas expressões como *narco-terrorismo*; volta-se a falar em "crimes de guerra", "guerras étnicas" e "limpezas étnicas"; líderes genocidas são caçados e levados a julgamento em tribunais internacionais; as forças de paz da ONU se intensificam. É nesse momento, também, que outras questões internacionais passam a vigorar com mais legitimidade na disciplina: as questões de meio ambiente, pobreza, migrações, refugiados, desenvolvimento do Terceiro Mundo e a própria situação epistemológica e ontológica das Relações Internacionais. Nos ESI, o terrorismo passaria então a figurar com a relevância merecida? É nesse *intermezzo* que o *objeto* terrorismo ganha espaço nas RI, notadamente nos estudos sobre "securitização"<sup>45</sup>?

Mesmo com uma resposta negativa a estas duas últimas perguntas, no terceiro capítulo, analiso o terrorismo como

---

<sup>45</sup> BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Co.: Lynne-Rienner, 1998.



problema de pesquisa. Como defini-lo? Ou melhor: como se dá a *política de definição* do terrorismo? Quais os problemas da política da verdade que se manifestam em sua de-finição? Para tanto, não traço uma narrativa do "surgimento e desenvolvimento" do terrorismo desde meados da década de 1890, como é comum encontrar na bibliografia sobre o tema. Parto do pressuposto metodológico já esclarecido no primeiro capítulo, de que as próprias narrativas de inícios e fins, de definições e indefinições, estão elas mesmas carregadas de jogos de verdade, de jogos de força entre o que pode ser dito e o que não pode ser dito. Seria inadequado, metodologicamente, buscar um lugar neutro, um ponto arquimediano legítimo e isento a partir do qual se poderia falar do terrorismo. Considero que tais exercícios discursivos já fazem parte de uma relação de força, de uma relação de poder entre sujeito e objeto, entre um sujeito que se pretende produtor de verdades com uma voz soberana e autorizada e objetos de estudos passivos e passíveis de serem desvendados. O terrorismo – assim como o *estado*, as *Relações Internacionais*, a *soberania*, a *segurança internacional* ou a *Guerra Fria* – precisa ser tomado como discurso, como prática discursiva, antes de uma prática exodiscursiva em si mesma. Utilizo o "Diretório Mundial de Organizações Terroristas"<sup>46</sup> para analisar o terrorismo sob esta perspectiva.

No quarto e último capítulo, analiso os *efeitos de verdade* daqueles dispositivos de segurança (da Guerra Fria, mais especificamente) no Onze de Setembro. Como os discursos de segurança internacional constituídos na Guerra Fria e pela Guerra Fria encontram seus limites programáticos naquelas três horas do Onze de Setembro? Analiso algumas *ironias políticas* que, em grande medida, servem como estímulos à reflexão. As ironias analisadas me servem para problematizar os efeitos de verdade do

---

<sup>46</sup> O título completo do documento é: "The World Directory of Extremist, Terrorist, and Other Organizations Associated with Guerrilla Warfare, Political Violence, Protest, Organized Crime and Cyber-crime". In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., 2011, pp.355-442.

dispositivo Guerra Fria. Uma vez que os efeitos de verdade não condizem com os fins almejados pela elaboração e sustentação das verdades, demonstro que é no desenrolar dos acontecimentos, naquelas três ou quatro horas, que toda a imaginação política da segurança internacional constituída na Guerra Fria, bem como as práticas de defesa nacional impostas por este dispositivo, encontra sua fragilidade.

Antes de terminar esta Introdução, cabe colocar em questão a validade de se pensar as RI a partir das problematizações levantadas particularmente por Michel Foucault. Essas possibilidades e impossibilidades dizem respeito a algumas características próprias do pensamento do filósofo francês como também à disciplina de Relações Internacionais e suas condições. É notória a influência de Foucault em centenas de trabalhos relevantes desde meados da década de 1980. Autores como R. B. J. Walker, Richard Ashley, Michael J. Shapiro, Jens Bartelson, William Connelly, J. Ann Tickner, Michael Dillon, James Der Derian, para citar apenas alguns, e cujos textos seminais não são apenas numerosos como teórica e filosoficamente impactantes, interpretaram problemas de RI à luz da governamentalidade, do poder/saber, da biopolítica e dos dispositivos, bem como a partir das críticas à modernidade e à constituição das subjetividades modernas, dos processos de disciplinamento e dos usos das verdades e de seus regimes nas sociedades contemporâneas. Michael Shapiro, por exemplo, já no final da década de 1980, propunha estudar a segurança internacional como "prática discursiva":

To take such a perspective, we have to overcome the disabling view of discourse as transparent communication *between* subjects *about* things, a view within which the value of the statements of a discourse is wholly absorbed in a statement's truth value. This view of discourse [a visão de Foucault] alerts us to the political content sequestered in the subjects (kinds of persons), objects, and relationships about which we speak. It

shows that statements can be evaluated as political resources for discourse is [...] an 'asset'<sup>47</sup>.

Na mesma perspectiva, Rob Walker sustenta que Foucault é instrutivo para as RI na medida em que ele se apresenta como "uma entrada particularmente desafiadora e sensível" "into ways of thinking about language, identity and power that seems to be indispensable for thinking about politics in the late twentieth-century"<sup>48</sup>. Jens Bartelson também parte de indagações tipicamente foucaultianas para descrever a relação entre a soberania – conceito incontornável nas RI – e o conhecimento: "as it occurs within three chronologically distinct logical spaces, the assumptions of the autonomy and primacy of discourse will guide these descriptions; but since its secondary aim is to relate these three discourses to each other, we must envisage a way of accounting for the interrelationship and the succession of logical spaces in time"<sup>49</sup>. Desde meados da década de 1980, portanto, Foucault tem sido um dos pensadores mais acessados e citados nas RI, sendo praticamente impossível mapear a extensão de sua influência.

Contudo, a incorporação de Foucault às RI não se fez de modo pacífico. Houve muita resistência quanto à validade e/ou aplicabilidade de suas teses<sup>50</sup>. Em primeiro lugar, a pergunta mais evidente de todas sobre a possibilidade de Foucault servir de fundamento para teorizações na área de Relações Internacionais diz respeito a uma suposta ignorância de Foucault quanto às RI: Foucault dedicou-se, em algum ponto de sua carreira a estudar as

---

<sup>47</sup> SHAPIRO, Michael J. Textualizing global politics. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. **International/intertextual relations**. Lexington: Lexington Books, 1989, pp.11-22.

<sup>48</sup> WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001, p.23.

<sup>49</sup> BARTELSON, Jens. **A genealogy of sovereignty [1995]**. Cambridge: CUP, 1996, p.72.

<sup>50</sup> A melhor crítica ao pensamento pós-moderno nas RI e à aplicação de Foucault em particular pode ser encontrada em: JARVIS, Darryl S. L. **International relations and the challenge of postmodernism**. Columbia: U. South Carolina Press, 2000.

dinâmicas da política internacional? Fez parte das preocupações de Foucault estudar as peculiaridades do pensamento internacionalista? Foucault teria ignorado as RI como disciplina acadêmica? As respostas para essas perguntas não devem ser simples ou diretas. Ao mesmo tempo em que Foucault jamais dialogou diretamente com os acadêmicos das Relações Internacionais ou se dedicou a problematizar abertamente as questões da política internacional<sup>51</sup>, Foucault incluiu importantes discussões sobre soberania, guerra, equilíbrio de poder e *razão de estado* no *corpus* de suas problematizações da biopolítica e dos processos de constituição das dinâmicas de governamentalidade do estado liberal contemporâneo. Em pelo menos quatro de seus cursos no *Collège de France*, Foucault refletiu sobre aqueles conceitos e suas implicações na constituição das subjetividades modernas. Estas reflexões podem ser encontradas nos cursos *Em defesa da sociedade* (1975-76), *Segurança, território, população* (1977-78), *O nascimento da biopolítica* (1978-79) e *O governo dos vivos* (1980-81), pelo menos. Não cabe aqui, contudo, traçar o conteúdo dessas críticas porque, primeiro e mais importante, não sou advogado de Michel Foucault. Não pretendo *defender* a validade de suas ou sequer refutá-las. Utilizo Foucault instrumentalmente, fazendo uso de suas indagações sobre a função positivadora dos dispositivos de poder/saber, em especial. A partir dessas indagações, tento construir um objeto de pesquisa. Como construo esse objeto e como lido com os problemas teóricos, empíricos e metodológicos que dele emanam dizem respeito às minhas próprias indagações. Não sigo à risca o mesmo rumo dos

---

<sup>51</sup> Foucault escreveu bastante para jornais e revistas e se posicionou criticamente a respeito de acontecimentos contemporâneos. Digna de nota foi sua posição polêmica a respeito da Revolução Iraniana de 1979 e seus desdobramentos no debate público da época. Mesmo se tratando de um tema caro à política internacional, Foucault jamais o abordou como tal, preferindo tratar da revolução em andamento a partir do enfoque tradição/modernidade, verdade/falsidade, muito mais próximos de suas preocupações político-filosóficas. A esse respeito, ver: AFARY, Janet; ANDERSON, Kevin B. **Foucault e a revolução iraniana: as relações de gênero e as seduções do islamismo [2005]**. São Paulo: Realizações, 2011.

argumentos de Foucault a respeito da constituição de um novo discurso histórico em meados do século 17 e como esse discurso constituiu *regimes de verdade* que circularam a partir de então nas práticas e no léxico político em regimes de poder/saber. Foucault tem em mente a análise da constituição de uma sociedade liberal a partir de meados do século 18 e as condições de possibilidade que ela dissemina; como a dinâmica política liberal da governamentalidade tensiona a dinâmica da soberania; como são constituídos a partir daquela dinâmica horizontal da governamentalidade novas subjetividades e novos discursos políticos; como o corpo é constituído foco de disciplinamento institucional e como o controle social se dissemina capilarmente pelas instituições, pelos corpos e discursos; como a vida das populações e sua administração são constituídas tanto disciplinarmente como biopoliticamente tentando domar, controlar, domesticar e exercer poder de direito sobre a vida e a morte; enfim, como Foucault desenvolveu um projeto de pesquisa a partir do qual construo meu próprio objeto, mas isso não significa que aplique à risca suas problematizações à minha pesquisa. Quais seriam, então, as análises de Foucault que me interessam?

Em primeiro lugar, como já afirmei, as análises da positivação do conhecimento (*connaissance*) em regimes de verdade são meu ponto de partida. Como se constituem os discursos? Como são positivados os campos de conhecimento, no caso, as RI? Mais ainda: como a disciplina é constituída por discursos de verdade e como ela também faz circular discursos de verdade? Como se constituem mutuamente as práticas, os discursos, as instituições, as verdades, os códigos de acesso ao conhecimento validado? Como circula a verdade pelos textos acadêmicos? Quais seriam os efeitos dessas verdades? Os desdobramentos teóricos e metodológicos dessas indagações são enormes. Não busco dar conta de todos eles. De forma alguma. Essa pesquisa é um longo labirinto que percorro sem a menor

pretensão de encontrar uma saída; seja ela qual for. Admiro as novidades que aparecem em cada novo corredor. Muitos desses desafios são enfrentados recorrendo a Foucault; outros, não.

Em segundo lugar, as reflexões de Foucault sobre a guerra são relevantes para a problemática da constituição dos saberes e das dinâmicas de subjetivação na medida em que a guerra, segundo o autor, perpassa todas as relações de poder na política. Foucault opera uma inversão da célebre formulação de Carl von Clausewitz de que *a guerra é a política realizada por outros meios*. Foucault percebe que a formulação de Clausewitz foi ela mesma uma inversão da percepção presente em Boulainvillers de que *a política é a guerra por outros meios*. Foucault percebe que *política é guerra*. Que a dinâmica da guerra está inscrita no discurso político pelas dinâmicas de inclusão/exclusão, de amigo/inimigo, vitória/derrota? "O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa *relação de força* mediante *uma espécie de guerra silenciosa*, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros"<sup>52</sup> (meus itálicos). Trata-se de um discurso histórico-político que inscreve a guerra nas lutas sociais, nas relações de força; um discurso que divide o campo social em dois e faz aflorar os choques, os conflitos. Há sempre um vencedor. As relações sociais são relações de força nas quais um dos lados precisa se afirmar *sobre* o outro. A vitória é sempre necessária; uma vitória partidária. Discursos e práticas estão sempre em choque. Práticas discursivas circulam de modo a estabelecer posições estratégicas de combate frente a outras práticas discursivas. Discursos de verdade servem como fortificações. Ocupam posições estratégicas em campos de batalha socio-políticos: "[...] a *verdade* só é procurada na medida em que puder efetivamente se tornar uma *arma* na *relação de força*. Ou a verdade fornece a força ou a verdade desequilibra, acentua as dissimetrias e

---

<sup>52</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b, p.23.

finalmente faz a vitória pender mais para um lado do que para outro"<sup>53</sup>.

Não seria interessante pensar como diferentes perspectivas representadas cada uma delas por uma escola de pensamento em RI se chocam em guerras pela verdade? Não seria produtivo e condizente com nossa pesquisa problematizar a capilaridade dessas guerras, do que poderia se chamar *criptoguerras*, nos textos clássicos? Sim, seria. Contudo, por ora, analiso como a tragédia opera como constituinte das condições de possibilidade de se imaginar a segurança internacional. Essa análise já é um grande desafio. Acredito que *aplicar* Foucault seria *trair* Foucault. Prefiro utilizar suas categorias como *ferramentas analíticas* de modo a dar conta do objeto de pesquisa construído. Utilizo o *corpus* conceitual de Foucault como uma "caixa de ferramentas", como ele próprio se referiu aos seus trabalhos:

"Tous me livres [...] sont, si vous voulez, des petites boîtes à outils. Si les gens veulent bien les ouvrir [seus livros], se servir de telle phrase, telle idée, telle analyse comme d'un tournevis ou d'un desserre-boulon pour court-circuiter, disqualifier, casser les systems de pouvoir, éventuellement ceux-là mêmes dont mēs livres sont issus... eh bien, c'est tant mieux!"<sup>54</sup>.

Este não é um livro *sobre* terrorismo ou *sobre* Relações internacionais. O terrorismo será concebido como discurso; como discurso que funciona dentro de narrativas de segurança, condicionando enunciados e práticas. As Relações Internacionais serão tomadas como práticas discursivas que circulam dentro de dispositivos e condicionam e são condicionadas por poderes e saberes. Este é um livro sobre a *verdade*, sobre as condições de possibilidade do que podemos ou não podemos dizer e/ou pensar e sobre os efeitos dessas limitações. Mais ainda: trata-se de um

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2002b, p.62.

<sup>54</sup> FOUCAULT, Michel. Des supplices aux cellules. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits (1954-1988): Volume I (1954-1975)*. Paris: Gallimard, 2001, p.1588.

trabalho sobre o papel do conhecimento científico – que se arvora de verdades para se legitimar – e que funciona dentro de dispositivos de poder de modo a sustentar e legitimar relações de poder e dominação, constituindo saberes, práticas, subjetividades. Em segundo lugar, não almejo, de modo algum, conclusões definitivas ou quaisquer tipos de *fechamentos*. Meu objetivo são as *aberturas*. Aberturas para uma longa e profunda pesquisa a respeito da função discursiva da tragédia nas Relações Internacionais e seus modos de operação nos dispositivos de segurança internacional. Apesar de ter mais de uma década, pode-se dizer que esta pesquisa ainda está em seu início. Anos serão necessários ainda para adquirir uma visão mais adequada das implicações da tragédia para as RI. Esse livro é, portanto, um *hub*, na linguagem da aviação civil: um aeroporto, um local, que possibilita milhares de conexões para outros caminhos; um local onde se está de passagem com vistas a outros destinos. Em meados da década de 1970, Marcel Merle escrevia que "no estado de subdesenvolvimento em que se encontram as RI, é menos importante chegar a conclusões inatacáveis que balizar itinerários e provocar o debate" e que, em verdade, faz-se necessário "quebrar as paredes de incompreensão e indiferença que os peritos contribuíram a erguer"<sup>55</sup>. Concordo plenamente com o diagnóstico. Se eu consegui provocar mais reflexões a respeito dos discursos de tragédia nas Relações Internacionais do que conclusões sobre o tema, acredito que, até aqui, a caminhada tenha valido a pena.

---

<sup>55</sup> MERLE, M. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: UnB, 1981, p.2.



# Capítulo 1

## Relações internacionais: a posituação de uma disciplina e a política do “internacional” (1910-1945)

[...] en tant d'auteurs qui se connaissent et s'ignorent, se critiquent, s'invalident les uns les autres, se pillent, se retrouvent, sans le savoir et entrecroisent obstinément leurs discours singuliers en une trame dont ils ne sont point maîtres, dont ils n'aperçoivent pas le tout et donc ils mesurent mal la largeur – toutes ces figures et ces individualités diverses ne communiquent pas seulement par l'enchaînement logique des propositions qu'ils avancent, ni par la récurrence des thèmes, ni par l'entêtement d'une signification transmise, oubliée, redécouverte; *ils communiquent par la forme de positivité de leurs discours*. Ou plus exactement cette forme de positivité (et les conditions d'exercice de la fonction énonciative) définit un champ où peuvent éventuellement se déployer des identités formelles, des continuités thématiques, des translations de concepts, des jeux polémiques. Ainsi la positivité joue-t-elle le rôle de ce qu'on pourrait appeler un *a priori historique*"

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969, p.174.

You never know what will come of writing a book.

SHELLING, Thomas C. Preface to the 1980 edition. In: \_\_\_\_\_. **The strategy of conflict [1960]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1980, pp.vi-vii.

Whatever my share in starting this business [RI], I do not know that I am particularly proud of it. [...]. What is this thing called

International Relations in the English speaking countries [senão] the study about how to run the world from positions of strength? Carta de E. H. Carr a Stanley Hoffmann. 30 de setembro de 1977. Apud: COX, Michael. Introduction. In: CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001, p.xiii.

But think of it, man! The butchery's over, and you and I and everybody else will soon be human beings again. Human! All too human!

DOS PASSOS, John. **Three soldiers [1921]**. Nova Iorque: Penguin, 1997, p.235.

Whenever we speak of 'lifespan' or 'moral limits' or 'reach of knowledge', a picture, a metaphor, guides our thinking.

MALEUVRE, Didier. **The horizon: a history of our finite longing**. Berkeley: University of California Press, 2011, p.xviii.

## 1.1 A ciência, os acadêmicos e os clássicos: mapeando o caminho

Nas duas últimas décadas, pelo menos, houve uma crescente preocupação por parte de internacionalistas com o estudo do surgimento e do desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais, com sua história e sociologia. O volume de novos estudos é tão expressivo que é difícil fazer uma seleção minimamente satisfatória que represente as várias abordagens e problematizações do tema. O que há em comum entre eles é a vontade de analisar, de pensar e problematizar o campo que passamos a denominar "internacional"<sup>1</sup>. Meu objetivo neste primeiro capítulo é descrever e analisar as condições de possibilidade discursivas do pensamento político internacional, da

---

<sup>1</sup> TICKNER, Arlene; WEAVER, OLE (Edit.). **International relations around the world: worlding beyond the West**. Londres: Routledge, 2009; TICKNER, Arlene & BLANEY, David (eds.). **Thinking international relations differently**. London: Rutledge, 2012; TICKNER, Arlene & BLANEY, David (eds.). **Claiming the international**. Londres: Routledge, 2013.

teoria política internacional. A questão que se apresenta é a de saber como a disciplina de RI tenta se legitimar como ciência entre as demais Ciências Humanas entre 1910 e 1940. Como as RI se positivam como teoria "do internacional" e, em que medida, elas expressam e constituem as demandas políticas do momento? Como sintetizou perfeitamente Clifford Geertz:

Political theory, which presents itself as addressing universal and abiding matters concerning power, obligation, justice, and government in general and unconditional terms, the truth about things as at bottom they always and necessarily are, in fact, and inevitably, *a specific response to immediate circumstances. However cosmopolitan it may be in intent, it is, like religion, literature, historiography, or law, driven and animated by the demands of the moment: a guide to perplexities particular, pressing, local, and at hand*<sup>2</sup> (meus itálicos).

Ao contrário de muitas "histórias das RI" e da grande maioria das dezenas de manuais de "Introdução às Relações Internacionais" não me interessam pelas divisões dos autores em "escolas de pensamento" ou em "teorias". Interessa-me muito pouco se Alfred Zimmern era um "liberal" ou um "utópico" ou se Goldsworthy Lowes Dickinson era um "realista". Os infinitos enquadramentos teóricos em que são trancafiados e disciplinados os pensamentos de cada um dos "autores clássicos" me interessam somente na medida em que eles se apresentam como sintomas de *regimes de verdade*. Não situo minha análise naquelas divisões entre *Primeiro, Segundo e Terceiro Debates* (e até *Quarto e Quinto Debates*), tampouco. As perguntas que me coloco ao longo dessa jornada não se beneficiariam de classificações fundadas em diferenças e/ou semelhanças entre realismo e idealismo, realismo clássico e realismo estrutural, neofuncionalismo e funcionalismo liberal, construtivismo realista e construtivismo liberal, pós-

---

<sup>2</sup> GEERTZ, Clifford. **Available light: anthropological reflections on philosophical topics**. Princeton: Princeton University Press, 2001, p.218.

modernismo e pós-estruturalismo etc. A classificação do pensamento em escolas ou teorias e a confusão deste ou daquele pensador como "autor de RI" ou não me interessam mais como sintomas do que como soluções metodológicas e heurísticas ao problema. Isso não significa, contudo, que não existam diferenças entre os princípios políticos e filosóficos adotados por cada autor ou que não existam teorias distintas. Apesar de situar minha análise em outro nível, quando se mostrar necessário e pertinente, chamarei ao argumento as escolas de pensamento e as teorias de RI a que alguns autores "pertencem".

Toda ciência (social ou dura) parte de *classificações, sistematizações, definições, delimitações*, para construir e problematizar objetos de pesquisa. Não existe ciência sem que exista também reflexão e problematização; sem que se exija o emprego de categorias e conceitos que respeitem regras, paradigmas científicos ou certos rigores metodológicos. Contudo, num quadro de uma *arqueologia do conhecimento internacional*, mostra-se mais importante tomar os esforços de *delimitação, enquadramento, sistematização, definição* como parte das *regras de enunciação* impostas pelos *jogos de verdade* em torno dos quais gravita a problematização. O pensamento de homens (sempre homens!) como Alfred Zimmern, E. H. Carr, Norman Angell, Goldsworthy Lowes Dickinson, Hans Morgenthau, Raymond Aron, Kenneth Waltz, Robert Keohane, Joseph Nye e o de todos os demais me inspiram na medida em que expressam as *regras dos jogos de verdade, dos regimes de verdade*, que constituem, constroem e colocam em funcionamento a teoria política internacional, as perspectivas da segurança internacional. O pensamento de cada um desses autores é problematizado a partir dos *enunciados* e das *leis* que os perpassam. O que Hans Morgenthau ou Robert Keohane afirmaram em um momento, em uma obra, não será interpretado como exemplo ou manifestação do realismo clássico ou do neoliberalismo nas RI, respectivamente. *O que* aqueles autores disseram e *como* e *quando* o disseram será analisado

dentro dos contextos discursivos de suas falas. Meu foco está nas *funções de seus enunciados* dentro dos jogos de verdade, dos *jogos de veridicção*, dos *regimes de verdade*, constitutivos das RI. Meu objetivo, neste primeiro capítulo, são os enunciados que perpassam os autores como *funções* e como esses enunciados constituem o mundo internacional representado no espectro da ação política racional das décadas de 1910 a 1940.

Mas quem são esses "autores das RI"? Em que medida as RI servem como identidade acadêmica que absorve todos eles? Podemos falar de uma *comunidade epistêmica*, nesse caso? Certamente, nem todos os autores analisados neste trabalho foram profissionais atuantes especificamente na área de RI. Na verdade, no que respeita as primeiras décadas do século 20, quando a disciplina ainda estava se consolidando, é difícil encontrar acadêmicos com formação específica na área. Muitos deles eram juristas, historiadores (E. H. Carr, David Mitrany), sociólogos (Raymond Aron), jornalistas (Norman Angell), economistas (Maynard Keynes), cientistas políticos (Hans Morgenthau, Goldsworthy Lowes Dickinson, Quincy Wright), filósofos (Leonard Woolf), políticos profissionais (Woodrow Wilson). O que os une e os tornam relevantes são suas preocupações em teorizar, pensar e formular soluções para um campo em comum que todos percebiam como "internacional". Alguns nutriam íntimas amizades (Angell e Wilson) ou públicas inimizades (Carr e Zimmern). Todos eles atuaram profissionalmente na emergente área de "Relações Internacionais" e produziram obras que se tornariam *clássicas*.

A análise dos clássicos é importante não por seu "conteúdo universal" ou porque nos colocam em contato com "as origens e com os modelos que serviram de inspiração ao que de melhor se produziu no campo [de RI, no caso]"<sup>3</sup>, mas porque os clássicos possuem uma *função* específica nos *jogos de verdade* que

---

<sup>3</sup> SATO, Eiiti. Prefácio à nova edição brasileira. In: CARR, Edward H. **Vinte anos de crise (1919-1939)**. Brasília/São Paulo: UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p.xxx.

constituem uma disciplina acadêmica. São os *clássicos* que fornecem as *vozes autorizadas* da área; eles situam os debates, os problemas, os temas e os usos dos conceitos e categorias que *devem* ser empregados por uma comunidade intelectual. São os *clássicos* que informam os *jogos de verdade* e tensionam as relações de força, de poder/saber, entre os iniciados e os iniciantes de uma área acadêmica, limitando e constringendo o que *pode ser dito* e o que *não pode ser dito*, separando e definindo o que *é verdadeiro* e o que *é falso*, o que *pode ser pensado* e o que *não pode ser pensado* legitimamente em uma disciplina. Há uma direta relação de força entre a produção acadêmica dos *clássicos*, seu conteúdo e sua geografia: "The consequence of the U.S. system is that only the elite in the IR field, a handful of 'experts' located in the most respected U.S. universities, are 'agents'", sustenta acertadamente Vendulka Kubáľková e conclui: "what is published in the main scholarly journals (with editorial boards 'manned' by the same group) and by the main publishing houses is controlled by these experts. The rest of the field is left simply to instruct students in mainstream wisdom"<sup>4</sup>. Problematizarei como essas autorizações entre o que pode ser dito e o que não pode ser dito delimitou o pensamento sobre segurança internacional especialmente no que diz respeito ao terrorismo e seus efeitos no Onze de Setembro.

Além de ser comum a compartimentalização dos autores em escolas de pensamento ou teorias, também é frequente a redução de toda uma vida de pesquisas e publicações a apenas *uma* identidade intelectual. Autores cujos pensamentos sofreram mudanças, transformações e adaptações e que também foram incoerentes e contraditórios, consigo mesmos, ao longo de décadas de trabalho, são normalmente apresentados como expressões de *vozes coerentes*. Quando a análise é feita dessa forma, obras e

---

<sup>4</sup> KUBÁĽKOVÁ, Vendulka. Reconstructing the discipline: scholars as agents. In: KUBÁĽKOVA, Vendulka.; ONUF, Nicholas; KOWET, Paul. **International Relations in a constructed world**. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998, p.199.

autores são sempre iguais a si mesmos. Norman Angell é sempre um *liberal* ou um *utópico* e E. H. Carr é sempre um *realista*. Esse tipo de perspectiva não permite o contraditório e as incoerências. A "monarquia do autor"<sup>5</sup> sobre o significado de sua produção e sobre o controle do significado de sua obra é imposta para dar coerência e identidade a pensamentos que são – pela natureza mesma do ato de pensar –, fugidios, contraditórios, incoerentes e transitórios.

Da mesma forma, análises que salientam as incongruências e as contradições, muitas vezes ignoram ou não fazem perceber que em meio a várias vozes e pensamentos de um mesmo autor e de vários autores, há princípios e regras comuns que regem seus pensamentos, mesmo quando esses pensamentos são conscientemente formulados para serem críticos e antagônicos entre si. Por mais que Alfred Zimmern tenha criticado abertamente a obra de E. H. Carr isso não significa que não exista uma série de princípios, regras e imagens comuns entre ambos. Ao mesmo tempo em que analiso e busco a peculiaridade de algumas vozes, analiso e busco também as regras, princípios e imagens que as RI constituem como *conhecimento*. Para exemplificar melhor estas colocações metodológicas, dois autores, suas obras e pensamentos, podem ser úteis: Norman Angell e Edward H. Carr.

Em qualquer aula introdutória ao estudo das RI, em qualquer manual de RI, Angell e Carr são referências obrigatórias. Eles são também *indiscutivelmente* (!) classificados como expressões claras e inconfundíveis das teorias liberal (ou utópica) e realista das RI, respectivamente. De cada um deles é selecionado sempre o mesmo texto: de Angell *A Grande Ilusão*<sup>6</sup> e de Carr *Vinte*

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. Prefácio à segunda edição de *A História da Loucura* [1972]. In: \_\_\_\_\_. **História da Loucura na Idade Clássica** [1961]. São Paulo: Perspectiva, 1991, p.vii-viii.

<sup>6</sup> ANGELL, Norman. **The Great Illusion: a study of the relation of military power to national advantage**. Nova Iorque: The Knickerbocker Press, 1913.

*Anos de Crise*<sup>7</sup>. Esta seleção arbitrária e insuficiente de suas obras já atesta as limitações do recorte.

*A Grande Ilusão*, publicada em 1910, foi um dos livros mais lidos e debatidos antes e depois da Primeira Guerra Mundial. Após H. N. Brailsford escrever uma bela resenha elogiosa do texto, *A Grande Ilusão* se tornou rapidamente um *best-seller*, a ponto de Angell poder largar seu emprego como jornalista e se dedicar a palestrar e se envolver em debates sobre o livro. A Garton Foundation foi fundada, em 1912, e o jornal *War and Peace* foi criado, em 1913, com o propósito de debater as ideias de Angell<sup>8</sup>. Entre 1910 e 1913, *A Grande Ilusão* teve cinco edições e dez reimpressões, apenas no Reino Unido. Já em 1913 ela havia sido traduzida para 25 idiomas, incluindo o árabe, urdu, tâmil, bengali e híndi e era vendida em 15 países, como China, Índia, Japão e Rússia. Em 1934, Angell seria agraciado com o Prêmio Nobel da Paz: "For authoring *The Great Illusion* and for being a supporter of the League of Nations as well as an influential publicist and educator for peace in general"<sup>9</sup>.

Para muitos de seus intérpretes, a obra seria representativa do pensamento liberal, articulando uma condenação explícita do uso da guerra como instrumento da política internacional e sustentando a esperança de que certa paz ou harmonia internacional se estabelecesse a partir da mudança de percepção dos líderes mundiais quanto ao novo contexto da política internacional. Sua condenação da guerra como instrumento de política externa e sua crença no progresso da humanidade pelo uso da razão seriam suficientes para classificá-lo como representante do pensamento liberal em Relações Internacionais. James

---

<sup>7</sup> CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations** [1939]. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001.

<sup>8</sup> ASHWORTH, Lucian. **Creating international studies: Angell, Mitrany and the liberal tradition**. Aldershot: Ashgate, 1999, p.45.

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1933/press.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1933/press.html). Acesso: 21/04/2013.



Dougherty e Robert Pfaltzgraff, em um clássico manual de introdução às RI, sustentam que Angell via a guerra como um "anacronismo sem benefícios" e que Angell fora "um racionalista que acreditava que a guerra podia ser eliminada pela progressiva aplicação da razão humana às questões internacionais": "*não restavam dúvidas a Angell de que quando os seres humanos tivessem compreendido na plenitude a irrelevância do poder militar para obtenção, promoção e preservação da propriedade ou bem-estar socioeconômico, então as guerras políticas acabariam, como acontecera no Ocidente com as guerras de religião, muito tempo atrás*" (meus itálicos)<sup>10</sup>. É verdade que na obra de Angell é possível encontrar várias passagens onde ele condena a guerra e o militarismo, especialmente em *A Grande Ilusão*. Angell descreve os homens que advogavam a guerra como um meio de crescimento econômico como "desaforados bebedores de sangue humano"<sup>11</sup> que não teriam percebido que o mundo estava em nítida mudança e que não se podia mais fazer "como fizeram os romanos e os normandos": "a conquista [era, então] impossível"<sup>12</sup> e a "mentalidade beligerante" era, portanto, o "hipnotismo de uma terminologia antiquada"<sup>13</sup>.

No que respeita Norman Angell, os estudos de Lucian Ashworth demonstraram como suas posições a respeito da guerra, da paz e da organização internacional mudaram através dos anos, especialmente com a chegada de líderes fascistas ao poder na Europa<sup>14</sup>. Com a ascensão de Hitler e Mussolini, Angell passou a defender abertamente o uso de intervenções militares por parte das democracias contra aqueles regimes. Em *Peace with the*

---

<sup>10</sup> DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L. **Relações Internacionais: as teorias em conflito**. Lisboa: Gradiva, 2003, p.264-65.

<sup>11</sup> ANGELL, Norman. **A grande ilusão [1910]**. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p.5.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.102.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.35.

<sup>14</sup> ASHWORTH, Lucian. *Op. cit.*, 1999, p.43.

*Dictators*, de 1938, Angell defende uma intervenção militar contra a Alemanha e a Itália. As democracias ocidentais não poderiam permanecer de braços cruzados diante da agressividade de ditadores irracionais. A guerra deveria ser usada como *força policial* para ensinar líderes irresponsáveis que o mundo democrático não toleraria a agressão: “Torne a guerra uma guerra da Liga [das Nações], uma guerra internacional, uma guerra policial, e a pessoa guiada pela guerra não a quererá”<sup>15</sup>. Angell se posicionava em outra parte do espectro político que não o pacifismo. De fato, em *Peace with the dictators?* Angell ataca abertamente as teses pacifistas e pelo desarmamento. O uso da força no pensamento de Angell [do *Segundo Angell*]<sup>16</sup> se dá de modo funcional e pragmático. A força policial da Liga das Nações obedece à funcionalidade da pacificação da comunidade internacional contra agressão ou ameaça de agressão por parte de líderes irresponsáveis. Angell e a maioria dos liberais flertarão aberta e explicitamente com as teses da guerra preemptiva<sup>17</sup> e da guerra policial.

Outro pensador enquadrado de forma simplista é Edward Hallett Carr. Carr também é referência obrigatória em qualquer aula ou manual de introdução às RI. Como no caso de Angell, Carr tem apenas uma de suas obras citadas como referência: *Vinte anos de crise*, publicado em agosto de 1939, semanas antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial e que em pouco mais de três semanas

---

<sup>15</sup> ANGELL, Norman. **Peace with the dictators?** Londres: Hamish Hamilton, 1938, p.256.

<sup>16</sup> ASHWORTH, Lucian. Op. cit., 1999.

<sup>17</sup> Desde o Onze de Setembro, a noção *preemptive war* tomou o léxico das Relações Internacionais. *Preemptive* significa, literalmente, *preemptiva(o)* e deriva do substantivo *Preempção*. O adjetivo e o substantivo, em português, referem-se a dois contextos diferentes. *Preempção* refere-se ao direito de precedência de compra de uma propriedade por alguém em uma situação especial. *Preemptivo* é derivado da linguagem da computação e refere-se à possibilidade de se alocar mais tempo de execução a alguns processos computacionais dependendo de sua prioridade. Ou seja, tanto o adjetivo *preemptivo* quanto o substantivo *preempção* referem-se a uma *possibilidade de executar uma ação*, a uma possibilidade de *agência*. A expressão *guerra preventiva*, a meu ver, não possui essa carga de *agência*, pois a noção de *prevenção* denota *defesa, cautela, cuidado, abstinência*. Por isso preferimos usar o termo *guerra preemptiva*.

vendera mais de oito mil exemplares<sup>18</sup>. Segundo Hans Morgenthau, *Vinte anos de crise* foi um dos dez livros que mais informou e influenciou o público em geral sobre Relações Internacionais após a Segunda Guerra Mundial<sup>19</sup>. Carr é classificado quase que invariavelmente como um "autor realista", como um "realista convicto"<sup>20</sup>. Para alguns intérpretes, "a obra de Carr foi importante por demonstrar que o descaso da análise liberal-idealista para com as relações de poder entre os estados tornava-a insuficiente como teoria das relações internacionais"<sup>21</sup>. Outros, ainda, interpretaram *Vinte anos de crise* como um "esforço de interpretação de uma realidade conturbada e perturbadora que [fora] o mundo dos anos do entre-guerras [1919-1939]"; a obra se referiria à "crise da ordem política e econômica do século 19"<sup>22</sup> e seria, ainda, a tentativa de Carr na "busca de um pensamento realista, nos moldes clássicos de Maquiavel"<sup>23</sup>. Essas leituras não dão conta da radicalidade e das inovações propostas na obra de Carr.

Michael Cox, numa das interpretações mais ricas e detalhadas do pensamento de Carr, sustenta que *Vinte anos de crise* "was never read with any great care, particularly by those who seemed more intent on legitimizing a particular way of thinking about the world rather than studying what Carr actually said": "The epic tale of Carr the impaler, confronting and finally defeating the beast of idealism, was repeated so often that few questioned what to later writers looked like a gross

---

<sup>18</sup> COX, Michael. From the first to the second editions of *The twenty-years' crisis: a case of self-censorship?* In: CARR, Edward H. Op. cit., 2001, pp.lxxii.

<sup>19</sup> HASLAM, Jonathan. **A necessidade é a maior virtude: o pensamento realista nas relações internacionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.314.

<sup>20</sup> BEDIN, Gilmar. O realismo político e as RI. In: BEDIN, Gilmar (*et alli*). **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000, p.113.

<sup>21</sup> GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.51.

<sup>22</sup> SATO, Eiiti. Op. cit., 2001, pp.xv e xxxv, respectivamente.

<sup>23</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2012, p.127.

simplification"<sup>24</sup>. De fato, Carr esteve longe de ser o "empalador" do idealismo. Não são necessárias leituras muito aprofundadas de *Vinte anos de crise* para se perceber isso. Logo no primeiro capítulo, onde ele apresenta um esboço de como seria o *início de uma ciência* – a ciência das Relações Internacionais que estava em sua "infância" – ele aponta para a necessidade de um *equilíbrio* entre um pensamento realista e um pensamento utópico. Ambos teriam qualidades e defeitos. O pensamento realista seria muitas vezes "cínico" e enfatizaria forças inalteráveis e permanentes. A política de poder entre os estados se imporia com frequência para líderes mundiais e haveria muito pouco a se fazer respeito. Carr, ao explicar o fracasso das Conferências de Paz para o desarmamento na década de 1930, salienta o retorno ao "círculo vicioso" da "política de poder" quando as forças aliadas se negaram a se desarmar e deram à Alemanha de Hitler mais um motivo para continuar se armando, alimentando o desejo em vários outros países: "The failure of the Allied Powers to carry out their promise to disarm justified, or at any rate explained, the rearmament of Germany. This rearmament necessarily led to increased apprehension and increased armaments in other countries; and *the vicious circle which statesmen of 1919 had hoped to break was once more complete*" (meus itálicos)<sup>25</sup>. O pensamento utópico, segundo Carr, por sua vez, seria um pensamento que não conceberia a realidade em si. Ele optaria pela transformação do mundo quando nem sempre esta transformação seria possível ou tentaria impor seus valores quando estes não responderiam necessariamente às demandas políticas. Carr demonstrou essa crítica em várias análises da política mundial. Sobre o Tratado de Versalhes, assinado entre as potências ocidentais e a Alemanha, Carr criticou a insistência do presidente Woodrow Wilson em

---

<sup>24</sup> COX, Michael. Introduction. In: CARR, E. H. Op. cit., 2001, pp.xiii e xxxix, respectivamente.

<sup>25</sup> CARR, Edward H. **International relations since the peace treaties**. Londres: Macmillan, 1940, p.190.

fundamentar o tratado – e a recém-criada Liga das Nações – em seus *quatorze pontos*. As consequências desastrosas da forma como a paz foi assinada atestam "the discrepancies between principle and practice" e o uso de um "idealismo genuíno" para lidar com questões políticas complexas que acabaram por dar legitimidade à insatisfação alemã sobre o modo como o tratado lhe fora imposto<sup>26</sup>.

Em oposição ao idealismo, segundo Carr, o pensamento *realista* teria os pés no chão. Ele compreenderia algumas facetas importantes da vida política como a luta pelo poder entre os estados. Contudo, as críticas de Carr ao idealismo não eram, de forma alguma absolutas, assim como não eram de forma alguma absolutos seus elogios ao realismo. Carr termina o primeiro capítulo de *Vinte Anos de Crise* com a seguinte conclusão:

Thought which rejects purpose altogether [o pensamento realista] is the thought of old age. Mature thought *combines* purpose with observation and analysis. *Utopia and reality are thus the two facets of political science*. Sound political thought and sound political life will be found only where both have their place<sup>27</sup> (meus itálicos).

Ou seja: para Carr, deveria haver um *equilíbrio* entre idealismo e realismo, entre a utopia e a política de poder; entre a imaginação e a realidade. A colocação de sua posição como um *equilíbrio de forças* entre duas visões quase antagônicas atesta a superficialidade do enquadramento de Carr como um realista puro.

O engessamento do pensamento de qualquer autor em "escolas" ou "teorias" precisa ser compreendido – como aqui o é – nos termos de uma *economia política dos discursos* própria do Iluminismo. A divisão do pensamento em "disciplinas" e a

---

<sup>26</sup> CARR, Edward H. Op. cit., 1940, pp.5-6.

<sup>27</sup> CARR, Edward H. Op. cit., 2001, p.10.

subdivisão das disciplinas em "escolas" ou "teorias" domestica o pensamento. As disciplinas acadêmicas podem ser interpretadas no contexto discursivo do nascimento do homem iluminista, do Homem liberal, e na necessidade de controle e domesticação desse homem e da natureza. Quando o Homem se torna o objeto maior da preocupação da produção, do capital, do controle estatal sobre a produção e controle das populações, nasce também a necessidade de disciplinar e controlar os saberes de modo a melhor aplicá-los, tornando-os *conhecimentos* aplicados ao homem e sua produção com maior poder de controle e eficiência. Dessa demanda política e econômica do estado surge a necessidade das disciplinas acadêmicas – da Sociologia, da Ciência Política, da Economia e, bem mais tarde, das RI. O surgimento das RI nas primeiras décadas do século 20 – a necessidade da *positivação* de um novo campo de conhecimento nas Ciências Humanas – se faz necessário na medida em que o mundo político de então demandava uma disciplina que explicasse e analisasse as relações entre os estados de forma específica e particular. O *internacional* que apareceu timidamente no século 18 nas formulações de David Hume e que foi se estabelecendo no léxico político-filosófico através de Immanuel Kant e após ele, estava bem estabelecido como lócus de problematização das dimensões do político no final do século 19 e início do 20. Naquelas décadas, as elites políticas de países como o Reino Unido e os Estados Unidos<sup>28</sup>, mais especificamente, sentiram

---

<sup>28</sup> Há fortes motivos para considerá-la uma disciplina norte-americana, especialmente depois do final da Segunda Guerra Mundial, como sugere Stanley Hoffmann (HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987). Cf. também: PORTER, Brian. Appendix 1: Holders of the Woodrow Wilson Chair. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, p.369: "lack of stress on languages has not only given the subject as taught in this country [Reino Unido] an *overwhelmingly Anglo-American bias*, but also a *severely restricted scope of research*" (meus itálicos), p.369. A barreira da língua como modo de internacionalizar a produção intelectual de RI também foi ressaltada por A. J. R. Groom: "In the post-war world, the study of IR in France was largely self-contained in the sense that it did not cross the linguistic boundaries of the Francophone world. In part, this was due to that world being largely self-sufficient in intellectual terms and in part because of the inability or unwillingness of French, Britons and Americans to speak the others' language". GROOM, A. J. R. *International Relations in France: a view from across the channel*. **European Political Science**, vol.8, 2009, p.165.

a necessidade de explicar e pensar o mundo, de produzir e reproduzir um *pensamento disciplinado* que apresentasse o mundo de um modo particular. A nova disciplina de RI nos Estados Unidos e no Reino Unido respeitaria uma política de controle e disciplinamento de *populações* em nível internacional: "Modern social sciences, like modern sovereign states, make claims to authority on the basis of authorizations of discriminations, and discriminations among authorizations. The claim to know authoritatively and the claim to have political authority have much in common [...]"<sup>29</sup> (meus itálicos).

O mundo internacional constituído nessa nova disciplina acadêmica terá características claras e marcantes que servirão como poderosas metáforas e analogias temporais e espaciais. Estas metáforas e analogias permanecerão inquestionáveis por décadas. As condições de possibilidade discursivas da constituição do pensamento internacional estão longe de respeitar qualquer tipo de lógica formal do discurso ou qualquer lógica política – se é que elas existem.

O pensamento internacional será constituído em universidades britânicas e norte-americanas pelo pensamento liberal dominante naqueles países justamente nas décadas em que o pensamento liberal se encontrava em crise. Esse paradoxo será ainda mais marcante pelo fato do pensamento político alemão servir como fundamento do princípio *soberania* que delimitará, em grande medida, todas as demais categorias e imagens da nascente disciplina – da paz à guerra, do funcionamento das organizações internacionais ao equilíbrio de poder, da paz universal à anarquia internacional. Pensadores alemães como Johan Casper Bluntschli, Max Weber, Friedrich Meinecke, Leo Strauss e, mais tarde, Hannah Arendt, Hans Morgenthau, Arnold Wolfers, entre tantos outros, e, ainda, autores norte-americanos que estudaram por anos na Alemanha, seriam muito influentes na formação da Ciência Política

---

<sup>29</sup> WALKER, R. B. J. *After the globe/before the world*. New York: Routledge, 2009, p.102

nos Estados Unidos. O nascimento do pensamento político dos Estados Unidos e do Reino Unido é indissociável das contribuições da filosofia política alemã. Em ambos os países, a Ciência Política e as Relações Internacionais falariam "com um forte sotaque alemão"<sup>30</sup>.

Dois autores marcaram decisivamente o pensamento internacionalista nos Estados Unidos e no Reino Unido, embora nem sempre de forma explícita: Max Weber e Friedrich Meinecke. No que diz respeito a Max Weber a apreensão de seu pensamento pelas Relações Internacionais é cronologicamente posterior à sua apreensão pela Ciência Política e pela Sociologia. Sendo um dos intelectuais mais influentes do século 20, tal influência nas Ciências Sociais em geral não é surpreendente. Não obstante, não é lugar aqui traçar um mapa de suas influências. Cabe, por ora, salientar que Weber marcou presença nas RI com sua clássica definição do estado:

[O] estado é aquela comunidade humana em que no interior de um determinado território – o conceito de 'território' é essencial à definição – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima. Porque o específico de sua ação é que às demais associações ou pessoas individuais somente lhes serão concedido o direito da coação física na medida em que o estado as permite. Este se considera, portanto, como fonte única do 'direito' à coação<sup>31</sup>.

Os dois elementos constitutivos dessa definição (o exercício da "coação física legítima" e o território) constituirão o princípio fundante da política moderna: a soberania. Este princípio funda *positivamente* a teoria política moderna: os estados *possuem* soberania e, a partir dela, garantem ordem, justiça, leis e paz. Este mesmo princípio fundará *negativamente* a política internacional,

---

<sup>30</sup> BULL, Hedley. The theory of international politics (1919-1969). In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, p.39.

<sup>31</sup> WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México, D.F. : Fondo de Cultura Económica, 1999, p.1056.



uma esfera onde não há ordem, justiça, leis ou paz. Se cada um desses atributos pode ser identificado (como no caso da ordem e da paz) eles são resultado da política de poder ou de uma paz armada, mas jamais de um *contrato social* fundante e que alteraria substancialmente as relações entre o poder político e a sociedade. A teoria política internacional pode ser pensada tão somente como um *déficit* em relação à teoria política, "a tradition imagined as the twin of speculation about the state to which the name 'political theory' is appropriated [and, in this sense] does not, at first sight, exist"<sup>32</sup>.

Friedrich Meinecke, por seu turno, foi marcante para a formulação dos novos conceitos da disciplina de Relações Internacionais e para a incorporação de várias concepções e princípios da filosofia política alemã: “Todos os realistas importantes que se seguiram, conscientemente ou não, construíram seus edifícios sobre os alicerces que ele preparou”<sup>33</sup>. O parágrafo de abertura de seu clássico *Machiavellism*, de 1924, é um exemplo marcante de sua influência sobre a percepção da política como uma *física política* e do estado como um *ente orgânico* e vivo; dimensões que analiso mais adiante. A citação é longa, mas informativa:

*Raison d'état* is the *fundamental principle of national conduct*, the State's first *Law of Motion*. It tells the statesman what he must do to preserve the *health and strength of the State*. The State is an *organic structure* whose full power can only be maintained by allowing it in some way *to continue growing*; and *raison d'état* indicates both the path and the goal for such a growth. This path

---

<sup>32</sup> WIGHT, Martin. Why is there no international theory? In: DER DERIAN, James (edit.). **International theory: critical investigations**. Londres: Macmillan, 1995, p.15.

<sup>33</sup> HASLAM, Jonathan. Op. cit., 2006, 307. A ressalva que faríamos a esta interpretação de Haslam é que a visão de mundo da filosofia política alemã não ficaria relegada apenas aos autores realistas, mas passaria toda a visão de mundo das RI, inclusive do liberalismo e, bem mais tarde, da Economia Política Internacional e do Construtivismo de Alexander Wendt. Na próxima parte, analisamos como essa confluência de discursos aparentemente díspares possuem princípios e regras comuns no que respeita a imaginação internacional.

and this goal cannot be chosen quite at random; but neither can exactly the same ones be prescribed for all States. For the State is also an *individual structure* with its *own characteristic way of life*; and the *laws general to the species* are modified by a *particular structural pattern and a particular environment*. So the *'intelligence' of the State* consists in arriving at a proper understanding both of itself and its environment, and afterwards in using this understanding to decide the principles which are to guide *its behavior*. These principles are always bound to be at the same tie both *individual and general*, both *constant and changeable*. They will change subtly as alterations take place in the State itself and its environment. But they must always tally with what is lasting in the *structure of the individual State*, as well as with that which is *permanent in the laws governing the life of all States*. Thus from the realm of what is and what will be, there constantly emerges, through *the medium of understanding*, a notion of what *ought to be and what must be*. *The statesman must*, if he is convinced of the accuracy of his understanding of the situation, act in accordance with it in order to reach his goal. The choice of path to the goal is restricted by the particular nature of the State and its environment. Strictly speaking, only one path to the goal (i.e. the best possible one at the moment) has to be considered at any one time. For each State at any particular moment *there exists one ideal course of action, one ideal raison d'état*. *The statesman in power* tries hard to discern this course, and so too does the historian surveying the past in retrospect. Any historical evaluations of national conduct are simply attempts to discover the true *raison d'état* of the State in question<sup>34</sup> (meus itálicos).

Esta longa passagem possui muitos dos conceitos, princípios e imagens que pautarão a nascente disciplina de RI e que constituirão a imaginação política internacional acerca da segurança internacional, em particular, e que velarão, em última análise, o terrorismo como problema legítimo de segurança na disciplina até o Onze de Setembro.

---

<sup>34</sup> MEINECKE, Friedrich. **Machiavellism: the doctrine of *Raison D'état* and its place in modern history [1924]**. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1988, p.1.

A disciplina de RI se constituirá aberta e publicamente como um projeto inovador e progressista. Nos Estados Unidos, as primeiras cátedras de RI surgem com o objetivo explícito de apreender sobre as relações internacionais das quais os Estados Unidos faziam parte. Do mesmo modo, no Reino Unido, o primeiro curso de Relações Internacionais surgirá na universidade galesa de Aberystwyth com o intuito de honrar os alunos da universidade mortos na Grande Guerra e fundar uma cátedra (a Cátedra Woodrow Wilson) que estudasse explicitamente a guerra e os modos de evitar futuras tragédias. "The field of international relations was born out of the moral concern with the problem of war and the conditions that would be necessary and sufficient to bring something akin to universal peace"<sup>35</sup> (meus itálicos). No discurso inaugural da cátedra, Charles C. K. Webster, seu primeiro titular, se expressava quanto à normatividade da recém criada disciplina e da novidade que ela representava, enfatizando a necessidade de se repensar os conceitos da política internacional que haviam sido empregados até então à luz dos catastróficos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial:

This is the first Chair of International Politics founded in this country, and though in other countries there are professors whose duties are akin to mine, *there is no general acceptance of the principles of the study*. Indeed, even if such principles had existed before *the Great War*, that event *has so sapped the foundations of international order, and changed so remorselessly our conceptions of International Relations, that a recasting of our ideas would be necessary*. But, of course, *no ordered and scientific body of knowledge did exist in 1914*. Perhaps, if it had, *the catastrophe* might have been averted; for its mere existence would have been proof that men were thinking about very

---

<sup>35</sup> HOLSTI, Kal J. Solving the peace and war puzzles? **International Studies Review**, Vol. 11(2), 2009, p.371.

different things than actually were occupying their attention<sup>36</sup>  
(grifos nossos).

Contudo, há mais um paradoxo. O sucesso da Revolução Soviética na Rússia deu nova força ao *internacionalismo* que, até então, desde meados do século 19, havia sido uma força das esquerdas – da Segunda Internacional –, em contraposição às forças nacionalistas, notadamente burguesas e defensoras do capital e da nação<sup>37</sup>. A resistência da disciplina de Relações Internacionais em incorporar os estudos e as preocupações próprias do marxismo em seu léxico como a exploração colonial e imperialista, as revoluções, a miséria e os movimentos populares, para citar apenas alguns, atestam um cisma no trato da dimensão "internacional" entre os internacionalistas das Relações Internacionais e os internacionalistas marxistas. Não se pode deixar de lado, assim, o papel da nova disciplina de Relações Internacionais em servir como novo lócus de discursos burgueses e conservadores, tentando se apropriar de uma expressão tradicionalmente das esquerdas (o internacionalismo) e dar a esta expressão uma nova roupagem, um novo léxico, produzindo, enfim, um novo objeto: o "internacional". Após a Segunda Guerra Mundial esse novo objeto será apropriado prática e inquestionavelmente pela direita, até meados da década de 1990<sup>38</sup>.

Nas palavras de Foucault: "Le réel ne contient pas en lui-même la raison d'être du discours"<sup>39</sup>. Assim, as RI que se

---

<sup>36</sup> Apud: OLSON, William. The growth of a discipline. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, p.10.

<sup>37</sup> ANDERSON, Perry. Internacionalismo: um brevíário. **Revista Anos 90**, vol.12(21/22), 2005, pp.13-42.

<sup>38</sup> Acerca das relações entre as RI e o marxismo há, pelo menos, três trabalhos a serem consultados: BERKI, R. N. On Marxian thought and the problem of international relations. **World Politics**, vol.24(1), 1971, pp.80-105; KUBÁLKOVÁ, Vendulka & CRUICKSHANK, Albert. **Marxism and International Relations**. Oxford: OUP, 1989; HALLIDAY, Fred. **Rethinking international relations**. Vancouver: UBC Press, 1994.

<sup>39</sup> FOUCAULT, Michel. **Subjectivité et vérité. (Curso no Collège de France 1980-1981)**. Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2014, p.237.

apresentam como inovadoras, progressistas e alternativas operarão de modo conservador e hegemônico, funcionando como limite e constrangimento de todo pensamento alternativo quanto aos problemas internacionais. A força da disciplina será exercida de tal forma que complexos problemas humanos passarão a ser vistos ou como problemas "internos" aos estados – tratados pela Sociologia, pela Ciência Política, pela Economia, etc. – ou como desafios "externos" aos estados – sendo tratados por outras disciplinas, dentre elas as RI. Situa-se precisamente nessa arbitrária dicotomia discursiva entre interno/externo a força disciplinadora das RI. Essa dicotomia também condicionará, em certa medida, o velamento do terrorismo pelas Relações Internacionais.

## 1.2 A física política e o antropomorfismo nas Relações Internacionais

Imaginemos um dia entrarmos em uma sala de aula e vemos um quadro com desenhos e conexões entre expressões como *sistema, polos, polarização, polaridade, estado, força, choque de forças, esferas, equilíbrio, sobrevivência, evolução, lei do mais forte, razão, racionalidade, humanidade, indivíduos*. Provavelmente imaginaríamos que ali teve lugar uma aula de física e mais provavelmente uma aula das leis da física mecânica misturada a uma aula de biologia evolucionista. Os não iniciados se surpreenderiam ao saber que a aula ministrada ali teria sido de Relações Internacionais. O mundo internacional e sua dinâmica são expressões da física mecânica aplicada às relações de poder entre os estados que se comportam biologicamente como entidades vivas e racionais. Não é coincidência alguma que "in the Anglo-American context, academic IR has been portrayed as being on a par with natural sciences such as biology or physics, of universal relevance"<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> KUBÁLKOVÁ, Vendulka. Reconstructing the discipline: scholars as agents. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka.; ONUF, Nicholas; KOWET, Paul. **International Relations in a constructed world**. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998, p.196.

Tanto a política *interna* aos estados como a política *externa* aos estados será vislumbrada a partir de uma mecânica do poder e das relações de força desenhadas a partir de linhas de inclusão e exclusão entre um *dentro* e um *fora*<sup>41</sup>: "The modern experience of spatial differentiation stands out precisely for the sharpness of its lines of demarcation"<sup>42</sup>. As décadas de 1910 a 1940 marcarão o nascimento da disciplina de RI e serão o palco de discussões sobre o que seria o *internacional*, como ele se constituiria, quais seriam as forças em jogo, enfim, como seria este mundo no qual agiria esta nova ciência.

O mundo internacional das RI se constituirá a partir de cinco características principais. É importante salientar que apresento e analiso cada uma dessas características tão somente de modo referencial e esquemático. Isso significa que a análise tem como propósito situar o leitor quanto às implicações de cada uma dessas características para a constituição da imaginação internacional da disciplina de RI. A análise e a apreensão que proponho não serão exaustivas e não têm qualquer pretensão de serem suficientes para resolver as complexas relações entre a imaginação internacional das RI como tributárias da Física e da Biologia, por exemplo. De fato, muito se estuda sobre a influência de autores como Hobbes, Locke, Kant, Rousseau e Marx nas RI quando na verdade certas imagens e interpretações de pensadores como Isaac Newton e Charles Darwin (mesmo que equivocadas ou superficiais) tenham deixado marcas bem mais profundas.

Em primeiro lugar, o mundo internacional será representado como um *mundo plano*, um mundo *mercatorial*, por assim dizer, constituindo o que Yale Fergusson e Richard

---

<sup>41</sup> Para a melhor discussão sobre os processos históricos, políticos e filosóficos que levaram às concepções de um *dentro* e de um *fora* da política, às concepções mesmas de *política interna* e de *política externa*, ver: WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001; WALKER, R. B. J. Op. cit., 2009.

<sup>42</sup> WALKER, R. B. J. Op. cit., 2009, p.85.

Mansbach denominaram as "dimensões horizontais da política"<sup>43</sup>. A representação do mundo como um espaço contínuo, plano e sem estrias é uma herança do pensamento renascentista que se estendeu, pelo menos, até o final do século 19 e início do século 20, quando artistas modernistas passaram a questionar essa representação e a física de Albert Einstein desafiou as teorias newtonianas do espaço absoluto<sup>44</sup>. A função política da imagem plana do sistema internacional se desdobra em vários níveis. Primeiramente, um mundo plano localiza sem ambiguidades a posição de cada um dos atores do sistema e reforça indireta, mas claramente, as propriedades de autoridade e legitimidade de cada um deles: se eles podem ser representados num mesmo espaço (no mapa político do mundo) é porque eles são *iguais* em suas características políticas: todos são soberanos e se reconhecem mutuamente. Toda teoria política das RI emana dessa imagem que é, ela mesma, constitutiva da imaginação política da disciplina. Isso significa que ao mesmo tempo em que ela condiciona como as teorias de RI pensarão a política internacional, as relações internacionais constituídas por essas teorias constituirão as teorias de RI. Não há como pensar as noções de *soberania, esfera de influência, equilíbrio de poder, autoridade* e, é claro, *paz e guerra* sem referência à espacialidade plana do estado moderno. Escapar a esta tautologia é um dos desafios à imaginação política contemporânea, como tem apontado Rob Walker, Michael Shapiro, Richard Ashley e outros. "Mapear o mundo é produzir o mundo"<sup>45</sup>.

Outra função política do mundo plano seria estabelecer com nitidez as distâncias, as possibilidades e as impossibilidades de

---

<sup>43</sup> FERGUSON, Yale H.; MANSBACH, Richard W. **Politics: authority, identities and change**. Columbia: University of South Carolina Press, 1996, p.382.

<sup>44</sup> Para uma excelente descrição dos processos de formação do espaço moderno e sua transição para concepções de espaço pós-moderno, Cf. HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004, p.218-235.

<sup>45</sup> FERGUSON, Kennan. Unmapping and remapping the world: foreign policy as aesthetic practice. In: SHAPIRO, M. & ALKER, H. (eds.). **Challenging boundaries**. Minneapolis: Minnesota Press, 1996, pp.167.

contatos entre cada unidade do sistema. As relações entre as unidades *podem ser medidas matematicamente* – e também temporalmente – com base em sua localização. Discursos políticos podem ser mobilizados quanto à distância que se está de um inimigo (se ele está perto ou longe das fronteiras estatais) e sobre o que pode ser feito para se estar seguro contra ele. Da mesma forma, discursos estratégicos e econômicos podem fazer referência às distâncias, às dimensões espaciais de modo a legitimar práticas de exploração ou conservação, mobilidade ou proteção. Muitas ideologias geopolíticas das Relações Internacionais se fundamentam nessas medidas matemáticas da distribuição espacial. Um dos clássicos das RI nos Estados Unidos, *America's strategy in world politics* de Nicholas J. Spykman, publicada em 1942, em meio à Segunda Guerra Mundial, inicia com a representação de um mapa político do mundo intitulado *Hemisphere defense*. Esse mapa contém como elementos as bases navais dos Estados Unidos: as bases navais que o autor sugere, bem como as possíveis zonas de combate da frota naval americana em oposição às áreas sob o domínio do Eixo: "in geography lies the clues to the problems of military and political strategy. [...]. Geography is the most fundamental factor in the foreign policy of states because it is the most permanent. [...]. All descriptions of the power position of a state must, therefore, begin with the analysis of its geography"<sup>46</sup>.

O mundo plano serve ainda como analogia ao *sistema internacional*. O sistema internacional seria o *meio* das disputas entre os estados. Em grande medida, o mapa político e o sistema internacional são pensados como uma mesma entidade. A noção de sistema, é verdade, é bem mais explorada por autores realistas do que por autores liberais. Problematizado academicamente a partir das décadas de 1930 e 1940, o *sistema internacional* se tornaria

---

<sup>46</sup> SPYKMAN, Nicholas John. *America's strategy in world politics: The United States and the Balance of Power*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Co., 1942, p.41.



parte do léxico realista e jornalístico, "apesar de não haver uma definição padrão do mesmo"<sup>47</sup>. Liberais preferem falar em *comunidade internacional*, *comunidade de nações*, etc., pois enfatizam a noção de *harmonia de interesses* entre estados e se concentram em estudar os mecanismos de negociação das organizações internacionais. Todavia, a percepção de que tanto o sistema internacional ou alguma forma de comunidade de estados é possível ou imaginada paga tributo à espacialidade plana e não estriada do mundo: nesta espacialidade plana, cada unidade é sempre igual a si mesma.

A segunda característica do mundo internacional das RI é sua divisão em *unidades* bem definidas, iguais a si mesmas e inconfundíveis, no espaço e no tempo: os estados. "The basic unit of all international intercourse, international law, and organized international cooperation is the national state", escrevia Pitman Potter em *Introduction to the study of international organization*, em 1929<sup>48</sup>. Essa imaginação estatal nos é transmitida institucional e pedagogicamente, desde nossa infância, em aulas de Geografia quando solicitados a pintar *mapas políticos* com lápis de cor. "Usem uma cor para cada país"; "O azul é para ser usado apenas para as águas"; "Pintem Direitinho! Respeitem as linhas que dividem os países. Não invadam um país com a cor do outro", instruía a professora. Essa é uma das maneiras de introjetar os signos da soberania, das fronteiras, das delimitações e da inconfundível existência de unidades políticas num mundo plano. Unidades políticas que não se sobrepõem. Cada unidade é, assim, um átomo: uma parte indivisível. A transição do mundo

---

<sup>47</sup> BUZAN, Barry e LITTLE, Richard. The idea of 'international system'. **International Political Science Review**, 1994, vol.15(3), pp.231.

<sup>48</sup> POTTER, Pitman B. **An introduction to the study of international organization**. Londres: G. Bell and Sons, 1929, p.23.

universalista da Renascença para a visão particularista da Modernidade marca a imaginação internacional profundamente<sup>49</sup>.

O princípio da indivisibilidade do estado será incluído em todas as constituições políticas contemporâneas. O estado não pode ser dividido, repartido ou ter suas partes cedidas. O estado é, portanto, uma pessoa, um indivíduo, um *magnum homo*, como definiu Hobbes<sup>50</sup>. Passando pelo individualismo da Renascença e pela teoria política dos séculos 17 e 18, o estado foi paulatinamente *personificado*. Todos os momentos históricos em que alguma unidade política ou algum estado foi dividido ou teve algumas de suas partes cedidas a outros estados foram momentos de crise política. É possível afirmar – seguindo com a analogia da física atômica desta imagem – que momentos de tensão se equivalem à fissão nuclear: as guerras civis e as crises políticas são, nessa analogia física, a expressão política da fissão<sup>51</sup>. O vocabulário acadêmico, político e jornalístico emprega com frequência a analogia da "explosão" de uma guerra civil ou da guerra entre dois ou mais estados.

A antropomorfização do estado foi fundamental para a constituição de um direito internacional público, pois igualava essa nova entidade política, o estado, às pessoas e resolvia um grave problema jurídico na avaliação de questões de guerra, paz, propriedade e transmissão de heranças, etc. que havia se perdido desde a fragmentação do Império Romano<sup>52</sup>. Assim, na perspectiva das RI, mas não apenas dela, o estado é considerado uma pessoa, uma unidade que vive em sociedade e que é dotada de consciência

---

<sup>49</sup> BARTELSON, Jens. **Visions of world community**. Cambridge: CUP, 2009, especialmente o Capítulo 4.

<sup>50</sup> HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

<sup>51</sup> O termo "fissão" foi cunhado pelo físico alemão Otto Frish que desvendou o processo e assim o nomeou fazendo alusão ao processo biológico de divisão celular. SIRACUSA, Joseph M. **Nuclear weapons: a very short introduction**. Oxford: Oxford Press, 2008, p.14.

<sup>52</sup> SCHMITT, Carl. **The Nomos of the Earth in the international law of the Jus Publicum Europaeum [1950]**. Nova Iorque: Telos Press, 2003, p.143.

e inteligência; capaz de determinar suas ações com poder de agência. Lembro aqui a longa citação de Meinecke usada há pouco e como David Hill – um dos mais importantes acadêmicos de RI na década de 1920 – retrata o estado:

When we consider that a State is essentially *a unit among other units of like kind*, forming a society and governed by law, of which it is the embodiment; that it is a union of forces having a definite object, and organized for the accomplishment of that object; that it is endowed with a *public consciousness of itself, of its purpose and of its relations*; that it is *capable of determining its actions by the power of choice inherent in its collective will*; in short, that *it is not only an organized unit, but possesses intelligence and voluntary power of action, through its constituted organs of expression*, it does not seem altogether fantastic to think of it as *belonging to the class of beings known as 'persons'*, rather than to the class of beings known as *'things'*<sup>53</sup> (meus itálicos).

A antropomorfização do estado como agente *coerente, racional e consciente de suas ações* e que age em defesa de certo "interesse nacional" atravessa todas as teorias de RI. O estado-homem pode ser pensado como a condição de possibilidade ontológica e heurística para se compreender a agência em um "nível" ou "dimensão" social no qual esta agência mesma se apresenta de modo fugidio e despersonalizado. No que diz respeito à guerra, a personificação do estado igualou a guerra a um duelo entre homens iguais, responsáveis e capazes<sup>54</sup>. A guerra pode se tornar uma atividade legítima, digna, heroica e, muitas vezes, necessária. Nesta necessidade se localizaria grande parte do *ethos* político das monarquias europeias que vislumbraram por muito tempo a *guerra como um esporte dos reis*, vinculada a direitos, normas e costumes que a instrumentalizavam.

---

<sup>53</sup> HILL, David Jayne. **World organization as affected by the nature of the modern state**. Nova Iorque: Columbia UP, 1911, p.36.

<sup>54</sup> SCHMITT, Carl. Op. cit., 2003, p.143.

[A guerra] pode ser vista como um *estado legal* e uma forma de conflito envolvendo *um alto grau de paridade legal*, de hostilidade e de violência nas relações de grupos humanos organizados ou, de forma mais simples, como *condição legal* que permite igualmente a dois grupos hostis empreenderem um conflito através da força armada<sup>55</sup> (meus itálicos).

A guerra respeita valores comuns, regras, normas, costumes. A guerra é uma atividade cultural e, ao mesmo tempo, uma forma de violência. "[Há] *solidariedade social na comunidade de nações* na qual ambos beligerantes e os neutros são *membros* para se permitir um *reconhecimento geral das atitudes e padrões apropriados à situação de guerra*. Embora a guerra revele a fraqueza da comunidade de nações, *evidencia também a existência dessa comunidade*"<sup>56</sup> (meus itálicos). Será analisado, mais adiante, como se articulou uma crítica a esta noção de guerra no início do século 20 e como essa percepção ainda inserida e tornada legítima por certa racionalidade política deixou de ser possível uma vez que a guerra passou a ser guerra nuclear ou guerra de extinção<sup>57</sup>.

O individualismo estatal presente na imagem da política internacional tem a função de servir como lócus de autoridade e legitimidade à autoridade política soberana exercida e reivindicada por cada estado no sistema internacional. É a partir desta perfeita e inconfundível divisão do mundo em estados que a noção de poder político pode ser aplicada às relações internacionais e pensada pelas Relações Internacionais. Já na década de 1920, a concepção de poder político que dominava as RI era análoga àquela sintetizada no *conceito do político* de Carl Schmitt: o critério para a definição do político se situaria na diferenciação, na oposição política, entre

---

<sup>55</sup> WRIGHT, Quincy. **A guerra [1942; c.1964]**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, p.5.

<sup>56</sup> WRIGHT, Quincy. Op. cit., 1988, p.5.

<sup>57</sup> Acerca da passagem da guerra possível à guerra total e à guerra absoluta, ver a análise da evolução da teoria do partisan de Carl Schmitt (**The theory of the partisan [1962]**. Nova Iorque: Telos Press, 2007).

amigo e inimigo<sup>58</sup>. Tratava-se de um critério binário e apenas operacional em ambientes – como o *internacional* – nos quais os atores pudessem ser perfeitamente distinguíveis. A respeito desse conceito de poder nas RI, Hans Morgenthau, em 1933, afirmava que ele já "servia como a base para uma metafísica da função de forças elementares nas relações internacionais"<sup>59</sup>.

A terceira característica do mundo internacional diz respeito às *forças do sistema*. Estas forças respeitam as leis da mecânica; elas são forças mecanizadas. Spykman, em 1942, inicia sua descrição das relações entre política de poder e guerra com a seguinte analogia: "Without mechanical power – the ability to move mass – there can be no technology. Without political power – the ability to move men – technology cannot serve a social purpose. All civilized life rests, therefore, in the last instance on power"<sup>60</sup> (meus itálicos). Essa analogia do poder político como uma analogia das leis da física acompanha o pensamento filosófico desde meados do século 16, passando pelos textos político-filosóficos de Thomas Hobbes no século 17 e dos Iluministas nos séculos 18 e 19. Ao mesmo tempo, as leis da física se transformavam com os experimentos e as novas conclusões de Isaac Newton e as formulações de sua mecânica: "The dynamics of politics and the dynamics of physics are more or less contemporaneous"<sup>61</sup>. O *Leviatã*, por exemplo, numa interpretação acertada, é "um laboratório em que se deve definir um problema de medida, [ele é] uma física das forças"<sup>62</sup>. É notável como esta obra influenciou as concepções de mundo das relações internacionais, especialmente entre realistas, mas também entre liberais, sendo tal influência impossível de ser superestimada. Para um pensador

---

<sup>58</sup> SCHMITT, Carl. **The concept of the political** [1932]. Chicago: Chicago University Press, 1996.

<sup>59</sup> MORGENTHAU, Hans J. **The concept of the political** [1933]. Hampshire: Palgrave-Macmillan, 2012, p.108.

<sup>60</sup> SPYKMAN, Nicholas John. Op. cit., 1942, p.11.

<sup>61</sup> FOUCAULT, Michel. **Security, territory, population (Lectures at the Collège de France, 1977-1978)**. Londres: Palgrave/Macmillan, 2007, p.296.

<sup>62</sup> ANGOULEVENT, Anne-Laure. **Hobbes e a moral política**. São Paulo: Papirus, 1996, p.26.

político alemão do século 19, era aceitável pensar que “a lei dos fortes na vida política desempenha uma função semelhante à lei da gravidade no mundo físico”<sup>63</sup>. Descrevendo a necessidade de se estabelecer uma nova ciência das Relações Internacionais, em 1937, Frederick Schuman afirma que “the phenomenon of international politics can be dealt with more fruitfully if they are envisaged as aspects of the whole pattern of political behavior and power relations which has developed in Western civilization” e esses “padrões” se baseiam em “contacts between the states of the western world”<sup>64</sup>. Esses mesmos *contatos* são descritos em termos nitidamente hobbesianos por Goldworthy Lowes Dickinson num dos primeiros livros a popularizar a noção de anarquia nas RI:

Mutual fear and mutual suspicion, aggression masquerading as defense and defense masquerading as aggression, will be the protagonists in *the bloody drama*; and there will be *what Hobbes truly asserted to be the essence of such situation, a chronic state of war*, open or veiled. For peace itself will be a latent war; and the more the States arm to prevent a conflict the more certainly will it be provoked, since to one or another it will always seem a better chance to have it now than to have it on worse conditions later. [...]. Thus, not only in Europe but on the larger stage of the world the international rivalry is pursued. But it is the same rivalry and it proceeds from *the same cause*: the mutual aggression and defense of beings living in a 'state of nature'<sup>65</sup> (meus itálicos).

Em termos bastante análogos, o eminente professor de Chicago, Quincy Wright, definia o conflito como um termo de “amplas conotações” “in the *physical, biological, philosophical, and social worlds*”: “Conflicts of *material bodies* and of *animals* of the

---

<sup>63</sup> Von ROCHAU, Ludwig. *Grundsätze der Realpolitik angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands*. [1853]. Apud: HASLAM, Jonathan. Op. cit., 2006, p.305.

<sup>64</sup> SCHUMAN, Friedrich. **International Politics: an introduction to the Western state system [1937]**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1937, p.xii-xii.

<sup>65</sup> DICKINSON, Goldworthy L. **The European anarchy [1916]**. Charleston: Bibliobazaar, 2008, p.9-11.

same or different species, as well as *conflicts* of ideological, philosophical, or religious systems, may all provide approaches to the study of conflict between persons or social groups"; assim, "[a]rmies, like physical entities moving toward one another, seek to occupy the same place at the same time, each attempting to annihilate or capture the other (meus itálicos)"<sup>66</sup>.

A teoria do *equilíbrio de poder*, "the most honored, enduring and widely disputed of all theoretical perspectives on international relations"<sup>67</sup>, a teoria por excelência da política internacional<sup>68</sup>, "uma fórmula recente, mas uma ideia tão antiga quanto o mundo"<sup>69</sup>, se fundamenta precisamente numa *mecânica das relações de força* entre os estados. Cada estado tem um peso, um tamanho e uma forma. Colocando um estado após o outro numa balança é possível medir o equilíbrio de forças no sistema internacional. São os líderes políticos de cada estado que servem como "condutores de força" entre eles<sup>70</sup>. Apesar de não existir uma teoria unificada e coerente do equilíbrio de poder<sup>71</sup>, as forças que constituem ou que levam ao equilíbrio são fundamentadas em uma perspectiva mecanicista.

É importante salientar, mais uma vez, que esta imagem mecanicista do sistema internacional, da política internacional, perpassa todo o pensamento internacionalista e não é, de modo algum, monopólio dos pensadores classificados como realistas. O

---

<sup>66</sup> WRIGHT, Quincy. The value for conflict resolution of a general discipline of international relations. **Journal of Conflict Resolution**, vol.1, 1957, pp.3-4.

<sup>67</sup> ASHLEY, Richard K. **The political economy of war and peace: the sino-soviet triangle and the modern security problematic**. Nova Iorque: Nichols Publishing Co., 1980, p.234.

<sup>68</sup> "If there is any distinctively political theory of international politics, balance-of-power theory is it". WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979, p.117.

<sup>69</sup> ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB, 2002, p.173.

<sup>70</sup> LEBOW, Richard Ned; HERRMANN, Richard K. What was the Cold War? When and why did it end? In: LEBOW, Richard Ned; HERRMANN, Richard K. (edits.). **Ending the Cold War: interpretations, causations and the study of International Relations**. Londres: Palgrave/Macamillan, 2004, p.15.

<sup>71</sup> WALTZ, Kenneth. Op. cit., 1979, p.117.

argumento ou a analogia da *física social* também perpassa os textos de Norman Angell, supostamente um *liberal*. Há uma “lei da aceleração” do progresso das ideias devido ao progresso das condições sociais de vida tais como os meios de comunicação e de transporte. Aceleração da dependência mútua entre os estados. Uma lei da aceleração “do tempo social e político” e que pode ser notada na rapidez com que a civilização deixou de levar em consideração o “fator força” para se desenvolver<sup>72</sup>.

A quarta característica do mundo internacional é que cada unidade do sistema é uma *unidade viva*. Todo estado tem sua história: eles nascem, se desenvolvem e morrem. A teoria política internacional e a segurança internacional se constituirão com base no discurso *sobrevivência dos estados*. A ideia de *sobrevivência* perpassa todo o pensamento internacionalista, todas as “escolas” e “teorias” das RI.

A antropomorfização do estado, ou seja, a representação do estado como um corpo, como um organismo que se assemelha ao homem – ou a outros seres vivos ou mitológicos que se assemelham morfológicamente ao homem – possui uma longa história na teoria política, como já deve ter ficado claro. Da Grécia Antiga, passando pelo Renascimento até o Iluminismo, vários pensadores representaram o estado ou a política em termos de um “corpo político”, de um organismo ou um meio que funciona com “vida” e cujos órgãos possuem, cada um, uma função específica<sup>73</sup>. Num dos textos políticos mais influentes da década de 1930, Carl Schmitt chama atenção para as fábulas clássicas de La Fontaine e

---

<sup>72</sup> ANGELL, N. Op. cit., 2002, pp.126, 131, 166, 222 e 287, respectivamente. Para uma análise mais aprofundada sobre as implicações da velocidade e da aceleração desses processos sobre a política, ver: VIRILIO, Paul. **Un paysage de acontecimientos**. Buenos Aires: Paidós, 1999.

<sup>73</sup> Sobre a longa história das relações entre a biologia e a ciência política ou sobre o uso das analogias animais para representar a política, o estado, o “meio natural” da política, etc., Cf.: SCHMITT, Carl. **The Leviathan in the state theory of Thomas Hobbes: meaning and failure of a political symbol [1938]**. Chicago: Chicago UP, 2008, pp.48-50; DERRIDA, Jacques. **The beast and the sovereign, vol.1 [2001-2002]**. Chicago: UC Press, 2009; DERRIDA, Jacques. **The beast and the sovereign, vol.2 [2001-2002]**. Chicago: CUP, 2011.



Esopo servirem para ilustrar as "forças elementares" na teoria política do estado, pois os estados (os *Leviatãs*) aparecem sempre como "grandes animais". Nesse momento, as leis da física encontram a biologia: os estados não são apenas representados como animais ou organismos vivos, mas são dotados de "forças elementares" que os tornam também "grandes máquinas": "Because they command tightly centralized command mechanisms that confront one another, mechanisms that are amply equipped with human intelligence and are able to assume pivotal postures by activating a mere switch on the switchboard, they appear as huge machines"<sup>74</sup>. Assim, o *Leviatã* de Hobbes é representado como um homem, como soberano, que empunha uma lança e um cetro e é composto dos corpos individuais de todos seus súditos – como pode ser observado no famoso frontispício da edição original. Numa representação semelhante, um século mais tarde, Jean-Jacques Rousseau falará do "corpo político" e das funções de cada um de seus órgãos em perfeita analogia ao corpo humano:

Considerado individualmente, o ente político pode ser considerado como um *organismo vivo*, semelhante ao do homem. O poder soberano representa a cabeça; as leis e costumes são o cérebro, fonte dos nervos, sede da compreensão, da vontade e dos sentidos, do qual juízes e governantes são os órgãos; comércio, indústria e agricultura são a boca e o estômago que preparam a subsistência comum; as finanças públicas são o sangue, que no exercício das funções cardíacas uma economia *prudente* [itálico no original] distribui por todo o seu corpo, para proporcionar-lhe nutrição e vida; os cidadãos são o corpo e os membros que fazem com que a *máquina se movimente, viva e trabalhe* [meus itálicos]. E se a condição geral é saudável, nenhuma parte dessa máquina pode ser ferida sem que isso provoque instantaneamente uma impressão dolorosa no cérebro. [...]. [Se] o homem está morto, o estado se dissolve<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> SCHMITT, Carl. Op. cit., 2008, p.49-50.

<sup>75</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Tratado sobre a economia política. In: \_\_\_\_\_. **Rousseau e as relações internacionais**. Brasília, D.F.: Universidade de Brasília/Imprensa do Estado de São Paulo, 2003, pp.6-7.

Na teoria política internacional, a antropomorfização do estado funciona de modo a legitimar o pensamento do "internacional" no rol das Ciências Humanas, dando vida e, portanto, coerência e significado, mobilizando preocupação e cuidado com uma dimensão da vida, a vida política "internacional" e uma unidade de análise – o estado – que não existem em si mesmas. É essa anátomo-política, para usarmos a expressão de Foucault, que funcionará de modo a colocar o estado como entidade viva no centro das preocupações humanas<sup>76</sup>. É através do discurso da *vida dos estados*, da *sobrevivência dos estados*, sua preservação, seu desenvolvimento e seu bem-estar, que uma prática discursiva como as RI se legitima e se reproduz, funcionando estrategicamente para sustentar, legitimar e produzir, em seus termos, relações de força que perpassam todo o tecido social, vertical e horizontalmente. Nas palavras de Spykman:

In international society *all forms of coercion are permissible*, including wars of destruction. This means that *the struggle for power is identical with the struggle for survival*, and the improvement of the relative power position becomes the primary objective of the internal and the external policy of states. [...]. *Power means survival* [...]. In this kind of world, *states can survive only by constant devotion to power politics*<sup>77</sup> (meus itálicos).

Também Norman Angell paga tributo ao naturalismo nas relações internacionais, primeiro, o criticando como *corolário militarista* que "proíbe a humanidade de obedecer ao conselho de oferecer ao agressor a outra face e veda à natureza humana aceitar esse ideal", mas também admitindo que a luta pelo poder e o uso da força pelos estados na arena internacional é inevitável, é uma *lei da natureza*. A luta pelo poder é incontornável e admitir que ela

---

<sup>76</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade (Lectures at the Collège de France, 1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002b, p.289.

<sup>77</sup> SPYKMAN, Nicholas John. Op. cit., 1942, p.18.

existe é uma questão de *responsabilidade* e garante a *sobrevivência*: "Since struggle is the *law of life*, and a *condition of survival as much with nations as with other organisms*, pugnacity, which is merely *intense energy in struggle*, a readiness to accept struggle in its acutest form, must necessarily be a *quality marking those individuals successful in the vital contests*"<sup>78</sup> (meus itálicos).

O espectro da ação política racional nas RI contém esse outro (quinto) elemento proveniente da antropomorfização do estado: a *racionalidade*. As ações dos estados – tomadas sempre pelos seus mais respeitáveis representantes (os líderes, os diplomatas e os soldados) têm de ser racionais. Toda ação política deve se enquadrar no espectro de modo a respeitar algumas regras de conduta. Estas regras seriam constituídas e reformuladas historicamente. É a História do país, do sistema internacional, das relações entre estados, que dá exemplos aos líderes responsáveis nos contextos em que atuam. Uma vez que a questão da racionalidade política na teoria internacional perpassa todo o argumento deste livro, não se faz necessário nesse momento uma problematização específica sobre ela.

A sexta característica do mundo internacional constituído pela disciplina de RI é o *tempo*. O tempo é unidirecional. Ele é compreendido como uma seta entre o passado (história pedagógica), o presente (ação política) e o futuro (incertezas e expectativas). A função pedagógica do passado é acessada por quase todos os autores de RI. Os exemplos seriam bastante abundantes. Líderes mundiais apreenderiam bastante se os exemplos de grandes homens do passado fossem seguidos. A história seria um *texto legível*, na expressão de Roland Barthes<sup>79</sup>: sua complexidade estaria disponível para ser desvendada e apreendida por sujeitos soberanos e racionais e, por estes mesmos, poderia ser passada às futuras gerações para que aprendessem

---

<sup>78</sup> ANGELL, Norman. Op. cit., 1913, p.167.

<sup>79</sup> BARTHES, Roland. *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

com os erros e acertos do passado. A história possuiria uma estrutura narrativa e que, como tal, poderia ser "lida" e "contada". James Bryce, um dos responsáveis pela institucionalização da Ciência Política nos Estados Unidos e que teria forte influência nos intelectuais de Relações Internacionais nas primeiras décadas do século 20<sup>80</sup>, foi responsável pela "Americanização" da Ciência Política e de seu distanciamento das teorias do direito e do legalismo. Em 1909, durante seu discurso como presidente da Associação Americana de Ciência Política, Bryce defendeu as relações pedagógicas da História para com a Ciência Política; da História como *fornecedora* de fatos para a Ciência Política: "Political Science takes all the facts that history gives us":

*History takes the form of a record of facts and tendencies as they have occurred or shown themselves in past times. Political Science assumes the form of a systematic statement of the most important facts belonging to the political department of history, stringing these facts (so to speak) upon the thread of the principles which run through them. (meus itálicos).*

E conclui: "They are so disposed and arranged as *to enable us more easily to comprehend what we call the laws that govern human nature in political communities, so that we can see these laws as a whole in their permanent action and can apply what we have learned from history to the phenomena of today and tomorrow*"<sup>81</sup> (meus itálicos). Em 1919, D. P. Heatley expressava perfeitamente esta visão historicista do tempo ao contrabalançar a mútua importância da História e da Ciência Política: "Political Science without History, it has been said, has no root; and History without Political Science has no fruit":

---

<sup>80</sup> SCHMIDT, Brian. Op. cit., 1998, p.96-97.

<sup>81</sup> BRYCE, James. The Relations of Political Science to History and to Practice. Presidential Address, Fifth Annual Meeting of the American Political Science Association, **The American Political Science Review**, Vol. 3(1), 1909, p.3.

*History* does not give much encouragement to the promulgators of schemes of Perpetual Peace. [...] The historian of international policy will add all the weight of his knowledge and authority to the school of *caution and pre-cautions in statesmanship*. *But the lessons he draws, or merely permits to disclose themselves, from the past* are not sunk in gloom so deep that he may not say with Tocqueville, 'I will not believe in the darkness merely because I do not clearly see the new day that is to arise'<sup>82</sup>. (meus itálicos).

Para Heatley, a história fornece os exemplos; exemplos não muito encorajadores na direção da Paz Perpétua, verdade. A cautela e a precaução continuam sendo as melhores qualidades dos líderes políticos, mas mesmo esses ensinamentos negativos da história não devem se colocar como limites absolutos *mergulhados em obscuridade* frente às esperanças e expectativas de progresso – *o novo dia que nasce*. Trata-se aqui de Maquiavel com roupagem iluminista.

Essa perspectiva pedagógica da experiência humana gravada na História, na ciência histórica, atravessará a imaginação heurística das Relações Internacionais profundamente até os dias atuais, não sendo difícil encontrá-la em autores contemporâneos<sup>83</sup>. Em 1990, escrevia John Mearsheimer sobre o papel dos teóricos em RI: "Our task, then, is to decide which theories best explain the past, and will most directly apply to the future; and then employ these theories to explore the consequences of probable scenarios"<sup>84</sup>. Buzan e Little compartilham acriticamente desta "função pedagógica" da história ao afirmar que: "Without a more comprehensive understanding of the historical record, theories are both stunted in the construction and cut off from much of the

---

<sup>82</sup> HEATLEY, D. P. **Diplomacy and the study of international relations**. Oxford: Oxford UP, 1919, p.viii.

<sup>83</sup> Cf. NYE Jr., Joseph. **Understanding international conflicts**. Nova Iorque: Pearson Longmann, 2007, p.xiii e 235, respectivamente.

<sup>84</sup> MEARSHEIMER, John. Back to the future: instability in Europe after the Cold War. **International Security**, vol.15(1), 1990, p.9.

event data to which they should apply"<sup>85</sup>. "Only by going back and forth in history we can avoid mistakes"; "We can get some idea of where we are heading by looking back at the past of the developed world"; "[...] historical analogies help us understand some of the forces that will shape world politics in the twenty-first century", nos diz Joseph Nye, em 2007. Se o passado serve como fonte heurística de fatos e princípios para a ação política, o presente se apresenta como a elaboração desse aprendizado. O líder responsável e racional *deve aprender* com esses fatos e com as leis históricas apresentadas a ele pela História. Assim ele será julgado pelos seus pares e pela sociedade. Muito comum será a crítica de que este ou aquele líder ou este ou aquele político "não aprendeu nada com a História" ao tomar suas decisões políticas. Não nos esqueçamos das palavras de Meinecke: "*Any historical evaluations of national conduct are simply attempts to discover the true raison d'état of the State in question*"<sup>86</sup> (meus itálicos).

### **1.3 A Primeira Guerra Mundial e o espectro da ação política racional: a Guerra Total e a função política da tragédia**

Os estados – unidades vivas com as quais somos educados a nos preocupar enquanto cidadãos – possuem também *códigos de conduta*, códigos morais, a partir dos quais eles devem se relacionar. Esses códigos morais constituem o que chamo *espectro da ação política racional*. Esse espectro compreende a própria teoria política internacional. Tomados para além de suas significações como "teoria", como "abstração", a teoria política internacional pode ser compreendida como o horizonte mesmo de saberes e práticas políticas possíveis e impossíveis. A teoria política internacional constitui as práticas políticas e é ela mesma constituída por essas práticas. A teoria política internacional é uma

---

<sup>85</sup> BUZAN, Barry e LITTLE, Richard. Op. cit., 1994, p.231.

<sup>86</sup> MEINECKE, Friedrich. Op. cit., 1988, p.1

*prática discursiva*. Ela informa os horizontes das ações políticas racionais. É dentro desses horizontes que líderes, políticos, acadêmicos e leigos tomam decisões e vislumbram as possibilidades e impossibilidades da política. No ocidente, este horizonte se constitui sócio-historicamente entre os extremos da paz e da guerra. Ser racional, portanto, é agir dentro deste espectro político e respeitar suas regras (mesmo que complexas, não escritas, fugidias e relativas sempre a quem, quando e como fala) de legalidade e ilegalidade, legitimidade e ilegitimidade. A política racional respeita regras de *regimes de verdade*. As regras do jogo político são as mesmas regras que condicionam a verdade dos *discursos possíveis*.

A imagem da racionalidade internacional que se estende da paz à guerra parece mais realista do que liberal. Contudo, isso não significa que o liberalismo não esteja permeado por ela. Na realidade, as guerras no espectro da ação política racional servem como limite definitivo para o liberalismo. Ou seja, as características do mundo internacional *descrito* nas RI pela teoria política internacional é incontornável para os liberais. Kant já o admitia, sendo ele próprio um hobbesiano.

O estado de paz entre os homens que vivem juntos *não é um estado de natureza, o qual é um estado de guerra*, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre, no entanto, uma *ameaça constante*. Deve, portanto, *instaurar-se o estado de paz*; pois a omissão de hostilidades não é ainda a garantia de paz e *se um vizinho não proporciona segurança* a outro (o que só pode acontecer num estado legal), *cada um pode considerar como inimigo quem lhe exigiu segurança*<sup>87</sup>. (meus itálicos).

Da mesma forma, um dos principais pacifistas das décadas de 1910-1920, Leonard Woolf expressava essa dimensão quase incontornável da guerra:

---

<sup>87</sup> KANT, Immanuel. *À paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2004, p.126-127.

Now, if you look at the world of human beings as a whole and as far back from to-day as the mists of history allow, you will see that *so far we have only discovered two methods of regulating the relations of individuals and groups*. One is *by force*: a dispute or disagreement due to contradictory wills of two or more individuals or groups, arising whether in the sphere of sexual relations or in that of international polity, may be subjected to the arbitrament of force. [...]. But there is another method discovered by man, noble in reason, and widely applied by him to his relationships. This method may be defined broadly as *government and organization*, which is conscious government. It consists in the regulation of relations according to general rules, which to a greater or less extent are understood vaguely to embody the idea in the community of what the right relations ought to be<sup>88</sup>.

É necessário agora deixar mais claro o que compreendo por *espectro da ação política racional* e como este espectro se constituiu e, também, qual sua função – tanto na análise como na constituição do pensamento internacionalista da segurança internacional no século 20. Como penso ter deixado claro na Introdução, o presente estudo interpreta dois grandes espectros da ação política racional: o primeiro, entre 1910 e 1945 e, o segundo, entre 1945 e o Onze de Setembro. Cada um desses espectros condicionará e constrangerá um tipo particular de mundo internacional. Cada um deles apresentará um mundo específico no que diz respeito às possibilidades e impossibilidades da ação política racional sobre a paz e a guerra e sobre o que se considera paz e guerra, enfim, sobre a segurança internacional. O modo de se pensar a guerra e a paz a partir de certos critérios de racionalidade ou irracionalidade em cada um desses espectros da ação política racional condicionará o velamento do terrorismo como problema internacional na teoria política de RI. O espectro da ação política racional informa não apenas o programa possível da ação política

---

<sup>88</sup> WOOLF, Leonard. **The framework of a lasting peace**. Londres: George Allen & Unwin, 1917, p.13.



como informa as possibilidades ontológicas e epistêmicas<sup>89</sup> da disciplina. Nesse primeiro momento, portanto, me preocupo com a interpretação do espectro da ação política racional entre 1910 e 1945 e com os regimes de verdade mobilizados através dele sobre a segurança internacional.

Primeiramente, é preciso compreender que nenhum espectro da ação política é inteiramente diferente de seu antecessor. Os modos de pensar o mundo internacional – ou o que se pode conceber como *internacional* – não mudou muito desde que a humanidade se pôs a pensar um âmbito *fora* das fronteiras das comunidades políticas. Desde a Grécia Antiga, passando pelo Império Romano e pela Idade Média até a Modernidade e o que se convencionou chamar de pós-modernidade, a imagem do *internacional* (do *fora*) foi pensada em termos bastante semelhantes. O espectro da ação política racional não variou muito entre os dilemas da paz e da guerra. Ou seja: os limites da ação política foram colocados, há séculos, entre os extremos da paz e da guerra: "A *distinção entre a guerra e a paz é o fundamento da vida civilizada* e sua observância depende de padrões políticos e morais comuns"<sup>90</sup> (meus itálicos), nas palavras de Martin Wight. O que mudou, ou melhor, o que se pode analisar como diferença entre os espectros da ação política racional são precisamente os modos a partir dos quais cada ação é condicionada por regimes de verdade dominantes em cada época e como eles são constituídos por e constituem mecanismos de ordenamento e práticas de disciplinamento de saberes e subjetividades. Em cada época, é possível identificar e analisar dispositivos de segurança particulares que condicionam e são condicionados por práticas e saberes específicos. Mesmo que estes espectros da ação política, estes dispositivos de segurança, variem dependendo de suas regras

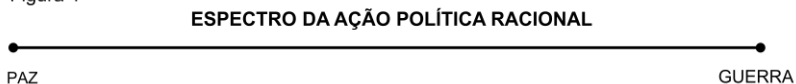
---

<sup>89</sup> O termo "epistêmico" está sendo empregado na acepção foucaultiana. Sobre isso, ver: FOUCAULT, Michel. Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'Epistemologie. In : \_\_\_\_\_. **Dits et Écrits I (1980-1988)**. Paris: Gallimard, 2001a, pp.724-759.

<sup>90</sup> WIGHT, Martin. **A política do poder [1946]**. Brasília: UnB, 1985, p.113.

de enunciação, eles foram sempre articulados entre os extremos da paz e da guerra. São os objetos *paz* e *guerra* que delimitam as possibilidades e impossibilidades da consituição do objeto maior *relações internacionais* no século 20 – o século das *Relações Internacionais*, calculando a *probabilidade* de guerras acontecerem, os *custos* políticos e econômicos dos conflitos, estabelecendo *medidas* em um espectro de possibilidades<sup>91</sup>.

Figura 1



Tradicionalmente, a paz é algo a ser almejado e desejado e a guerra algo a ser evitado. Mesmo assim, muito foi escrito sobre os perigos de uma *paz absoluta* entre as unidades políticas; uma paz que se configuraria como um Império que tudo dominaria, não deixando espaço para a autonomia e autodeterminação de cada unidade. De forma análoga, muito se escreveu sobre a necessidade de se fazer a guerra em momentos decisivos da vida política dos estados; sobre como a guerra pode salvar uma república e defender um povo ou, ainda, ser empregada para salvaguardar o equilíbrio de poder entre estados. Nenhum dos dois polos extremos do espectro é, portanto, necessária e claramente positivo ou negativo. Essa indeterminação da polaridade do espectro da ação política racional foi demonstrada na década de 1910, por Goldsworthy Dickinson:

One will endeavor to acquire supremacy over the others for motives at once of security and of domination, the others will combine to defeat it, and history will turn to *the two poles of empire and the balance of power*. So it has been in Europe, and so it will continue to be, until either empire is achieved, as once it

<sup>91</sup> Para uma definição do *dispositivo de segurança*, ver: FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2007, p.6

was achieved by Rome, or a common law and a common authority is established by agreement<sup>92</sup> (meus itálicos).

Mesmo que os dois polos do espectro sejam representados pelos signos da paz e da guerra, isso não significa que a paz e a guerra tenham sido sempre percebidas da mesma forma ao longo da história. Mudanças nos modos de se fazer a guerra e de se estabelecer a paz condicionaram e foram condicionados por discursos os mais variados sobre o que eles significavam, sobre como se legitimava e sustentava cada polo. É possível mobilizar discursos diametralmente diferentes empregando as mesmas palavras. Ou seja: discursos de paz e de guerra são dependentes dos regimes de verdade, dos dispositivos, em que circulam. Falar em paz e guerra não significou a mesma coisa entre 1910 e 2001. As mudanças nos *arquivos da guerra* condicionaram formas de pensar e legitimar a racionalidade política e condicionaram, de várias formas, modos particulares de se conceber a segurança. Assim, o objeto *guerra* só pode ser compreendido, paradoxalmente, em sua permanência histórica como um problema humano porque ele está disperso pelos saberes políticos, porque ele é descontínuo em sua constituição. Esta constituição como objeto depende dos dispositivos de segurança peculiares a cada época e lugar, peculiares a cada episteme, mais precisamente, a cada regime de veridicção. Platão, Maquiavel, Hobbes e Hegel interpretaram a *guerra*, mas não o fizeram segundo as mesmas *regras de enunciação*<sup>93</sup>. O que há de diferente na constituição do objeto *guerra* – e suas intrínsecas relações com a *paz* – é o que o torna contínuo na história política da humanidade.

Outra ressalva metodológica é que essas diferenças entre cada uma das formas de se conceber o espectro da ação política racional não é algo que os autores e pensadores saibam *conscientemente*: são

---

<sup>92</sup> DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The European anarchy [1916]**. Charleston: Bibliobazaar, 2008, p.10.

<sup>93</sup> FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969, pp.49-52.

os "efeitos não intencionais de suas atividades principais" que se mostram relevantes<sup>94</sup>. Muitas vezes, não há uma percepção clara das mudanças do mundo político. Nem sempre o arquivo da ação política se transforma tão nitidamente aos olhos de seus intérpretes. Nem sempre, os intérpretes dos acontecimentos percebem o poder dos acontecimentos como "acontecimentos", ou seja: nem sempre o que acontece é percebido em suas forças de transformação, de mudanças prático-discursivas. Casualmente, não é o que ocorre logo após a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial – e, certamente, não é o que ocorrerá após o Onze de Setembro: esses três acontecimentos foram significativos para a mudança de percepção de mundo de seus contemporâneos, especialmente para observadores mais argutos.

A Primeira Guerra Mundial não foi um conflito qualquer entre potências europeias. Não foi necessário ser um analista político treinado, um militar ou um acadêmico para perceber que a guerra representou um divisor de águas entre um mundo que deixava de existir e um mundo novo que se abria, dramaticamente: um "momento da transposição de uma fronteira histórica – uma daquelas raras datas da periodização da civilização humana"<sup>95</sup>. Praticamente nenhum intelectual do período deixou de expressar seu espanto sobre os horrores da guerra e as mudanças que ela impunha nas percepções da vida política e social dos europeus. Erich Maria Remarque, John dos Passos, Sigmund Freud, Ernest Hemingway, James Joyce, entre tantos outros intelectuais e escritores, registraram sua angústia perante os desenvolvimentos da guerra e o que ela significava para a civilização. A vida social do pós-guerra não seria a mesma, "tão insidiosos e insípidos eram os dedos da guerra europeia" na vida cotidiana, nas palavras de

---

<sup>94</sup> KUBÁLKOVÁ, Vendulka. Reconstructing the discipline: scholars as agents. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka.; ONUF, Nicholas; KOWET, Paul. *International Relations in a constructed world*. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998, pp.195.

<sup>95</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.450.

Virginia Woolf<sup>96</sup>. *O olhar sobre o mundo atual* era um olhar que demandava questionamentos sobre transformações e permanências<sup>97</sup>. Um olhar traumatizado e espantado com a carnificina vivida por todos os europeus. No diagnóstico de um de seus mais perspicazes intérpretes: "ninguém que tenha vivido uma vida adulta, tanto antes como depois de 1914-1918, em qualquer lugar da Europa e, cada vez mais, em amplas áreas fora do mundo europeu, poderia deixar de observar que os tempos haviam mudado dramaticamente"<sup>98</sup>. A Primeira Guerra Mundial ensinou aos europeus e ao mundo que uma nova experiência da guerra havia começado: a experiência da Guerra Total. O "processo trágico" do maquiavelismo na política europeia, descrito por Meinecke, ganhara um novo tom com a Primeira Guerra Mundial; um processo que se abria em todo seu "pavor"<sup>99</sup>. Na síntese brutal de Nicholas Spykman: "*Total war is the combination and integration of military, political, economic and ideological tactics in one great war effort. [...]. No state can think any longer of preparation for national defense merely in terms of preparation for a future conflict. The struggle is waged continuously. Total war is permanent war*"<sup>100</sup> (meus itálicos). No mesmo sentido, escrevia Quincy Wright: "a capacidade de destruição, grandemente ampliada, de todas as armas modernas e o desaparecimento da distinção entre forças armadas e população civil, nas operações militares" caracteriza a Guerra Total: "a população civil, os centros militares e de transportes tornaram-se alvos militares"<sup>101</sup>. A *guerra permanente* da Guerra Total informará as possibilidades políticas daquele momento em diante como *tragédia*.

---

<sup>96</sup> WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway** [1926]. Nova Iorque: Penguin Books, 2000, p.50.

<sup>97</sup> VALERY, Paul. **Regards sur le monde actuel** [1931]. Paris: Gallimard, 1945.

<sup>98</sup> HOBSBAWM, Eric. Op. cit., 1988, p.454.

<sup>99</sup> MEINECKE, Friedrich. Op. cit., 1988, pp.21-22.

<sup>100</sup> SPYKMAN, Nicholas John. Op. cit., 1942, p.38.

<sup>101</sup> WRIGHT, Quincy. **A guerra** [1942; c.1964]. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, p.61.

Ao final do conflito, em 1918, a criação da Liga das Nações se impõe perante os europeus como uma instituição incontornável. O símbolo da paz ganha nítida precedência sobre o signo da guerra e do confronto. Por toda a Europa, organizações pacifistas se multiplicam; autores pacifistas ganham os holofotes; e os debates sobre a paz se intensificam. É o momento de criação da disciplina de Relações Internacionais precisamente com o propósito de encontrar "as vias da paz"; chegara o momento de criar "outra ciência, a política internacional – a ciência das relações políticas entre os grupos humanos" com o objetivo de formular mecanismos garantidores da paz e da cooperação<sup>102</sup>. Também é o momento de homens como Norman Angell ganharem voz e de obras como *The Great Illusion* e *The fruits of victory*, ambas de Angell, e *Europe in convalescence*, de Alfred Zimmern se tornarem *best-sellers*. Suas editoras também publicariam os clássicos de Kant, Bentham sobre paz, tolerância e convivência entre os povos. A dedicatória de Zimmern em *Europe in convalescence* expressava bem esse sentimento pacifista: "[A] todos aqueles em cada país europeu que tem a coragem de olhar adiante". Referência explícita à esperança da comunhão de todos os povos europeus para a concretização de um futuro melhor<sup>103</sup>.

As experiências traumáticas da Primeira Guerra Mundial servem como referenciais catalisadores para a disseminação, legitimação e circulação de discursos e enunciados de paz, progresso e comunhão dos povos. Daquele momento em diante, a guerra passou a ser uma alternativa política que flertou com a *loucura*, sendo este um dos decisivos *critérios de transformação* da perspectiva internacional da disciplina que surgia. É o primeiro momento em que a materialidade da guerra, com seus desenvolvimentos tecnológicos experimentados nos campos de

---

<sup>102</sup> ANGELL, N. **A grande ilusão [1912]**. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p.300.

<sup>103</sup> "Dedicated to all those in every European country who have the courage to look forward". ZIMMERN, Alfred. **Europe in convalescence**. Londres: Mills & Boon, 1921.

batalha e a capacidade jamais vivenciada de matar milhares de homens em poucos minutos confrontam os discursos da guerra como uma prática nobre e heroica. A guerra, aos poucos, deixava de ser percebida em sua nobreza, para ser percebida em sua frieza técnica, mortífera e insana: “os oficiais são especialistas em ciências; os soldados são simples operários. O exército é uma máquina; as batalhas são ‘operações táticas’; as cargas de cavalaria saíram de moda. Um pouco mais e a guerra terá se convertido na menos romântica de todas as atividades”<sup>104</sup>. Essa percepção pacifista e crítica da guerra ganhará força na disciplina de RI e jamais se mostrará de acordo com as posições do "misticismo bélico" dos "bucaneiros profissionais" do fascismo alemão da década de 1930, criticado magistralmente por Walter Benjamin ou da apoteose estética da guerra elogiada pelo futurismo de Marinetti<sup>105</sup>.

O espectro da ação política racional reconhecia a Guerra Total como uma nova dimensão, o novo limite da ética da guerra. A partir de então, a partir da tragédia da Primeira Guerra Mundial, a Guerra Total se impôs como novo limite das possibilidades políticas racionais. A guerra deixava de ser uma possibilidade racional ou, pelo menos, deixava de ser uma possibilidade justificada tão somente em termos racionais. O critério até então adotado para uma política racional que possibilitava usar a guerra

---

<sup>104</sup> ANGELL, N. **A grande ilusão [1912]**. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, pp.225-227.

<sup>105</sup> BENJAMIN, Walter. Teorias do fascismo alemão: Sobre a coletânea *Guerra e guerreiros* editada por Ernst Jünger. In: \_\_\_\_\_. **Magia, técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986, pp.62 e 69, respectivamente. Vide a Passagem de Marinetti (citada em: BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. Op. Cit., pp.165-196): "Há vinte e sete anos, nós futuristas contestamos que a afirmação de que a guerra é antiestética. Por isso, dizemos: a guerra é bela, porque inaugura a metalização onírica do corpo humano. A guerra é bela, porque enriquece um prado florido com as arquídeas de fogo das metralhadoras. A guerra é bela, porque conjuga numa sinfonia os tiros de fuzil, os canhoneios, as pausas entre as duas batalhas, os perfumes e os odores de decomposição. A guerra é bela, porque cria novas arquiteturas, como a dos grandes tanques, dos esquadrões aéreos em formação geométrica, das espirais de fumaça pairando sobre as aldeias incendiadas e muitas outras. Poetas e artistas do futurismo, lembrai-vos desses princípios de uma estética da guerra, para que eles iluminem vossa luta por uma nova poesia e uma nova escultura!".





*Berlin*, William Shirer escreve sobre a criação de um exército conscrito por Hitler como desafio direto aos Tratados de Versalhes e como a população aclamava e saudava o *Führer* sempre que ele aparecia em público. Shirer estava certo que se tratava de um "terrible blow" aos aliados: "What will London and Paris do? *They could fight a 'preventive' war and that would be the end of Hitler*". Shirer sabia da impossibilidade desta via. Termina seus escritos naquele dia melancolicamente frustrado: "To bed tired, and sick at this Nazi triumph"<sup>107</sup> (meus *itálicos*).

O arquivo, nos termos seguidos nesse trabalho, é a lei daquilo que pode ser dito e do que não pode ser dito, é o sistema que rege os enunciados<sup>108</sup>. Assim, entre 1910 e 1945, os problemas internacionais foram colocados essencialmente em termos das possibilidades de se alcançar uma paz duradoura, especialmente na Europa. Não havia espaço discursivo para se pensar os problemas internacionais sob outros termos. Pelo menos não em termos suficientemente legítimos. Foi necessária a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e as aventuras coloniais de Mussolini, na Etiópia, e do Japão, na Manchúria e na China, para que as possibilidades de um discurso político da paz se modificassem novamente. A obra de Norman Angell é, mais uma vez, um caso exemplar nessa mudança de atmosfera discursiva já no final da década de 1930.

Em *Peace with the dictators?*, Angell expressa perfeitamente a necessidade de se criticar o discurso da paz e de aumentar o espectro da ação política em direção à guerra. O espectro da ação política que após a Primeira Guerra Mundial e até o início da década de 1930 havia sido alargado com a Guerra Total e que havia, portanto, se voltado nitidamente em direção à paz e à manutenção da Liga das Nações, agora tornava a considerar a

---

<sup>107</sup> SHIRER, William. *Berlin diary: the journal of a foreign correspondent (1934-1941)*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1941, p.31.

<sup>108</sup> FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p.175.

guerra como possibilidade de intervenções e ações contra as agressões fascistas. Nesse momento mostra-se interessante analisar o problema do espectro da ação política à luz das categorias do realismo e do idealismo (ou utopismo/liberalismo).

Segundo a tradição narrativa das RI, os realistas partem do pressuposto de que a guerra é uma realidade aceitável, necessária, mas perigosa e que deve ser empregada com cautela e pragmatismo. A guerra pode ser a *prima ratio* ou a *ultima ratio*, para alguns autores. Na literatura realista a guerra é sempre uma possibilidade. Por esse motivo, qualquer paz perpétua internacional seria inatingível e, portanto, utópica. A racionalidade e a engenhosidade das políticas externas dos países no sistema internacional os levam a considerar os cálculos dos demais em termos de poder e de influência dentro do sistema. Os ganhos de uns significam perdas para os demais. Para evitar que a guerra se alastre pelo sistema ou que ela se torne, pelo menos temporariamente contornável, um sistema de equilíbrio de poder se impõe. O equilíbrio de poder, para os realistas, em linhas gerais – pois não existe uma teoria geral do equilíbrio de poder<sup>109</sup> –, delinea os limites da possibilidade da ação política. Teorias realistas não consideram a paz como possibilidade política exequível. A paz jamais será perpétua. A paz se dá em *momentos*, em *intervalos*, *intermezzos*; ela não passa, no fundo, de uma paz armada. O equilíbrio de poder entre as potências do sistema é sempre frágil e tende à guerra generalizada, cedo ou tarde: "a perpetual effort to get the better of the balance; and as this effort is prosecuted on both sides, the ultimate issue is war. All history shows this, for every balance has ended in war"<sup>110</sup>. Esta conclusão de Goldsworthy Dickinson, em 1926, será ecoada pelas RI no século 20, especialmente entre autores realistas, mas se apresentará como uma verdade quase incontornável para o pensamento liberal e suas

---

<sup>109</sup> FRITZ, Paul; SWEENEY, Kevin. The (de)Limitations of Balance of Power Theory. **International Interactions**, vol.30(4), 2010, pp.285-308.

<sup>110</sup> DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The International Anarchy (1904-1914)**. NY: Century Co., 1926, p.6.

derivações. Uma das mais célebres aquiescências ao pensamento realista e sua teorização sobre os limites da ação política, notadamente no que diz respeito à natureza incontornável da guerra e do militarismo nas relações internacionais, será feita por Robert Keohane e Joseph Nye na segunda edição de *Power and interdependence*, em 1989, e por Keohane em *After Hegemony*, em 1986<sup>111</sup>.

A concepção liberal do sistema internacional é um tanto mais positiva quanto otimista. Os liberais também admitem a guerra como obstáculo à paz internacional, mas a guerra não seria incontornável. Pelo contrário, grande parte dos autores liberais não encara a guerra como um obstáculo intransponível, mas como um problema que pode ser contornado pelo comprometimento mútuo dos estados do sistema e pelo uso da racionalidade política de líderes responsáveis. A crença no progresso da humanidade é uma das marcas do pensamento liberal. O progresso é garantido e medido pela educação das populações. A fundação da Cátedra Woodrow Wilson de Relações Internacionais fundada em Aberystwyth em 1919 fora um projeto liberal e pacifista. O comprometimento de líderes responsáveis e de povos educados para a paz pode fomentar o surgimento e a manutenção de instituições e/ou organizações internacionais que sirvam para resolver controvérsias as mais diversas, pacificamente. Através de mecanismos de gerenciamento de conflitos, as organizações internacionais poderiam conter ânimos exacerbados e minimizar o alcance de conflitos internacionais, limitando seu alcance e gravidade. A paz internacional para os realistas é uma utopia e para os liberais uma realidade frágil, mas desejável e merecedora do comprometimento das nações. Rejeitar o melhor porque não é perfeito envolve a aceitação do que é pior, argumentava Angell:

---

<sup>111</sup> KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. **Power and interdependence** [1977]. Nova Iorque: Harper Collins, 1989; KEOHANE, Robert. **After hegemony** [1984]. Princeton: Princeton UP, 2005.

Peace will not come by sporadic, partial, piece-meal *refusals to fight* about anything at all; *by refusing to be moved by any meanness or any horror*. Nor will it come by arming in panic without knowing to what end. It will come *when men are clearer* as to what Right is, and decide that *their force shall be the instrument of naught else but that purpose*. There is no refuge but in the maintenance of that purpose. To surrender it, to bargain it away for a momentary immunity from the violence of those who would destroy it is, in the end, to destroy ourselves<sup>112</sup> (meus itálicos).

São essas as últimas palavras de Angell em *Peace with the dictator's*, publicado ao final de 1938, pouco menos de um ano antes da invasão da Polônia pela *Wehrmacht* que daria início à Segunda Guerra Mundial. Com essas palavras, Angell marca a abertura liberal de se fazer guerra, mesmo que uma guerra de trágicas consequências, contra a ofensiva nazi-fascista. Assim, nas décadas de 1920 a 1940, o espectro da ação política racional foi, primeiramente, fomentado pelo trauma da Primeira Guerra Mundial e pelo fantasma da Guerra Total: a paz deveria ser mantida e fomentada a todo custo e a Liga das Nações deveria servir como mediadora dos conflitos entre os estados, garantindo a estabilidade europeia. Com a ascensão do nazi-fascismo e a materialização das inequívocas intenções de Hitler, posteriormente, ao final da década de 1930, o espectro da ação política racional começa a se alargar em direção à necessidade de *guerra policial* contra os ditadores e de envolvimento pragmático dos estados democráticos europeus numa luta contra o fascismo, mesmo que essa opção carregasse em si o fantasma da tragédia da Guerra Total entre os povos.

A disciplina de Relações Internacionais que acabara de nascer, que estava em sua “infância”, para usar a analogia orgânica de E. H. Carr, funcionava para disseminar discursos de guerra e paz, de organização internacional bem como de equilíbrio de poder

---

<sup>112</sup> ANGELL, Norman. *Peace with the dictators?* Londres: Hamish Hamilton, 1938.

pelas sociedades europeias e norte-americanas. As vozes dos autores de RI, dos autores clássicos analisados neste capítulo, funcionavam de modo a *autorizar* estes discursos e delinear o tom dos debates; o tom do que poderia ser dito e do que não poderia ser dito na disciplina, e, mais ainda, do que poderia ser pensado e problematizado e do que poderia – e até deveria – permanecer esquecido e não problematizado. Eis as palavras de Carr que serviram de epígrafe: "Whatever my share in starting this business [a disciplina de Relações Internacionais], I do not know that I am particularly proud of it. [...]. What is this thing called international relations in the English speaking countries [senão] *the study about how to run the world from positions of strength?*"<sup>113</sup>. As vozes autorizadas dos autores de Relações Internacionais, dos *autores-função*, como aqui os considero, serviram, num primeiro momento, para guiar discursos de paz e de harmonia internacional quando da criação da Liga das Nações. Não apenas autores liberais estavam comprometidos com essas ideias, como visto, mas também autores que não nutriam das mesmas disposições políticas. Grande parte deles dividia a preocupação com a paz e com a manutenção de um sistema que evitasse, acima de tudo, uma carnificina como a que a Europa acabara de viver. Dickinson, por exemplo, longe de ser um autor liberal, afirmava que "nothing but a complete and radical reform in international relations can prevent the danger [of war] from becoming a reality"<sup>114</sup>. Dickinson, portanto, apresentava sua tese com a "convicção" de que a anarquia internacional poderia ser reformada<sup>115</sup>. Dos escritos de Goldsworthy Dickinson, passando por Norman Angell e Alfred Zimmern, até E. H. Carr e Nicholas Spykman, todos eles serviram para disseminar os princípios e os cânones da disciplina

---

<sup>113</sup> Carta de E. H. Carr a Stanley Hoffmann. 30 de setembro de 1977. Apud: COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xiii.

<sup>114</sup> DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The choice before us**. Nova Iorque: Dodd, Mead and Co., 1917, p.viii.

<sup>115</sup> SCHMIDT, Brian. Op. cit., 1998, p.160-161.

de RI; todos obedeceram aos mesmos *critérios de formação* da disciplina. Todos eles pensaram um mundo plano e homogêneo, dividido em estados ou nações iguais a si mesmos e inconfundíveis. A noção de guerra obedecia a estes mesmos critérios. A noção de guerra moderna permeou a ciência política alemã durante todo o século 19, em especial, e perpassou a disciplina de RI no século 20. Nas palavras de Carl Schmitt, um dos mais importantes pensadores da ciência política contemporânea e que influenciou gerações de internacionalistas, notadamente realistas como Morgenthau, Wolfers e Herz, explicitou a história da noção moderna de guerra:

The traditional European *bracketing of wars between states* emerged after the 18<sup>th</sup> century from specific concepts of *bracketed war* and *just enemy* derived from the age of monarchy. These concepts were interrupted by the French Revolution, but the Congress of Viena reaffirmed them and they became thereby much stronger. But they became legalized between states only when belligerent states – both internally and externally – adhered to them in equal measure, i.e., when their domestic and foreign policy concepts of regularity and irregularity, legality and illegality became substantively congruent or at least more or less homogeneous in structure. Otherwise, instead of a demand for peace, war regulations between states were successful only in that they provided pretexts and slogans for reciprocal accusations. The simple truth is that this has been acknowledged gradually since World War I<sup>116</sup> (meus itálicos).

A guerra moderna, essa guerra fechada (*bracketed war*), limitada pelas noções de estado, amigo/inimigo e pensada nos termos do direito internacional como tendo um início nas declarações formais e um fim na assinatura de tratados de paz, estava claramente se modificando, precisamente no período em que as RI se desenvolviam como disciplina. Mas isso não evitou que essa noção perpassasse o saber internacional da época e o

---

<sup>116</sup> SCHMITT, Carl. **The theory of the partisan** [1962]. Nova Iorque: Telos Press, 2007, pp.35-36.

conhecimento formulado na nova disciplina política internacional. Schmitt acertadamente percebe que os estados tem interesse em empregar "conceitos clássicos" como guerra, mesmo que sejam ignorados como "obsoletos e reacionários", pois eles normalmente se recusam a confirmar o surgimento de uma "imagem reconhecível de uma nova realidade" por motivos ideológicos<sup>117</sup>.

Para acadêmicos das mais variadas tendências teóricas e com as mais diversas disposições políticas, o estado permaneceu a unidade de análise das relações internacionais e nas Relações Internacionais. Todos aqueles autores vislumbraram um mundo em que o *internacional* nutria em sua estrutura o germe do conflito e da guerra. Das correlações possíveis com a Ciência Política alemã, com a física e com adaptações do darwinismo, discursos sobre a guerra e a paz foram articulados e disseminados pelos autores de RI. Discursos que constituíram mundos possíveis e impossíveis da segurança internacional, o espectro da ação política racional.

A Ciência Política tradicional, especialmente sua vertente alemã, informou as RI sobre a necessidade do estado forte, viril, racional e protetor. As palavras de Meinecke a este respeito são inequívocas e ressoaram pelas Relações Internacionais por décadas. Houve quem as confrontasse, mas a força do estado como agente central e protetor das populações no sistema internacional permaneceu com uma força discursiva incontornável. O mundo da física política e das forças mecanizadas do sistema internacional foi outro *critério de correlação* nitidamente constituinte das condições de possibilidade de constituição das RI. O poder é uma força mecânica que move nações, estados, e líderes. Ele impulsiona os estados rumo a seus objetivos, como falou Spykman. É o poder que faz pesar cada um dos estados na "balança" de poder. Poder é força motriz e massa. Analogamente, os escritos de Angell e Zimmern também pagam tributo a esta perspectiva mecanizada do poder na medida em que a opinião pública educada para a paz é também

---

<sup>117</sup> SCHMITT, Carl. Op. cit., 2007, p.36.

uma "força social" para o progresso. O progresso histórico é, ele mesmo, um deslocamento temporal impulsionado pela força da educação.

A *correlação* se dá também com a Biologia, outro saber com o qual as RI se comunicaram. O saber biológico da época, do final do século 19 e início do século 20, alimentado e distorcido por versões do darwinismo social, constituíram vários discursos acerca da paz e da guerra, da segurança internacional, do colonialismo e do imperialismo nas RI entre 1910 e 1945. O discurso da "sobrevivência" ou "morte" dos estados foi decisivo para a fundação e legitimação das RI. Sempre que a necessidade da guerra foi colocada em questão ou a necessidade da sobrevivência de um estado em relação aos demais estados foi cogitada foram articulados discursos com ênfase na biologia, na antropomorfização do estado fazendo circular o discurso da guerra, da separação, da vitória, da hierarquia e da raça, de uns sobre os outros<sup>118</sup>.

Esse discurso perpassa autores das mais diversas escolas de pensamento. Nitidamente presente em vários autores está o discurso da "sobrevivência" ou "morte" dos estados que informará o grande propósito normativo das Relações Internacionais: salvar os estados é salvar o mundo. O projeto das RI nas décadas de 1910 a 1940 é um projeto de salvação, primeiro, dos estados, e, depois, das populações. Ao final da Segunda Guerra Mundial, esse projeto normativo ganhará outros elementos, mas permanecerá forte e incisivo. Quando Alexander Wendt apresentar os modos de neorealistas e neoliberais abordarem as relações entre agentes (estados) e estrutura (a anarquia internacional), quase sete décadas mais tarde, ele salientará que ambos os grupos (aos quais poderíamos incluir também os realistas e liberais clássicos das

---

<sup>118</sup> Sobre as relações entre a biologia, as hierarquias sociais e políticas e o racismo, Cf.: FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2002b, pp.306-310.



décadas de 1910 a 1944) tomam o "estado autointeressado" como ponto de partida para suas teorias<sup>119</sup>.

Mas a novidade do *dispositivo Guerra Total* não foi a proteção do estado. O que há de original na forma de pensar a segurança internacional nas décadas de 1910 a 1940, o que há de original na transformação dos *critérios de verdade* da nova disciplina para o *saber* internacional de até então, não é o estatismo que, na verdade, faz parte de discursos "internacionais" há séculos. O que há de original no dispositivo Guerra Total, e isto precisa ficar claro, é a *inclusão do problema da ameaça à existência das populações pela possibilidade da guerra*. O espectro da ação política racional não deveria se preocupar com a guerra nos mesmos termos que líderes e políticos e até a opinião pública haviam se preocupado até então. O que estava em jogo na possibilidade da guerra a partir da Primeira Guerra Mundial era a ameaça de aniquilação de populações inteiras. O elemento *população* passou a perpassar os discursos da guerra como nunca antes. Um elemento de vida, de vida biológica das populações, de existência e sobrevivência, passou a operar como o limite da ação política racional: "Thus, while becoming more united, the world becomes less stable as tensions increase. This situation, *gives the human race more capacity*, if it wishes to exercise it, *to control its future through orderly processes*. On the other hand, its eggs all being in one basket, if it cannot agree to exercise *the controls now possible, its capacity to annihilate itself is also augmented*"<sup>120</sup>. Nesses mesmos termos, discursou Winston Churchill na Câmara dos Comuns sobre a necessária guerra contra os nazistas, em 1940, quando perguntado sobre qual política o Reino Unido deveria adotar:

---

<sup>119</sup> WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, vol.46(2), 1992, p.392. "International politics remains a realm of self-help where states face security dilemmas and force plays a considerable role". Esta frase poderia ter sido retirada de um texto de Kenneth Waltz, mas é de Joseph Nye. Cf. NYE Jr., Joseph. Op. cit., 2007, p.261.

<sup>120</sup> WRIGHT, Quincy. Population and international relations. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol.188, 1936, pp.326-327.

"I will say: it is to wage war by sea, land and air, *with all our might and with all the strength that God can give us*; to wage war against a monstrous tyranny, never surpassed in the dark, lamentable catalogue of human crime. That is our policy. You ask, What is our aim? I can answer in one word: Victory – *victory at all costs, victory in spite of all terror*; victory, however long and hard the road may be; *for without victory there is no survival*"<sup>121</sup> (meus itálicos).

É este o novo horizonte da racionalidade, do *controle da razão*, constituído pelas RI sobre o mundo internacional. *Um horizonte que coloca a vida dos estados, sua sobrevivência, em termos de vida e sobrevivência de suas populações*. A tragédia da guerra agora será populacional. As RI terão a função político-normativa de prevenção e de dar voz aos conceitos e problemas legítimos de serem pensados e estudados. A segurança internacional ganha uma nova morada.

No próximo capítulo, explicito como a física política e o antropomorfismo permanecem como *regras de formação dos discursos* de Relações Internacionais num novo arquivo, num novo *dispositivo de segurança* que se articulará ao final da Segunda Guerra Mundial. Assim como a tragédia da Primeira Guerra Mundial informou os discursos de Relações Internacionais nas primeiras décadas da positivação da disciplina, também as tragédias de Hiroshima e Nagasaki informarão os discursos de Relações Internacionais no mundo pós-Segunda Guerra Mundial. O impacto daqueles eventos será tão forte nas concepções de segurança internacional que reverberarão até o Onze de Setembro, com efeitos marcantes e decisivos.

---

<sup>121</sup> Apud: PALMER, Alan; PALMER, Veronica. **Quotations in History**. Hassocks: Harvest Press, 1976, p.47.

## Capítulo 2

### Guerra Fria e segurança internacional: terror e tragédia na teoria política internacional (1945-1990)

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o Esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. O conceito de esclarecimento. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.17.

If, however, the world is conceived as the scene of a *tragic struggle between good and evil*, reason and passion, the mere advice to follow the commands of reason will not measure up to the nature of the problems to be solved. Without the recognition of these *tragic antinomies* of human existence, the counsel of reason becomes the counsel of unreason, the promise of success turns into the certainty of failure. The goodness of the virtuous unmask itself as the self-righteous egotism of the hypocrite; and education is reduced to the 'objective' communication of facts, unable to distinguish between right and wrong, good and evil, true or false.

MORGENTHAU, Hans J. **Scientific man versus power politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1946, p.209.

The way we describe the world, the words we use, shape how we see the world and how we decide to act. The Cold War has always been a discourse, a conflict of words, 'capitalism' versus

'socialism'. Both left and right used the same words. They disagreed about which word was good and which was bad. KALDOR, Mary. After the Cold War. **New Left Review**, n.180, 1990, p.25.

Nenhum leitor deixará de entender que quando o Ministério de Educação de um grande país ocidental se dedica ao estudo da arte da guerra, o desenvolvimento da técnica militar ocidental que se adquire a tal preço é sinônimo da destruição de nossa civilização. ARNOLD TOYNBEE. **Guerra y civilización**. Madrid: Alianza, 1976, p.145.

If it's not love, than is the bomb, the bomb, the bomb, the bomb, the bomb, the bomb that will bring us together.  
THE SMITHS.

No dia 2 de agosto de 1939 – apenas um mês antes da Alemanha invadir a Polônia e dar início à Segunda Guerra Mundial – Albert Einstein envia uma carta ao então presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt alertando-o sobre a recente descoberta do processo de fissão nuclear pelo físico alemão Otto Frisch. O processo em questão poderia ser empregado para a construção de uma nova geração de "superbombas" com potencial de destruição ainda não imaginado pelo homem e que seria certamente explorado pelos nazistas. Persuadido pelos argumentos do renomado cientista, em outubro, Roosevelt ordena a formação de um comitê científico com o objetivo de desenvolver o novo armamento. A competição com a Alemanha<sup>1</sup> e o com o Japão para o desenvolvimento da bomba atômica mobilizou esforços tremendos dos Estados Unidos e, em 1942, o ultrasecreto Projeto Manhattan já se encontrava em pleno andamento e mobilizava quase dois bilhões de dólares em investimentos federais. No dia 23 de abril de 1945, o presidente Harry S. Truman que sucedera

---

<sup>1</sup> Na Alemanha, todos os esforços foram mobilizados para a obtenção da "arma secreta" de Adolf Hitler. Não se sabe, com certeza, porque os físicos alemães não conseguiram desenvolver a bomba antes dos americanos. Cf. BULLOCK, Alan. **Hitler and Stalin: parallel lives**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1992, p.816.

Roosevelt era informado por seu Secretário de Guerra Henry L. Stimson e pelo general Leslie Groves: "within four months, we shall in all probability have completed the most terrible weapon ever known in human history, one bomb that could destroy a whole city". Cabia ao presidente tomar a decisão sobre quando e onde utilizá-la; uma decisão que "no man in history has ever had to make". Em agosto de 1945 – exatamente seis anos passados da carta de Einstein – a força aérea americana lançava duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki<sup>2</sup>. Após o lançamento da primeira bomba sobre "a base militar de Hiroshima", o presidente Truman advertia os japoneses:

Estamos agora preparados para *fazer desaparecer, com mais rapidez e mais completamente*, até a última empresa de produção que possam ter os japoneses em terra, em qualquer cidade. Destruiremos seus diques, suas fábricas e seus meios de comunicação. Que não fique dúvida que destruiremos completamente a capacidade bélica do Japão. [...]. Se não aceitarem nossas condições, deverão preparar-se para uma chuva de destruição pelo ar, *como nunca se viu na terra*. Atrás desses ataques aéreos, seguirão forças marítimas e terrestres em tal quantidade e poderio como nunca se viu e com a qualidade combativa que os japoneses já conhecem<sup>3</sup> (meus itálicos).

A partir desse exemplo e da incapacidade das civilizações humanas em dominarem seu ímpeto em desenvolver técnicas de destruição, teve início definitivamente uma corrida pela aquisição de armas nucleares mais sofisticadas tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética. Em menos de uma década, uma nova geração de armas de destruição em massa estaria disponível (a bomba de hidrogênio) e faria parte dos arsenais das duas superpotências. Tinha início, a era da guerra nuclear.

---

<sup>2</sup> SIRACUSA, Joseph M. **Nuclear weapons**. Oxford: Oxford Press, 2008, pp.12-15.

<sup>3</sup> "Ameaçado o Japão de destruição completa pela 'bomba atômica'". **Folha da Manhã**, 7 de agosto de 1945, Capa.

As consequências das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki para a política foram tremendas. Um novo paradigma político tinha início com aquele evento ou, como argumento, um novo *dispositivo de segurança*. Esta era a percepção generalizada. Todas as formas de se fazer a guerra conhecidas pela humanidade por séculos se tornaram obsoletas diante do novo armamento e da possibilidade, dali em diante, daquela tecnologia voltar a ser empregada. Não apenas as estratégias e as táticas militares teriam de ser repensadas como a própria forma de se fazer e de se pensar a política precisariam ser enquadradas em um modelo diferente. A disciplina de Relações Internacionais se tornaria um dos *loci* centrais para a rearticulação de um novo conhecimento sobre a guerra e a paz e sobre os limites da ação política num mundo confrontado pela ameaça da guerra nuclear.

Em uma reunião com o presidente Truman, seu Secretário de Guerra Henry L. Stimson sugeriu que a tecnologia nuclear logo que descoberta fosse compartilhada com a URSS, pois a bomba não era "apenas mais um armamento devastador a ser assimilado aos nossos padrões de relações internacionais". Se o fosse, o "velho costume de segredos e de superioridade nacional poderia ser seguido". A invenção da bomba atômica "constitui um novo passo no controle do homem sobre as forças da natureza", um passo "revolucionário demais para ser enquadrado em velhos conceitos". Por esse motivo, os EUA deveriam demonstrar confiança nos soviéticos e "dividir" os segredos da tecnologia nuclear. Tratava-se de uma questão "da mais vital importância na evolução do progresso humano"<sup>4</sup>. Winston Churchill em seu famoso discurso "The sinews of peace" ("A Cortina de Ferro), em 1947, na universidade de Indiana, critica a ideia de Stimson alegando que o mundo era demasiadamente instável e que não se poderia confiar em regimes totalitários. A União Soviética, em 1942, já possuía seu

---

<sup>4</sup> Cf.: HANHIMÄKI, Jussi M. & WESTAD, Odd Arne (eds.). **The Cold War: a history in documents and eyewitness accounts**. Londres: Oxford, 2004, p.32-34.

próprio projeto nuclear. Stalin teria dito a seus subordinados: "Peçam o que vocês quiserem! Nada será recusado!"<sup>5</sup>. A União Soviética obteve sua bomba atômica apenas quatro anos após os americanos, em 1949. Paul Nitze, assessor do governo norte-americano durante a Guerra da Coreia, sustentou que a guerra nuclear durante aquela guerra era ainda uma possibilidade: "At that time we would have risked general war", mas que agora, em 1954, o limite estava traçado: "Now we do not know. We are not alone in having thermonuclear weapons. There is the H-Bomb"<sup>6</sup>.

Nesse capítulo, exploro os modos de constituição de novos conhecimentos sobre a segurança internacional à luz da guerra nuclear, de uma nova percepção sobre os limites da racionalidade política. Num primeiro momento, avalio as relações entre o estado norte-americano, as universidades e algumas fundações – especialmente a Fundação Rockefeller – para a constituição de um novo conhecimento acerca do "internacional", em geral, e da segurança internacional, em particular. Parto da premissa já esclarecida na Introdução de que um dispositivo é uma rede que integra e faz circular o poder através de discursos e práticas específicas desenhadas estrategicamente com esse propósito. O dispositivo Guerra Fria pode ser pensado como uma rede na qual relações entre o poder político do estado, os conhecimentos científicos e os saberes gerais nutrem relações imanentes. O dispositivo Guerra Fria constitui o regime de verdade a partir do qual – e através do qual – a guerra e a política poderão ser pensadas pelas RI. Nessa parte, analiso como a disciplina *otaniza* os discursos de segurança internacional, ou seja, como os discursos acerca da segurança internacional constituem um conhecimento de segurança voltado para a interpretação, problematização e descrição da guerra nuclear como problema central das relações

---

<sup>5</sup> BULLOCK, Alan. **Hitler and Stalin: parallel lives**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1992, pp.902-903.

<sup>6</sup> Fala de Paul Nitze. CONFERENCE On International Politics. May 7-8, 1954 (Appendix 1). Apud: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, p.250.

internacionais, concebendo a segurança internacional nos termos das preocupações próprias dos países membros da OTAN. No segundo momento, problematizo as relações entre a racionalidade e a violência na constituição dos discursos acerca dos limites da guerra e da paz pelas RI. Como os autores de RI interpretaram a novidade da guerra nuclear e como esta nova experiência serviu para constituir um novo arquivo de segurança internacional que constituiria, por seu turno, um novo dispositivo de segurança? No terceiro momento, analiso como se dá a politização da tragédia no processo da *Segunda Guerra Fria*, na década de 1980, e como esse processo potencializa a tragédia nuclear através do *exterminismo*. O objetivo nesta parte é explicitar o terror nuclear funcionando como *signo da tragédia* no dispositivo Guerra Fria. Esta função será problematizada no quarto e último momento deste capítulo quando interpreto o espectro da ação política racional na Guerra Fria e como se articula o signo da *extinção* como limite absoluto da ação política racional e suas implicações no dispositivo de segurança que permanecerá hegemônico nas Relações Internacionais até o Onze de Setembro.

### **2.1 A otanização da segurança internacional: a Fundação Rockefeller e a Conferência Sobre Teoria (1954)**

Hiroshima e Nagasaki, portanto, condicionaram os modos das RI pensarem a guerra e os limites da ação política racional. Os eventos trágicos de Hiroshima e Nagasaki condicionaram também os modos dos Estados Unidos, em particular, mas do ocidente, em geral, encararem os problemas de segurança internacional dali em diante. Discursos de segurança foram rearticulados de modo a acomodar o elemento da guerra nuclear na política internacional. Nesse momento, como bem interpretou Hans Morgenthau, os Estados Unidos não podiam mais se imiscuir da política internacional. Não havia como continuar proclamando ou sustentando o isolacionismo de décadas passadas: “Now it stands



outside the enclosures of its continental citadel, taking on the whole of the political world as friend or foe. It has become dangerous and vulnerable, feared and afraid”<sup>7</sup>. Os contrastes com a política internacional dos anos 1910 a 1945 eram evidentes demais para se seguir os mesmos princípios<sup>8</sup>. A posição da disciplina de Relações Internacionais nesse dispositivo conforme desenvolvida nos Estados Unidos nessa *era de ambivalência* foi fundamental, assim como a função de seus principais autores.

É difícil discordar de Stanley Hoffmann quando ele caracteriza as RI como uma "ciência social norte-americana", especialmente depois da Segunda Guerra Mundial<sup>9</sup>. Hoffmann sustenta que a disciplina de RI se americanizou nitidamente nas décadas de 1950 e 1960 devido a três fatores institucionais preponderantes: primeiro, o sistema de governo americano que coloca os acadêmicos "na cozinha do poder". A partir da década de 1960, segundo Hoffmann, acadêmicos foram considerados peças-chave na formulação de políticas governamentais, sendo incorporados ao *establishment* político como "policy scientists"<sup>10</sup>. O segundo fator são os laços entre "as cozinhas do poder" e os "salões acadêmicos", ou seja, o conjunto de fundações que alimentaram as RI com dinheiro para pesquisa após a Segunda Guerra Mundial. Quadros de diretores de algumas instituições e fundações foram – e ainda são – compostos por políticos e acadêmicos<sup>11</sup>. O terceiro fator se refere às universidades norte-

---

<sup>7</sup> MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 1ª Edição. Nova Iorque: McGraw & Hill, 1949, p.8.

<sup>8</sup> HOLSTI, Kalev. The study of international politics during the Cold War. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. **The Eighty Year's Crisis (1919-1999)**. Cambridge: CUP, 1999, p.17.

<sup>9</sup> HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987.

<sup>10</sup> HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987,p.12.

<sup>11</sup> Na lista dos diretores do *Council on Foreign Relations*, por exemplo, aparecem George H. W. Bush (1977-79); George P. Schultz (1980 – c.1985), Alan Greenspan (1982 – c.1985), David Rockefeller (1949 – c.1985), o que atesta a proximidade do Conselho com os mais altos escalões do poder nos EUA. Dentre os membros de destaque do *Conselho* ainda se encontram acadêmicos proeminentes e de grande influência internacional: Daniel Bell, Peter Berger (sociólogo da Universidade de Chicago), Luigi Einaudi (político e editor italiano), Clifford Geertz (antropólogo da Universidade de Chicago), Samuel

americanas: mais flexíveis e livres de regulamentações públicas, o que facilitava a pesquisa e a liberdade de se produzir conhecimento internacionalista propriamente dito, mais distante das simples análises diplomáticas tradicionais de muitos centros europeus, por exemplo. No Velho Continente, "[a] career on foreign service with its own training programs perpetuates the tendency to look at international relations as if it were still traditional diplomacy"<sup>12</sup>.

Não faço objeção a esta interpretação de Hoffmann, apenas a amplo. Penso que as RI não apenas se americanizaram – notadamente sobre as questões de segurança – como se *otanizaram*, ou seja, passaram a considerar como problemas de segurança internacional tão somente aqueles problemas que significavam ameaças à segurança dos países do centro do sistema, dos países da OTAN. As ameaças a esses países se traduziam em dilemas potenciais oriundos de certa percepção norte-americana acerca da União Soviética e de seus aliados: as guerras, em geral, e a guerra nuclear, em particular, além da espionagem, do medo do "avanço comunista" sobre os interesses norte-americanos, etc. Em grande medida, as RI que se desenvolveram entre 1945 e meados da década de 1970 diziam respeito aos dilemas de segurança anglo-americanos.

A maior parte dos autores clássicos da disciplina são norte-americanos e britânicos, com pouquíssimas exceções de australianos (Hedley Bull) e franceses (Aron, Merle, Badie, Duroselle, Renouvin<sup>13</sup>). É necessário um grande esforço de

---

Huntington (sociólogo), Henry Kissinger, Robert MacNamara, Paul Nitze, Joseph Nye, Thomas Skidmore e Arthur Schlesinger. Cf. DREIFUSS, René. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p.300-301.

<sup>12</sup> HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987, p.13.

<sup>13</sup> Marcel Merle, Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin praticamente não são citados na literatura anglo-americana. Duroselle e Renouvin, em especial, fazem parte de outra cultura de Relações Internacionais muito mais ligada à tradição que se desenvolve em países francófilos como Suíça, Espanha e Portugal e que dá ênfase a estudos de política externa sob a perspectiva das *forças profundas*, dos fatores geográficos, demográficos e econômicos sobre a conduta dos estados. Cf. DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tudo império perecerá: teoria sobre las relaciones internacionales**

memória para lembrar de algum autor clássico da disciplina que fuja destas quatro nacionalidades: "[The] vitality and appeal of the subject was not matched outside the English-speaking world, except, possibly in Geneva [the Institut Universitaire des Hautes Études Internationales]"<sup>14</sup>. Mais do que a ênfase nas universidades norte-americanas ou britânicas como grandes centros, os Estados Unidos e o Reino Unido são relevantes para a constituição do dispositivo Guerra Fria na medida em que a guerra nuclear e a possibilidade tornada sempre iminente de uma tragédia nuclear se abater sobre o mundo condicionou os modos da disciplina pensar os problemas de segurança internacional. Logo na década de 1950, o estado norte-americano já percebera a necessidade de se articular uma nova visão da política internacional. "In a country blessed with the climate of empiricism"<sup>15</sup>, havia a necessidade de se colocar algumas questões relevantes de política internacional ao grande público. Havia a necessidade de se explicar ao grande público quais seriam os desafios da América a partir de então. Quais os objetivos de sua política externa? Quais eram os novos atores mundiais? Quem era o inimigo? Que tipo de ameaça este inimigo representava? O que poderia ou deveria ser feito para fortalecer a América diante das ameaças da política mundial? As íntimas e promíscuas relações entre o estado, a academia, as fundações e as editoras começam a se desenvolver logo nessa década. Contudo, é importante esclarecer que a disciplina de RI não foi "criada", "estruturada" como uma simples porta-voz de uma ideologia estatal norte-americana. Os autores de RI não foram simples ideólogos num grande processo de manipulação do estado norte-americano para impor seus valores e sua visão de mundo. Os laços entre a academia e o estado norte-americanos existem e são

---

[1992]. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998; RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introducción a la historia de las relaciones internacionales**. Mexico, DF: FCE, 2001.

<sup>14</sup> OLSON, William. Op. cit., 1972, p.13.

<sup>15</sup> WOLFERS, Arnold. Theory of international politics: its merit and advancement (Appendix 6). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.282.

expressivos até os dias atuais. Acadêmicos de RI são frequentemente requisitados como assessores da presidência e desenvolvem inúmeras funções em governos: “a sedução de Washington era, e continua sendo, difícil de resistir – principalmente quando os influentes vêm bater à porta”, nos assegura Jonathan Haslam<sup>16</sup>. Praticamente todos os autores clássicos de RI ocuparam cargos como assessores, consultores ou inclusive posições mais altas na administração pública nos Estados Unidos e no Reino Unido. É impossível supervalorizar as ligações entre o *establishment* político desses países e os acadêmicos de RI. Mesmo assim, com todos esses laços, não é possível dizer que os autores aqui estudados sejam ideólogos a serviço do estado. É notório que muitos deles participaram de governos por acreditarem na validade de seus próprios trabalhos e por acreditarem nas políticas que poderiam ajudar a construir. As RI foram, como demonstrado no Capítulo 1, desde sua fundação, uma disciplina com forte cunho normativo. As ciências sociais nos Estados Unidos são atravessadas por e encaradas com um forte viés normativo e espera-se de acadêmicos que participem dos governos, tornando úteis suas expertises. Isso não significa que muitos acadêmicos não sejam críticos quanto ao governo norte-americano ou britânico e suas políticas externas. Mais uma vez Hans Morgenthau desponta como um caso emblemático.

Morgenthau produziu o texto que mais sintetizou a ideia de Guerra Fria que o *establishment* político norte-americano pretendia disseminar. Trata-se da obra *Politics Among Nations*, publicada em 1948 e que teve seis edições e está traduzida em mais de 20 idiomas. Morgenthau fora “escolhido” como o grande intérprete da Guerra Fria na medida em que *Politics Among Nations* era um livro de leitura fácil e fora produzido especificamente para um público universitário de graduação<sup>17</sup>. Em

---

<sup>16</sup> HASLAM, Jonathan. Op. cit., 2006, p.344.

<sup>17</sup> COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xxxvii.

pouco tempo, as ideias de Morgenthau se tornaram opinião corrente entre acadêmicos e o grande público: "Dr. Morgenthau's concepts, theories and applications have become part of current thinking and a conceptual framework for a multitude of American citizenry. The Morgenthau influence is profound and pervasive for today and for future generations"<sup>18</sup>. *Paz e guerra entre as nações* de Raymond Aron, por exemplo, outra obra de fôlego sobre a política internacional jamais conseguiu a notoriedade e a amplitude de influência que a obra de Morgenthau atingiu. Isso se deve, em parte, pela maior complexidade e academicismo da obra de Aron. *Paz e guerra entre as nações* é muito extensa e bastante complexa, além de privilegiar uma linguagem bastante técnica e profissional<sup>19</sup>.

Pontualmente, a *Conferência sobre Teoria* de 1954 foi decisiva para a elevação de Hans Morgenthau como autor-referência de política internacional e de sua obra *Politics among nations* como o grande guia para se interpretar a realidade da Guerra Fria. A conferência aconteceu entre 7 e 8 de maio de 1954 em Nova Iorque e reuniu acadêmicos, jornalistas e políticos já renomados, dentre eles Walter Lippmann e James B. Reston (jornalistas do New York Times), Reinhold Niebuhr (Reitor do Union Theological Seminary, em Nova Iorque), Paul Nitze (Presidente do Foreign Service Educational Foundation), Dean Rusk (Presidente da Fundação Rockefeller) Don K. Price (Diretor Associado da Fundação Ford), Robert Bowie (da Equipe de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado), Kenneth W. Thompson (Consultor em Relações Internacionais da Fundação Rockefeller), William T. R. Fox (do Instituto para Estudos da Guerra e da Paz, Universidade de Columbia), Arnold Wolfers

---

<sup>18</sup> HOTZ, Alfred J. Morgenthau's influence on the study of international politics. In: THOMPSON, Kenneth & MYERS, Robert J. Truth and Tragedy: **A tribute to Hans Morgenthau (with an intellectual autobiography by Hans Morgenthau)**. Washington, D.C.: The New Republic Book Co., 1977, p.321.

<sup>19</sup> HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987,p.7.

(professor em Yale) e Hans J. Morgenthau (do Centro para o Estudo da Política Externa Americana, em Chicago) e Dorothy Fosdick<sup>20</sup>.

O objetivo da conferência foi pensar, entre outras questões, as relações entre teoria e prática, mas mais detidamente em que medida as teorias (ou seja, o papel dos acadêmicos) poderiam ser úteis para as práticas políticas (para o *fazer diário* dos tomadores de decisões): "What is the role of theory in this business? How does theory help us to make such discriminations?"; "Is it possible to construct a theory which has more content than that which would be of general application?", provocava o mediador Dean Rusk<sup>21</sup>. Há diferenças de ênfase no papel da teoria entre os participantes. Há também divergências a respeito de como se elaborar uma teoria e, em que medida, ela pode ser útil aos tomadores de decisão. Morgenthau e Wolfers se distanciam claramente das posições de Niebuhr, por exemplo. Ao passo que Morgenthau sustenta uma nítida separação entre os objetivos do *interesse nacional* de um país específico dos objetivos morais gerais da humanidade; Niebuhr sustenta uma necessária confluência ou um necessário reconhecimento de que o *interesse nacional* deve ser guiado, até certo ponto, pelos interesses da humanidade. Segundo Niebuhr, a questão primordial de uma teoria política seria: "How the good of the nation may fit into a more general and universal scheme of value"<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> A única mulher presente na Conferência como palestrante fora Dorothy Fosdick. Na obra a que fazemos referência, dela não são dadas referências de cargo, ocupação ou instituição. Uma pesquisa posterior indicou que Fosdick foi a primeira mulher a ocupar uma posição proeminente no Departamento de Estado americano, onde serviu como assessora de senadores e trabalhou em várias comissões do Senado, sempre envolvida com temas de política externa. Sua perspectiva teórica seguia o realismo cristão de Reinhold Niebuhr. Dorothy Fosdick faleceu em 1983.

<sup>21</sup> CONFERENCE On International Politics. May 7-8, 1954 (Appendix 1). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, pp.244-246.

<sup>22</sup> NIEBUHR, Reinhold. The moral issue in international relations (Appendix 3). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.270.

Porém, todos os participantes da conferência concordavam em pelo menos dois pontos gerais que não apenas definiam suas aspirações pessoais como definiam suas inclinações a respeito do significado da teoria para o campo das RI. Em primeiro lugar, as RI deveriam se afirmar como disciplina independente da Ciência Política. Deveria ser colocado em prática de forma clara e definitiva um "trabalho de delimitação" (*boundary work*<sup>23</sup>) das fronteiras entre RI e Ciência Política. Deveria ser definido um campo de investigação independente e com uma teoria, com métodos e conceitos próprios. Em parte, deste esforço demarcatório resulta a segunda concordância entre aqueles acadêmicos: distanciar-se do empirismo behaviorista que começara a *contaminar* a Ciência Política e a Economia nos Estados Unidos. Acadêmicos de RI se tornaram críticos do positivismo das ciências sociais norteamericanas enfatizando o caráter particular da racionalidade política em oposição à racionalidade científica. Um dos pontos de convergência entre os pensadores de RI que compareceram à *Conferência sobre Teoria* é que a racionalidade política possui uma lógica própria e que esta não respeita necessariamente a lógica matemática que guia o quantitativismo das ciências behavioristas.

I have little patience with those *behaviorist theories* which maintain that *there is no such thing as a better or worse decision* in foreign affairs and that the proper subject for the student of international affairs is merely what decisions were in fact made and why. *Almost invariably value judgments remain in this type of analysis* but in implicit rather than explicit form. *It would seem much better to get necessary value judgments out into the open* where they can be looked at than to have them obscured in a *pseudo-scientific approach*.<sup>24</sup> (meus itálicos).

---

<sup>23</sup> GIERYN, Thomas. **Cultural boundaries of science: credibility on the line**. Chicago: Chicago UP, 1999.

<sup>24</sup> NITZE, Paul. The implications of theory for the practice in the conduct of foreign affairs (Appendix 5). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). op. cit., 2011, p.279.

Morgenthau, Niebuhr, Wolfers, Fox, Nitze e outros sustentavam que para se compreender as dinâmicas da política internacional seria suficiente compreender os padrões de racionalidade em processos decisórios específicos e como essas decisões se comunicavam com padrões de tomada de decisão históricos: "theoretical assumptions which are always present beneath the surface of historical events [...] provide the standards for their selection and [...] give them meaning"<sup>25</sup>. Notamos aqui a expressão daquele *critério de formação* da disciplina de RI já presente entre as décadas de 1910 e 1945 tratado no Capítulo 1 que toma a história como um recurso heurístico, como uma pedagogia para a ação política racional. Em certa medida, eles discordavam sobre o que as RI deveriam ser, mas concordavam quanto ao que elas *não* deveriam ser: "IR theorists conceived of their discipline as a modern *counterenlightenment*"<sup>26</sup>.

Ao final da conferência, parecia claro que a voz de Morgenthau estava mais de acordo com o que os Estados Unidos como superpotência mundial pretendiam apresentar sobre a política internacional. Um dos principais motivos para a simpatia do *establishment* norte-americano por Morgenthau diz respeito a sua visão dicotômica da política, herdada de Carl Schmitt: a política internacional era um jogo entre amigos e inimigos. Tratava-se de um jogo no qual a luta pelo poder, pela sobrevivência e pelo reconhecimento de que medidas drásticas poderiam e até deveriam ser tomadas pelos líderes mundiais caso se mostrassem necessárias. Morgenthau já havia sintetizado esta convicção num texto anterior a *Politics among nations*, mas que não teve o mesmo alcance público:

---

<sup>25</sup> MORGENTHAU, Hans J. The theoretical and practical importance of a theory of International Relations (Appendix 2). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.263.

<sup>26</sup> GUILHOT, Nicholas. The realist gambit: postwar American political science and the birth of IR theory. In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.132.



*Neither science nor ethics* can resolve the conflict between politics and ethics into harmony. *We have no choice* between power and the common good. To act successfully, that is, according to the rules of the political art, is political wisdom. To know with despair that the political act is inevitably evil, and to act nevertheless, is moral courage. To choose among several expedient actions the least evil one is moral judgment. In the combination of political wisdom, moral courage and moral judgment, man reconciles his political nature with his moral destiny. That this conciliation is nothing more than a *modus vivendi*, uneasy, precarious, and even paradoxical, can disappoint only those who prefer to gloss over and to distort the *tragic contradictions of human existence* with the soothing logic of a specious [ilusório] concord<sup>27</sup> (meus itálicos).

Essas "trágicas contradições da existência humana" serviam ao discurso hegemônico do estado norte-americano na Guerra Fria na medida em que funcionavam como alerta para medidas de exceção que poderiam ser – e seriam – tomadas caso o que os EUA considerava como "a política agressiva da URSS" ou de seus satélites exigissem. Morgenthau reabilitou a *razão de estado* dos séculos 17 e 18 e trouxe consigo o maquiavelismo tão necessário aos argumentos ideológicos de uma superpotência em guerra contra outra superpotência. A função de um autor como Morgenthau, ou os demais autores de RI, com suas posições institucionais, seu prestígio público e acadêmico, era dar *autoridade* aos discursos de Relações Internacionais; autorizar práticas políticas, com a marca da intelectualidade e do conhecimento. Entrecruzavam-se, através dos intelectuais, discursos de guerra, política internacional, saber, conhecimento, política e razão que eram acionados a partir das *vozes autorizadas* de cada um daqueles intelectuais. Suas vozes funcionam dentro do dispositivo de modo a garantir a verdade dos discursos políticos do *establishment*, estabelecendo o que pode ser dito – afinal, está

---

<sup>27</sup> MORGENTHAU, Hans J. Op. cit., 1946, p.203.

sendo dito por *especialistas* – e o que não pode ser dito – afinal, não está sendo dito por estes especialistas. Regimes de verdade se estabelecem através destas autorizações, destas relações entre o poder político e o conhecimento acadêmico. Conhecimento/poder se constitui mais amplamente em poder/saber, ou seja: a força do dispositivo é disseminar um conhecimento acadêmico como discursos de verdade pelo tecido social de modo a garantir que este conhecimento se impregne como saber, como consenso, como verdade e condição de possibilidade de se pensar o que pode ser pensado, estabelecendo relações de dominação, dividindo e hierarquizando o que pode ser dito e pensado e o que não pode ser dito ou pensado, constituindo subjetividades e práticas, programaticamente.

## **2.2 Hiroshima e Nagasaki: racionalidade, violência e os limites da guerra e da paz.**

Não foram apenas os intelectuais a constatar o caráter trágico dos eventos de Hiroshima e Nagasaki e os reconhecer como eventos históricos relevantes e incontestáveis. Não foram apenas historiadores, sociólogos ou acadêmicos em geral que os interpretaram como divisores de água na história humana. A ideia de Alan Bullock de que teria levado anos para líderes e acadêmicos conseguirem formar um "julgamento realista" sobre os impactos das armas nucleares na política internacional, não se confirma<sup>28</sup>. As primeiras opiniões de acadêmicos e líderes mundiais sobre a relevância e a natureza das armas nucleares apareceram imediatamente após os eventos no Japão. O Secretário de Guerra de Truman havia alertado o presidente norte-americano da natureza da nova arma mesmo antes de seu uso. Os esforços de Hitler e Stalin e do governo norte-americano em obter a arma e a atmosfera de segredo que pairou sobre os projetos atestam o

---

<sup>28</sup> BULLOCK, Alan. Op. cit., 1992, p.904.

conhecimento do que as armas nucleares significariam para a política internacional. Por parte da academia, já em 1946, livros e artigos foram publicados as tomando como marcos históricos decisivos. A partir de então, a guerra, a instrumentalidade da guerra na política internacional estava definitivamente posta em questão; não se tratava apenas de uma questão política ou estratégica, mas de um problema humano de proporções éticas, civilizacionais e existenciais: "the most spectacular characteristic of na age", "the suicidal character [...] of a doomsday machine"<sup>29</sup>; "The avoidance of such a situation must be a major responsibility of contemporary statesmanship"<sup>30</sup>; "as we know from happy experience, nuclear weapons moderate the behaviors of their possessors and render them cautions whenever crises threaten to spin out of control"<sup>31</sup>; "[o]ne has to look to the rational way of doing a certain thing. A rational solution may be the moral solution"<sup>32</sup>.

A existência de armas nucleares não significava, contudo, que a guerra em si ou os conflitos internacionais em outra escala deixaraim de existir. As armas nucleares não acenavam para um mundo mais pacífico, necessariamente, mas tão somente para uma política internacional na qual os conflitos internacionais seriam redimensionados devido ao medo da deflagração de uma guerra nuclear generalizada. O britânico Martin Wight, explicava:

É frequentemente argumentado que a invenção das armas nucleares transcendeu o predicamento hobbesiano, ao transferir nosso medo do inimigo para a própria guerra. Mas um momento de reflexão demonstrará que toda grande potência [...] tem

---

<sup>29</sup> MORGENTHAU, Hans J. The future of man [1962]. In: \_\_\_\_\_. **Science: servant or master?** Nova Iorque: New American Library, 1972, p.115-153.

<sup>30</sup> GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge UP, 1981, p.218.

<sup>31</sup> WALTZ, Kenneth. Structural realism after the Cold War. **International Security**, vol.25(1), 2000, p.36.

<sup>32</sup> Fala de Arnold Wolfers. CONFERENCE On International Politics. May 7-8, 1954 (Appendix 1). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.252.

*menos [grifo no original] medo da guerra atômica do que das consequências de não usá-la em determinadas circunstâncias contra um inimigo potencial. O motivo do ganho pode de fato ter sido enfraquecido, os motivos do medo e da convicção doutrinária continuam a fazer parte de nossa experiência diária. [...] [Quanto] mais supormos que as armas nucleares reduziram as chances de choques militares diretos entre grandes potências, mais temos de supor que os conflitos internacionais tomarão forma de subguerras revolucionárias, lutas guerrilheiras, terrorismo e propaganda. A guerra é inevitável, mas determinadas guerras podem ser evitadas. Isso significa viver em meio a infinitas incertezas e crises.*<sup>33</sup> (meus itálicos).

A irracionalidade política da guerra nuclear não significava a redenção da razão humana ou a chegada a um mundo internacional não hobbesiano. A interpretação de Wight apontava para um mundo em que as guerras menores ainda seriam possíveis e que as guerras ganhariam um caráter *subestatal*, disseminando-se pelo cotidiano da vida civil em revoluções, guerras civis, terrorismo e propaganda. Na mesma direção apontava Michael Howard, sustentando que as guerras do futuro consistiriam cada vez mais em "subversão, insurreição e revolta civil"<sup>34</sup>. Se estas conclusões de Wight e Howard (entre tantos outros) podem ser consideradas adequadas – e, pelo que a história da "Guerra Fria" nos testemunha, elas se mostraram adequadas – permanece uma incógnita os motivos que teriam levado uma disciplina acadêmica que chegara a esse diagnóstico sobre o futuro dos conflitos internacionais – considerando dentre eles o

---

<sup>33</sup> WIGHT, Martin. Op. cit., 1985, p.114. Os capítulos que compõem *A política do poder*, de Wight, não foram escritos todos no mesmo período. Originalmente, tratava-se de um pequeno texto de setenta e oito páginas, mas que, com os anos, ganhou volume com a introdução de novos capítulos. O capítulo aqui citado *Guerra* foi incluído na edição de 1978, pois dele só havia alguns manuscritos. Em seu lugar, foi republicado um texto de Wight de 1955, *War and International Politics*. Sobre esses detalhes, ver a *Introdução* da obra elaborada pelos Editores.

<sup>34</sup> HOWARD, Michael. War as an instrument of policy. In: BULL, Hedley; BUTTERFIELD, Herbert (Edits.). **Diplomatic investigations: essays on the theory of international politics**[1966]. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1968, p.199.

terrorismo – permanecer em silêncio sobre seus efeitos na política internacional.

Escrevendo especificamente sobre as relações entre as guerras e as mudanças na política internacional, no final da década de 1970, Robert Gilpin relacionaria a guerra com um ambiente internacional cambiante na medida em que a guerra seria um dos meios utilizados por estados como forma de transformar o *status quo*. Segundo Gilpin, a tentativa de transformação do *status quo* seria iniciada por aquele ator que a percebesse como um benefício egoísta: "A precondition for political change lies in a disjuncture between the existing social system and the redistribution of power toward those actors who would benefit most from a change in the system"<sup>35</sup>. Ao longo de quase duzentas e cinquenta páginas, não há menção ao impacto de guerras subnacionais como guerras civis, revoluções ou o terrorismo como sendo capazes de causar mudanças estruturais na política internacional. Esses tipos de guerras "function to force political change", mas não há desenvolvimento sobre o tema<sup>36</sup>. Os limites da guerra e da paz estariam ainda condicionados ou seriam acessados tão somente se afetassem "vital interests" desses grandes sujeitos internacionais, os estados. Nesse caso, mesmo as guerras nucleares ainda seriam possíveis.

Arnold Wolfers, durante a *Conferência Sobre Teoria*, em 1954 se questionava a respeito do lugar da violência frente aos valores morais. Uma teoria moral da política internacional deveria debater e problematizar o lugar e o momento da violência na política externa: "There is the assumption that the *status quo* is better than the resort to violence". Mas a ameaça de Hitler? E a crise de Danzig? E a defesa das colônias americanas?: "*We need a*

---

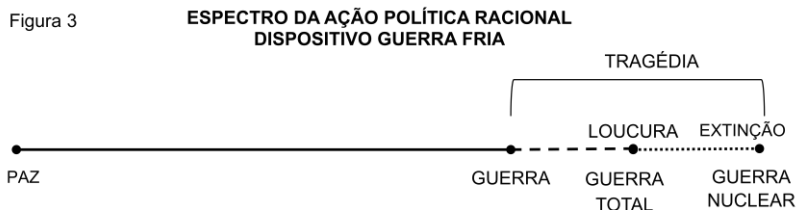
<sup>35</sup> GILPIN, Robert. Op. cit., 1981, p.9.

<sup>36</sup> GILPIN, Robert. Op. cit., 1981, p.214.

*hierarchy of values* to tell us what is worth a world war"<sup>37</sup> (meus itálicos).

Em um mundo onde a guerra havia mudado definitivamente de natureza, uma das questões que precisavam ser respondidas dizia respeito à utilidade da guerra: poderia a guerra ser empregada ainda como um *instrumento* de política externa? O que aprendemos a respeito da racionalidade na era nuclear diz respeito aos limites da ação política e ao objeto referente da segurança internacional. Em todos os autores estudados – e não apenas nos autores de RI, o que atesta o poder do dispositivo Guerra Fria e de sua capilaridade – é que a racionalidade da política passou a considerar não apenas o estado ou as populações como referentes da segurança internacional: uma vez que a guerra em geral era temida pela humanidade como uma tragédia e que fora problematizada como Guerra Total entre as décadas de 1910 e 1945, tomando as *populações* como referentes – como visto no Capítulo 1 –, a partir de Hiroshima e Nagasaki a guerra se tornara uma *tragédia humana*, uma tragédia existencial marcada pela possibilidade de *extinção* de toda a humanidade. Não se tratava mais da tragédia com a possibilidade de aprendizado ou redenção, o que marcava o signo da tragédia na imaginação ocidental<sup>38</sup>. O mundo parecia ter entrado definitivamente no tempo do "fim da tragédia"<sup>39</sup>.

Figura 3



<sup>37</sup> Fala de Arnold Wolfers. CONFERENCE On International Politics. Op. cit., 2011, p.247.

<sup>38</sup> EAGLETON, Terry. **Doce violência: a ideia do trágico** [2003]. São Paulo: Unesp, 2012.

<sup>39</sup> NANCY, Jean-Luc. Após a tragédia. **Terceira Margem**, n.27, 2013, pp.81-107.

A mudança do referente da segurança internacional das populações para a *espécie humana* é significativa no dispositivo Guerra Fria. É com a marca da *extinção da espécie* (ou da civilização) *humana* e da vida na terra que o dispositivo Guerra Fria se articula como biopolítica. A percepção de Foucault sobre a Guerra Fria é emblemática a este respeito:

The atomic situation is now at the end point of this process: the power to expose a whole population to death is the underside of the power to guarantee an individual's continued existence. The principle underlying the tactics of battle - that one has to be capable of killing in order to go on living - has become the principle that defines the strategy of states. But the existence in question is *no longer the juridical existence of sovereignty; at stake is the biological existence of a population*. If genocide is indeed the dream of modern powers, this is not because of a recent return of the ancient right to kill; it is because *power is situated and exercised at the level of life, the species, the race, and the large scale phenomena of population*<sup>40</sup> (meus itálicos).

Mudaríamos a ordem dos referentes apresentados por Foucault. Não seria a população o "fenômeno de larga escala", mas a "vida". É a extinção da "vida" na Terra que marca o dispositivo Guerra Fria tragicamente e que funcionará estrategicamente para estabelecer, sustentar e disseminar relações de dominação e poder de modo imanente no ocidente. Sustento que o dispositivo Guerra Fria condicionou, através do conhecimento (*connaissance*) de RI, as formas de se conceber a segurança internacional. A *otanização* da disciplina estabeleceu os limites da racionalidade política na Guerra Fria e condicionou os discursos de verdade a partir dos quais se poderia pensar a segurança internacional. Estes discursos de verdade apresentavam as dicotomias políticas da época com base nas oposições amigo/inimigo, paz/guerra, dentro/fora, seguro/inseguro, etc. São os discursos fundamentados nessas

---

<sup>40</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., 1990, p.137.

dicotomias que marcam o período. Mas não apenas isso, pois essas dicotomias são tão antigas quanto a humanidade. O que as tornam particulares no dispositivo Guerra Fria, ou seja, o que as tornam particulares nos discursos de tragédia da segurança internacional no dispositivo Guerra Fria é a marca da *extinção*. É a extinção que os faz funcionar *estrategicamente*. Nesse sentido, argumento: mais do que a problemática da anarquia funcionando como constituinte do que se concebe o "internacional" e o "doméstico", como muitos intérpretes notáveis argumentam; vejo a tragédia – e particularmente a tragédia marcada pela extinção – como a marca de inteligibilidade própria do dispositivo Guerra Fria e, portanto, do modo de se pensar e acessar o "internacional" e a "segurança internacional".

A guerra nuclear é um evento limite. É uma tragédia limite. Após a guerra nuclear aos moldes do que seria possível durante a Guerra Fria entre os blocos capitalista e comunista, a vida na Terra se tornaria impossível. O que não fosse destruído por milhares de explosões nucleares que ocorreriam em quase todos os cantos do globo seria destruído pelo "inverno nuclear", que destruiria toda a vida animal e vegetal do planeta. Tal era a narrativa da tragédia nuclear pós-1945 e com a qual o mundo se "habitou" a conviver por mais de cinco décadas até o colapso da URSS. O que se constituiu como "ameaça" à segurança internacional foi constituído pela sempre presente e sempre reforçada narrativa de que o evento trágico da guerra nuclear total era uma possibilidade; este evento estava sempre ali, à espreita; bastaria um descuido da vigilância política para que a guerra nuclear se tornasse uma realidade catastrófica. Mesmo assim, a Guerra Fria passaria ainda por um momento de maior radicalização e politização da tragédia. Um momento em que a extinção da vida na Terra ganharia contornos ainda mais evidentes e serviria estrategicamente para legitimar posições políticas do ocidente sobre o mundo socialista. Trata-se do momento da Segunda Guerra Fria.



### 2.3 A Segunda Guerra Fria e o exterminismo: a politização da tragédia nuclear

A segunda metade da década de 1970 até o final da década de 1980 foi um período marcado pela intensificação da Guerra Fria. O período em questão ficou conhecido como *Segunda Guerra Fria*<sup>41</sup>. Segundo Halliday, o contexto se caracterizou pela intensificação das lutas políticas, ideológicas e da corrida armamentista entre as duas superpotências<sup>42</sup>. A breve contenção e convivência pacífica logo após a Crise dos Mísseis de Cuba e o início da década de 1970 pareciam ter ficado no passado. Os pronunciamentos oficiais dos líderes ocidentais enfatizavam o confronto e o enfrentamento entre os dois blocos. O dispositivo Guerra Fria passou a disseminar a possibilidade da iminência da guerra nuclear, da possibilidade real da guerra nuclear entre as superpotências. Os cálculos racionais que teriam levado à convivência pacífica e à contenção foram superados por discursos belicosos e pela prática da corrida armamentista. Em poucos anos, os arsenais nucleares dos Estados Unidos e da URSS não apenas se modernizaram como se multiplicaram expressivamente. A chegada ao poder de Margaret Thatcher no Reino Unido, em 1979, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, apenas um ano mais tarde, deu início a uma escalada nos discursos belicosos e anticomunistas nos dois países. Discursos que se disseminaram pública e academicamente.

Na disciplina de RI, o signo da tragédia nuclear ganhou contornos cada vez mais dramáticos e urgentes. Ao contrário do que seria politicamente esperado após o iminente confronto nuclear entre as duas superpotências durante a Crise dos Mísseis

---

<sup>41</sup> O termo *Segunda Guerra Fria* foi cunhado por Fred Halliday em seu estudo homônimo e compreendeu o período entre 1975 e 1983 (HALLIDAY, Fred. **The making of the Second Cold War [1983]**. Londres: Verso, 1984). Halliday publicou essa tese em 1983, quando o momento por ele descrito ainda estava em andamento. Contudo, a partir dos critérios apresentados pelo próprio autor, podemos considerar que a *Segunda Guerra Fria* se estendeu até o final da Guerra Fria mundana dita com a derrubada do Muro de Berlin (1989).

<sup>42</sup> HALLIDAY, Fred. Op. cit., 1984.

de Cuba em 1962, ou seja, um reconhecimento mútuo de que a racionalidade política tinha limites claros e que uma tragédia nuclear poderia acontecer por erros de cálculos, por decisões mal tomadas ou, simplesmente, pela não compreensão das intenções dos agentes envolvidos, politicamente, a Guerra Fria se intensificou. A corrida armamentista passou a ocupar as agendas políticas e os orçamentos dos EUA (OTAN) e URSS. Nas RI, por seu turno, acadêmicos perceberam que chegara o momento de pensar as potenciais consequências trágicas dessa agressividade. O início da década de 1980 foi marcado pela retomada dos discursos da paz e da não proliferação nuclear a partir dos estudos da ética internacional<sup>43</sup>.

Dois autores dão o tom das preocupações acerca das responsabilidades dos estados em nível internacional e o que seria necessário fazer para se assegurar a paz, são eles: Joseph Nye e Stanley Hoffmann, ambos acadêmicos de Harvard e declaradamente liberais.

Tanto Hoffmann como Nye admitiam a urgência de se pensar para além de certas lentes realistas da política internacional. Hoffmann criticava a perspectiva realista e neorrealista de que a estrutura anárquica do sistema internacional condicionava e limitava as ações dos estados. Para ele, havia sempre a possibilidade de se fazer *escolhas* entre a guerra e a paz, entre ações positivas e em defesa de um bem maior e comum e as escolhas de uma pura política de poder. Haveria diferença entre o que os realistas chamavam de *auto-interesse* (*self-interest*) e egoísmo (*selfishness*)<sup>44</sup>. A guerra não seria inevitável e nem era uma consequência ditada pelas forças da estrutura. Na mesma linha de raciocínio, Joseph Nye dissertava sobre a "ética nuclear". Ele inicia seu argumento com a seguinte passagem: "*The prospect of a nuclear war is horrifying. It brings us face to face not only*

---

<sup>43</sup> HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1981.

<sup>44</sup> HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1981, p.16.

*with death, but with destruction of the civilization that makes our life meaningful. It might even destroy our species.* There is no precedent for the challenge that nuclear weapons present to our physical and moral lives"<sup>45</sup> (meus itálicos). O mundo de 1986 estava tão decisivamente marcado pela possibilidade da guerra nuclear e pela presença de armas nucleares no centro da política internacional que somente seria possível pensar politicamente através de uma "ética nuclear", ou seja, uma ética que levasse a sério a possibilidade real da extinção humana e da vida na Terra pela hecatombe nuclear.

Esse sentimento perpassava não apenas os esforços intelectuais de Joseph Nye ou Stanley Hoffmann; não eram apenas os liberais que estavam engajados em criticar as bases nas quais a política internacional estava sendo conduzida. Não se pode pensar que autores realistas tivessem uma visão muito diferente. Tenho tentado demonstrar ao longo do argumento que os dispositivos que analiso não operam diferentemente entre as teorias de RI; eles as atravessam e as constituem radicalmente. Discursos de tragédia são condições de possibilidade de se pensar as relações internacionais, a política internacional, pelas RI, desde sua fundação. As RI funcionam como o lócus da tragédia. Não há diferenciação aqui entre as teorias ou escolas de pensamento: todas elas, de vários modos, disseminam a tragédia e constituem a tragédia.

No período da Segunda Guerra Fria, a tragédia ganha, assim, contornos ainda mais graves. O Prefácio de uma das publicações mais importantes do período e que reuniu boa parte da intelectualidade de esquerda europeia engajada no desarmamento nuclear, começa desta forma:

O advento da época das armas nucleares, anunciada ao mundo em Hiroshima e Nagasaki, transformou irreversivelmente a natureza da guerra. Hoje em dia, a aceitação dessa verdade é

---

<sup>45</sup> NYE Jr., Joseph. **Nuclear ethics** [1986]. Nova Iorque: Macmillan/Free Press, 1988, p.ix.

praticamente universal, mesmo que tenha sido mínima uma atuação correspondente a ela. Mas *a nova possibilidade de um holocausto mundial alterou, de modo igualmente permanente, as bases e os termos da perspectiva do socialismo*, tornando-o absolutamente mais urgente, ainda que, em termos práticos, mais difícil do que nunca. *Apenas um planeta libertado da divisão de classes e da exploração imperialista, onde a liberdade e a igualdade sejam realidades internacionais comuns, poderia se constituir em um ambiente pacífico para a raça humana*. Mas *a própria existência de enormes máquinas militares aglomeradas em torno de armas de destruição maciça dá às atuais estruturas políticas e econômicas uma terrível inércia*, impedindo o livre desenvolvimento dos amplos movimentos sociais necessários para tornar mais próxima uma sociedade sem classes – movimentos cuja própria atividade pode por em risco o *'equilíbrio de terror'* em que parece se basear a paz precária e parcial que ainda conhecemos<sup>46</sup> (meus itálicos).

Nesse primeiro parágrafo do Prefácio encontram-se muitos dos elementos necessários para se compreender a Segunda Guerra Fria, o exterminismo e a politização da tragédia.

Em primeiro lugar, os editores da *New Left Review* (NLR) deixam claro que não é possível fazer política sem se engajar numa luta pelo desarmamento nuclear. A NLR nascera do propósito específico de servir como meio de propagar as ideias em torno do desarmamento nuclear. Segundo os autores, o desarmamento seria necessário não somente pela ameaça da guerra nuclear em si, mas pelo uso político do "terror", da tragédia nuclear sempre iminente, pelas estruturas de poder capitalistas. Segundo os editores, o "equilíbrio do terror" funcionava politicamente de modo a suprimir qualquer tipo de revolta ou alternativa ao sistema, criando uma atmosfera de medo, instaurando a exceção pelo terror.

---

<sup>46</sup> EDITORES DA *NEW LEFT REVIEW*. Prefácio. In: THOMPSON, Edward P. *et alli*. **Exterminismo e Guerra Fria [1984]**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.7.

Edward Thompson, no ensaio mais provocativo do volume, sustenta que a época em questão era caracterizada pelo *exterminismo*. Thompson entendia o exterminismo não como "uma intenção ou uma previsão criminosa dos atores principais", mas as "características de uma sociedade – expressas em diferentes graus, em sua economia, em sua política e em sua ideologia – que a impelem em uma direção cujo resultado deve ser o extermínio de multidões": "o resultado será o extermínio, mas isso não ocorrerá acidentalmente, mas como a consequência direta de atos anteriores da política, da acumulação e do aperfeiçoamento de meios de extermínio, e da estruturação de sociedades inteiras de modo a estarem dirigidas para esse fim"<sup>47</sup>. O exterminismo não seria politicamente intencional, como se um agente estivesse conspirando por detrás do palco para atear fogo ao circo. Ele seria intrínseco às lógicas de desenvolvimento tecnológico para a destruição. A dinâmica de competição armamentista estabelece uma dinâmica própria que não pode ser freada. Não se freia o exterminismo com o combate a um inimigo. "Os armamentos certamente são coisas. Seu incremento não é independente de decisões políticas. A política, ela mesma, pode ser militarizada: e as decisões sobre o armamentismo impõem hoje as escolhas políticas de amanhã. *Os armamentos, assim se revela, são também agentes políticos*"<sup>48</sup> (meus itálicos).

O exterminismo, em sua lógica, precisava ser compreendido como uma consequência da incapacidade dos agentes humanos em domarem seu ímpeto pelo poder, sua *vontade de poder*. O progresso técnico almejado pela modernidade iluminista parecia estar cobrando um alto preço pela incapacidade humana de conter a *vontade de poder*. O triunfo da razão sobre as forças da natureza tão alardeada e glorificada nos séculos 18 e 19 confrontava a

---

<sup>47</sup> THOMPSON, Edward. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: THOMPSON, Edward (et alli). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.43.

<sup>48</sup> THOMPSON, Edward. Op. cit., 1985, p.24.

humanidade com um fim absoluto. Controlar a natureza pela racionalidade instrumental do Iluminismo se mostrava mais fácil do que domar o próprio homem fazendo uso dessa mesma racionalidade. Quem convenceria os líderes políticos de que mais segurança viria com menos armamentos? Como desativar todo um dispositivo de segurança que se retroalimentava justificando a necessidade de garantir a segurança pela modernização incessante do complexo industrial-militar? Qual líder estaria disposto a seguir o conselho do Secretário de Guerra norte-americano Henry L. Stimson quando sugeriu a Truman que dividisse o conhecimento técnico da bomba atômica o quanto antes com os soviéticos como única forma de garantir a paz mundial? De fato, Winston Churchill, um líder que acabara de viver a maior carnificina da história humana foi quem ridicularizou a proposta de Stimson em seu célebre discurso da "Cortina de Ferro". A "grande ilusão" do militarismo continuava iludindo atavicamente discursos e práticas políticas. Como a guerra nuclear comporia o espectro da ação política racional como alternativa *política*? Se a guerra nuclear estava sendo nítida e publicamente politizada pelas forças em choque, como o espectro da ação política racional poderia lidar com uma possibilidade de conflito dessa magnitude?

#### **2.4 O espectro da ação política racional e a Guerra Fria: a função do Terror Nuclear no *discurso tragédia***

O paradoxo da política moderna entre razão e violência atinge seu ponto máximo em Hiroshima e Nagasaki, na possibilidade da guerra nuclear. Uma vez que a modernidade compreendeu a origem da violência a situando como certa ausência ou falha da razão, a guerra nuclear seria, paradoxalmente, o ápice da racionalidade técnica ocidental em sua mais perfeita forma e especialidade (a técnica de matar) e, ao mesmo tempo, o limite do político, pois seria a tragédia final, a tragédia absoluta.

a guerra geral e total [a guerra nuclear], como ocorreria (ou como a imaginamos) é considerada uma catástrofe irremediável. Traria a liquidação recíproca dos beligerantes; destruiria as instalações que sustentam a civilização do vencedor e do vencido, deixando assim de ter sentido para ambos<sup>49</sup> (meus *itálicos*).

Após Hiroshima e Nagasaki, como bem interpretou Hannah Arendt, gerações passaram a viver sempre à sombra do juízo final<sup>50</sup>. Assim, com a guerra nuclear a humanidade chegaria ao fim de suas tragédias. Não haveria mais o "após a tragédia"; nada mais haveria para construir. Chegaríamos à impossibilidade de uma nova Fênix. Seria a *extinção*. O fim da tragédia significaria o fim do aprendizado para a humanidade. A história humana, as narrativas históricas da humanidade são indissociáveis da tragédia. Nessas narrativas, a guerra tem um lugar de destaque. São as guerras que apontam os fins e os inícios das eras vividas pelas populações e pelos povos. São as guerras que demarcam o surgimento e o desaparecimento de impérios, estados e tribos. Narrativas de purificação: os mais fracos são substituídos pelos mais fortes. Mesmo as duas guerras mundiais do século 20, as mais mortíferas na história da humanidade: "civilization recovered from the ravages of World War I and the human and material losses of World War II with astonishing speed and has reached na unprecedented level of material accomplishments"<sup>51</sup>.

Até o momento em que as guerras poderiam se tornam nucleares, havia a expectativa de que elas não passavam da "continuação da política com a entremistura de outros meios"<sup>52</sup> ou

---

<sup>49</sup> ARON, Raymond. Pode-se limitar a guerra na era atômica? [1955]. In: \_\_\_\_\_. **Estudos políticos**. Brasília: UnB, 1985, pp.489-502.

<sup>50</sup> ARENDT, Hannah. **Sobre a violência [1969]**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1994, p.

<sup>51</sup> MORGENTHAU, Hans J. Op. cit., 1972, p.120-121.

<sup>52</sup> Esta seria a tradução adequada do aforismo de Clausewitz ("a guerra é a continuação da política por outros meios"). Cf. KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.18.

apenas uma "cultura e um modo de vida"<sup>53</sup>, por mais mortíferas e catastróficas que fossem. As guerras estabeleciam o direito e a possibilidade de justiça dentro de estados. Da mesma forma, externamente, uma *polícia mundial* poderia atuar disciplinando estados que não se adequassem aos padrões de valores e regras estabelecidos pela sociedade internacional. Mesmo admitindo-se a diferença entre as guerras como atividades "racionais, inteligentes e objetivas" e como atividades "cegas, impulsivas e habituais", a guerra no sistema de estados moderno sob a sociedade internacional obedeceria a necessidade de manutenção do equilíbrio de poder e o direito internacional, promovendo mundaças no Direito "considered as just"<sup>54</sup>. Haveria, assim, *guerras justas e injustas*. Há guerras que põe fim a todas as demais guerras – até a deflagração da próxima guerra. O equilíbrio de poder seria garantido por guerras pontuais e instrumentais, sustentando-se o *status quo*. Príncipes, reis e líderes de todos os tipos seriam legitimados no poder a partir de seus sucessos em batalhas. São eles os mestres dos destinos e vidas das populações sob seu mando, como pais protetores e responsáveis. O heroísmo é indissociável das honras e orgulhos militares. Não há heróis sem armas na cultura ocidental. Tributos são prestados a Marte. A guerra é constitutiva do nacionalismo, das hierarquias sociais, do direito, da justiça e da paz.

Na política moderna, a violência pode aparecer como possibilidade de se evitar a tragédia: a menor violência curadora. A violência menor que cura, que nos protege da violência maior; da violência da guerra total, da guerra nuclear. Nas Relações Internacionais, as perspectivas liberais disseminam – não sem contradições e de forma alguma homogênea – o discurso da *violência menor* através da violência policial, do direito a intervenção nos assuntos de outros países, no sistema internacional. Alguns estados seriam autorizados e encarregados de levar ordem, justiça,

---

<sup>53</sup> KEEGAN, John. Op. cit., 2006, p.25.

<sup>54</sup> BULL, Hedley. Op. cit., 1977, p.188.



democracia, paz e segurança ao sistema como um todo ou a cada estado individualmente<sup>55</sup>. Há uma economia de autolegitimação duvidosa e, em si mesma, violenta nessa aspiração liberal. Na leitura liberal, a política precisa ser racional: o racional é o não violento. Contudo, ser racional é também calcular. Se a violência for inevitável e for empregada em nome de uma causa maior – como a manutenção ou promoção da democracia e da justiça –, que seja calculada. A calculabilidade é a medida da violência menor, da violência necessária, da violência legítima e policial. Medir riscos, perdas e ganhos. Cálculos utilitaristas de força e morte. Violência e razão só se encontram enquanto resultados de uma medida, de um cálculo de utilidade e necessidade: tentativas de "domar o indomável"<sup>56</sup>. E esse cálculo *autoriza* a ação de alguns sobre outros, determinando seus destinos. O líder responsável se apresentaria como o detentor desse poder de decisão em momentos que demandariam exceção. Mas não há momento de exceção, apenas sua contínua reivindicação.

Loucura e extinção não são conceitos nas RI. Loucura e extinção não são problematizadas pelos autores de RI. Elas não são explicitadas ou sistematizadas. Não há debates sobre loucura e extinção nas RI. Loucura e extinção são operadoras dos discursos de tragédia em cada um dos dispositivos de segurança da Guerra Total e da Guerra Fria. Isso significa que loucura e extinção informam discursos possíveis acerca da segurança internacional em cada um daqueles dispositivos. Quando são pensadas as guerras, a paz, a segurança, os modos de agir e de pensar politicamente, os limites da racionalidade política, são mobilizados vários discursos que acionam a tragédia através da loucura ou da extinção. No Capítulo 1, os limites da ação política racional no que respeita as possibilidades ou impossibilidades de se fazer a guerra acionam a loucura da ação

---

<sup>55</sup> HOFFMANN, Stanley. The problem of intervention. In: \_\_\_\_\_. **Janus and Minerva**. Boulder: Westview, 1987, p.178-193.

<sup>56</sup> HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1981, p.45.

política que visa a guerra como um instrumento válido ou inválido da política internacional. Entre as décadas de 1910 e 1940, mas especialmente após a tragédia da Primeira Guerra Mundial, a guerra passou a ser considerada uma ameaça às populações e, portanto, engajar-se impensadamente e impulsivamente em empresas guerreiras seria considerada loucura por parte de qualquer líder; seria uma política irracional, seria, enfim, trágico. A loucura desafia o racional. Isso não significa evidentemente que a loucura seja teorizada tecnicamente. Trata-se, tão somente, de um referente ordenador e condicionador de ação política, afinal, todos *sabemos* o que significa agir como um louco, não é mesmo? A guerra como opção neste período era pensada como *guerra policial* idealizada especialmente por autores liberais<sup>57</sup>. A guerra policial poderia ser feita apenas como uma "guerra da Liga", uma guerra multilateral e com a missão pontual de pôr fim aos regimes fascistas agressivos, de Hitler e Mussolini, por exemplo.

The ideal that I would aim at is an *arbitral court* in which any nation could make complaint against any other nation, and if the complaint is found by the court to be within its jurisdiction, the nation complained against should be summoned, the issue framed by pleadings, and the matter disposed of by judgment. It would, perhaps, *sometimes require an international police force to carry out the judgment*, but the public opinion of nations would accomplish much. With such a system we would count on a gradual abolishment of armaments and a feeling of the same kind of security that the United States and Canada have to-day which makes armaments and navies on our northern border entirely unnecessary<sup>58</sup> (meus itálicos).

Da mesma forma, a extinção funcionou como referente da racionalidade política no dispositivo Guerra Fria. É a extinção que condiciona o agir e o pensar político na Guerra Fria. A tragédia da

---

<sup>57</sup> ANGELL, Norman. Op. cit., 1938.

<sup>58</sup> ZIMMERN, Alfred. *The League of Nations and the Rule of Law (1918-35)*. Londres: Macmillan, 1936, p.123.

extinção da espécie humana funciona no dispositivo Guerra Fria de modo a legitimar e sustentar um regime de verdade que impõe à imaginação internacional a guerra nuclear, a tragédia nuclear, como limite da ação política e também como único referente da segurança internacional. É o medo da extinção que legitima a segurança internacional e a ação dos estados, especialmente no que diz respeito à adoção de medidas excepcionais para o combate ou a contenção da guerra nuclear. A guerra conforme pensada até então em leituras envezadas de certos enunciados clausewitzianos e que haviam sido adorados pelos europeus na Primeira Guerra Mundial com trágicas consequências, ou seja, nos termos de se usar todos os meios necessários para fazer um inimigo capitular, já não seria mais possível<sup>59</sup>. Cabe lembrar a declaração de Paul Nitze na *Conferência sobre Teoria* em 1954: "Agora há a Bomba-H". Um limite havia sido traçado. Um limite para a ação política racional. A racionalidade política tomava a partir de então como referente à segurança não apenas das populações norte-americanas, europeias, etc., mas a própria *existência da espécie humana* e da *vida na Terra*. Nesses termos, John Herz interpretava o papel da disciplina de Relações Internacionais no mundo da Guerra Fria:

In the field of international politics where events now govern *the very basis of everything else* – namely, *the survival of mankind in the literal, physical sense of the term* – studying facts, explanations, and solutions is no longer mere 'philosophizing' but an essential part of that 'life' which is at stake<sup>60</sup>. (meus itálicos)

Se a guerra fosse usada, a partir daquele momento, ela o seria apenas como uma analogia às práticas passadas, como certa metáfora do que havia sido; uma metáfora para o enfrentamento. A guerra tomara, a partir de então, a forma da *ação policial* e se

---

<sup>59</sup> CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Londres: Wordsworth Classics, 1997, pp.25-72.

<sup>60</sup> HERZ, John. **International politics in the atomic age**. Nova Iorque: Columbia UP, 1959, p.3.

cercaria do vocabulário da legalidade: “A ameaça nuclear autoriza o poder generalizado de polícia”<sup>61</sup>.

A função do terror nuclear no dispositivo Guerra Fria será, portanto, a de fazer circular a tragédia pelas práticas, discursos e técnicas de modo a legitimar, estrategicamente, as relações de força entre dominadores e dominados em todas suas dimensões, bem como constituir as subjetividades do *líder responsável*, do *militar protetor*, da *vítima civil*, do *inimigo*, etc. É o terror nuclear que *autoriza as exceções políticas* na Guerra Fria através do dispositivo que a ativa. A performatividade de uma expectativa constantemente renovada da possibilidade da tragédia nuclear – renovada cotidianamente através dos dispositivos de segurança – constitui a legitimidade das exceções à lei, às leis dos estados e às leis das nações que subjetivam indivíduos como heróis protetores e responsáveis e potenciais vítimas passivas e carentes de proteção. As práticas da política moderna trabalham de forma a “*inscrever problemas e perigos*”. É através dessa inscrição de problemas e perigos que o estado moderno se legitima como o centro legítimo garantidor segurança para uma população<sup>62</sup>.

Nessa narrativa, um dos efeitos do terror nuclear como tragédia foi velar o terrorismo como problema de segurança internacional. Nos estudos de RI, a tragédia nuclear funcionou de modo a velar o terrorismo, um problema mais palpável, presente e urgente do que os mísseis nucleares que jamais saíram de seus silos. A política da verdade em exercício pelo dispositivo Guerra Fria estabeleceu o que seria digno e indigno de ser pesquisado; o que seria verdadeiro ou falso em termos de segurança internacional. Apenas a tragédia civilizacional foi capaz de exercer a função política da exceção legítima.

---

<sup>61</sup> NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p.346.

<sup>62</sup> ASHLEY, Richard K. Living on borderlines: Man, poststructuralism and war. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James (orgs.). **International/intertextual relations**. Nova Iorque: Lexington, 1989, p.302.

## Capítulo 3

### *Intermezzo:*

## O mundo pós-Guerra Fria: triunfalismo, pessimismo, renovação e atavismo (1990-2001)

Nosso mundo vai talvez rumo a um cataclismo demográfico ou a uma guerra atômica que exterminará três quartos da humanidade.

LEVI-STRAUSS, Claude. **A antropologia diante dos problemas do mundo moderno [1986]**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.36.

The persistence of war and military competition among nations is thus, paradoxically, a greater unifier of nations. Even as war leads to their destruction, it forces states to accept modern technological civilization and the social structures that support it. FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Nova Iorque: Avon, 1992, p.76.

Fala-se de uma crise global de governabilidade. A ascensão das corporações transnacionais que produzem bens econômicos está cada vez mais igualada pela ascensão de máfias criminosas transnacionais, cartéis de drogas e gangues terroristas que estão atacando violentamente a Civilização.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações [1996]**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p.409.

Who will be the new 'other' to legitimize military spending? [...]. Are nuclear weapons, tanks and aircraft appropriate to confront the 'fanaticists'?

KALDOR, Mary. After the Cold War. **New Left Review**, 180, 1990, p.35-36.

But everyone can see it is time: the disaster of sovereignty is sufficiently common, to steal anyone's innocence.

NANCY, Jean-Luc. **Being singular plural**. Stanford: Stanford University Press, 2000, p.142.

[The] nuclear threat authorizes the generalized power of the police.

NEGRI, A. & HARDT, M. **Empire**. Cambridge: Harvard UP, 2001, p.346.

Este capítulo funciona como um *intermezzo* entre dois dispositivos: o dispositivo Guerra Fria e o dispositivo Guerra Global ao Terror (ou, simplesmente, Guerra ao Terror). Faço esse *intermezzo* por razões metodológicas, apesar de o mundo ter sentido esses anos de forma bastante análoga. A razão metodológica diz respeito às possibilidades, às condições de possibilidade, dos discursos centrais ao dispositivo Guerra Fria terem mudado com o fim da Guerra Fria, da Guerra Fria mundana. Com o fim do conflito entre o mundo capitalista e o mundo socialista e uma aparente "vitória" do capitalismo dos Estados Unidos, seria de se esperar que o dispositivo Guerra Fria passasse por uma nítida transformação na década de 1990 até o Onze de Setembro. Este capítulo serve, metodologicamente, para problematizar a continuidade do dispositivo Guerra Fria após o fim da Guerra Fria.

Os anos que sucederam o final da Guerra Fria – da Guerra Fria mundana – foram anos de incertezas, mas também de euforia e triunfalismo. Parecia que o mundo havia chegado a um momento decisivo de sua "rota progressiva" e que as forças da liberdade, do livre mercado e da democracia haviam vencido a ameaça comunista, o Império do Mal. Havia também um “medo diminuído

de Armageddon”<sup>1</sup>. Um cenário de esperança motivava novas interpretações sobre as relações internacionais e sobre a política de modo geral. Como se expressava Noam Chomsky, sentia-se que *uma nova geração estabelecia os limites* da ação política<sup>2</sup>. O vocabulário jurídico dos Direitos Humanos bem como o signo da justiça e da manutenção de uma ordem internacional diferente daquela da Guerra Fria colaborava para esta percepção. Nas palavras do então presidente norte-americano George W. H. Bush em seu discurso anual ao Congresso: "The end of the cold war has been a victory for all humanity"<sup>3</sup>.

A Guerra do Golfo, em 1991, colocara lado a lado inimigos históricos em uma decisão unânime e rápida do Conselho de Segurança da ONU em intervir no Kuwait contra as forças invasoras de Saddam Hussein. A evocação de defesa dos Direitos Humanos e da manutenção da integridade física de um estado agredido, juntamente com discursos legalistas, parecia sinalizar uma Nova Ordem Internacional; uma ordem internacional que não mais toleraria abusos de Direitos Humanos por parte de líderes considerados irresponsáveis e agressivos. O Subsecretário Geral da ONU à época, Brian Urqhart, afirmaria que a Resolução que autorizara o uso da força contra Saddam Hussein seria "the first exercise in the unanimous collective security that we've been talking about since the days of Woodrow Wilson" e, no mesmo tom, o chanceler soviético Eduard Shevardnadze afirmaria que, finalmente, a ONU estava "se comportando como Nações Unidas, estabelecendo uma nova forma de pensar a política mundial"<sup>4</sup>.

Algumas poderosas vozes de autoridade na disciplina de Relações Internacionais como Kenneth Waltz e John Mearsheimer,

---

<sup>1</sup> LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. Op. cit., 2004, p.1.

<sup>2</sup> CHOMSKY, Noam. **Uma nova geração define o limite**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

<sup>3</sup> BUSH, George W. H. **The State of the Union Address**. 29 de Janeiro de 1991.

<sup>4</sup> Apud: PATRIOTA, Antonio Aguiar. **O Conselho de Segurança da ONU após a Guerra do Golfo**. Brasília: Instituto Rio Branco/FUNAG/Centro de Estudos Estratégicos, 1998, p.38.

contudo, sustentaram com veemência e insistiram no fato de que o mundo pós-Guerra Fria não seria estruturalmente diferente ou, pelo menos, não seria tão pacífico quanto esperavam os otimistas. Segundo Mearsheimer, atestada a falência do mundo bipolar (que, concordando com Kenneth Waltz, é sistemicamente mais estável que as estruturas multipolares) e feita uma redistribuição do poder militar pela Europa após o término do Pacto de Varsóvia e da OTAN (que acabou não acontecendo), a Europa, em especial viveria momentos de mais instabilidade e mais violência que desde 1945<sup>5</sup>. Waltz sustentaria que a estrutura do sistema não havia mudado; ele continuava sendo um sistema anárquico e, portanto, constringia os estados de formas idênticas àquelas da Guerra Fria: "The answer commonly given is that international politics is being transformed and realism is being rendered obsolete as democracy extends its sway, as interdependence tightens its grips, and as institutions smooth the way to peace"; Contudo, concluía Waltz, "transformation awaits the day when the international system is no longer populated by states that have to help themselves"<sup>6</sup>.

Poucos anos se passariam para que o mundo percebesse que aquela Nova Ordem se parecia bastante com a ordem que acabara de ruir. O mundo não se tornara mais pacífico com o fim da Guerra Fria e com o colapso da União Soviética, em 1992. De fato, como já havia sido previsto, a derrocada do regime em Moscou afetaria dramaticamente seus países satélites e os países que antes dependiam financeira ou politicamente do Kremlin. Guerras civis se multiplicaram pelo mundo, especialmente na África, na Ásia e na, então, Iugoslávia. Os motivos dos conflitos eram conhecidos: uma vez que o influxo de capital, a influência política e as armas pararam de chegar de Moscou, líderes das oposições de quase

---

<sup>5</sup> MEARSHEIMER, John. Op. cit., 1990, p.6.

<sup>6</sup> WALTZ, Kenneth. Op. cit., 2000, pp.6 e 39. Cf., também, o Novo Prefácio, escrito em 2001, em: WALTZ, Kenneth. **Man, the state and war [1954]**. Nova Iorque: Columbia UP, 2001, p.xi.



todos os países antes sob a égide soviética reivindicaram reconhecimento político e étnico, evocando uma política de identidade tão perigosa e sectária quanto os embates ideológicos próprios da Guerra Fria<sup>7</sup>.

Infelizmente, o Ocidente triunfante na Guerra do Golfo contra Saddam Hussein, através de uma atuação exemplar das Nações Unidas, não se mostrou disposto a se engajar decisivamente na defesa de populações, regimes ou regiões que julgavam não ter decisiva relevância no "tabuleiro" da política internacional. Nos frios cálculos de interesses políticos e estratégicos por parte das potências ocidentais os genocídios em países distantes só mereciam sua atenção quando os telejornais passavam a insistir sobre o absurdo de uma não intervenção. O tempo das decisões políticas não é o tempo dos massacres. Entre a tomada de decisão por parte do Conselho de Segurança da ONU ou da OTAN, milhares de tutsis, hutus, ibos, bósnios, croatas, sérvios morreriam. O aparente mundo de paz, progresso e prosperidade que aparentemente se abria após a derrubada do Muro de Berlim logo voltou a se parecer com o velho mundo das disputas hipócritas entre as potências hegemônicas e os demais estados do sistema internacional no qual o *interesse nacional* ou a manutenção do *status quo* eram mais importantes que a defesa da integridade física de pessoas de carne e osso. Especialmente em se tratando de *pessoas invisíveis* ao ocidente<sup>8</sup>.

Este *intermezzo* problematiza precisamente os modos de articulação e rearticulação dos discursos da Guerra Fria e da segurança internacional nessa "nova" fase. Afinal, o que houve de novo no mundo pós-Guerra Fria? Apesar da Guerra Fria mundana

---

<sup>7</sup> KALDOR, Mary. **New and old wars**. Stanford: Stanford UP, 1999.

<sup>8</sup> Os dispositivos *Guerra Total*, *Guerra Fria* e *Guerra ao Terror* colocam em circulação e efetuam práticas discursivas racistas. Discursos racistas estão disseminados por toda a narrativa das Relações Internacionais. O racismo, a luta entre as raças, descrito por Foucault especialmente em *Em defesa da sociedade*, é constitutivo das RI: é impossível dissociar as hierarquias, as subjetividades, os objetos, as narrativas, as práticas das relações internacionais e das Relações Internacionais da luta entre raças que definiu o discurso sócio-político no século 19.

ter sido superada, será que os discursos de segurança internacional articulados no espectro da ação política racional entre 1945 e 1990 ganharam novas funções e novas significações? Quais discursos circularam nesse *intermezzo* de modo a constituir uma nova percepção do mundo internacional? Como a disciplina de Relações Internacionais encarou esse momento? Ela se oxigenou com novos métodos, perspectivas e objetos ou permaneceu atrelada a antigos cânones acadêmicos? Qual o lugar do terrorismo nos novos discursos de segurança internacional, se caso ele teve algum lugar?

### 3.1 Narrativas hegemônicas no intermezzo: O Fim da História e O Choque de Civilizações

Pouco antes e após a derrubada do Muro de Berlim surgiram duas teses que dividiram opiniões a respeito de como o mundo internacional seria definido dali em diante. A primeira tese foi elaborada por Francis Fukuyama e sustentava o *Fim da História*<sup>9</sup>. A segunda tese apareceu como uma resposta direta a Fukuyama; elaborada por Samuel Hunti e publicada em 1995, ela sustentava o *Choque de Civilizações*<sup>10</sup>. Ambas as publicações se tornaram *best-sellers* mundiais, o que colaborou para que circulassem como discursos verdadeiros e válidos sobre uma "nova realidade", mas que também contribuiu para receberem duras críticas por parte de intelectuais e acadêmicos de todas as correntes políticas, ideológicas e teóricas<sup>11</sup>. Mesmo assim, tanto *O Fim da História*

---

<sup>9</sup> FUKUYAMA, Francis. The end of history. **The National Interest**, Verão, 1989. Em 1992, o artigo se transformaria em livro (Op. cit., 1992) e Fukuyama se tornaria "the new favourite author of the neo-liberal Right" in KALDOR, Mary. After the Cold War. **New Left Review**, 180, 1990, p.26.

<sup>10</sup> HUNTINGTON, Samuel. Op. cit., 1997.

<sup>11</sup> Para as críticas a Fukuyama ver, especialmente: ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992; McCARNEY, Joseph. Shaping ends: reflections on Fukuyama. **New Left Review**, 202, 1993, pp.36-53; MILIBAND, Ralph. Fukuyama and the socialist alternative. **New Left Review**, 193, 1992, pp.108-113. Para a resposta de Fukuyama a seus críticos: FUKUYAMA, Francis. A reply to my critics. **The National Interest**, Fall, 1989. Anos mais tarde, o próprio Fukuyama revisaria sua tese, a meu ver, equivocadamente, pois muito de sua tese anterior se sustentava: FUKUYAMA, Francis. Second thoughts. **The National Interest**, Junho, 1999. Para as

como *O Choque de Civilizações* fizeram parte dos debates públicos sobre o mundo pós-Guerra Fria e foram evocadas com frequência para sustentar ou criticar as opiniões mais variadas.

Teoricamente orientado na direção da importância das ideias e da cultura como determinantes nos modos das sociedades progredirem ou declinarem, o artigo de Francis Fukuyama *The end of history*, publicado na *The National Interest* no verão de 1989 e escrito sob encomenda do editor Owen Harris, sustentava que, a partir da década de 1970, com a perda de legitimidade das ditaduras de direita e de extrema direita na África, na América Latina e na Ásia, bem como com o insucesso de regimes socialistas mundo afora para dar respostas aos problemas sociais e políticos enfrentados em seus países, o mundo havia chegado a uma "unabashed victory of economic and political liberalism"<sup>12</sup>:

The triumph of the West, of the Western *idea*, is evident first of all in *the total exhaustion of viable systematic alternatives to Western liberalism*. In the past decade, there have been unmistakable changes in the intellectual climate of the world's two largest communist countries, and *the beginnings of significant reform movements in both*. But this phenomenon extends beyond high politics and it can be seen also in *the ineluctable spread of consumerist Western culture* in such diverse contexts as the peasants' markets and color television sets now omnipresent throughout China, the cooperative restaurants and clothing stores opened in the past year in Moscow, the Beethoven piped into Japanese department stores, and the rock music enjoyed alike in Prague, Rangoon, and Tehran<sup>13</sup> (meus itálicos).

---

críticas a Huntington, ver: **Revista Política Externa**, São Paulo, vol.2(4), mar.abr., 1994. Ao contrário de Fukuyama, Huntington não reviu suas posições, mas as reforçou, a meu ver também equivocadamente, após o Onze de Setembro: HUNTINGTON, Samuel P. Entrevista: A história provou que eu tinha razão. **Folha de São Paulo**, 12 de outubro de 2002, p.E3. Em duas oportunidades critiquei a posição de Huntington: AREND, Hugo. Mídas e o Choque de Civilizações. **Folha da História**, Porto Alegre, ano IX, maio/junho, 2005, n.75, p.3 e AREND, Hugo. Terrorismo extremo e os tensionamentos nas democracias. **Ciências Sociais – Unisinos**, v.41, n.3, 2005, pp.151-162.

<sup>12</sup> FUKUYAMA, Francis. Op. cit., 1989.

<sup>13</sup> Ibidem, p.1.

Politicamente, para Fukuyama, a democracia liberal se apresentava como a única alternativa política e, economicamente, o livre mercado se provava adequado para suprir necessidades e impulsionar o desenvolvimento. Problemas sociais e políticos continuariam existindo, mas suas soluções deveriam passar pelos princípios liberais já formulados. Isso comprovaria que nenhuma outra ideologia se mostrava como alternativa ao liberalismo. O mundo havia chegado, portanto, ao *fim da história*: "What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government"<sup>14</sup>.

A tese do *Choque de Civilizações* foi escrita explicitamente para contrapor a tese de Fukuyama que Huntington julgava "claramente divorciada demais da realidade para ser um guia útil no mundo pós-Guerra Fria"<sup>15</sup>. A visão de Samuel Huntington era mais pessimista. Para Huntington, os conflitos não apenas continuariam existindo como seriam ainda piores e mais ameaçadores que aqueles da Guerra Fria. Os problemas do mundo após 1989 não encontrariam soluções no liberalismo político e econômico. Os conflitos internacionais haviam mudado de natureza: eles não mais aconteceriam por causa de ideologias antagônicas, como na Guerra Fria, mas por diferenças culturais entre povos, mais precisamente entre civilizações. Civilizações possuem valores e culturas diferentes, logo os choques entre elas seriam inevitáveis. A tendência, segundo Huntington, seria a ocorrência de choques nas *linhas de fratura* que dividem as civilizações. As *linhas de fratura* mais instáveis seriam aquelas entre os hindus e os muçulmanos (Índia e Paquistão), entre judeus e muçulmanos (Israel e palestinos, Israel e Líbano), entre cristãos

---

<sup>14</sup> Ibidem, p.2.

<sup>15</sup> HUNTINGTON, Samuel. Op. cit., 1997, p.33.

ortodoxos e muçulmanos (Sérvia e Bósnia). Estes conflitos ocorreriam entre dois ou mais estados, dependendo de fidelidades e posições geográficas. Cada civilização possuiria um *estado-núcleo*, fazendo seus conflitos ganharem proporções internacionais e mundiais.

Como é normal em um debate acadêmico, Fukuyama e Huntington foram alvos de duras críticas. A respeito do *Fim da História*, as principais críticas diziam respeito a movimentos sociais e alternativas sistêmicas ao liberalismo político e econômico que Fukuyama não havia levado em consideração. Perry Anderson aponta a força do nacionalismo, o renascimento do fundamentalismo e o socialismo, especialmente em sua variante social-democrata como vista nos países da Europa ocidental<sup>16</sup>. A história não teria chegado a um *fim* porque as contradições políticas, sociais e econômicas internas ao capitalismo ainda não haviam sido superadas. *O choque de civilizações* foi criticado especialmente pelo uso de um conceito demasiadamente totalizante como *civilização* para abordar questões culturais e identitárias. Ainda mais grave foi o latente etnocentrismo de Huntington no trato dos problemas internacionais, julgando a civilização muçulmana, por exemplo, como a mais perigosa e a mais agressiva<sup>17</sup>. Concordando com Amartya Sen, o problema central da tese de Huntington é bem anterior à suposição de que as civilizações *estão se chocando* ou *se elas podem se chocar*; o problema diz respeito à "suposición de la relevancia única de una clasificación singular", ou seja, que a humanidade possa ser classificada<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> ANDERSON, Perry. Op. cit., 1992, pp.97-103.

<sup>17</sup> “[P]ara onde quer que se olhe ao longo do perímetro do Islã, os muçulmanos tiveram problemas para viver em paz com seus vizinhos”; “eles se envolveram mais em violências entre grupos do que os povos de qualquer outra civilização”. HUNTINGTON, Samuel. Op. cit., 1987, p.326. Para uma crítica sensata a esta posição de Huntington, Cf.: SAID, Edward. O choque de ignorâncias. **Folha de São Paulo**, 17 de outubro de 2001, p.A16; GEERTZ, Clifford. Op. cit., 2001, pp.222-223.

<sup>18</sup> SEN, Amartya. **Identidad y violencia: la ilusión del destino [2006]**. Buenos Aires: Katz, 2008, p.35.

Apesar de as duas teses terem nascido no "país vencedor da Guerra Fria" e que desfrutava, naquele momento, de certo grau de hegemonia internacional, elas eram essencialmente diferentes. *O Fim da História* continha como princípio o expansinismo ideológico inelutável do liberalismo político e econômico. O neoconservadorismo de Fukuyama era a voz dos movimentos pró-globalização típicos do início dos anos 1990. A globalização seria um movimento de abertura de mercados, democratização e intensificação de fluxos econômicos e políticos. Na mesma linguagem de Fukuyama falavam outros vários ideólogos do neoliberalismo. Kenichi Ohmae falava do interesse nacional dos estados como "uma indústria em declínio"; advogava o fim do estado-nação e o surgimento dos Estados Regiões<sup>19</sup>. Um mundo melhor seria um mundo em que fluxos comerciais e financeiros se intensificassem e levassem o progresso e o desenvolvimento a regiões até então fechadas. Os modelos de regionalismo adotados na União Europeia, ASEAN, Mercosul e NAFTA seguiram fortes premissas neoliberais que facilitavam aqueles fluxos, tornando as economias mais abertas e interdependentes – leia-se: tornavam as economias dos países menos desenvolvidos mais abertas aos produtos e serviços gerados nas economias centrais ao mesmo tempo em que estas garantiam suas proteções às commodities, produtos industrializados e mão-de-obra vindos de países menos desenvolvidos. Então, ao passo que Fukuyama advogava abertamente o triunfo, Huntington era mais cauteloso em relação ao futuro. Os EUA e o mundo ocidental deveriam se proteger das culturas não ocidentais, pois no novo cenário internacional as afinidades civilizacionais garantiriam unidade e proteção.

Nenhuma das duas teses vislumbra o terrorismo como um problema a ser combatido. Fukuyama e Huntington não consideram que o mundo tenha mudado em termos políticos. Ambos continuam a apresentar o mundo segundo as lentes do

---

<sup>19</sup> OHMAE, Kenichi. *O fim do estado-nação*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

estado moderno e do realismo político; Huntington, é verdade, o faz de maneira bem mais clara e direta, apesar de admitir que ele "padece de sérias limitações"<sup>20</sup>: "Esse quadro 'realista' do mundo [apresentado por Huntington em sua Introdução] é um ponto de partida muito útil para se analisar as relações internacionais e explicar grande parte do comportamento dos estados. Os estados são e continuarão sendo as entidades predominantes nos assuntos mundiais"<sup>21</sup>.

Apesar de diametralmente opostas em suas conclusões, a tese do *Fim da História* e a do *Choque de Civilizações* tiveram seus momentos de apogeu e de declínio nos discursos políticos e econômicos defendidos no *intermezzo*. Cada uma foi empregada de modo a sustentar e disseminar diferentes (mas muitas vezes nem tão diferentes) posições de poder no espectro político. Ambos os autores são marcadamente conservadores e fazem parte do *establishment* intelectual e político dos Estados Unidos. Tanto Fukuyama como Huntington são o que se convencionou chamar de *think tanks* da política interna e externa dos Estados Unidos. O que deve permanecer claro para a tese aqui desenvolvida é que ambos os discursos mobilizados por eles serviram como instrumentos de legitimação e de operacionalização, primeiro, do triunfalismo ocidental sobre o mundo socialista e das esquerdas em geral (no caso do *Fim da História*) e dos cuidados que o mundo ocidental teria de adotar, mesmo tendo triunfado e sendo, portanto, superior aos demais *mundos possíveis*, quanto às novas ameaças de novos atores regionais e globais que o enfrentariam, notadamente o mundo muçulmano. Em grande medida, o *intermezzo* aqui abordado viveu um primeiro momento de euforia e triunfo e um segundo momento de cautela e incerteza sobre quem se tornaria o *novo inimigo*. As marcas desse momento são, portanto, a *euforia*

---

<sup>20</sup> Para uma crítica do excessivo estatismo na teoria de Huntington e em que medida ela peca ao considerar os problemas culturais em termos civilizacionais, ver: AREND, Hugo. Terrorismo, Cidades e Relações Internacionais na Crise das Fronteiras. **Territórios e Fronteiras**, v.6, 2005, p.3-46.

<sup>21</sup> HUNTINGTON, Samuel. Op. cit., 1997, p.35.

*triumfalista* e a *incerteza pessimista*. Cabe ainda perceber o que significou esse *intermezzo* para as teorias de Relações Internacionais e como ele foi percebido pelos especialistas, o que foi produzido de mais relevante nesse momento e como essa produção constituiu novos projetos para as RI.

### **3.2. O Terceiro Debate nas Relações Internacionais: Renovação da Disciplina?**

A década de 1990 foi bastante revigorante para a disciplina de Relações Internacionais. Já em 1989<sup>22</sup>, uma enxurrada de novas obras e correntes de pensamento inundou o mercado editorial e os debates acadêmicos. Novos autores munidos de ferramentas teóricas e metodológicas, bem como de percepções inovadoras acerca dos problemas internacionais tomaram a disciplina no que se convencionou chamar o *Terceiro Debate* em Relações Internacionais. A quantidade de textos é bastante expressiva e dificilmente é possível fazer justiça a todas as contribuições. Contudo, algumas delas se sobressaem. Deve-se ter em mente, contudo, que todas as inovações não nasceram *após* o final da Guerra Fria. Elas já estavam ali antes da derrubada do Muro de Berlim e do colapso da União Soviética. Foi devido à força do dispositivo Guerra Fria e de suas estratégias de controle dos discursos acerca da verdade, dos regimes de verdade que circularam entre 1945 e 1990, que estas ideias demoraram a aparecer e a merecer atenção dos estudantes de Relações Internacionais. A supressão de ideias inovadoras é uma das funções dos dispositivos de poder/saber que circulam socialmente.

---

<sup>22</sup> É necessário salientar que, em 1987, Alexander Wendt ainda enquanto aluno de pós-graduação publicou o artigo "The agent-structure problem in International Relations" (**International Organization**, vol.41(3), 1987, pp.335-370) no qual criticava dois grandes nomes das RI: Kenneth Waltz e Immanuel Wallerstein. Wendt propunha uma teoria da estruturação para substituir as supostas teorias estruturalistas de Waltz e Wallerstein.



As duas primeiras publicações que propuseram uma mudança de rumo nos modos da disciplina de RI pensar seus problemas e de reformular suas prioridades foram *World of our making: rules and rule in Social Theory and International Relations*<sup>23</sup> de Nicholas Onuf e a compilação de artigos organizada por James Der Derian e Michael Shapiro *International/intertextual relations: postmodern readings of world politics*<sup>24</sup>. Ambas as publicações partiam de indagações políticas e filosóficas que, até então, não faziam parte dos debates da disciplina e inauguraram, em grande medida, os usos do construtivismo e do pós-estruturalismo nas RI, respectivamente.

O projeto – ambicioso – de Nicholas Onuf objetivava não apenas apresentar uma nova forma de interpretar as relações internacionais, mas "reconstruir" a disciplina<sup>25</sup>. Em parte, seu objetivo foi alcançado. A influência do construtivismo em RI se deve bastante à forma como ele o problematizou, não apenas em *World of our making*, mas em outras várias contribuições. No que diz respeito à segurança internacional, Onuf elaborou uma crítica à tendência dos acadêmicos em RI em se preocuparem demasiadamente com esta dimensão do mundo internacional. Onuf inicia o capítulo em que trata dessa discussão com as seguintes palavras:

People are rational. They have ends and make choices accordingly. Rules bound situations of choice by defining means and ends available to choosers. In the face of diverse ends, we order preferences which require us to compare possible states of affairs. There are three general possibilities yielding three generalized yet immediate ends common to humanity, or

---

<sup>23</sup> ONUF, Nicholas. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

<sup>24</sup> SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. **International/intertextual relations**. Nova Iorque: Lexington, 1989.

<sup>25</sup> ONUF, Nicholas. Op. cit., 1989, p.1.

interests. With the help of several major writers, I identify these as standing, security and wealth<sup>26</sup> (meus itálicos).

Ao se preocuparem demasiadamente com a segurança, segundo Onuf, os autores de RI se esquecem do posicionamento (*standing*) nos *rankings* do poder e com a riqueza como alguns dos fins dos agentes – sejam eles indivíduos ou agentes de estados: posicionamento, segurança e riqueza são o que Onuf chama *controlling interests of humanity*:

We recognize them everywhere. They comprehend survival, whether in a fight or a snowstorm. They comprehend all other ultimate ends, no matter how trivial or bizarre. We make them the propositional content of speech and rules, and we impute them to our social arrangements, including preeminently in this modern world, *the state*. As reasons of state and the ends of statecraft, they constitute 'the national interest'<sup>27</sup> (meus itálicos).

Em linhas gerais, a tese de Onuf a respeito da segurança diz respeito ao papel que ela possui na exploração entre as classes proprietárias e as classes não proprietárias, não apenas no capitalismo, mas também no socialismo. Proprietárias e não proprietárias se referem ao acesso ou não acesso dessas classes a recursos que as habilitam ou não como agentes. Os recursos são os mais variados: linguagem, domínio de técnicas de produção, capital, riqueza familiar, etc. Onuf sustenta que todo domínio (*rule*) é explorador. O estado é um provedor de segurança às classes proprietárias: “Capitalism is the source of wealth used to support a perverse security system and a professionally credentialed, organizationally oriented class of rulers”<sup>28</sup>. Assim, a segurança possui uma função; uma função garantidora de *status quo* em um sistema internacional dividido entre aqueles que

---

<sup>26</sup> Ibidem, p.258.

<sup>27</sup> Ibidem, p.278.

<sup>28</sup> Ibidem, pp.288-289.

possuem e aqueles que não possuem as capacidades para se tornarem agentes nesse sistema.

A coletânea de artigos organizada por Der Derian e Shapiro propunha uma crítica ainda mais radical aos cânones tradicionais da disciplina. A intenção dos organizadores e dos demais autores era precisamente prover "novas inteligibilidades e possibilidades alternativas", *iluminando* "the textual nature of the differences that produce and are sustained by international relations" e:

*aiming at a dialogue, with neglected thinkers and forgotten footnotes, but also with the 'great' texts and traditional scholars, that is meticulously attentive to the constraints imposed by the past, critically interpretive of the dominant voices of the present, and openly speculative about what can – while soberly reflective about what cannot – be said and done in the world politics of the future*<sup>29</sup> (meus itálicos).

O objetivo de se engajar criticamente com o que pode (e com o que não pode) ser dito e feito nas Relações Internacionais é a marca desses autores. Uma marca nitidamente foucaultiana.

Os temas abordados envolviam a inclusão do problema do significado das RI na tradição do pensamento moderno; as representações do intertexto esporte/guerra; as estratégias textuais dos discursos de defesa nacional; o poder dos intertextos das intrigas internacionais em *best-sellers* ocidentais; uma interpretação semiótica das políticas de interesse nacional; e as questões ecológicas vistas sob a ótica da identidade nacional. Enfim, tratava-se de um volume que pretendia abalar os modos de se indagar a respeito de problemas internacionais, pois não apenas os modos de se perguntar sobre os dilemas internacionais estavam sendo colocados em jogo, mas também os próprios temas com os quais a disciplina se envolvia até então. Uma nova linguagem interpretativa tributária de autores como Michel Foucault, Roland

---

<sup>29</sup> DER DERIAN, James. Boundaries of knowledge and power in IR. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. Op. cit., 1989, p.3-10.

Barthes, Jacques Derrida, Julia Kristeva, entre outros estava sendo utilizada para *desestabilizar* cânones tradicionais. Havia toda uma gama de problemas relativos às RI que passavam à margem da disciplina e que não eram *iluminados* pelos holofotes empírico-racionalistas da tradição. Aqueles autores se colocaram a pensá-los de forma crítica e inovadora.

Pouco mais de seis anos passariam desde esta publicação de Shapiro e Der Derian para que outra coletânea organizada por Shapiro e, desta vez, por Hayward Alker fosse publicada. Trata-se da coletânea *Challenging boundaries* que, como o título já propõe, se colocara a problematizar o princípio mais desafiador e constituinte da modernidade. Num dos textos introdutórios à coletânea e que, de certa forma, sintetizava não apenas os debates em curso, mas as inquietações dos *dissidentes*, e atestava a resistência da disciplina de RI em se adaptar às mudanças e os efeitos desta resistência aos problemas globais, Jim George demonstrava que: "[...] *the silences and omissions of realist theory have some frightening consequences in 'practice' for those excluded from the narrow agenda of orthodox 'reality' and by bearing in mind a range of contemporary issues that exist beyond the boundaries of the traditional agenda. [...]. [...] the deep multifaceted problems [of the world] cannot be solved by recourse to a crude theology of power [...]*"<sup>30</sup> (meus itálicos).

O que estava em jogo era precisamente reimaginar o mundo internacional para além das lentes tradicionais, modernas, totalizantes, teleológicas, das *grand theories* do Realismo e do Liberalismo. E essa tarefa deveria ser empreendida por intelectuais e políticos dos principais estados do sistema internacional – Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Rússia, China, Japão – de modo a compreender seus novos desafios no cenário internacional. A dicotomia prática/teoria e a presunção de

---

<sup>30</sup> GEORGE, Jim. Understanding International Relations after the Cold War: probing beyond the Realist legacy. In: SHAPIRO, Michael e ALKER, Hayward R. (edits). **Challenging boundaries**. Minnesota: Univ. of Minnesota Press, 1995, pp.38-39.

onipotência do ocidente, em especial, em formular teorias de RI com o objetivo de prever as decisões políticas e de receitar seus remédios predefinidos para problemas globais complexos estavam no âmago de todas as decisões equivocadas tomadas nos últimos anos da Guerra Fria. A incapacidade de prever o final da Guerra Fria, por exemplo, foi um grande golpe nas grandes teorias. Na mais importante revista da área de segurança internacional dos Estados Unidos (*International Security*), até um mês antes do colapso do Muro de Berlim e dos processos que levariam à extinção da União Soviética, os *think tanks* americanos retratavam um mundo à beira de uma hecatombe nuclear e das ameaças dos Estados Unidos frente a uma *toda poderosa* União Soviética que estava, na realidade, colapsando internamente. Em grande medida, são os “silêncios e as omissões” impostos às outras vozes e às outras práticas e também às próprias vozes tradicionais que limitaram (e limitam) uma imaginação *internacional* alternativa. Os “silêncios e as omissões” não são apenas teóricos ou relativos a debates *epistemológicos* e *abstratos* (como muitos tradicionalistas gostam de pejorativamente os adjetivar), mas são também impostos institucionalmente em relações de força e poder entre os “estabelecidos” e os “iniciantes”, entre os “autorizados” pela disciplina de Relações Internacionais e os que os devem ouvir e seguir passivamente. São esses alguns dos efeitos do regime da modernidade que afasta a historicidade e a diferença para as margens, privilegiando vozes soberanas em nome de um centro hegemônico que se pretende livre de contradições e incongruências<sup>31</sup>.

Na Edição Especial da *International Studies Quarterly* (tratada logo a seguir) Richard Ashley e Rob Walker falavam da resistência do *mainstream* não apenas em termos teóricos, mas como ameaças veladas por parte de alguns *gatekeepers* como o

---

<sup>31</sup> ASHLEY, Richard K. Living on border lines: man, poststructuralism and war. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. *International/intertextual relations*. Nova Iorque: Lexington, 1989, p.263

próprio presidente da *International Studies Association* (ISA) à época, Robert Keohane, ao afirmar que quem adotasse a perspectiva *reflexivista* (que segundo Keohane abarcava alguns construtivistas) corria o risco de não conseguir se situar no mercado de trabalho nas RI. As exatas palavras de Keohane foram:

Indeed, the greatest weakness of the reflective school lies not in deficiencies in their critical arguments but in the lack of a clear reflective research program that could be employed by students of world politics. *Waltzian neorealism has such a research program; so does neoliberal institutionalism*, which has focused on the evolution and impact of international regimes. *Until the reflective scholars or others sympathetic to their arguments have delineated such a research program and shown in particular studies that it can illuminate important issues in world politics, they will remain on the margins of the field, largely invisible to the preponderance of empirical researchers, most of whom explicitly or implicitly accept one or another version of rationalistic premises.* Such invisibility would be a shame, since the reflective perspective has much to contribute<sup>32</sup>. (meus itálicos).

A terceira contribuição naqueles anos foi o volume especial da revista *International Studies Quarterly*<sup>33</sup>, editado pela *International Studies Association* – ISA, dos Estados Unidos, em 1990. A compilação foi organizada por dois autores que já haviam trilhado seus caminhos alternativos por dentro da disciplina como *dissidentes* e *críticos*: Robert B. J. Walker e Richard K. Ashley. Ashley já havia publicado uma série de artigos partindo de

---

<sup>32</sup> KEOHANE, Robert. International institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, vol.32(4), 1988, p.392. Para a crítica de Ashley e Walker, Cf.: ASHLEY, Richard; WALKER, R. B. J. Introduction: speaking the language of exile: dissident thought in international studies. **International Studies Quarterly**, vol.34(3), Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies, 1990, p.266.

<sup>33</sup> O artigo foi publicado originalmente no volume 34 da *International Studies Quarterly*, em 1990, mas é hoje encontrado mais facilmente no volume editado por Andrew Linklater: WALKER, R. e ASHLEY, R. Reading dissidence/writing the discipline. In: LINKLATER, Andrew. (edit.). **Critical concepts in Political Science**. Londres: Routledge, 2000, vol.1, pp.126-189.

perspectivas críticas, tais como *Political realism and human interests*, *The poverty of neorealism* e *Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique*<sup>34</sup>. Do mesmo modo, Rob Walker havia traçado um caminho semelhante criticando as manifestações políticas da modernidade ocidental nos cânones das RI em um volume por ele editado (*Culture, ideology and world order*) em 1984, além de ter publicado, até então, pelo menos, um artigo muito influente: *History and structure in the theory of IR* (1989) e um livro notável *One world/Many worlds*<sup>35</sup>. Em 1993, Walker publicaria *Inside/Outside*<sup>36</sup>, obra que se tornaria referência na disciplina sobre o caráter constituinte das imagens do *internacional* produzidas pela modernidade ocidental na constituição dos limites e das possibilidades do pensamento político contemporâneo. No volume da *International Studies Quarterly* em questão, a intenção foi mapear a produção crítica na disciplina e diagnosticar o que se percebia então como uma *crise* na; uma crise que convidava todas essas vozes críticas ao mesmo tempo em que despertava a resistência dos *gatekeepers*, dos tradicionalistas, contra a renovação. O foco da *crítica dissidente* era precisamente o conceito de soberania que, para eles, seria estruturante da imaginação internacional. Em *Inside/Outside*, Walker sustentou que o conceito de soberania nos diz mais sobre os modos de pensarmos as RI do que as RI têm a noz dizer sobre o conceito de soberania: "[...] theories of international relations tell us less about the character and consequences of state sovereignty

---

<sup>34</sup> ASHLEY, Richard K. Political realism and human interests. **International Studies Quarterly**, vol.25(2), 1981, pp.204-236; ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. In: Keohane, R. (ed.). **Neorealism and its critics**. Nova Iorque: Columbia, 1986, pp.255-300; ASHLEY, Richard K. Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique. **Millennium - Journal of International Studies**, vol.17(2), 1988, pp.227-262.

<sup>35</sup> WALKER, R. B. J. (editor). **Culture, ideology and world order**. Boulder: Westview Press, 1984; WALKER, R. B. J. History and structure in the theory of IR (1989). In: DER DERIAN, James (edit.). **International theory: critical investigations**. Londres: Macmillan, 1995, pp.308-339; WALKER, R. B. J. **One world/Many worlds**. Boulder: Lynne Rienner, 1988.

<sup>36</sup> WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001.

than the principle of state sovereignty tells us about the categorical structures of international relations theory"<sup>37</sup>. Colocar a soberania como *questão* implicava problematizar todos os princípios das RI, todas as concepções que serviam como fundamento para o pensamento internacional: estado, poder, fronteiras, autoridade, geopolítica, guerra, paz, história, etc. A "atitude dissidente", colocando "a soberania como questão"<sup>38</sup>, se posicionava "nas margens", "nas fronteiras" dos conceitos e da própria disciplina, estratégica e criticamente:

These postures indicate that such critical remarks belong *not at the center of the discipline* where its serious and productive work is proudly presented and logically weighed, but *at its boundaries, at its edges, at the thresholds or checkpoints of entry and exit*. They indicate, in the same stroke, that the *discipline's territorial boundaries are already marked, that the difference between outside and inside is already given, and that the discipline, the tradition, the 'everybody who knows and agrees with this reading' is already assuredly there* (meus itálicos)<sup>39</sup>.

A coletânea incluía artigos de Jim George e David Campbell, James Der Derian, Bradley Klein, Michael Shapiro, William Chaloupka, Cynthia Weber, e dos próprios Ashley e Walker<sup>40</sup>. Como é possível notar pelos títulos de cada um dos capítulos, a intenção (sic!) dos autores era explorar as dinâmicas linguísticas, representacionais e discursivas da política internacional,

---

<sup>37</sup> WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001, p.23.

<sup>38</sup> WALKER, R. e ASHLEY, R. Op. cit., 2000, vol.1, p.127.

<sup>39</sup> WALKER, R. e ASHLEY, R. Op. cit., 2000, p.131.

<sup>40</sup> **International Studies Quarterly**, 34, 1990 (Special Edition): GEORGE, Jim; CAMPBELL, David. Patterns of dissent and the celebration of difference: critical social theory and International Relations, pp.269-293; DER DERIAN, James. The (s)pace of International Relations: simulation, surveillance and speed, pp.295-310; KLEIN, Bradley. How the West was one: representational politics of NATO, pp.311-325; SHAPIRO, Michael. Strategic discourse/discursive strategy: the representation of 'security policy' in the video age, pp.257-340; CHALOUPKA, William. Immodest modesty: antinuclear discourse, lifestyle politics, and intervention strategies, pp.341-351; WEBER, Cynthia. Representing debt: Peruvian presidents Belaúnde's and García's reading/writing or Peruvian debt, pp.353-365; ASHLEY, Richard K.; WALKER, Rob B. J. Op. cit., 1990, pp.367-416.



abordando temas tradicionais das Relações Internacionais como espaço, segurança internacional (OTAN), política de segurança e antinuclear, dívida externa. Os temas eram tradicionais e *mainstream*, mas as abordagens eram inovadoras e dissidentes. Talvez por esse motivo nenhum dos autores tenha se dedicado a abordar *novos temas* ou a propor *novas agendas* de pesquisa.

No ano de 1992, dois excelentes trabalhos trilhamam caminhos promissores nas pesquisa nas RI. O primeiro deles fez o feminismo ganhar ainda mais visibilidade nas Relações Internacionais com a publicação de *Gender in International Relations* de J. Ann Tickner<sup>41</sup>. Tickner levantou sérias críticas ao caráter machista, patriarcalista e opressor da forma como as RI eram pensadas, especialmente através das lentes do realismo: "Strength, power, autonomy, independence, and rationality, all typically associated with men and masculinity, are characteristics we most value in those whom we entrust the conduct of our foreign policy and the defense of our national interest"<sup>42</sup>. Tickner identificou estruturas de opressão contra a mulher que se prolongavam nitidamente nas premissas realistas<sup>43</sup>. A intenção de Tickner fora tornar as experiências das mulheres visíveis em RI no que diz respeito à segurança: "The] *achievement of peace, economic justice, and ecological sustainability* is inseparable from overcoming social relations of domination and subordination; genuine security requires not only the absence of war but also *the elimination of unjust social relations, including unequal gender relations*"<sup>44</sup> (meus itálicos). Em poucos anos, os estudos feministas e as questões de gênero se posicionariam com força na disciplina,

---

<sup>41</sup> TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**. Nova Iorque: Columbia, 1992.

<sup>42</sup> TICKNER, J. Ann. Op. cit., 1992, p.3.

<sup>43</sup> No Prefácio da 7ª Edição de *A política entre as nações*, de Hans Morgenthau, em 2006, os editores se desculparam por manter os *pronomes masculinos* que eram de praxe na época em que o texto foi originalmente escrito e esperam ser "entendidos que o texto se refere a ambos homens e mulheres". THOMPSON, Kenneth; CLINTON, W. David. Preface. In: MORGENTHAU, Hans. Op. cit., 2006, p.v-vi.

<sup>44</sup> TICKNER, J. Ann. Op. cit., 1992, p.128.

tendo dezenas de publicações de peso todos os anos e se firmando nas principais associações como a *International Studies Association* e a *British International Studies Association*. As questões de gênero revolucionaram a maneira como a disciplina passou a tratar questões de segurança, pensando a guerra de baixo para cima, numa perspectiva micro, salientando as ameaças e violências sofridas por mulheres em tempos de guerra e que não eram contadas nas narrativas tradicionais. O feminismo não diminuiu ou menosprezou a importância do sofrimento dos soldados e homens civis em guerras e nas várias formas de violência entre estados, mas salientou os modos de constituição de subjetividades de gênero e como essas subjetividades eram sistematicamente alijadas do centro das preocupações.

Também em 1992, foi publicado um texto de um jovem pesquisador que inspiraria gerações e se tornaria um dos mais influentes teóricos de RI na década de 2000. Trata-se do texto *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics* de Alexander Wendt<sup>45</sup>. A contribuição de Alexander Wendt para o problema da segurança internacional é bem mais conservadora que a de Tickner, mas não menos influente. Em *Anarchy is what states make of it* Wendt promove uma reviravolta nos modos da disciplina interpretar um de seus princípios mais fundamentais. Wendt propunha que a anarquia internacional<sup>46</sup> era antes resultado dos processos nos quais os estados se engajavam e não da estrutura do sistema em si: "There is no 'logic' of anarchy apart from the practices that create and instantiate one structure of identities and interests rather than another; structure has no existence or causal powers apart from process. Self-help and

---

<sup>45</sup> WENDT, Alexander. Op. cit., 1992, pp.391-425.

<sup>46</sup> Wendt tratará não de uma anarquia internacional, mas de, pelo menos, três lógicas de anarquia internacional. Este argumento, contudo, será tratado mais pontualmente em seu livro *The social theory of international politics*. Cf. WENDT, Alexander. **Social theory of international politics [1999]**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

power politics are institutions, not essential features of anarchy. *Anarchy is what states make of it*"<sup>47</sup> (itálicos no original).

O impacto do construtivismo de Wendt para os estudos de segurança internacional foi significativo. Contudo, Wendt permaneceu ligado a posições e a perspectivas bem mais tradicionais e conservadoras do que autores como Walker, Ashley, Shapiro, Der Derian e Tickner. As teorias de Wendt foram sintetizadas, ampliadas e revistas para a publicação de *Social theory of international politics* em 1999 cujo título já demonstra sua intenção de dialogar com e ir além do clássico *Theory of international politics* de Kenneth Waltz, de 1979<sup>48</sup>. Apesar de revolucionar a forma como as RI vislumbravam questões relativas às construções de identidade e de interesses, o construtivismo de Wendt permaneceu flertando com problemas tradicionais de segurança internacional, pois permaneceu tomando os estados como objetos referentes e como sujeitos da política internacional, inovando tão somente em como os estados se relacionavam intersubjetivamente constituindo identidades e interesses. Apesar de clamar pelo construtivismo em RI, Wendt colocou a ontologia antes do método permanecendo dentro da mesma matriz epistemológica tradicional na disciplina. Por esse motivo, Friedrich Kratochwil criticou Wendt por criar uma "nova ortodoxia" nas RI<sup>49</sup>.

Em meio ao debate sobre o fim da história e sobre o futuro do socialismo como alternativa política e ideológica, também estava em jogo o futuro do marxismo como ferramenta de análise nas Ciências Humanas. É nesse contexto que se insere o estudo de Fred Halliday sobre a função do materialismo histórico nas

---

<sup>47</sup> WENDT, Alexander. Op. cit., 1992, pp.394-395.

<sup>48</sup> WENDT, Alexander. **Social theory of international politics [1999]**. Cambridge: CUP, 2007. WALTZ, Kenneth. Op. cit., 1979.

<sup>49</sup> KRATOCHWIL, F. Constructing a new orthodoxy? Wendt's Social Theory of International Politics and the constructivist challenge. **Millennium**, vol.29(1), 2000, p.74.

Relações Internacionais. Em *Rethinking International Relations*<sup>50</sup>, Halliday sustenta que há um "encontro necessário" entre o materialismo histórico e as RI. Apesar de esse encontro estar ainda em sua "fase inicial", ele serviria às RI na medida em que poderia redefinir a agenda de preocupações da disciplina, por um lado, e, por outro, expandir seu escopo teórico para abarcar a disciplina como um todo<sup>51</sup>. O emprego do materialismo histórico como método de análise às Relações Internacionais implicaria sérios desafios. Muitos dos conceitos e princípios tradicionais teriam de ser radicalmente desafiados ou superados, uma vez que a análise de qualquer área da atividade humana precisaria ser vista a partir de seu contexto socioeconômico. Assim:

There is therefore *no state*, no belief, no conflict, no power in general, or independent of this context. By extension, there is no 'international system', or any component activity, be this war or diplomacy, abstracted from the mode of production. Indeed, International Relations is the study of the relations not between states but between social formations. *When this insight is applied to the issues of international relations, a definite shift of focus becomes visible. Thus the state is no longer seen as an embodiment of national interest or judicial neutrality*, but rather of the interests of a specific society or social formation defined by its socio-economic structure. [...]. *Sovereignty equally becomes not a generic legal concept but the sovereignty of specific social forces. Its history is that of forms of social power and attendant legitimization within a formation. Security is removed from the distinct theoretical sphere in which it has been placed and becomes the security of specific social groups and for specific socio-economic reasons* (meus itálicos)<sup>52</sup>.

Apesar de seu esforço, o trabalho de Halliday não parece ter sido recompensado, infelizmente. O marxismo em geral

---

<sup>50</sup> HALLIDAY, Fred. **Rethinking international relations**. Vancouver: UBC Press, 1994.

<sup>51</sup> HALLIDAY, Fred. Op. cit., 1994, pp.47-55.

<sup>52</sup> *Ibidem*, pp.60-61.

permaneceu bastante alijado dentre os acadêmicos da área, pois, como demonstro, trata-se de uma área do conhecimento bastante conservadora e que enfrenta com muita ferocidade as novidades e as dissidências. Desafiar os princípios da centralidade do estado, do interesse nacional e do sistema internacional, bem como a soberania e as questões centrais da segurança internacional conforme vislumbrados pela tradição normalmente não é uma tarefa bem-vinda e/ou recompensada. Pelo contrário, muitas vezes essa tarefa é não apenas resistida como abertamente combatida e menosprezada pelos *gatekeepers*.

Ainda em 1994, Alexander Wendt publicaria outro texto: *Identity formation and the international state*<sup>53</sup>. Tão importante quanto *Anarchy is what states make of it*, *Identity formation* contribuiria bastante para popularizar o estudo das identidades nas Relações Internacionais. Não que as preocupações com identidades já não estivessem presentes. O tema já havia sido acessado por vários autores a ponto de se poder falar, já em 1995, de *um retorno dos temas culturais e de identidade* nas RI: "A swing of the pendulum toward culture and identity is strikingly evident in post-Cold War IR theory"<sup>54</sup>. Contudo, o trabalho de Wendt se mostrou mais fácil de ser assimilado por estudantes e por acadêmicos mais tradicionais, uma vez que Wendt mantinha a centralidade do estado como ator fundamental da política internacional e como categoria de análise.

Todas essas contribuições se engajaram, direta ou indiretamente, no suposto *Terceiro Debate* das Relações Internacionais. Este debate teria ocorrido entre as já tradicionais teorias neoliberais (ou neoinstitucionalistas) e neorrealistas, os neo-neos, e as perspectivas construtivistas e pós-estruturalistas.

---

<sup>53</sup> WENDT, Alexander. Identity formation and the international state. **The American Political Science Review**, vol.88(2), 1994, pp.384-396.

<sup>54</sup> LAPID, Joseph. Culture's ship: returns and departures in IR theory. In: LAPID, Joseph & KRATOCHWIL, Friedrich (eds.). **The return of culture and identity in IR theory**. Boulder: Lynne Rienner, 1995, p.3.

Contudo, assim como a respeito dos dois debates anteriores (entre realistas e idealistas, nas décadas de 1920 a 1940 e entre realistas e behavioristas nas décadas de 1950 a 1970) há muita discussão sobre se houve mesmo tal *debate* ou se se trata de um *terceiro*, de um *quarto* ou *quinto* debate<sup>55</sup>. Como esclareço logo na Introdução, a divisão por debates não é a mais adequada aos propósitos da intervenção que proponho. Contudo, é interessante ter em mente que estas novas perspectivas de RI quando começaram a fazer parte da disciplina sofreram resistência e foram atacadas diretamente.

As RI se mantêm ainda bastante conservadoras, apesar dos *novos* (e já nem tão novos) dissidentes e seus temas terem conquistado bastante espaço em congressos, editoras e planos de ensino<sup>56</sup>. Os autores que são tidos como *os mais importantes* na área e que têm seus livros publicados mundo afora continuam sendo praticamente os mesmos das décadas de 1970 e 1980. Em uma pesquisa realizada nos Estados Unidos entre professores de RI, em 2004, os entrevistados foram perguntados sobre quais acadêmicos teriam a maior influência na área nos últimos 20 anos: as sete primeiras posições ficaram com autores tradicionais (Robert Keohane (56%), Kenneth Waltz (41%), Alexander Wendt (33%), Samuel Huntington (21%), John Mearsheimer (18%), Joseph Nye (17%) e Robert Jarvis (15%))<sup>57</sup>. A única novidade seria

---

<sup>55</sup> Sobre as dúvidas a respeito dos *Debates* em RI, se eles de fato aconteceram ou quantos são ou, ainda, se são relevantes, ver: WILSON, Peter. The myth of the 'First Great Debate'. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. Op. cit., 1999, pp.1-16; ASHWORTH, Lucian. Did the realist/idealist debate really happen? A revisionist history of IR. *International Relations*, vol.16(1), 2002, pp.33-51; GEORGE, Jim. International Relations and the search for thinking space: another view of the Third Debate. *International Studies Quarterly*, Vol. 33(3), 1989, pp. 269-279.

<sup>56</sup> MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **TRIP Around the World: Teaching, Research and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries [2011]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2012. Doravante, TRIP, 2012.

<sup>57</sup> MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **Teaching and Research Practices, Views on the Discipline, and policy attitudes of IR Faculty at U.S. Colleges and Universities [2004]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2005, p.19. (Doravante, TRIP 2005). Essa pesquisa foi repetida e ampliada nos anos subsequentes. Conhecida

Wendt, mas apesar de inovador, seu programa de pesquisa se fundamenta num dos mais tradicionais cânones da disciplina: o estatismo. Cânone que foi um dos mais criticados pelos autores verdadeiramente críticos e que não apareceram sequer entre os vinte e três acadêmicos citados na pesquisa. Quando aquela mesma pergunta foi feita sete anos mais tarde, em 2011, numa nova pesquisa, houve pouca mudança entre os autores citados, havendo mais alterações de posições entre os mesmos autores do que a inclusão de novos nomes: Alexander Wendt (45%), Robert Keohane (41%) e Kenneth Waltz (26%), Joseph Nye (19%), John Mearsheimer (24%), James Fearon (20%), Samuel Huntington (10%), nos Estados Unidos; e os três primeiros autores com 53%, 36%, 22%, respectivamente, no Reino Unido<sup>58</sup>. Impressionante é notar que em praticamente todos os países pesquisados, as primeiras quatro ou cinco posições incluem os mesmos autores ou há poucas variações<sup>59</sup>. Os dois autores que despontam entre estas primeiras sete posições em alguns países (notadamente entre os países nórdicos, África do Sul, Brasil e Argentina) são Robert Cox e Barry Buzan: Cox sendo um neogramsciano ou neomarxista e Buzan um dos principais teóricos das novas perspectivas em segurança internacional, que abordarei logo a seguir. Contudo, continua sendo expressiva a falta de qualquer teórico pós-estruturalista ou pós-positivista entre os vinte autores mais citados naquelas duas pesquisas. Mesmo em países como os Estados Unidos e o Reino Unido onde tais perspectivas se desenvolveram (e apesar de 20% entre os americanos e 36% entre os britânicos se

---

pelo acrônimo TRIP, ela tem como objetivo mapear as RI quanto às questões presentes no título da pesquisa. A pesquisa de 2004 foi feita apenas com acadêmicos norte-americanos. A de 2006 inclui também canadenses. Em 2008 ela foi expandida para oito países de língua inglesa e em 2012 já incluía vinte países e cinco idiomas, inclusive o Brasil.

<sup>58</sup> TRIP, 2012, p.49.

<sup>59</sup> Os países pesquisados, além dos Estados Unidos e Reino Unido, foram: Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Irlanda, França, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia, Israel, Turquia, Hong Kong, Singapura, África do Sul, Argentina, Brasil, Colômbia e México.

declararem pós-positivistas<sup>60</sup>), trata-se de uma lacuna expressiva, um silêncio retumbante.

Ainda em 2012, as principais revistas acadêmicas da disciplina são aquelas publicadas nos Estados Unidos ou no Reino Unido: *International Organization, International Studies Quarterly, International Security, Foreign Affairs, American Political Science Review, World Politics, European Journal of International Relations, Journal of Conflict Resolution, Foreign Policy, Review of International Studies, Millennium*<sup>61</sup>. Ainda na linha das publicações, quando perguntados sobre as principais editoras na área, as mais citadas foram editoras dos Estados Unidos ou do Reino Unido: Cambridge UP, Oxford UP, Princeton UP, Cornell UP, Routledge, Palgrave Macmillan, Columbia UP, Lynne Rienner, Harvard UP, MIT<sup>62</sup>.

Esses dados sobre os principais autores da disciplina e sua extensa influência na área, uma influência que desafia a entrada de novos pensadores, a incorporação de novos problemas de pesquisa e de perspectivas distintas das tradicionais diz muito sobre os efeitos do dispositivo Guerra Fria nas RI. Da mesma forma, e com a mesma intensidade, nos diz muito sobre os efeitos do dispositivo Guerra Fria as principais editoras da área se situarem nos EUA e no Reino Unido, especialmente. Na década de 1930, E. H. Carr dizia não ter muito orgulho por ajudar a criar um campo de estudo que não passava de uma maneira de “comandar o mundo a partir de posições de poder”<sup>63</sup> e que Stanley Hoffmann criticamente demonstrava que as RI haviam se tornado *uma ciência social norteamericana*<sup>64</sup>. O que chamo *otanização da disciplina*, no Capítulo 2, está, ainda na década de 1990, agindo com bastante força. O

---

<sup>60</sup> TRIP, 2012, p.32.

<sup>61</sup> TRIP, 2012, p.52. Respectivamente: 65%, 42%, 39%, 33%, 23%, 23%, 20%, 15%, 13%, 11%.

<sup>62</sup> TRIP, 2012, p.55. Respectivamente: 82%, 56%, 46%, 38%, 32%, 20%, 16%, 15%, 12%, 10%.

<sup>63</sup> Carta de E. H. Carr a Stanley Hoffmann. 30 de setembro de 1977. Apud: COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xiii.

<sup>64</sup> HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987, pp.3-24.



dispositivo Guerra Fria sobreviveu à Guerra Fria. A força das ideias, das instituições, das convicções, ou seja, dos objetos *segurança internacional e relações internacionais* e *Relações Internacionais* provaram-se mais duradouros que a concretude dos muros e das bandeiras levantados desde 1920. Na década de 1990, a dissidência não havia ainda conseguido penetrar as cidadelas fortificadas da tradição. Problematizarei, a seguir, se os ESI conseguiram superar estes atavismos.

### 3.3. Segurança internacional: a busca por novas perspectivas

Nenhum outro tópico em RI possui uma literatura tão extensa quanto os estudos de segurança internacional. Na verdade, é possível afirmar que estudos de Relações Internacionais são sobre segurança internacional, apesar dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) terem aparecido como subárea nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial com um propósito bem particular. Contudo, desde a década de 1910, o tema *segurança internacional* foi o principal tema de preocupação<sup>65</sup>.

A disciplina nasceu do interesse em teorizar o mundo internacional de modo a extinguir as guerras. Anos mais tarde, a disciplina renasceria com mais força nos Estados Unidos sob a égide da Guerra Fria e centralizaria ainda mais os problemas do mundo na linguagem da segurança internacional. O dispositivo Guerra Fria colocou em circulação discursos sobre segurança internacional de modo a vincular todos os problemas internacionais ao problema da segurança internacional: tudo foi considerado *problema de segurança*, mesmo questões ecológicas, comerciais, de direitos humanos e financeiras, etc. Quando Barry Buzan e Lene Hansen afirmam que na década de 1980 não havia muito pensamento sobre o conceito de segurança internacional,

---

<sup>65</sup> BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. São Paulo: Unesp, 2013.

eles estão bastante corretos no que diz respeito às problematizações da ideia, do conceito segurança, de seus objetos referentes<sup>66</sup>. Até então, segurança internacional era tida como algo autoevidente: um estado seguro era um estado que não estava em guerra com outros estados ou que não estava sendo ameaçado diretamente por outros estados. Tratava-se de uma *paz negativa*. O que a década de 1980 inaugurou – e o que Buzan e a Escola de Copenhagen ajudaram a fundar – foi a problematização da *construção social das ameaças*, passando de um modelo puramente objetivista e materialista, a um modelo construtivista e ideacional<sup>67</sup>.

Numa das primeiras contribuições para o estudo da segurança internacional no mundo pós-Guerra Fria, *People, states and fear*, de Barry Buzan, publicado em 1991, afirmou a necessidade de "habilitar o conceito de segurança" para o estudo das Relações Internacionais, pois, como ele afirma, o conceito jamais havia sido "desenvolvido apropriadamente": "[Until] the rise of economic and environmental concerns during the 1970s *the concept of security was seldom addressed in terms other than the policy interests of particular actors*, and right up to the end of the 1980s *the discussion still had a heavy military emphasis*"<sup>68</sup> (meus *itálicos*). Numa disciplina que se dedicava a estudar especificamente o problema da paz e da guerra uma afirmação como esta tinha implicações metodológicas e ontológicas bastante sérias. Essas implicações são sentidas, por exemplo, em *Peace and war: armed conflicts and international order (1648-1989)*, de

---

<sup>66</sup> BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. Defining-redefining security. In: DENEMARK, Robert (Edit). **The International Studies Encyclopedia**. Londres: Blackwell Publishing, 2010 (OnLine). (Acesso: 16 de julho de 2010).

<sup>67</sup> BUZAN, Barry. New Introduction [2009]. In: \_\_\_\_\_. **People, states and fear: an agenda for international security studies for the post-Cold War era [1991]**. Colchester: ECPR Press, 2009, p.2.

<sup>68</sup> BUZAN, Barry. Op. cit., 2009, p.26-27. *People, states and fear* foi originalmente publicado em 1983. O fim da Guerra Fria impôs aos editores e ao autor uma segunda edição. Buzan fez várias mudanças nos argumentos e nas formas como abordou alguns problemas para a segunda edição de 1991. A edição que usamos aqui é a terceira, de 2009, que é idêntica àquela de 1991.

Kalevi J. Holsti. Apesar de seu título bastante tradicional (abordando a segurança em termos de paz e guerra e de recortar temporalmente o problema desde a Paz de Vestfália (1648) até o final da Guerra Fria (1989)), Holsti propõe algumas críticas ao realismo sobre as causas das guerras. Ele argumenta que não é a busca pelo poder ou o equilíbrio de poder que causam as guerras, mas principalmente lutas que envolvam valores, crenças e afinidades<sup>69</sup>. Holsti permanece, contudo, atrelado a uma visão estatista da guerra, argumentando que uma visão estado-cêntrica do mundo ainda seria satisfatória<sup>70</sup>. Ao tratar das *questões do futuro*, Holsti não consegue pensar fora do estado como referente da segurança internacional: guerras poderão surgir de problemas financeiros e ambientais, de migrações ou do envolvimento de estados em guerras civis, na luta contra barões do narcotráfico ou da luta contra o terrorismo<sup>71</sup>. O terrorismo é apenas mencionado como problema, mas não é problematizado. Em outro texto, contudo, Holsti é um pouco mais inovador. Em *War, peace, and the state of the state*, artigo publicado em 1995, ele argumenta que as guerras nos últimos cinquenta anos, ao contrário das teorias realistas, não ocorrem por motivos externos, pelo sistema internacional ou pelo dilema de segurança, mas por motivos internos, numa composição de legitimidade estatal e das características de estados fracos, fortes e falidos: "the tenets of realism and geopolitical analysis has blinded us to the continuing search for politically effective communities"; e conclui: "[...] the European territorial state has not been a successful prototype for many non-Western communities"<sup>72</sup>. Uma perspectiva como essa

---

<sup>69</sup> HOLSTI, Kalevi J. **Peace and war: armed conflicts and international order (1648-1989)** [1991]. Cambridge: CUP, 1992, pp.330-331.

<sup>70</sup> HOLSTI, Kalevi J. Op. cit., 1992, p.332.

<sup>71</sup> Ibidem, p.325.

<sup>72</sup> HOLSTI, Kalevi J. War, peace, and the state of the state. **International Political Science Review**, vol.16(4), 1995, p.337.

pode abrir novos horizontes para pesquisas que desafiem o estatismo e relativizem o poder da soberania nas RI.

Em 1992, é publicado um dos livros mais influentes não apenas na área de estudos de segurança internacional como também nos estudos de política externa<sup>73</sup>: *Writing Security*, de David Campbell<sup>74</sup>. Inspirando-se também nas perspectivas abertas pela semiótica de Michel Foucault, mas também em Julia Kristeva e Jacques Derrida, Campbell elabora uma série de estudos que tem como objetivo problematizar a política externa – no caso, a norte-americana – como uma *prática política* central à constituição, reprodução e manutenção da identidade política dos Estados Unidos<sup>75</sup>. Campbell parte do princípio que os riscos à segurança não são objetivamente verificáveis e nem todos os riscos são interpretados como perigos. Ele cita o exemplo da epidemia da AIDS que, no final da década de 1980, era considerada um dos maiores perigos de saúde pública pelo governo dos Estados Unidos, apesar de doenças como diabetes, suicídios e doenças crônicas hepáticas resultarem em muito mais mortes que a AIDS. Do mesmo modo, a "guerra às drogas" era legitimada com base nos perigos que a cocaína, a heroína, o *crack*, entre outras, representavam para a saúde das populações, apesar de drogas lícitas serem responsáveis por mais mortes que as drogas ilícitas. Seguindo esse argumento, Campbell cita o problema do "terrorismo" (sempre empregado por ele entre aspas), considerado

---

<sup>73</sup> No Brasil, o melhor estudo já publicado sobre política externa teve inspiração direta na perspectiva desenvolvida por Campbell: RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

<sup>74</sup> CAMPBELL, David. **Writing security: US foreign policy and the politics of identity (Revised Edition)**. Minneapolis: Minnesota UP, 1998 [1992]. Utilizo a segunda edição revisada de 1998. Segundo Campbell, o texto da segunda edição permanece idêntico ao da primeira, exceto por algumas correções editoriais e pela exclusão de um capítulo que lidava com a representação do Japão percebido como ameaça econômica aos Estados Unidos. O que parecia uma possibilidade real no final dos anos 80, nos primeiros anos da década de 1990 essa possibilidade já havia se dissipado. A nova edição também conta com um epílogo.

<sup>75</sup> CAMPBELL, David. Op. cit., p.8.

pelo governo dos Estados Unidos, na década de 1980, uma das principais ameaças à segurança nacional. Essa classificação do terrorismo por parte dos EUA como "uma das principais ameaças" não condizia com sua mínima "contribuição para a carnificina internacional"<sup>76</sup>. Essa primeira menção do terrorismo por Campbell – e de todos os textos sobre segurança internacional aqui interpretados e produzidos entre 1990 e 2001 – é significativa. Campbell minimiza o impacto do terrorismo tanto na política externa dos Estados Unidos como seu impacto na política internacional. A menção acima citada possui uma nota de rodapé na qual se lê:

Although not a complete accounting of the deaths resulting from 'terrorism', this figure [2.143 mortes resultantes de explosões de aeronaves por terroristas entre 1960 e 1990] demonstrates – *in comparison* to the millions who have died in that time from civil war, preventable diseases, or starvation – that *the concern surrounding 'terrorism' does not correspond with its occurrence*<sup>77</sup> (meus itálicos).

É relevante perceber nessa passagem a colocação da questão do "terrorismo" *em comparação* com as mortes causadas por guerras civis, doenças evitáveis ou fome. No argumento de Campbell, essa colocação faz todo o sentido, pois ela atesta a construção dos medos e das ameaças por discursos de segurança internacional e nacional que constituem ameaças e perigos nem sempre condizentes com a objetividade da ameaça e do risco, ou seja, muitas ameaças são supervalorizadas e ampliadas, para legitimar políticas de segurança nem sempre condizentes com sua objetividade ou possibilidade. Contudo, precisamente sobre a questão do terrorismo, talvez essa colocação não se aplique, se assim exposta. Campbell minimiza o problema do terrorismo mesmo já tendo ocorrido, em 1998, a detonação das bombas no

---

<sup>76</sup> Ibidem, p.2.

<sup>77</sup> Ibidem, p.229.

subsolo do World Trade Center em 1993. Aquele atentado foi interpretado apenas como *mais um* atentado terrorista pela maior parte dos especialistas. Isso sem falar na comunidade de internacionalistas que sequer passou a prestar atenção ao problema depois do evento. Foi o dromólogo francês Paul Virilio quem chamou atenção para a mudança de paradigma nas táticas terroristas que aquele atentado representava.

O atentado do World Trade Center é o primeiro depois da Guerra Fria. Sejam quem forem os seus autores, *inaugura uma nova era do terrorismo*, que nada tem em comum com as repetidas explosões que sacodem regularmente a Irlanda ou a Inglaterra, [pois o atentado ao WTC é] uma astuta combinação de uma forte dimensão simbólica e de um poder de demolição urbana que não necessita mais que uns poucos indivíduos que utilizem uma caminhonete para causar o terror<sup>78</sup>. (meus itálicos).

E Virilio conclui: "na época dos *cruiase missiles* e dos vetores de lançamento nuclear mais sofisticados, admitamos que se trate de um exemplo surpreendente de economia política"<sup>79</sup>. Estávamos entrando na era de uma nova equação da guerra: um homem = uma guerra. A arquitetura urbana desenvolvida pelo ocidente se tornara uma armadilha mortal<sup>80</sup>. A intenção naquele ataque fora, evidentemente, derrubar o prédio sem qualquer aviso prévio ou sem qualquer possibilidade de evacuação de milhares de pessoas que o frequentavam diariamente. Se isto tivesse ocorrido, estimasse que o número de vítimas teria sido três ou quatro vezes superior às vítimas no Onze de Setembro<sup>81</sup>.

---

<sup>78</sup> VIRILIO, Paul. Op. cit., 1999, p.58-59.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> AREND, Hugo. Terrorismo extremo e os tensionamentos nas democracias. **Ciências Sociais – Unisinos**, v.41, n.3, 2005, pp.151-162; AREND, Hugo. Terrorismo, Cidades e Relações Internacionais na Crise das Fronteiras. **Territórios e Fronteiras**, v.6, 2005, p.3-46.

<sup>81</sup> Um dos responsáveis por colocar a bomba e que foi preso semanas depois dos atentados ainda nos Estados Unidos, afirmou que a intenção era matar duzentas e cinquenta mil pessoas. Apesar desse número ser claramente exagerado, ele comprova a nova mentalidade desenvolvida pela Al Qaeda:

Campbell tratará do terrorismo em quatro dos oito capítulos do livro, mesmo que, em todas as passagens, o problema seja abordado como um exemplo dentre as "novas questões globais", como o meio ambiente, o tráfico de drogas, migração, doenças, etc. Concordo com Campbell quando ele interpreta estas "novas questões globais" como se elas desafiassem "the long-standing and well-established modes of interpretation associated with the Cold War", mas que, na verdade, não se distanciam assim tão claramente daquelas representações das ameaças e perigos durante a Guerra Fria<sup>82</sup> porque apesar de não estarem conectadas à União Soviética elas permanecem mobilizadas como ameaças localizadas frente a um ambiente anárquico e que ameaçam a vida doméstica da sociedade americana, frequentemente pelo recurso à violência. Ou seja, a constituição da identidade americana pela diferença, pela alteridade e pelos perigos se dá ainda, na mesma estrutura: "the representation of novel challenges in terms of traditional analytics, and the varied attempts to replace one enemy with (an)other"<sup>83</sup>. Campbell ainda acessará o "terrorismo" em mais três passagens de seus textos, mas deixarei para problematizá-las no próximo capítulo por se relacionarem mais diretamente às questões que levantarei logo a seguir. Mesmo que Campbell tenha sido o único a abordar o terrorismo nesse *intermezzo* ele não percebeu a gravidade do problema: não a gravidade do terrorismo em si, como ameaça às populações, à vida civil. Campbell parece não ter percebido o quão importante já se tornara o terrorismo como potencial *signo do mal*, como substituto do comunismo como "inimigo da democracia". Mesmo assim, seria injusto para com Campbell cobrar dele essa percepção. Seus estudos acerca da consituição das ameaças foram, sem dúvida alguma, muito

---

vitimar o maior número de pessoas possível. Cf. 9/11 COMMISSION REPORT, The. Op. cit., 2004, p.72.

<sup>82</sup> CAMPBELL, David. Op. cit., p.8.

<sup>83</sup> Idem.

inovadores e possibilitaram novas perspectivas sobre os estudos de segurança internacional.

Ao final da década de 1990, Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde publicaram um estudo que se tornaria referência na área dos ESI: *Security: a new framework for analysis*<sup>84</sup>. Buzan que já possuía uma obra significativa na área à época e que após a publicação desse livro teve ainda mais visibilidade<sup>85</sup>, afirma que este está entre seus livros mais importantes e mais vendidos. Como o título deixa claro, a intenção dos autores foi reformular os quadros de análise a respeito da segurança internacional. Buzan, Weaver e Jaap propõem redimensionar o escopo das abordagens sobre segurança internacional introduzindo análises através de *setores* – militar, ambiental, econômico, societário e político. Na verdade, esta intenção já vinha sendo objetivo da Escola de Copenhague da qual eles fazem parte, apesar de existirem diferenças entre os modos de pensar a segurança entre Buzan e Weaver, especialmente. Eles pretendem se posicionar entre os dois campos principais das teorias da segurança: os tradicionalistas e os ampliadores (*wideners*).

Segundo os autores, os tradicionalistas sustentam uma ideia de segurança ligada essencialmente às questões militares, à guerra e à paz e que envolvem diretamente os atores estatais, sejam estados individualmente, ou alianças e o sistema, em grande medida. Os ampliadores defendem justamente a ampliação das preocupações sobre segurança e incluem como problemas de segurança as questões ambientais, financeiras, comerciais, humanas, individuais etc. A crítica dos tradicionalistas aos ampliadores diz respeito aos efeitos de uma ampliação do escopo pelo perigo de se perder o sentido da própria noção de segurança internacional e da subárea de Estudos de Segurança. Buzan,

---

<sup>84</sup> BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. Op. cit., 1998.

<sup>85</sup> Como visto logo acima, Barry Buzan está ao lado de Robert Cox como um dos teóricos de RI mais citados e influentes do mundo.



Weaver e Jaap concordam em parte com esta crítica tradicionalista ao mesmo tempo em que sentem a necessidade de se ampliar o escopo. A solução encontrada e sugerida por eles é ampliar os estudos de segurança para incluir outros objetos referentes (meio ambiente, mercado, finanças, indivíduos, etc.), mas apenas na medida em que essas ameaças à segurança sejam "staged as existential threats to a referent object by a securitizing actor who thereby generates endorsement of emergency measures beyond rules that would otherwise bind"<sup>86</sup>.

O que há de essencial – e inovador – nessa perspectiva é a construção existencial da ameaça e a *securitização* do problema em termos de medidas excepcionais ao ordenamento jurídico. Essa definição de segurança como *securitização* e seu caráter intersubjetivo será a grande contribuição da Escola de Copenhague aos ESI. Voltarei à análise da securitização no próximo capítulo. Por ora, é suficiente salientar que apesar de Buzan, Weaver e Jaap terem se debruçado especificamente sobre o escopo dos problemas de segurança internacional, sobre os modos de estudar a segurança internacional a partir de lentes e perspectivas mais inovadoras e de trazer outras questões e outros objetos referentes a esses estudos, o terrorismo jamais configurou como problema de pesquisa em suas publicações, durante o *intermezzo*.

Em 1999, um importante estudo sobre as guerras foi publicado pela professora da London School of Economics and Political Science Mary Kaldor. Em *New and old wars*<sup>87</sup>, Kaldor teoriza a respeito da nova natureza das guerras após o final da Guerra Fria. Tendo feito sua pesquisa em campo, viajado para as zonas de conflito, e observado as dinâmicas das guerras que ocorriam na então Iugoslávia e na África, ela conclui que tais dinâmicas estavam mudando e já não condiziam mais com as "guerras antigas". Tampouco os conceitos de "guerras de baixa

---

<sup>86</sup> BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. Op. cit., 1998, p.4-5.

<sup>87</sup> KALDOR, Mary. Op. cit., 1999.

intensidade" ou "guerras de guerrilha" seriam suficientes para abarcar as novas realidades próprias dos processos de globalização. Kaldor assim interpreta as "novas guerras":

*a blurring of the distinctions between war (usually defined as violence between states or organized political groups for political motives), organized crime (violence undertaken by privately organized groups for private purposes, usually financial gain) and large scale violation of human rights (violence undertaken by states or politically organized groups against individuals)*<sup>88</sup> (meus itálicos).

A característica fundamental das *novas guerras* seria seu aspecto confuso, indefinido, entre guerra, crime organizado e ampla violação de direitos humanos. Tratar-se-ia de uma "revolução nas relações sociais" da guerra<sup>89</sup>. Elas seriam os frutos de processos de globalização das décadas de 1980 e 1990:

[...] the wars epitomize a new kind of global/local divide between those members of a global class who can speak English, have access to faxes, e-mail and satellite television, who use dollars, deutschmarks or credit cards, and who can travel freely, and those who are excluded from global processes, who live off what they can sell or barter or what they receive in humanitarian aid, whose movement is restricted by roadblocks, visas and the cost of travel, and who are prey to sieges, forced famines, landmines, etc.<sup>90</sup>.

Segundo Kaldor, haveria lógicas e dinâmicas sociais, políticas e econômicas distintas dos séculos 18, 19 e 20, especialmente. As novas dinâmicas sociais das guerras incluiriam o terror às

---

<sup>88</sup> Ibidem, p.2.

<sup>89</sup> Ibidem, p.3.

<sup>90</sup> Ibidem, p.4. Essa visão de Kaldor é corroborada por vários repórteres e estudiosos que usaram o mesmo método etnográfico que testemunharam as dificuldades das populações locais em se comunicarem com o mundo do lado de fora de suas cidades sitiadas, em conseguirem se locomover ou em obter alimentos e as mínimas condições de vida. Para outro relato nessa perspectiva, Cf.: SACCO, Joe. **Área de segurança Gorazde: a guerra na Bósnia Oriental**. São Paulo: Conrad, 2005.

populações civis, a destruição de seus acervos culturais e identitários como museus, bibliotecas, monumentos e cidades. A economia das novas guerras se comunicaria com o crime organizado, as máfias locais e internacionais como fontes de financiamento e alianças paramilitares. Politicamente, os atores seriam agentes de governos, criminosos comuns e membros de gangues, grupos paramilitares e mercenários de todos os tipos e nacionalidades. Em linhas gerais, as novas guerras se manifestariam em dinâmicas horizontais, pulverizadas e de difícil definição, se contrapondo às dinâmicas verticais e estatais das guerras de séculos anteriores. Como no restante da bibliografia sobre segurança internacional publicada entre o fim da Guerra Fria e o Onze de Setembro, Kaldor também não trata especificamente do terrorismo. Ela menciona o terrorismo como uma das táticas dos grupos envolvidos nessas guerras para expulsar as populações civis de suas cidades nos processos de limpeza étnica que caracterizaram tanto as guerras na Iugoslávia como na África<sup>91</sup>.

Em nenhuma dessas contribuições para a renovação das abordagens de segurança internacional, portanto, o terrorismo foi problematizado. Há algumas menções ao problema na obra de Campbell e Kaldor, mas mesmo assim, são menções esporádicas; elas não fazem parte do problema central. No próximo capítulo, será explorado como algumas dessas obras – e de outras mencionadas no Capítulo I – continham os pressupostos e aberturas para se pensar novas teorizações sobre a segurança internacional e como esses pressupostos e aberturas poderiam ter sido acessados desde a década de 1930, no mínimo, para se teorizar um problema como o terrorismo.

---

<sup>91</sup> KALDOR, Mary. Op. cit., 1999, pp.2, 97 e 115.



## Capítulo 4

### Loucura e extinção: discursos de tragédia, segurança internacional e efeitos de verdade no *onze de setembro* (1910-2001)

Everything they thought they knew about the nature of reality, about how things worked and what things were, was wrong, the iron mullah said. That was the first thing for the true warrior to understand. [...] –The visible world, the world of space and time and sensation and perception in which they had believed themselves to be living, was a lie. [...] –Everything that seemed to be, was not. –Yes. –By crossing the mountains they had passed through a curtain and stood now on the threshold of the world of truth, which was invisible to most men. [...] –In the world of truth, the iron mullah preached, there was no room for weakness, argument, or half measures. Before the power of truth, every knee must bow, and then truth will protect you. Truth will keep your soul safe in the palm of its mighty hand. [...] –Only the truth can be your father now, but through the truth you will be fathers of history. [...] –Only the truth can be your mother now, but when the truth has won its victory all mothers will bless your names. [...] –Only the truth can be your brother, but in the truth you will be a brother to all men. [...] –Only the truth can be your wife. [...]

RUSHDIE, Salman. **Shalimar, The Clown**. Nova Iorque: Random House, 2005, pp.265-266 (*itálicos no original*).

Quem teria pensado em usar facas plásticas para sequestrar os aviões que foram jogados contra os edifícios?

RUMSFELD, Donald. Talebã não desistirá. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 26 de outubro de 2001, p.A12.

Americans and Westerners are fed a constant diet of catastrophic scenarios and scare tactics. Like the Cold War era, mainstream politicians and analysts neither challenge the dominant terrorism narrative nor educate the Western public about al Qaeda's self-limiting challenge – more a security irritant than a strategic threat.

GERGES, Fawaz. The rise and fall of Al Qaeda. Nova Iorque: Oxford, 2011, p.193.

Os ataques aos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001 foram imediatamente referendados por acadêmicos e pela intelectualidade como marcos históricos incontestáveis. O historiador britânico Eric Hobsbawm, em sua autobiografia, definiu os acontecimentos como uma "drástica e inegável cesura na história do mundo"<sup>1</sup>. Na mesma esteira se exprimiram o historiador francês Jacques Le Goff (se tratava do "início da história"), o fotógrafo Sebastião Salgado (havia "começado uma nova era") e o internacionalista brasileiro Ricardo Seitenfus (o Onze de Setembro significava um "ponto de ruptura")<sup>2</sup>. Na perspectiva de Paul Virilio, tratava-se de "um ato de guerra histórico", equivalente ao assassinato de 28 de junho de 1914 em Sarajevo e que daria início a uma "declaração de guerra global que nada [teria] a ver com a tradição clausewitziana"<sup>3</sup>. Um novo marco histórico, o primeiro ato de uma nova tragédia: a "primeira guerra

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Tempos interessantes: uma vida no século 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.447. A autobiografia já estava pronta para impressão quando do Onze de Setembro. Hobsbawm ligou às pressas para a editora e pediu que a impressão fosse cancelada. Os acontecimentos demandavam reflexão e seriam imprescindíveis em sua *Coda*.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. O início da história. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 14 de abril de 2002, p.14-17; SALGADO, Sebastião. Quando se vê a morte através da lente. **Folha de São Paulo**, 15 de Setembro de 2001, p.16 (especial); SEITENFUS, Ricardo. As novas relações internacionais. **Folha de São Paulo**, 25 de Setembro de 2001, p.A3.

<sup>3</sup> VIRILIO, Paul. Entrevista a Octavio Martí. **Folha de São Paulo**, 25 de Setembro de 2001, p.8, Caderno Especial.

mundial do século 21"<sup>4</sup>; o "Pearl Harbor do século 21"<sup>5</sup> ou, simplesmente, o início do próprio século 21<sup>6</sup>. Essa percepção de "cesura", "ruptura", sensação de "início" e de "fim" de uma era foi também verbalizada por quem estava assistindo aos eventos *ao vivo*. Um especialista do FBI entrevistado pela rede de TV CBS sentia-se vivendo um dia em que, daquele momento em diante, "as coisas não [seriam] mais as mesmas nos Estados Unidos da América", especialmente no que se referia à segurança<sup>7</sup>. Outras interpretações viram o Onze de Setembro como marco nas novas relações de poder nas relações internacionais. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos interpretou o Onze de Setembro como o surgimento de "novos antagonismos" que desembocariam numa "nova guerra mundial"<sup>8</sup>. Os "novos inimigos dos EUA não serão mais países [como na Guerra Fria]", mas grupos terroristas "movidos pelo ódio" incluía Luis Carlos Bresser Pereira<sup>9</sup>. Os Estados Unidos estariam diante de uma "chamada para despertar" que exigia uma "abordagem nova" de sua política externa, segundo o político e historiador ultraconservador Henry Kissinger<sup>10</sup>. Essa nova abordagem deveria considerar que os "novos inimigos" não seriam mais "países [como na Guerra Fria]", mas "movimentos sociais indefinidos" ou até "países marginalizados, naqueles em que pode se desenvolver esse tipo de fermento perverso que criou o que pode estar por detrás dos

---

<sup>4</sup> CASTELLS, Manuel. Guerra das redes. **Folha de São Paulo**, 21 de Setembro de 2001, p.8 (especial).

<sup>5</sup> WOODWARD, Bob. **Bush em Guerra**. São Paulo: Arx, 2003, p.62.

<sup>6</sup> AUSTER, P. 2001. E assim começa o século 21. **Folha de São Paulo**, 16 de set., p.16.

<sup>7</sup> **FOX NEWS. 9/11 AS IT HAPPENED**. Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com). Acesso: 14/03/2013. 09hs58mins.

<sup>8</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos antagonismos. **Folha de São Paulo**, 19 de Setembro de 2001, p.A3.

<sup>9</sup> PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Uma política contra o ódio. **Folha de São Paulo**, 17 de Setembro de 2001, p.A3.

<sup>10</sup> KISSINGER, Henry. Ataque terrorista exige nova resposta. **Folha de São Paulo**, 20 de Setembro de 2001, p.6 (especial).

atentados"<sup>11</sup>. Poderia se tratar, ainda, de uma "nova forma de Guerra Fria que restabeleceria o papel de liderança dos EUA no mundo inteiro"<sup>12</sup>. Todos esses intelectuais e acadêmicos concordavam que se tratava de um evento sem "precedentes" e que seria uma reconfiguração da história, de nossa percepção de tempo e também uma reconfiguração das forças políticas do sistema internacional. O triunfalismo do *intermezzo* e suas incertezas quanto aos rumos históricos e políticos do mundo pós-Guerra Fria pareciam ter, finalmente, chegado a um momento indiscutivelmente liminar, um demarcador claro entre um "antes" e um "de agora em diante". A sensação de ruptura exigiria novas ressignificações históricas e políticas: o Onze de Setembro havia produzido uma "crise de significados e representações que davam sentido ao mundo e aos Estados Unidos"<sup>13</sup>.

Segundo essas interpretações, a partir daquele dia, uma nova era não apenas da política internacional, mas uma *nova* era da história humana se iniciava. O que ficava definitivamente para trás era a lógica da Guerra Fria e a década de indecisão na política internacional que a seguiu, o *intermezzo*, entre 1991 e o Onze de Setembro. As diferenças, contudo, não estavam claras: o que seria da suposta hegemonia norte-americana? Os Estados Unidos usariam de diplomacia e multilateralismo como respostas aos ataques ou empregariam as velhas políticas do unilateralismo de superpotência? Como se comportariam o mundo e os aliados norte-americanos no caso de realinhamentos necessários para a *Guerra ao Terror* que se delineava? Qual seria o papel da ONU e das demais organizações internacionais frente ao problema do terrorismo? O mundo estaria mesmo diante de um *choque de civilizações*, conforme preconizara Samuel Huntington?

---

<sup>11</sup> FURTADO, Celso. Entrevista. **Folha de São Paulo**, 14 de Setembro de 2001, p.18 (especial).

<sup>12</sup> FURTADO, Celso. Op. cit.

<sup>13</sup> RESENDE, Erica Simone A. Op. cit., 2012, p.21.



Nesse último capítulo, problematizo o velamento do terrorismo pelas RI, pelas perspectivas de segurança internacional, mais precisamente, desde 1910 até 2001 e, em que medida, este velamento de um fenômeno tão presente nas relações internacionais e ausente nas Relações Internacionais foi diretamente condicionado pela verdade dos discursos da tragédia. Indago-me pontualmente sobre como esses discursos da tragédia constituíram o que se entende por *segurança internacional* desde 1910 até 2001 e como a constituição da imaginação política internacional, na teoria política internacional, no espectro da ação política racional, velou o problema do terrorismo. Problematizo especificamente os efeitos de verdade dos discursos de tragédia na segurança internacional.

Início o percurso interpretando tais efeitos a partir de três ironias que se desdobraram tragicamente nas duas ou três horas dos eventos de 11 de setembro de 2001. Como esses efeitos de verdade condicionaram os modos de ser e fazer a segurança dos Estados Unidos e possibilitaram, em grande medida, a ação dos terroristas? Como os discursos de tragédia articulados especialmente através do dispositivo Guerra Fria condicionaram os modos dos Estados Unidos garantir sua segurança até aquele dia? O que estas ironias nos dizem sobre os discursos da tragédia? Num segundo momento, indago-me acerca das constituições das subjetividades internacionais tornadas possíveis pelos discursos da tragédia. Quais eram os referentes da segurança internacional? Quem deveria estar protegido? Quem deveria proteger? Como se constituíram, através dos discursos de tragédia, os papéis dos heróis, das vítimas e das questões internacionais? Que lugar o sujeito deve ocupar para ser sujeito legítimo de segurança internacional? O terceiro momento será dedicado às relações entre a tragédia e a segurança internacional no que respeita a crítica ao estado e, em que medida, podemos ir além da crítica ao estado nas RI através de uma interpretação dos discursos de tragédia na disciplina. Em que medida, uma interpretação da tragédia nas RI

pode possibilitar uma releitura do papel do estado, da segurança internacional, enfim, das condições de possibilidade do "internacional"? No quarto momento, analiso a racionalidade e os limites da política nos discursos de segurança internacional. De que forma se articulam e são articulados os signos da loucura e da extinção na tragédia das RI desde a década de 1910 até 2001? O que os signos da loucura e da extinção nos dizem sobre a racionalidade política da segurança internacional? De que modo a loucura e a extinção são operadas nos discursos de tragédia nas RI? A partir da interpretação desses signos nos discursos de segurança internacional, no último momento do capítulo, proponho algumas leituras dos clássicos como *aberturas* para o tratamento do terrorismo nas Relações Internacionais. Meu argumento é que o terrorismo não foi problematizado ao longo de um século de teoria política de segurança internacional não devido à falta de conceitos, categorias, teorias ou perspectivas. Todas essas ferramentas analíticas existiam. Em vários autores, das mais variadas escolas de pensamento, havia brechas, aberturas, possibilidades de se pensar o terrorismo como problema de segurança internacional. Assim, na última parte do capítulo, penso essas aberturas em autores como Norman Angell, E. H. Carr, Raymond Aron e, especialmente, em Barry Buzan e Ole Weaver.

#### **4.1. Segurança internacional e efeitos de verdade: as ironias do Onze de Setembro**

A primeira ironia no Onze de Setembro diz respeito às *indefinições de responsabilidades entre as esferas civil e militar no desenrolar do acontecimento*. Na manhã do dia 11 de setembro de 2001, o NORAD (*North American Aerospace Defense Command*) se preparava para um exercício militar que compreendia a interceptação de quatro aviões de caça russos que invadiam o espaço aéreo norte-americano pelo Alasca. O exercício estava começando quando às 08hs38min a FAA (*Federal Aviation Agency*)

o notifica sobre o possível sequestro de um avião comercial que estaria se dirigindo à Nova Iorque. O militar que recebe a ligação demonstra incredulidade – o último sequestro de aeronaves nos EUA fora em 1993<sup>14</sup> – e pergunta se se tratava de exercício ou de “mundo real”. Para sua surpresa, tratava-se de “mundo real”. Prontamente, todo centro de comando passou a monitorar os acontecimentos, comunicando-se diretamente com a FAA e com as demais autoridades responsáveis, civis e militares. O que há de irônico nesses acontecimentos é o fato dos militares estarem se preparando para um exercício contra uma ameaça típica da lógica da Guerra Fria – a invasão do espaço aéreo dos Estados Unidos por caças russos – ao passo que no “mundo real” os acontecimentos se desenrolavam numa lógica de segurança diferente; uma lógica que turvaria as fronteiras entre o que se concebia como mundo civil e mundo militar e que dificultaria a percepção das distinções entre o “dentro” e o “fora”, colocando em questão as principais noções de *nacional* e *internacional* que estruturavam (e estruturam) os discursos e as práticas da segurança internacional.

Ao contrário do exercício militar em andamento no NORAD, a ameaça à segurança dos EUA não foi detectada primeiro pelos militares, mas pelos civis, pelos controladores de voo de Boston. Às 08hs32min foi ouvida uma “transmissão de rádio suspeita” e, a partir de então, o voo 11 da American Airlines passou a ser monitorado e os procedimentos-padrão passaram a ser seguidos: o caminho da aeronave fora liberado, esperando-se que a aeronave pousasse em algum aeroporto de Nova Iorque ou Nova Jersey, onde supostamente iniciariam as negociações com os terroristas<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Em fevereiro de 1993, um avião da Lufthansa fora sequestrado e desviado de sua rota original entre Frankfurt e o Cairo e levado até Nova Iorque. Depois de onze horas de impasse, o sequestro acabou sem maiores problemas ou vítimas.

<sup>15</sup> Três dos terroristas que embarcaram no aeroporto Dulles, em Washington, levantaram suspeitas ao realizarem o *check-in*. Dois deles não falavam inglês e um deles estava sem um documento com foto. O procedimento-padrão adotado foi esperar que os três embarcassem para, então, colocar suas malas no avião. De acordo com este procedimento, não poderia haver uma bomba em suas malas. 9/11 COMMISSION REPORT. Op. cit., p.3.

Os procedimentos padrão quanto ao sequestro de aeronaves fora adotado tanto pelas agências civis de aviação como pelos militares, mas também pelos terroristas. A partir da análise das comunicações entre os pilotos terroristas e a tripulação e os passageiros fica claro que estava nos planos dos terroristas acalmarem as pessoas a bordo afirmando que se tratava de um sequestro comum aos moldes de outras dezenas de casos de sequestros de aeronaves comerciais desde a década de 1970, pelo menos. Numa das gravações, ouve-se Mohammed Atta (piloto terrorista do voo 11 da American Airlines) pedir aos passageiros que mantivessem a calma, pois o voo seria redirecionado ao aeroporto mais próximo. Também no voo 93 da United, o piloto terrorista advertiu a tripulação e os passageiros de que havia uma bomba a bordo e que nem os tripulantes nem os passageiros deveriam fazer "nada estúpido" que colocasse a segurança do avião em risco. A aeronave estaria voltando ao aeroporto mais próximo onde as negociações teriam início<sup>16</sup>. Quando o voo 11 da American Airlines desapareceu nos céus de Manhattan, às 8hs42min, já era tarde. Segundos depois, ele atingiria a torre norte do World Trade Center (WTC). Pouco mais de quinze minutos passariam até o segundo avião (o voo 175 da United) ser jogado contra a torre sul. O tempo entre os dois impactos foi de muita confusão, incerteza e informações desencontradas entre as autoridades civis e as militares. Os limites de suas responsabilidades e atribuições estavam sendo desafiados. Foi o segundo impacto que, por instantes, desconcertou o mundo e, logo em seguida, assegurou a todos de que se tratava de um ataque deliberado, de um ataque terrorista "inimaginável"<sup>17</sup>. O dia 11 de setembro de 2001 se tornava o "*Onze de Setembro*".

---

<sup>16</sup> Ibidem, p.6.

<sup>17</sup> Às 9hs05mins, o Presidente Bush foi discretamente avisado por um de seus assessores: "Um segundo avião atingiu o WTC. A America está sob ataque". 9/11 COMMISSION REPORT, Op. Cit., p.38.

Já não restavam dúvidas: o primeiro avião não se chocara por acidente. Aeronaves civis estavam sendo deliberadamente usadas como mísseis. Sobre quem repousava a responsabilidade pela defesa e segurança naqueles momentos de caos? Sobre a FAA ou sobre a Força Aérea? Uma vez que se sabia que havia outras aeronaves sequestradas, quais seriam os procedimentos a seguir? A ordem para abatê-las deveria partir do presidente ou o vice-presidente também possuía tais atribuições? A decisão estava fora das mãos dos militares? No caso de uma invasão do espaço aéreo norte-americano por caças russos, como no exercício que seria realizado naquela manhã, não existiria qualquer dúvida quanto às atribuições do exército, da força aérea, da presidência ou das agências civis: os caças invasores seriam imediatamente abatidos caso não respondessem às advertências. Não haveria confusão quanto às atribuições.

É irônico que anos de preparação contra ameaças militares vindas da antiga União Soviética em tempos de Guerra Fria de nada serviram contra um ataque perpetrado por dezenove homens militarmente desarmados à maior potência mundial. De que serviram quase seis décadas de preparação militar, de acúmulo de armas de destruição em massa, da construção do mais poderoso aparato industrial-militar da história humana? Foi uma tragédia civil/militar que se abateu sobre os Estados Unidos. Um rombo, talvez, entre as fronteiras entre o civil e o militar, entre a vida nas cidades e a vida nas zonas de guerra. No Onze de Setembro *nenhum* armamento militar foi empregado para causar destruição. Dezenove homens portando apenas estiletos e pequenas facas de cozinha sequestraram e tomaram o comando de quatro aviões comerciais, mataram quase quatro mil pessoas e destruíram dois arranha-céus, cinco prédios comerciais de grande porte, um hotel, uma estação de metrô, um *shopping center* e destruíram parcialmente um prédio militar – o maior prédio do mundo em área construída. A ação do Onze de Setembro foi tão fantástica que, muitas vezes, ao descrevê-la, são feitas referências apenas aos

“ataques ao World Trade Center e ao Pentágono” para caracterizá-la e é esquecido o avião derrubado na Pensilvânia. Até então, explodir aviões era considerado o ato terrorista mais extremo. As ações do Onze de Setembro contra o WTC e o Pentágono eclipsaram na imaginação de muitas pessoas a derrubada de um avião comercial como ato terrorista. A partir daquele exemplo, se tornara possível levar pânico, destruição e morte em larga escala usando apenas o que está à disposição na vida civil cotidiana. A capacidade de destruição ou vitimação em massa deixava de ser monopólio das Forças Armadas. Esta é uma das inovações do Onze de Setembro<sup>18</sup>: a possibilidade de matar milhares de pessoas e causar pânico a milhões fazendo uso tão somente do que está à disposição na vida civil e da arquitetura de nossas metrópoles.

Não mais se trataria da guerra clássica, do conflito entre estados que tanto mobilizou a imaginação internacional das RI. Não há como perceber o Onze de Setembro com as lentes e os conceitos das Relações Internacionais tradicionais. Os conceitos e categorias que imaginavam o mundo de estados soberanos bem-definidos no espaço horizontal dos mapas escolares ficaram em suspenso na interpretação do Onze de Setembro. Como lançar mão de conceitos como *equilíbrio de poder*, *aliança*, *área de influência*, *sistema internacional*, *política internacional*, etc., para interpretar o que estava acontecendo? Na imaginação da segurança internacional do século 20, as ameaças viriam de estados e seriam ameaças catastróficas que gerariam a hecatombe da civilização humana, em último grau, na Guerra Fria. Como interpretar o Onze de Setembro a partir das noções de amigo/inimigo quando amigos e inimigos são representados tão somente por estados ou coalizões de estados? Como lançar mão da noção "aliados" tão presente nos discursos estratégicos e diplomáticos quando todos os terroristas

---

<sup>18</sup> O único filósofo a perceber esta novidade, antes do Onze de Setembro foi Paul Virilio. Cf. VIRILIO, Paul. Op. cit., 1999; dentre os historiadores, o perspicaz Eric Hobsbawm também percebera o decisivo movimento na lógica terrorista já na década de 1990. Cf. HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.539-541.

responsáveis pelo Onze de Setembro eram indivíduos de nacionalidades "aliadas" dos Estados Unidos – Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Egito?<sup>19</sup> A noção "aliados" trataria tão somente de pactos entre "estados" e garantiria apenas as fidelidades a tratados e acordos firmados na Alta Política, mas não teriam lastro algum de legitimidade perante as populações dos estados que os próprios tratados visavam proteger? Se assim for, qual o propósito, afinal, de tais acordos e garantias entre estados? De que serve a política externa e seus rituais jurídicos e diplomáticos se não garantirem a segurança e o bem estar das pessoas, em última instância? Mais uma vez, como se articulam as esferas civil e militar (considerando, claro, que a divisão em tais esferas seja possível para se interpretar as complexidades humanas da vida em sociedade) nos discursos da diplomacia e da Alta Política? Mesmo não respondendo diretamente a estas perguntas, cabem tais indagações com o propósito de provocar a reflexão quanto àquela trágica ironia do Onze de Setembro.

A segunda ironia no Onze de Setembro diz respeito às percepções formuladas pela Guerra Fria quanto à *espacialidade das ameaças*. Durante a Guerra Fria, o inimigo foi imaginado vindo *de fora*. A constituição do Outro como ameaça foi articulada a partir da oposição entre capitalismo, de um lado, e comunismo, de outro. A imaginação dos "lados" na Guerra Fria foi essencial para a legitimação e sustentação dos discursos de segurança internacional. Conforme visto no Capítulo 1, esta imaginação espacial plana e com unidades bem definidas não foi inaugurada pelas RI. As RI, como área do conhecimento, deu um *lugar institucional* a esta imaginação e, como tal, sustentou sua legitimidade como verdade. A função de uma disciplina acadêmica é justamente servir de lócus de disseminação de discursos de

---

<sup>19</sup> Apenas o piloto do voo 93, Ziad Jarrah, era Libanês. Coincidentemente, era o membro do grupo mais ocidentalizado e que, ao longo da operação, demonstrou não estar seguro que a queria levar adiante. Também foi o único a deixar um bilhete emotivo a um familiar, sua namorada alemã, Aysel Senguen. Cf. 9/11 COMMISSION REPORT. Op. cit., p.168.

verdade, de conhecimento (*connaissance*) que, por diversos canais sociais e institucionais, tornar-se-ão saberes (*savoirs*) socialmente aceitos e considerados *verdadeiros* e *científicos*. Dessa forma, a constituição da ameaça comunista como o Outro do capitalismo se deu na diferenciação espacial entre um "nós aqui" e um "eles lá". No Onze de Setembro, esta imaginação condicionou uma de suas ironias.

O NORAD havia contemplado o uso de aviões comerciais para ataques suicidas antes do Onze de Setembro. Contudo, tais ataques ocorreriam com aeronaves sequestradas *fora* dos EUA e seriam interceptadas antes de chegar ao *território* norte-americano. A conduta do NORAD estava tão permeada por esta imaginação internacional tradicional que no dia dos ataques, os caças F-16 enviados para interceptar os voos sequestrados seguiram os planos de voo padrão, saindo das bases na Virgínia e rumando direto para o leste, para o mar, perdendo preciosos minutos até que o erro fosse percebido<sup>20</sup>. No depoimento de um dos pilotos de caça norte-americanos: "I reverted to the Russian threat ... I'm thinking cruise missile threat *from the sea*. You know, you look down and see the Pentagon burning and I thought the bastards snuck one by us. [...]. You couldn't see any airplanes, and no one told us anything"<sup>21</sup> (meus itálicos). Da mesma forma, durante o exercício militar que estava em andamento, mencionado logo acima, a ameaça vinha de *fora*, da Rússia para *dentro* do espaço aéreo do Alasca.

Também durante a transmissão dos acontecimentos, um dos repórteres da FOX se questionou acerca das origens dos aviões<sup>22</sup>. De onde eles estavam vindo? Ele mesmo especulou que era provável que estivessem vindo do Canadá, pois aquela era a rota

---

<sup>20</sup> 9/11 COMMISSION REPORT. Op.cit., p.27.

<sup>21</sup> Ibidem, p.45. Os pilotos sabiam que sua missão era interceptor aeronaves, mas não que a ameaça vinha de aviões sequestrados.

<sup>22</sup> FOX NEWS. 9/11 AS IT HAPPENED. Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com). Acesso: 14/03/2013. 09hs25mins.



normal entre o Canadá e várias cidades da costa leste norte-americana. Com o passar dos minutos, veio a confirmação de que os voos haviam saído de aeroportos nacionais, dentro dos Estados Unidos (Boston, Newark e Washington). A ameaça iniciara dentro do espaço norte-americano. Essa mentalidade de defesa está em concordância com muitas das perspectivas internacionalistas que permeiam as Relações Internacionais

Mais marcante ainda nesta mesma ironia foi o efeito do *intermezzo* sobre a imaginação de defesa dos Estados Unidos. Os dez anos da década de 1990 até 2001 significaram o relaxamento da defesa dos Estados Unidos em relação a inimigos estatais. Se, por um lado, a Guerra Fria – e especialmente a Segunda Guerra Fria – foi marcada por uma paranoia generalizada quanto à iminência de um ataque soviético – nuclear ou convencional –, por outro lado, com o desaparecimento da União Soviética do jogo internacional, os Estados Unidos deixaram de se preocupar com a defesa nacional em termos de ataques militares em grande escala. É evidente que exercícios militares continuaram sendo realizados, pois compõem a rotina e o treinamento de novos quadros bem como fazem parte da constituição da subjetividade militar na estratégia da "defesa nacional". Contudo, é irônico que no dia dos ataques houvesse apenas seis caças disponíveis para defender toda a costa leste norte-americana – e todos eles estavam desarmados. Essa ironia retumba em oposição às imagens de invulnerabilidade, impenetrabilidade e superpotência disseminadas durante mais de seis décadas. O triunfalismo liberal de Francis Fukuyama e a união civilizacional ocidental proposta por Samuel Huntington encontraram nos acontecimentos do Onze de Setembro sua mais enfática crítica.

A terceira ironia diz respeito à economia política da guerra. Durante a Guerra Fria, especialmente, circulou o discurso referente à necessidade dos Estados Unidos se armarem militarmente de modo a se prepararem para um ataque – sempre iminente – das forças soviéticas. O maior complexo industrial-militar já visto se

desenvolveu em pouco menos de duas décadas – entre 1947 e 1960. A corrida armamentista foi a marca da Guerra Fria. Ela fez parte do dispositivo Guerra Fria e se justificou através de discursos, práticas, técnicas e instituições que circularam e se legitimaram através desse dispositivo. Fazer guerra significava se preparar não apenas militarmente, mas também social e economicamente. Estar preparado para a guerra significava investir bilhões de dólares em armamentos todos os anos. O crescimento do complexo industrial-militar foi tão avassalador para a economia e sociedade norte-americanas que logo na década de 1960 ele foi denunciado pelo então presidente Eisenhower em um célebre discurso ao povo americano três dias antes de terminar seu mandato presidencial.

*[We] have been compelled to create a permanent armaments industry of vast proportions. Added to this, three and a half million men and women are directly engaged in the defense establishment. We annually spend on military security more than the net income of all United States corporations. This conjunction of an immense military establishment and a large arms industry is new in the American experience. The total influence – economic, political, even spiritual – is felt in every city, every State house, every office of the Federal government. We recognize the imperative need for this development. Yet we must not fail to comprehend its grave implications. Our toil, resources and livelihood are all involved; so is the very structure of our society. In the councils of government, we must guard against the acquisition of unwarranted influence, whether sought or unsought, by the military-industrial complex. The potential for the disastrous rise of misplaced power exists and will persist. We must never let the weight of this combination endanger our liberties or democratic processes. We should take nothing for granted. Only an alert and knowledgeable citizenry can compel the proper meshing of the huge industrial and military machinery of defense with our peaceful methods and goals, so that security and liberty may prosper together*<sup>23</sup> (meus itálicos).

---

<sup>23</sup> Public Papers of the Presidents. Dwight D. Eisenhower, 1960. pp.1035-1040. Disponível em: <http://coursesa.matrix.msu.edu/~hst306/documents/indust.html>. Acesso: 30/04/2015.

Há uma nítida simetria, portanto, entre *os modos das RI pensarem a segurança internacional* e *as formas de governos e políticos pensarem a segurança internacional*. A imaginação internacional da disciplina também é a imaginação internacional do *establishment* político, especialmente, mas não exclusivamente, nos EUA. Os estudos internacionais durante a Guerra Fria pensaram o mundo internacional precisamente a partir dos dilemas da segurança internacional considerados como tal pelos governos ocidentais. É possível afirmar que a lente realista das RI é a lente favorita do *status quo* por retratar um mundo adequado às elites políticas: o mundo em preto-e-branco, da ordem *versus* o caos, dos homens bons *versus* os homens maus, enfim, um mundo dividido em “nós” e “eles”.

No ímpeto político para garantir a segurança desse "nós" nacional, a mobilização de recursos econômicos para a manutenção do complexo industrial-militar foi fenomenal. O Pentágono, desde meados da década de 1960, já possuía um orçamento maior que o PIB de alguns países. Ao longo dos anos, seu orçamento jamais diminuiu. Pelo contrário, qualquer tipo de tentativa de diminuição orçamentária ou de sua capacidade de influenciar o andamento de coisas da política norte-americana foi sempre visto como ameaça à "segurança nacional" pelos burocratas e militares em seu comando: "it is in war that the greatest opportunity exists for statesmen, and for military commanders, to plead necessity, to argue that *they really have no choice*, that what they do is literally imposed on them by military imperatives" (meus *itálicos*)<sup>24</sup>.

Economicamente, as guerras mobilizam recursos cada vez maiores. A especialização das forças armadas, o alto custo das operações e de sua logística, bem como a aquisição pelo estado de armamentos produzidos pelo setor privado norte-americano,

---

<sup>24</sup> HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1981, p.45.

conferem às guerras contemporâneas uma vida econômica à parte. Isso significa que fazer guerra hoje em dia é uma arte possível para poucos estados. Possuir forças armadas modernas e bem equipadas e bem treinadas a ponto de fazer frente às forças armadas dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, é um privilégio de poucos. Desde a época da Guerra Total inaugurada ao longo da Primeira Guerra Mundial, as guerras já não são mais empresas que mobilizam tão somente o setor militar. As décadas de 1960 e 1970 conferiram àquela lógica já antiga uma maior especialização na construção dos armamentos bem como de seu uso. Hoje, pilotos de aviões de combate e de tanques, e mesmo soldados de infantaria, têm que ser muito bem treinados não apenas na arte do combate, mas também nos conhecimentos de informática e tecnologias da informação em geral. Tudo isso, segundo a lógica de segurança posta em prática pelo Pentágono, especialmente, garante a segurança dos Estados Unidos e o sucesso de suas forças armadas nas mais variadas missões mundo afora<sup>25</sup>.

Contudo, toda essa tecnologia e todo esse investimento à disposição dos Estados Unidos foi incapaz de prevenir ou minimizar o Onze de Setembro. Todo o extenso aparato de inteligência dos Estados Unidos, espalhado pela Europa, Oriente Médio, Ásia e África, foi incapaz de monitorar, interceptar ou

---

<sup>25</sup> "Transformation has unquestionably been marked by a fascination with new machines and technologies that promise to deliver firepower precisely, overwhelmingly, and to great strategic effect. The armies of the United States, Britain and France were thus inspired to acquire new fighting platforms and to reshape their organizations and mind sets to exploit them. They have sought a new generation of medium-weight vehicles that promise to provide mobility, intelligence and firepower in one go; the organization of these forces in 'modules' smaller than the traditional, more unwieldy, army division; and the organization of the logistical skill to project this force outside the national territory. This cannot be done in isolation so armies, navies and air forces have been encouraged to further develop 'joint' ways of war. Joint doctrine has largely been effects-based: it focus on delivering force in order to achieve certain political-military spin-off effects that would support the campaign goal. And fashion followed: observers talked first of the Revolution in Military Affairs and then on Transformation". FARRELL, Theo; RYNNING, Sten; TERRIFF, Terry. **Transforming military power since the Cold War: Britain, France and the United States (1991-2012)**. Cambridge: CUP, 2013, p.295-296.

interpretar quais seriam as intenções dos terroristas. Apesar de existirem inúmeros relatórios que indicavam que os "alarmes estavam piscando" (*the system was blinking red*<sup>26</sup>), não foi possível prever ou evitar os ataques, nem tampouco fazer frente a eles quando postos em prática. Lembremos que o primeiro avião foi jogado contra o WTC às 8h42 e o voo 93 da United foi derrubado pela reação dos passageiros e da tripulação por volta das 10h53mins, na Pensilvânia. Com mais de uma hora para agir, a toda poderosa força aérea norte-americana foi incapaz de identificar ou interceptar qualquer uma das aeronaves. A Força Aérea sequer sabia que o voo 93 da United era um sequestro quando este foi derrubado. Os caças mais próximos do voo estavam a 15 minutos de distância.

Estima-se que os ataques do Onze de Setembro tenham causado prejuízos na ordem de vários bilhões de dólares. A bolsa de valores de Nova Iorque permaneceu fechada por três dias (assim como o espaço aéreo norte-americano), representando prejuízos quase incalculáveis para a economia do país e do mundo. Tanto a United como a American Airlines precisaram ser temporariamente estatizadas para que suas falências fossem evitadas. Os prejuízos econômicos e comerciais à cidade de Nova Iorque foram igualmente incalculáveis. Por outro lado, estima-se que toda a operação do Onze de Setembro tenha custado entre quatrocentos e quinhentos mil dólares e o custo operacional de toda a rede da Al Qaeda girasse em torno de trinta milhões de dólares<sup>27</sup>. A ironia desse encadeamento está no fato de todo um complexo industrial-militar ter sido política e economicamente estruturado ao longo de seis décadas de Guerra Fria e a economia dos Estados Unidos ter sido tão dramaticamente afetada por dezenove homens militarmente desarmados. O Onze de Setembro significou, assim, uma dramática mudança na economia-política da

---

<sup>26</sup> 9/11 COMMISSION REPORT. Op. cit., p.254.

<sup>27</sup> 9/11 COMMISSION REPORT. Op. cit., p.170-172.

guerra, como bem observou Paul Virilio. Essa mudança, segundo Virilio, na verdade, já havia se estabelecido quando do primeiro ataque ao WTC em 1993. A intenção dos terroristas à época em derrubar as torres já atestava uma mudança de paradigma na lógica da guerra. A arquitetura das grandes cidades se apresentava, já então, como uma armadilha mortífera às populações: em prédios-cidades como o WTC trabalham ou circulam mais de 50 mil pessoas todos os dias e atentados terroristas têm o potencial de vitimar milhares e causar graves prejuízos econômicos e comerciais: "Na época dos *cruise missiles* e dos vetores de lançamento nuclear mais sofisticados; admitamos que se trata de um exemplo surpreendente de economia política"<sup>28</sup>. Em depoimento, o então secretário de Estado, Donald Rumsfeld, desabafou acerca da assimetria entre os gastos dos EUA com segurança e os custos de operações terroristas:

Are we capturing, killing or deterring and dissuading more terrorists every day than the madrassas and the radical clerics are recruiting, training and deploying against us? Does the US need to fashion a broad, integrated plan to stop the next generation of terrorists? The US is putting relatively little effort into a long-range plan, but we are putting a great deal of effort in trying to stop terrorists. *The cost-benefit ratio is against us! Our cost is billions against the terrorists' costs of millions*<sup>29</sup> (meus itálicos).

Essas três ironias do Onze de Setembro abrem uma série de perguntas sobre os pressupostos da segurança internacional constituídos pelas teorias de segurança internacional e que perpassaram dispositivos de segurança desde a Primeira Guerra Mundial, passando pela Guerra Fria e pelo *intermezzo*. Cabe agora, interpretar as subjetividades constituídas pela imaginação da segurança internacional através daqueles dispositivos. Quais são os atores, os agentes e os objetos de segurança internacional

---

<sup>28</sup> VIRILIO, Paul. Op. Cit., 1999, p.58.

<sup>29</sup> 9/11 COMMISSION REPORT. Op. cit., p.375.

constituídos pelos discursos da tragédia? Como essas subjetividades se manifestaram no Onze de Setembro? Como elas foram acessadas naqueles momentos e o que elas nos dizem sobre a relação entre o trágico e a segurança internacional?

#### **4.2. Tragédia e segurança internacional: a constituição das subjetividades internacionais**

Nos Capítulos 1 e 2, apresentei como se constituíram dois dispositivos de segurança na teoria política internacional desenvolvida nas RI. Os dois dispositivos foram nomeados dispositivo Guerra Total e dispositivo Guerra Fria. Essa denominação se deu, conforme argumento, pelos respectivos *operadores* a partir dos quais se constituíram os saberes e os conhecimentos acerca do internacional em cada um daqueles períodos (de 1910 a 1945 e de 1945 a 1990, respectivamente). Cada um daqueles dispositivos mobilizou diferentes racionalidades políticas, constituiu diferentes saberes e conhecimentos sobre a guerra e, também, constituiu distintos modos de subjetivação e objetivação acerca dos problemas de segurança internacional, particularmente. Cabe, agora, deixar mais claro as implicações de cada um daqueles dispositivos sobre os modos de subjetivação e objetivação nas Relações Internacionais no que respeita a segurança internacional e como esses modos de subjetivação se relacionaram, primeiro, com o velamento do terrorismo como problema de segurança internacional no século 20 e, segundo, como eles se relacionaram com a elevação do terrorismo à problema de segurança internacional incontornável no pós-Onze de Setembro.

Seguindo as formulações de Michel Foucault sobre os processos de subjetivação nas sociedades modernas, estes se efetuariam como processos a partir dos quais são constituídos os sujeitos (e seus objetos) a partir de dispositivos específicos. Nessa perspectiva, portanto, é empreendida uma forte crítica à

subjetividade moderna, à *subjetividade cartesiana*, às percepções modernas do sujeito que o tomam como uma substância, uma forma, sempre igual a si mesma; uma substância e uma forma que respeitam a também moderna e metafísica lógica identitária do "consigo mesmo ele mesmo o mesmo" (A é A)<sup>30</sup>. A humanização das ciências humanas foi possível pela desumanização do homem. Segundo esta percepção, os sujeitos são as fontes do conhecimento, do poder sobre as coisas, os objetos e a natureza e, claro, sobre os demais homens. Esse sujeito Todo-Poderoso de *certa modernidade europeia e ocidental*<sup>31</sup> com sua "ambição despótica"<sup>32</sup> sobre todas as demais perspectivas foi (e ainda é, em grande medida) o homem branco, civilizado e culto. Esse sujeito moderno é o paradigma do homem que detém o poder soberano de observar, compreender e explicar, mas também de domesticar e dominar as forças sociais e a natureza a partir da observação dos métodos e das técnicas que a objetividade das ciências (que ele mesmo desenvolveu por seus próprios critérios de validade) o possibilitam. Há uma circularidade dependente entre homem-conhecimento científico-poder. O homem é sujeito na medida em que conhece e domina a natureza com seu poder de conhecimento. E é esse poder de conhecimento, e "conhecimento que trabalha como instrumento do poder"<sup>33</sup>, que o determina enquanto sujeito e, portanto, enquanto homem: "O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador comporta-se com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que *seu em-si*

---

<sup>30</sup> HEIDEGGER, Martin. **Identidade e diferença**. São Paulo: Duas Cidades, 1971, p.49-50.

<sup>31</sup> A modernidade do plano de transcendência. Cf. NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. **Empire**. Cambridge: Harvard UP, 2001.

<sup>32</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **A vontade de poder [Edit. 1901]**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p.260 (Aforismo 481).

<sup>33</sup> NIETZSCHE, Friedrich. Op. cit., p.259 (Aforismo 480).



*torna para-ela*. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação<sup>34</sup>.

Essa percepção do *sujeito cartesiano*<sup>35</sup> perpassou toda a modernidade europeia e constituiu a legitimidade, os pressupostos científicos, de todas as ciências exatas e humanas. Qualquer empreendimento científico que pretendesse se justificar como tal deveria atender a este critério científico-epistemológico, a saber, a nítida diferenciação entre sujeito e objeto, na qual o sujeito seria o agente racional, capaz de analisar, explicar e interpretar (o elemento ativo e interno) e o objeto seria a coisa, a matéria, a ser analisada, explicada e interpretada (o elemento passivo e externo). Essa analogia copular entre sujeito e objeto contem os elementos de poder e dominação próprios à ciência moderna. Juntos a esses elementos de poder e dominação está a violência dessa dinâmica em suas pretensões de dominar de-limitando, de-finindo. A violência dos limites, das de-limitações e das de-finições, é própria da ciência moderna, especialmente porque estas estratégias metodológicas se tornam legítimas apenas na medida em que são realizadas por um sujeito transcendental racional e capaz. Não são as delimitações e definições que são próprias do pensamento moderno, mas as condições que as legitimam estarem necessária e incontornavelmente referendadas por um sujeito racional e transcendental.

A constituição das RI como disciplina acadêmica no início do século 20 respeitou os pressupostos de legitimação e constituição de um conhecimento que se pretende científico e digno de fazer parte do rol das ciências humanas. As RI despontam como o último grande bastião dos cânones modernos das ciências humanas. As RI podem ser interpretadas como o último grande domínio do

---

<sup>34</sup>ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.21.

<sup>35</sup> Importante salientar que o que se considera, hoje, o *sujeito* não fez parte do léxico de Descartes. O que se toma de Descartes é mais a noção de potência, poder e soberania de certo sujeito capaz de razão e de cálculo no domínio do pensamento. Cf. DERRIDA, Jacques. **Rogues**. Stanford: Stanford UP, 2005, p.43.

conhecimento científico moderno nas ciências humanas especialmente porque elas aparecem no momento em que os cânones da ciência moderna – e da experiência da modernidade e sua fé no progresso técnico e científico como meios de se alcançar a emancipação humana e garantir o bem estar das civilizações – estavam sendo colocados em questão não apenas pelas ciências humanas, mas também pelos movimentos artísticos e literários que questionavam particularmente o sujeito cartesiano racional e todo seu aparato de legitimação científica. Contrária a todas essas correntes críticas e dissidentes nas ciências e nas artes, as RI se estabeleceram e se legitimaram se constituindo a partir dos discursos, das práticas e das instituições mais conservadores do saber e da política. Como visto no Capítulo 1, é a partir dos discursos e dos conceitos advindos da física, da biologia, do historicismo e da filosofia política alemã que as RI constituíram seus cânones. Conforme exposto no Capítulo 2, é através da *otanização* da disciplina que aqueles cânones já estabelecidos entre as décadas de 1910 e 1940 se justificaram a partir da sempre iminente ameaça da hecatombe nuclear da Guerra Fria. É nesse sentido que a Guerra Fria pode ser compreendida como dispositivo de segurança, na medida em que é o signo da tragédia nuclear que mobiliza, sustenta e coloca em funcionamento os discursos desses dispositivos sobre segurança internacional, constituindo subjetividades.

Através desses processos de formação e legitimação do conhecimento nas RI – condicionados pelo signo da tragédia – são constituídos os sujeitos e os objetos das Relações Internacionais e das relações internacionais. Os modos como esses sujeitos e objetos são constituídos já atestam a violência simbólica na medida em que a imagem internacional concebida já pressupõe uma hierarquia entre sujeito e objeto. Hierarquia compreendida como uma relação estrutural, uma relação de dominação vertical. Essa hierarquia se dá, em primeiro plano, entre os sujeitos individuais e seus objetos coletivos; entre os sujeitos individuais, racionais e detentores do

poder e os objetos coletivos, passivos. Ou seja, essa hierarquia é identificável entre os estados, os líderes, os diplomatas, os generais e as nações, os povos, as civilizações, as populações. Os sujeitos individuais, racionais e capazes, nas RI, são homens que são sempre nomeados, apresentados e localizados no tempo e no espaço. Eles são os líderes em geral (líderes de impérios, reinos, repúblicas, países e de forças armadas) os responsáveis pela segurança, proteção e desenvolvimento de suas sociedades. Estas sociedades são os *objetos passivos* que recebem a proteção e a segurança proporcionada pelos sujeitos de poder das relações internacionais. A tarefa dos *líderes* (machos bons) é proteger suas *populações* (fêmeas passivas) contra os interesses de outros líderes (machos maus) que resultariam em prejuízos à nação (fêmea passiva). Os objetos que recebem a proteção são objetos coletivos – mesmo que individualizados – como a nação, o povo, o estado. São objetos não nomeados, ou melhor: são objetos despersonalizados. Os únicos referenciais identitários são generalizantes e totalizantes, tais como "povo americano", "nação francesa", "população alemã". Nomes que afirmam mais o que estes povos, nações e populações não são do que afirmam suas singularidades. Nesse sentido, mesmo a individualização dos objetos coletivos pela nomeação já acarreta uma violência totalizante que suprime as diferenças e as infinitas singularidades que os compõem.

Colocando o problema dessa forma, como considerar os estados como os sujeitos por excelência das Relações Internacionais e da política internacional? Não seriam eles os objetos das RI? Do realismo, passando por todos os matizes do liberalismo, o institucionalismo, as teorias da dependência, do sistema-mundo, até muitas das concepções construtivistas, o estado permanece firme como o principal sujeito das RI, como o referencial inescapável e incontornável da agência política nas relações internacionais<sup>36</sup>. Mas essa elevação como sujeito se dá de forma

---

<sup>36</sup> Dentre as teorias de RI, aquelas que se valem das teorias de escolha racional, das teorias dos jogos, colaboraram bastante para a antropologização e antropomorfização do estado como agente da

diferente da denominação "povo americano", "nação francesa" ou "população alemã". O que está em jogo são duas estratégias discursivas distintas e também duas formas diferentes de inserir cada uma na rede de signos que compõem as RI. Quando se afirma que "os Estados Unidos colocaram em prática a Guerra ao Terror" o signo "estado" funciona diferente de quando se afirma que "os Estados Unidos precisam estar seguros contra o terrorismo". Essa diferença se dá, em primeiro lugar, porque no primeiro enunciado "os Estados Unidos" constituem o sujeito da oração. São "os Estados Unidos" que *fazem* a ação ("colocar em prática"). Eles são os agentes da ação. No segundo enunciado, "os Estados Unidos" são objetos da ação, são passivos: eles "precisam ser" defendidos por alguém. É este "alguém" que pode ser nomeado e localizado no primeiro enunciado; é esse alguém que pode ganhar um nome, um cargo, uma insígnia, uma patente, ao passo que, na segunda, tais nomeações e localizações não são possíveis. No segundo enunciado, "os Estados Unidos" só seriam substituídos por outras expressões tão generalizantes e totalizantes como "povo americano", "nação americana" etc. O estado como agente e sujeito incontornável das RI se torna possível e se diferencia de expressões como "nação", "população", "povo" (também entidades coletivas) e do próprio "estado" (passivo) na medida em que o estado pode ser personalizado, intercambiado, pelos nomes, patentes, etc. daqueles homens que detêm os cargos e o representam. O estado pode ser personalizado e intercambiado por "Bill Clinton", "Luís XIV",

---

política internacional; por considerarem o estado como uma entidade coerente e racional e que pode ser abstraída como detentora de racionalidade. Dentre os mais influentes pensadores das RI a adotar essa perspectiva esteve Thomas Schelling, responsável por popularizar os conceitos de *guerra limitada* e *detente* na disciplina. "When a person - or a country - has lost the power to help himself, or the power to avert mutual damage, the other interested party has no choice but to assume the cost or responsibility". SCHELLING, Thomas C. **The strategy of conflict [1960]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1980, p.37. Dentre as teorias mais contemporâneas, o construtivismo de Alexander Wendt é claramente o mais conservador, nesse sentido. Toda sua tese sobre os aspectos sociais da política internacional torna-se coerente apenas a partir da consideração do estado como agente principal: "My premise is that since states are the dominant form of subjectivity in contemporary world politics this means that they should be the primary unit of analysis for thinking about the global regulation of violence". WENDT, Alexander. Op. cit., 2007, p.9.

"Rommell" etc. Não é apenas a antropomorfização do estado que o garante como agente e ator principal das RI, mas a possibilidade discursiva de intercambiar sua individualidade coletiva com um cargo, uma assinatura e, mais uma vez, uma subjetividade masculina.

Las relaciones internacionales se expresan en y por medio de conductas específicas, las de aquellos personajes que yo llamaría simbólicos: el *diplomático* y el *soldado*. Dos hombres, *y tan solo dos*, actúan plenamente no ya como miembros cualesquiera, sino en el papel de *representantes* de las colectividades a que pertenecen. [...]. El embajador y el soldado *viven y simbolizan* las relaciones internacionales que, en tanto que interestatales, nos llevan a la diplomacia y a la guerra<sup>37</sup> (itálicos no original).

O homem se constitui como estado soberano e o estado soberano se constitui como um homem racional, capaz e responsável: "modern statecraft is an art of fixing a paradigmatic interpretation of sovereign man that the state can mirror and serve. *Modern statecraft is modern mancraft*. It is an art of domesticating the meaning of man by constructing his problems, his dangers, his fears"<sup>38</sup>:

"And they include those dangers, known by the name of 'terrorism', that are evidently more diffuse, that seem to hug the shadows or crawl beneath the surface of order, and that explode onto the scene at the interstices, whenever 'man' is insufficiently on guard. And they include dangers, known by the sign of 'nuclear war', that are so absolute in their negativity that they threaten not only to destroy all space, but to consume all time in which 'man' might calculate or deter them"<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> ARON, Raymond. **Paz y guerra entre las naciones. Volume I: teoría y sociología [1962]**. México, D. F.: FCE, 1985, p.30.

<sup>38</sup> ASHLEY, Richard K. Op. cit., 1989, p.303.

<sup>39</sup> Ibidem, pp.309-310.

Seguindo, ainda, a crítica à hierarquização entre sujeito e objeto de segurança internacional, faz-se necessária também uma ampliação do argumento de J. Ann Tickner no que diz respeito à ênfase dada pelos realistas aos homens na política internacional e ao seu papel dominante e dominador que relega às mulheres papéis subalternos e de segundo plano na política internacional: “A disciplina de Relações Internacionais, como hodiernamente construída, é definida em termos de tudo que não é feminino” e, mais especificamente, “modelos realistas de relações internacionais têm sido construídos com base em pressupostos de rígidas distinções de fronteira entre dentro e fora, anarquia e ordem, estrangeiro e doméstico” e, portanto, “O indivíduo, o estado, e o sistema internacional [...] são construtos mutuamente reforçados [...] e associados à masculinidade hegemônica”<sup>40</sup>. A crítica de Tickner ao realismo precisa ser ampliada aos fundamentos onto-epistemológicos mais constitutivos das RI: naos seria apenas o realismo (especialmente de Hans Morgenthau) um lócus de dominação machista e de disseminação de ideologias de gênero<sup>41</sup>, mas *toda a disciplina de Relações Internacionais como um grande lócus de disseminação de machismo, paternalismo, nacionalismo, estatismo, racismo, elitismo e etnocentrismo*. É necessário ir mais longe e afirmar que o exercício de despir as RI de tais cânones de dominação e exploração ameaçaria a existência mesma dos fundamentos da disciplina uma vez que todos seus pressupostos teóricos, metodológicos, ontológicos e epistemológicos, seus conceitos, imagens, analogias e metáforas se sustentam na hierarquização entre um Eu Todo-Poderoso, capaz, racional, branco, responsável, saudável e educado e vários outros “Outros” representados e constituídos precisamente como antípodas daqueles referentes. Não são apenas as obras de Hans Morgenthau

---

<sup>40</sup> TICKNER, J. Ann. Op. cit., 1992, pp.1-25.

<sup>41</sup>AREND, Hugo. Perspectivas de gênero nas relações internacionais. In: OLIVEIRA, Cíntia Roso; PICHLER, Nadir Antonio; CANABARRO, Ronaldo (Orgs.). **Filosofia e homoafetividade**. Passo Fundo: Méritos, 2012, pp.209-222.

ou de Kenneth Waltz que disseminam tais cânones, mas as RI enquanto projeto acadêmico como um todo. A crítica mais pertinente ao excelente trabalho de despir as RI do machismo ocidental vai, assim, mais na direção de apontar sua limitação em identificar o Realismo como lócus de dominação masculina quando, na realidade, esta dominação de gênero perpassa e faz circular as condições de possibilidades discursivas das RI em geral.

No Capítulo 1, analisei como a ameaça principal às relações internacionais como Guerra Total informou e condicionou o conhecimento de segurança internacional entre 1910 e 1945. Da mesma forma, na Guerra Fria, no dispositivo Guerra Fria, a ameaça última à segurança internacional e que constituiu e condicionou o pensamento de RI entre 1945 a 1990 foi a ameaça da guerra nuclear. Ambas as ameaças serviram como eventos limites à racionalidade política em cada um daqueles dispositivos. Tratarei dos efeitos desses limites na racionalidade política da segurança internacional no próximo subitem. Uma vez que o dispositivo Guerra Fria é, para o argumento, mais importante no que diz respeito aos modos de velamento do terrorismo como questão de segurança internacional no século 20, parto da análise das relações da constituição da guerra nuclear como ameaça para compreender qual a função das subjetividades internacionais.

### **4.3. Tragédia e segurança internacional: da crítica ao estado à análise do trágico**

A constituição do estado como sujeito internacional por excelência e a legitimação do discurso do "estado como protetor" das nações, populações, civilizações, tem uma longa história nos debates de RI. A esta constituição do estado como sujeito internacional também se configura uma longa história crítica, também composta por uma extensa bibliografia. Estas críticas partem de autores das mais variadas orientações teóricas. Desde a

década de 1910, elas já se faziam ouvir, especialmente por autores como Alfred Zimmern e Norman Angell que viam no estado e no estatismo ameaças à segurança de nações e populações. Para traçar uma genealogia das críticas ao estado, seria necessário outro livro e uma pesquisa bastante diferente. Felizmente, parte dessa pesquisa já foi realizada magistralmente (como sempre) por Jens Bartelson<sup>42</sup>. Contudo, o problema é ainda de difícil resolução, pois não obstante todas as críticas que o estado recebeu e recebe das mais variadas orientações políticas e filosóficas, até o momento, não existe, politicamente, nenhuma entidade que possa substituir o estado em suas funções. E, mais ainda: o estado funciona como limite de nossa imaginação política na medida em que é apenas com referência ao estado que possibilidades e impossibilidades de justiça, paz, emancipação e segurança são concebidas.

[We] simply lack the intellectual resources necessary to conceive of a political order beyond or without the state, since the state has been present for long enough for the concept to confine our political imagination. Thus, *what might lurk beyond it is not simply unknown to us, but also effectively hidden by our statist intellectual predispositions*<sup>43</sup> (meus itálicos).

De fato, a elevação do estado como sujeito principal das RI e, mais ainda, como único lócus de autoridade e capacidade de intervenção (positiva ou negativa) na política internacional e também como único agente capaz de realizar as mudanças na vida internacional acarreta, em última instância, que depositamos toda nossa esperança por emancipação e realização de mudanças em nível internacional num agente que histórica, política e socialmente tem se demonstrado incapaz de resolver os dilemas políticos, sociais e econômicos das populações pelas quais eles são

---

<sup>42</sup> BARTELSON, Jens. **The critique of the state** [2001]. Cambridge: CUP, 2001.

<sup>43</sup> BARTELSON, Jens. Op cit., 2001, p.1-2. Bartelson reconhece os méritos das indagações de R. B. J. Walker quanto aos limites do pensamento político ocidental e sua prisão ao estatismo, à imaginação estatal. Cf. WALKER, Robert B. J. **Inside/outside**. Cambridge: CUP, 2001.



diretamente responsáveis. Se os estados não conseguem prover as necessidades e os direitos mais fundamentais das populações sob suas jurisdições, qual seria a garantia – ou melhor, onde se localizaria a crença – de que eles podem, querem ou devem solucionar os problemas do mundo? Mesmo se esquecêssemos da célebre formulação de John Herz sobre o "dilema de segurança" que aponta os estados tanto como responsáveis pela segurança de suas populações, mas que por serem entidades armadas para tanto significam também uma ameaça sempre potencial para seus vizinhos, onde se localizaria a crença de que líderes mundiais agiriam em nome de um "bem comum" humano quando diariamente eles nos dão exemplos de que suas ações não almejam tais fins?

*Groups or individuals living in such a constellation must be, and usually are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst. Since none can ever feel entirely secure in such a world of competing units, power competition ensues, and the vicious circle of security and power accumulation is on<sup>44</sup> (meus itálicos).*

A crítica ao estado como agente das RI prova-se bastante coerente e necessária nesse sentido. Ela é também urgente: o tempo passa e não há nenhuma alternativa ao estado soberano moderno que se apresente legitimamente capaz de tomar seu lugar como agente internacional e nacional.

Este livro, como um todo, também pode ser lido como uma crítica ao estado. Ele se insere e se fundamenta naquela bibliografia e naqueles autores dedicados a criticar o estado e sua primazia em âmbito internacional. Contudo, minha intenção na análise da

---

<sup>44</sup> HERZ, John. Idealist internationalism and the security dilemma, *World Politics*, vol.2(2), 1950, p.157.

tragédia e seus discursos nas teorias de segurança internacional ao longo do século 20 tem como foco uma crítica mais profunda que a crítica ao estado. Não se trataria tampouco, na realidade, de uma crítica *mais profunda*, mas de uma *recolocação do problema da crítica ao estado* e aos *efeitos do estado* como sujeito internacional primordial. Meu objetivo tem sido demonstrar o papel dos discursos de tragédia nas concepções de segurança internacional e os efeitos de suas verdades nas práticas e discursos de segurança. Procuo, contudo, não uma crítica ao estado tão somente, mas uma *analítica da tragédia* como operadora central dos discursos de segurança internacional nas RI e, como tal, uma operadora das constituições de sujeitos e objetos referentes da segurança internacional. Com isso, afirmo que é a tragédia, mobilizada como operadora constitutiva das ameaças potenciais, que torna possível e necessária as constituições de sujeitos e objetos particulares de segurança internacional.

Assim, tomo outra direção no que respeita o argumento clássico das RI de que cada estado representaria uma ameaça aos demais estados, no "dilema de segurança" sintetizado por John Herz. O "dilema de segurança" nas RI, argumento, não se localizaria na potencial ameaça entre os estados, mas na necessidade de se defender de *ameaças trágicas*, como as guerras, e para tanto elevar o único agente capaz de resolver os conflitos a uma posição de força e poder, no caso, o estado. *O discurso que opera o "dilema de segurança" e que não é explicitado nitidamente é o discurso tragédia.* O *discurso tragédia* opera silenciosamente o "dilema de segurança" na medida em que a ameaça à segurança de cada estado só pode ser compreendida como ameaça na medida em que *se constitua como tragédia*. Na política internacional do século 20, a guerra é uma ameaça trágica; seja a guerra total operada nos discursos de segurança nas décadas de 1910 a 1940 ou a guerra nuclear nas décadas de 1940 a 2001.

Perceber os modos de operação dos discursos de tragédia nas teorias de segurança internacional possibilita abrir uma gama

considerável de críticas possíveis tanto ao estatismo nas RI como em relação aos processos de legitimação de políticas públicas sustentadas a partir da constituição de ameaças trágicas no processo que Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde denominaram *securitização*: "Securitization on the international level (although often not on the domestic one) means to present an issue as urgent and existential, as so important that it should not be exposed to the normal haggling of politics but should be dealt with decisively by top leaders prior to other issues". Assim:

when a securitizing actor [um estado] uses a rethoric of *existential threat* and thereby takes an issue out of what under those conditions is 'normal politics', we have a case of securitization. Thus, the exact definition and criteria of securitization is constituted by the intersubjective establishment of an existential threat with saliency sufficient to have substantial political effects<sup>45</sup>.

No que respeita as críticas ao estatismo, uma analítica do trágico nas RI permitiria perceber como o estado ou como alguns de seus agentes que ocupam cargos específicos e que o representam, na maior parte das vezes, por mandatos democráticos e dotados de toda legitimidade institucional e política para tanto atuam de modo a sustentar suas posições de poder baseadas na constituição de ameaças existenciais apenas como ameaças trágicas. A Guerra Fria, por exemplo, se constituiu como dispositivo de segurança a partir dessa lógica. Líderes mundiais se arvoraram do direito de nomear inimigos e constituir ameaças que eles consideravam "iminentes", "prováveis", "inevitáveis", caso medidas excepcionais não fossem tomadas. O macartismo nos Estados Unidos e as ditaduras de segurança nacional na América Latina nas décadas de 1950 a 1970 são apenas dois exemplos num complexo jogo de dispositivos disseminados e produtores de

---

<sup>45</sup> BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. Op. cit., 1998, pp.24-29.

subjetividades e de objetos de segurança que se constituem pelos binômios capitalismo/comunismo, democracia liberal/ditadura comunista, expressão/opressão, segurança/guerra, etc.

As ameaças constituídas na Guerra Fria e pela Guerra Fria continuam o *elemento existencial* para a constituição do risco e do perigo. Apesar de não explicitado por Buzan e Weaver, o elemento trágico é essencial à constituição de um problema internacional como *securitização*. É a partir do trágico que se constituem e se legitimam as ameaças. É com base na necessidade do elemento trágico na constituição de ameaças legítimas que se exclui uma série de questões internacionais como "ameaças" à segurança das pessoas. De problemas ambientais às questões econômicas e comerciais, passando por questões de saúde pública, de desenvolvimento ou de meio ambiente, uma série de problemas não alcançam legitimidade como "problemas internacionais" porque não são constituídos como tragédia. O terrorismo, no século 20, permaneceu velado como questão internacional justamente por não atender ao critério da ameaça trágica nas RI; por não atender este *critério de formação*.

O velamento do terrorismo como problema implicou, como demonstrado, uma série de efeitos práticos no cotidiano norte-americano quanto à prevenção do fenômeno. O Onze de Setembro foi, sob certa perspectiva, uma série de trágicas ironias políticas de segurança internacional se apresentando nitidamente tanto ao público e aos jornalistas como aos militares e civis. Meio século de Guerra Fria não foi capaz de *ensinar* aos Estados Unidos como se defender de dezenove homens militarmente desarmados. Quando colocado nesses termos, percebemos o quão frágeis são as centenas de livros de Relações Internacionais sobre segurança internacional. Contra o que estavam se defendendo os Estados Unidos a ponto de dezenove homens conseguirem causar quase três mil mortes e impor prejuízos bilionários à economia da maior superpotência mundial em apenas duas horas? O Onze de Setembro nos demonstrou clara e dramaticamente o poder de discursos

metafísicos tomados como verdades absolutas e desnudou bem diante de nossos olhos nossa incapacidade de imaginar mundos alternativos quando estamos demasiadamente embriagados por regimes de verdade absorvidos acriticamente. "Quem teria pensado em usar facas plásticas para sequestrar os aviões que foram jogados contra os edifícios?", afirmaria Donald Rumsfeld sobre o Onze de Setembro<sup>46</sup>. Em seu lúcido estudo sobre a teoria dos *partisans*, Carl Schmitt apontou como as mentes mais brilhantes da Europa do século 19 e início do século 20 demoraram para perceber que a noção moderna de guerra havia se transformado com a chegada desse novo personagem, o *partisan*, na luta política:

"The bracketing of *interstate* regular war and the overcoming of *intrastate* civil war had become so accepted in the 18<sup>th</sup> century Europe that intelligent men of the *Ancien Régime* also could not conceive of the destruction of this type of regularity, not even after the experiences of the French Revolution of 1789 and 1793. For such, *they found only the language of general horror*, and made basically *incongruous, childish comparisons*"<sup>47</sup> (meus itálicos).

O que Schmitt e Rumsfeld apontam com clareza seria a constatação de que nossas concepções de mundo, os conceitos, categorias e representações com as quais interpretamos o mundo, não passam de formulações de nossa razão, de nosso ímpeto por verdade, por poder de explicação e *de*-limitação. Ironicamente, em se tratando de Rumsfeld e de todos os demais agentes políticos que sofrem com o inesperado golpe de uma realidade que parecia não existir até então, são "os poderosos que tornam leis os nomes das coisas ["guerra", "defesa", "ameaça", "segurança", "inimigo", "dentro", "fora", etc.]: e entre os poderosos estão os grandes

---

<sup>46</sup> RUMSFELD, Donald. Talebã não desistirá. **Folha de São Paulo, Caderno Mais!**, 26 de outubro de 2001, p.A12

<sup>47</sup> SCHMITT, Carl. **The theory of the partisan [1962]**. Nova Iorque: Telos Press, 2007, p.53.

artífices de abstrações, aqueles que criam as categorias"<sup>48</sup>. Toda estratégia de controle e dominação é programática e toda estratégia de controle e dominação, cedo ou tarde, encontra os limites de seu programa. Cedo ou tarde, Rumsfeld encontra Nietzsche.

Salientei no Capítulo 1 como o *atavismo político da noção de guerra* penetrou a disciplina de RI. O Onze de Setembro demonstrou tragicamente como os operadores da tragédia, os discursos da tragédia, são insuficientes para considerá-los como guias para a formulação de mecanismos de defesa e de compreensão das ameaças internacionais. Mas essa conclusão parece contraditória. Afinal: o Onze de Setembro não foi um evento trágico? Jornalistas, analistas, intelectuais, acadêmicos e políticos se referiram a ele como "evento trágico", como "tragédia nacional", etc. O assassinato de quase três mil pessoas e o pânico generalizado causado pelo evento não o enquadram perfeitamente como uma "tragédia"? Não. É nessa resposta que se localiza o cerne de todo o argumento do presente livro, a saber: problemas internacionais são elevados a problemas de segurança internacional apenas se puderem ser articulados a partir dos operadores e discursos de tragédia. Talvez resida aí a verdadeira "tragédia das relações internacionais", ao contrário do que pensa John Mearsheimer<sup>49</sup>. A tragédia das RI é que a segurança internacional, os discursos de segurança internacional e as políticas que eles engendram não podem ser pensados sem o recurso à tragédia e, ao mesmo tempo, estando ontológica e epistemologicamente dependentes destes discursos, as RI são incapazes de pensar e imaginar outros problemas internacionais que não estejam também a eles ligados. Mas, então, o Onze de Setembro foi uma tragédia? Sim e não. Sim porque para os espectadores, para a opinião pública, para políticos e líderes, para

---

<sup>48</sup> NIETZSCHE, Friedrich. Op. cit., 2008, p.269 (Aforismo 513).

<sup>49</sup> MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. Nova Iorque: Praeger, 2001.

intelectuais e comentaristas o evento manifestou-se *tragicamente*. As dezenas de declarações na mídia e na imprensa a respeito do evento – conforme ele se desenrolava ou nos dias a seguir – continham o elemento "tragédia". O trágico é um artifício discursivo socialmente disseminado em nossa cultura. Ele é empregado para se referir a eventos que chocam pelo número excessivo de vítimas, pela brutalidade, pela indiscriminalidade, sejam esses eventos causados pelas forças da natureza (tsunamis, terremotos, furacões, etc.) ou pela ação humana (uma chacina, um ataque terrorista, um genocídio, uma guerra, etc.). A tragédia, em seu sentido mais mundano, é empregada de modo a hiperbolizar as "calamidades banais"<sup>50</sup>, as mortes inexplicáveis e que fogem ao controle, ao nosso pretensão controle sobre fenômenos naturais ou humanos. Milhares de mortes causadas por tsunamis, terremotos e furacões poderiam ser evitadas se empregadas as tecnologias adequadas como alarmes e barreiras; os genocídios e guerras poderiam ser evitados com ações adequadas da comunidade internacional e por aí adiante. Assim caminha o raciocínio iluminista que pretende controlar plenamente as contingências próprias da vida em civilização. O trágico confrontaria nossa incapacidade de sermos plenamente modernos, plenamente iluministas, racionais e pragmáticos. Por que não conseguimos evitar as tragédias? O trágico é o que coloca em evidência, em carne e sangue, a suprema desrazão sobre a razão; os desejos sobre a racionalidade técnica. É a corrupção da razão o que proporcionaria o trágico. Se medidas adequadas fossem tomadas, a próxima tragédia seria evitada, o próximo tsunami não matará; o próximo genocídio não acontecerá. Mudanças são adotadas e, mesmo assim, as tragédias continuam acontecendo, pois, por mais que tentemos, jamais fomos modernos.

Não é essa concepção mundana de tragédia que informa o dispositivo de segurança que eleva o terrorismo como problema de

---

<sup>50</sup> EAGLETON, Terry. Op. cit., 2012, p.41.

segurança incontornável após o Onze de Setembro, apesar da disseminação desses discursos mundanos. O trágico nas RI circula de modo um tanto mais complexo, mas não desconexo do trágico banal. Reside na manobra discursiva necessária à legitimação da "Guerra ao Terror" o ponto de sustentação de meu argumento acerca da *incontornabilidade do trágico nas RI*. É essa manobra discursiva que explicita tanto as condições de possibilidade da constituição dos discursos de tragédia nos dispositivos da Guerra Total e da Guerra Fria, como explicita também as condições de possibilidade da elevação do terrorismo como problema legítimo de RI após Onze de Setembro.

De modo a compreender a incontornabilidade do trágico nas RI, é necessário perceber que a manobra discursiva para a legitimação da "Guerra ao Terror" não tomou o evento do Onze de Setembro *em si* como referente da *ameaça terrorista*. É evidente que nos dias e semanas que se seguiram aos ataques os Estados Unidos responderam militarmente contra o Afeganistão e prontamente colocaram em prática a invasão do país e articularam alianças com a Aliança do Norte e com o Paquistão, Índia e China – especialmente – de modo a enfrentar o Talibã e a derrubar seu regime. Também é evidente que a pretensão a uma "Guerra ao Terror" surgiu já no mesmo dia dos ataques<sup>51</sup>. Várias alianças internacionais começaram a ser construídas pelos Estados Unidos nos dias imediatos aos ataques, pois a guerra contra o terror seria longa e necessitaria de um firme apoio da comunidade internacional. Contudo, quando me refiro à incontornabilidade da tragédia como operador de discursos necessários de segurança internacional me refiro a um processo mais profundo. Este processo diz respeito às condições de possibilidade da imaginação internacional da segurança internacional.

---

<sup>51</sup> Ao contrário do que se imagina, não foi o governo norte-americano que cunhou a expressão, mas o Primeiro Ministro de Israel Ariel Sharon. BOOTH, Ken & DUNNE, Tim. **Terror in our time**. Londres: Routledge, 2012, p.7.



Como visto nos Capítulos 1, 2 e 3, essas condições de possibilidade respeitam uma cadeia de conceitos e discursos que se articulam e são articulados dentro de dispositivos de segurança particulares. Esses dispositivos são compostos e compõem os discursos, as práticas, as técnicas e as instituições que regem e são regidos por regimes de verdade também particulares. Nesses dispositivos há uma necessária relação de dependência entre seus elementos. Os *critérios de validade* que articulam esses regimes de verdade, que articulam o que pode ser dito e o que não pode ser dito, entre o falso e o verdadeiro e impõem àqueles elementos uma relação de dependência recíproca. Há uma *polícia discursiva*, para usar a expressão de Michel Foucault, que mais ou menos controla o que pode ser dito e o que não pode ser dito: "não podemos dizer tudo" e, mais ainda, não conseguimos *imaginar* tudo. Assim, reafirmando a discussão empreendida na Introdução e no Capítulo 1, volto a salientar, fazendo uso de Foucault: "O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?"<sup>52</sup>. Assim, não é possível retirar elementos de um dispositivo sem que o dispositivo não se transforme. Autores como Hedley Bull e Joseph Nye chamaram atenção para a importância da *guerra* como elemento de aglutinação dos discursos, dos conceitos, enfim, do edifício conceitual e ontológico que rege as RI. Bull afirmou que "even the terms we use to describe the system – great powers and small powers, alliances and spheres of influence, balances of power and hegemony – are scarcely intelligible except in relation to war and the threat of war"<sup>53</sup>. No que diz respeito ao vocabulário empregado no dispositivo Guerra Fria, Nye e Lynn-Jones apontam que uma série

---

<sup>52</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002, pp.35-45.

<sup>53</sup> BULL, Hedley. **The anarchical society**. Nova Iorque: Columbia UP, 1977, p.187.

de conceitos foi cunhada especificamente tendo a guerra nuclear em mente ("counterforce, first and second strike capabilities, strategic force vulnerability, arms race stability, crisis stability, competitive risk-taking, escalation, damage limitation, flexible response, and limited nuclear war")<sup>54</sup>. Da mesma forma e também dando ênfase à guerra e especificamente à Guerra Fria, Robert Keohane e Joseph Nye afirmaram que durante a Guerra Fria,

'national security' was a slogan American political leaders used to generate support for their policies. The rhetoric of national security justified strategies designed, at considerable cost, to bolster the economic, military, and political structure of the 'free world'. It also *provided a rationale* for the international competition and support for the United Nations, as well as the *justification for alliances*, foreign aid, and extensive military involvements<sup>55</sup> (meus itálicos).

E que:

*Academic pens, however, leave marks in the minds of statesmen with profound result for policy. Not only are 'practical men who believe themselves to be exempt from any intellectual influences' unconscious captives of conceptions created by 'some scribbler of a few years back', but increasingly the scribblers have been playing a direct role in forming foreign policy. Inappropriate images and ill-conceived perceptions of world politics can lead directly to inappropriate or even disastrous national policies*<sup>56</sup> (meus itálicos).

Hedley Bull, Joseph Nye e Richard Ashley concordam, portanto, que teorias podem ser "culpadas por cumplicidade em processos trágicos"<sup>57</sup>.

---

<sup>54</sup> NYE Jr., Joseph & LYNN-JONES, Sean. International security studies: a report of a conference on the state of the field. **International Security**, vol.12, n.4, 1988, p.9.

<sup>55</sup> KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. **Power and interdependence [1977]**. Nova Iorque: Harper Collins, 1989, p.6.

<sup>56</sup> KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. Op. cit., pp.4-5.

<sup>57</sup> ASHLEY, Richard K. Op. cit., 1980, p.233.

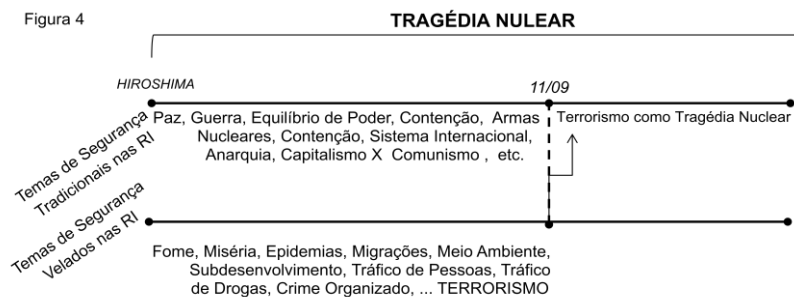
Nos dispositivos da Guerra Total e da Guerra Fria, o elemento do *estado como agente central das RI* não pode ser sacrificado sem que também não o sejam as noções de "interesse nacional", "segurança internacional", "paz", "guerra", etc. Todos esses conceitos são inteligíveis apenas na medida em que possuem o estado como elemento constitutivo. Da mesma forma, retirando o elemento "guerra" o elemento "paz" perde sua referência e assim por diante. E, no âmbito das práticas e das instituições, retirando o "estado" como referente do conhecimento "internacional" perde-se a possibilidade de legitimar as pessoas, os cargos, as ações, as práticas e as instituições que compõem sua estrutura. De que serviria uma disciplina de RI como discurso do estado sem o elemento "estado" que a legitima? De que serviria uma disciplina de RI ao dispositivo de segurança se o "estado" não fosse o referente dessa segurança? Não esqueçamos que o surgimento das RI na década de 1910 se deu, em grande medida, e como bem salientou E. H. Carr, como uma disciplina que pretendia articular um conhecimento para governar o mundo a partir de "posições de poder"<sup>58</sup>. A *Conferência sobre Teoria de 1954* teve função estratégica na institucionalização das RI nos Estados Unidos; na elevação do realismo político como teoria explicativa da Guerra Fria, fundamentando todo seu arcabouço teórico na oposição amigo/inimigo tão facilmente ajustável aos discursos em voga nos Estados Unidos sobre o conflito capitalismo/comunismo (ver o Capítulo 2).

O Onze de Setembro não conseguiria sustentar por si só uma "Guerra ao Terror" em nível global. Ou talvez conseguisse. O fato é que não foi o Onze de Setembro em si que funcionou como narrativa e como evento legitimador da "Guerra ao Terror". Para que a "Guerra ao Terror" se legitimasse foi necessária a elevação do terrorismo como possível ameaça trágica; foi necessário se

---

<sup>58</sup> Carta de E. H. Carr a Stanley Hoffmann. 30 de setembro de 1977. Apud: COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xiii.

"comprovar" que o terrorismo, daquele momento em diante, se tornara uma ameaça trágica aos "estados", às "populações" do mundo todo, enfim às "civilizações". A condição necessária para se legitimar o terrorismo como problema de segurança internacional e como problema que evocasse a adoção de medidas de exceção pelos estados foi a conexão entre terrorismo e as armas nucleares. Voilà! A tragédia nuclear estava de volta à política internacional depois da Guerra Fria.



A conexão entre terrorismo e armas nucleares, em particular, e entre terrorismo e armas de destruição em massa (ADM), em geral, começou a ser feita logo após os ataques de 11 de setembro. mas não foi, contudo, uma ligação discursiva entre os acontecimentos de fato e reais, do Onze de Setembro e as armas nucleares que legitimaram a "Guerra ao Terror". Tampouco foi uma convicção político-moral pela liderança dos EUA e do "Mundo Livre" em trazer à justiça os responsáveis pelos ataques. O que passou a circular discursivamente como ameaça existencial à civilização, a partir de então, foi a imaginação, a expectativa, da tragédia; uma tragédia ainda não vivenciada, não experimentada: a tragédia do terrorismo nuclear. É na conexão entre expectativa da tragédia nuclear e sua prevenção que se constituem as subjetividades políticas responsáveis pela segurança internacional e que a evitarão: responsabilidade e prevenção fundamentam o projeto da "Guerra ao Terror" pelo trágico.

Em grande medida, foi essa a articulação que legitimou a invasão do Iraque e foi ela também que legitimou a política dos Estados Unidos e de Israel contra o desenvolvimento da tecnologia nuclear pelo Irã. Não é minha intenção fazer a análise profunda dos discursos que constituíram a "Guerra ao Terror". Seria necessária outro livro. É suficiente salientar que é a mesma tragédia que opera tais discursos e que, mais ainda, ela se mostra indispensável; ela se impõe como elemento incontornável à concepção de segurança internacional no pós-Onze de Setembro. Nenhum outro marco discursivo é tão exemplar no que respeita a reativação da lógica da Guerra Fria, do discurso de tragédia nuclear da Guerra Fria, quanto à ressignificação do "Império do Mal" soviético como ""Eixo do Mal"" terrorista no discurso de George W. Bush em janeiro de 2002. No discurso anual do State of the Union, o presidente norte-americano afirmou: "*Our second goal is to prevent regimes that sponsor terror from threatening America or our friends and allies with weapons of mass destruction. Some of these regimes have been pretty quiet since September the 11th. But we know their true nature*" (meus *itálicos*). Bush estabelece claramente a relação entre estados, terrorismo e armas de destruição em massa. E afirma conhecer "sua natureza", apresentando cada um deles e suas supostas intenções:

*North Korea is a regime arming with missiles and weapons of mass destruction, while starving its citizens.*

*Iran aggressively pursues these weapons and exports terror, while an unelected few repress the Iranian people's hope for freedom.*

*Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens -- leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections -- then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world.*

*States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic*<sup>59</sup> (meus itálicos).

Assim sintetiza o presidente norte-americano a articulação necessária, dali em diante, entre terrorismo e tragédia. Um "Eixo do Mal" composto por estados liderados por homens irresponsáveis e perigosos significam uma *ameaça catastrófica à civilização*, não apenas aos EUA e seus aliados. Esta estratégia discursiva universalista impõe à audiência a necessidade de simpatizar e defender o discurso da Guerra ao Terror contra o "Eixo do Mal", afinal, a questão é colocada binária e incontornavelmente entre *nós* (a civilização) e *eles* (os bárbaros), entre Bem e Mal. A relação entre os estados é apresentada numa nítida, incontornável e inconfundível relação entre os que fazem o Bem e os que promovem o Mal. Coreia do Norte, Irã e Iraque constituem, nessa narrativa, ameaças evidentes à sobrevivência e existência da civilização, pois promotores de tragédia.

Essa incontornabilidade, essa condição de necessidade da tragédia na segurança internacional se constitui logo após o Onze de Setembro quando muitos livros de segurança internacional publicados após aquele evento passam a incluir o terrorismo como problema, o ligando explicitamente ao problema da aquisição de armas químicas, biológicas ou nucleares por terroristas.

Em *Grave new world* (livro dedicado a pensar os problemas de segurança internacional no século 21) Michael E. Brown deixa claro, no Prefácio, que o Onze de Setembro não poderia fazer com

---

<sup>59</sup> STATE OF THE UNION ADDRESS By the President George W. Bush. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090502151928/http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso: 15/01/2013.

que os americanos passassem a pensar apenas no terrorismo como a maior ameaça à segurança da nação. Contudo, o terrorismo é problematizado em, pelo menos, dois capítulos. Quando Bernard I. Finel, Brian Finlay e Janne Nolan tratam do problema das armas nucleares, biológicas e químicas, a referência ao Irã como país que busca a tecnologia nuclear não pode deixar de mencionar o "fato" de o país ter "laços íntimos com o terrorismo" e "financiar causas extremistas". Logo, haveria o risco sempre iminente do Irã vender armas nucleares a grupos terroristas<sup>60</sup>. Um capítulo dedicado exclusivamente ao terrorismo e a segurança internacional (algo praticamente inexistente nas obras anteriores ao Onze de Setembro) teoriza sobre a ameaça do "terrorismo transnacional". Nesse capítulo, a autora argumenta que o terrorismo não é apenas *mais um* problema de segurança internacional, mas que é "the biggest threat to the future of globalization"<sup>61</sup>. Essa ameaça, evidentemente, não se concretiza com a explosão de carros-bomba em *pubs*, *shopping centers* ou bancos das principais metrópoles mundiais. A ameaça terrorismo no século 21 se concretiza com a combinação de "terrorismo religioso 'apocalíptico'" com a provável aquisição de ADMs por grupos terroristas<sup>62</sup>. Note-se que esta obra foi financiada e publicada pela universidade de Georgetown, a principal instituição formadora de diplomatas e futuros assessores do governo norte-americano<sup>63</sup>. Nesse sentido, trata-se de um trabalho com forte cunho normativo, evidenciado ao final de cada

---

<sup>60</sup> FINEL, Bernard; FINLAY, Brian; NOLAN, Janne. The perils of nuclear, biological, and chemical weapons. In: BROWN, Michael E. (Edit.). **Grave new world: security challenges in the twenty-first century**. Washington, D. C.: Georgetown UP, 2003, p.52.

<sup>61</sup> CRONIN, Audrey Kurth. Transnational terrorism and security. In: BROWN, Michael E. (Edit.). **Grave new world: security challenges in the twenty-first century**. Washington: Georgetown UP, 2003, pp.279-301.

<sup>62</sup> CRONIN, Audrey Kurth. Op. cit., pp.295-296.

<sup>63</sup> A universidade de Georgetown consta em primeiro lugar (com 66 pontos) entre as melhores instituições para se obter um diploma com vistas a uma carreira política em RI. Cf. MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **TRIP Around the World: Teaching, Research and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries [2011]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2012, p.62.

capítulo com uma série de sugestões sobre como os Estados Unidos deveriam agir a respeito de cada um dos problemas de segurança internacional estudados.

Como bem observa Martha Crenshaw, logo após o Onze de Setembro surgiram "vários 'especialistas' em terrorismo", tendo livros publicados sobre um tema que até então nunca haviam abordado: "In the field of international relations and foreign policy, it was only after the 9/11 attacks that many scholars thought that the threat of terrorism mattered to the power and interests of states or to international security"<sup>64</sup>. Talvez o caso mais exemplar dessa preocupação com o terrorismo tenha sido *Security: a new framework for analysis*, de Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde. Demonstrei no capítulo 3, como o terrorismo não se configurou como problema de segurança internacional logo após o final da Guerra Fria mundana, mesmo dentre as "novas perspectivas" de segurança internacional, dentre elas a Escola de Copenhague ou entre o *establishment* político dos Estados Unidos.

"As best we can determine, neither in 2000 nor in the first eight months of 2001 did any polling organization in the United States think the subject of terrorism sufficiently on the minds of the public to warrant asking a question about it in a major national survey. Bin Laden, al Qaeda, or even terrorism was not an important topic in the 2000 presidential campaign. Congress and the media called little attention to it"<sup>65</sup>.

No que diz respeito às teorizações acadêmicas, em seu excelente *Security: a new framework for analysis*, Buzan, Weaver e Wilde não tratam do terrorismo como problema, apesar do enquadramento teórico que eles propõem servir adequadamente ao estudo dos efeitos do terrorismo nas democracias contemporâneas. Os autores chama de securitização a construção intersubjetiva entre governos e opinião pública de uma ameaça

---

<sup>64</sup> CRENSHAW, Martha. **Explaining terrorism**. Nova Iorque: Routledge, 2011, p.1.

<sup>65</sup> 9/11 COMMISSION REPORT, The. Op. cit., p.341.



qualquer como ameaça existencial à comunidade. Ou seja: um ataque terrorista pode ser considerado pelo governo uma *ameaça existencial* de modo a legitimar medidas de exceção que coloquem as liberdades em risco, em nome da segurança, gerando capital político ao governo. "Securitization is not fulfilled only by breaking rules ... nor solely by existential threats (which can lead to nothing) but by cases of existential threats that legitimize the breaking of rules"; "In some cases, securitization of issues is unavoidable, as when states are faced with an implacable or barbarian aggressor"<sup>66</sup>. Dificilmente essas passagens seriam escritas após o Onze de Setembro sem que o terrorismo não fosse usado como exemplo para a teoria. Prova disso tem sido seu sucesso para explicar as medidas de exceção fundamentadas nos discursos de "segurança" adotadas pelo Reino Unido e pela União Europeia em geral após o Onze de Setembro e os ataque de 7 de julho de 2005, em Londres (o 7/7, como ficou conhecido). Em mais de vinte anos de pesquisas sobre segurança internacional, Buzan jamais acessou o terrorismo como um problema de segurança internacional. Poderia ser argumentado que o Onze de Setembro foi de fato impactante e que ele, de fato, inspirou novas perspectivas e demandou atenção mais detida por parte de especialistas em segurança internacional. Sem dúvida. Mas o ponto a que quero chegar não é esse. Não pretendo condenar Buzan ou quaisquer outros autores de RI e desmerecer algumas brilhantes pesquisas inovadoras sobre a segurança internacional por não terem se preocupado com o terrorismo antes do Onze de Setembro. Minha intenção é, pelo contrário, salientar o velamento da questão do terrorismo antes do Onze de Setembro e problematizá-lo como sintoma de discursos de RI constituídos ao longo de um século de RI como disciplina e chamar atenção para o poder dos *efeitos de verdade* na constituição do conhecimento acerca da segurança internacional, bem como da constituição dos sujeitos e objetos

---

<sup>66</sup> BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. Op. cit., 1998, pp.25 e 29, respectivamente.

dessa segurança e como essas constituições se materializam em práticas, instituições, conhecimentos a ponto de velar um problema tão evidente mesmo nos estudos mais brilhantes sobre segurança internacional, como os de Buzan, Weaver e Wilde.

Se a tragédia é um operador necessário das concepções de segurança internacional das RI e dos dispositivos de segurança que constituem as RI, como a tragédia foi mobilizada no espectro da ação política racional? Como se relacionam aqueles espectros da loucura e da tragédia com o espectro político da ação política racional no pós-Onze de Setembro? Há uma nova racionalidade política em vigor? Uma vez que o terrorismo é vislumbrado agora pela marca da tragédia nuclear, significa que a Guerra Fria não terminou, que estamos ainda no mesmo dispositivo da Guerra Fria?

#### **4.4. Tragédia e segurança internacional: racionalidade, violência e os limites da ação política**

O pensamento internacional a respeito da segurança internacional se disseminou através de dois dispositivos de segurança: o dispositivo Guerra Total e o dispositivo Guerra Fria. Cada um deles constituiu e foi constituído por discursos e práticas específicas sobre concepções de segurança internacional. Cada um deles constitui e foi constituído por diferentes discursos e práticas articulados em torno de regimes de verdade particulares. Conforme visto nos Capítulos 1, 2 e 3, estes dispositivos se constituíram e se sobrepuseram ao longo do século 20. Não houve rupturas claras e definitivas entre os dois dispositivos. Eles se reforçam e se sobrepõem. Suas funções e acionamentos dependem de contextos discursivos específicos. As noções de *loucura* e *extinção* não são conceitos, mas referentes a partir dos quais discursos sobre segurança internacional são articulados e condicionam efeitos de verdade. Loucura e extinção se articulam através dos discursos da tragédia colocada em prática pelas

guerras, pelas guerras *entre* estados que histórica e tradicionalmente significam pontos de ruptura para a civilização ocidental. As guerras servem como marcos temporais a partir dos quais a civilização ocidental representa sua história. A história ocidental é marcada pela tragédia, pelo renascimento "depois da tragédia". A tragédia maior da civilização são as guerras entre estados. A disciplina de Relações Internacionais funcionou, em grande medida como *locus* de problematização e de reconhecimento dessas tragédias guerreiras e como *locus* de pensamento acadêmico responsável pela solução dessas tragédias, articulando um pensamento racional capaz de por fim às guerras. A função normativa das RI, portanto, desde a década de 1910, foi articular um pensamento acadêmico e racional sobre as guerras de modo a *curar* essa corrupção do progresso humano através da racionalidade política responsável de homens-de-estado (soldados e diplomatas) atuando heroicamente no cenário internacional em defesa de populações e da civilização. Essa função normativa das Relações Internacionais servia, em contrapartida, estrategicamente, de modo a legitimar e sustentar relações de dominação entre estados e populações, apresentando líderes mundiais como agentes responsáveis e capazes de garantir paz e segurança ao mundo, agindo racionalmente dentro dos limites e possibilidades éticas disponíveis. Suas responsabilidades se chocavam, obviamente, com a irresponsabilidade dos demais líderes mundiais que não agiam de forma racional.

O mundo internacional fora assim representado como uma arena hobbesiana na qual o homem era o lobo do homem ou, melhor ainda: uma arena em que homens responsáveis e racionais poderiam ser lobos de homens que agissem irresponsável e irracionalmente. "Nós" somos homens racionais e responsáveis; "Eles" são irracionais e irresponsáveis. "Nós" devemos usar a ciência internacional ao nosso dispor para melhor compreendermos e agirmos num mundo internacional perigoso, inseguro e no qual há outros homens dispostos a destruir o que

"nós" conquistamos. Nessa constituição binária de subjetividades internacionais que se chocam constantemente e que constituem nesse mesmo processo o que se toma como "mundo internacional", a ação racional e responsável deve respeitar os limites e possibilidades da ação política. No dispositivo Guerra Total, a guerra significou a *loucura* de se levar nações inteiras à destruição em nome de interesses nacionais mesquinhos. A loucura se situava precisamente na irracionalidade da guerra de conquista. Os escritos de autores liberais e realistas disseminaram esta irracionalidade de diferentes formas, mas todos concordavam que a guerra naquele momento se situava no limite da ação política racional e que seu uso *colocaria em grave risco as populações*. A função dos intelectuais de RI e da disciplina que acabava de nascer era autorizar esse modo de pensar e de delimitar as verdades que poderiam ser ditas a respeito das ameaças internacionais. Delimitar o que poderia ser pensado sobre o mundo internacional em termos de guerra e paz; em termos de segurança e insegurança. Estar seguro significava *não estar em guerra*. A ausência de guerra significava a paz. A paz era, portanto, um estado negativo: a ausência de guerra.

Contudo, o mundo internacional representado como uma arena de conflito e de insegurança eterna, na qual não existiria a garantia de uma "harmonia de interesses" entre os diferentes estados; uma arena caracterizada pelo "dilema de segurança" sintetizado por John Herz, a racionalidade política não poderia se guiar pela racionalidade privada ou, ainda, a ética política teria de obedecer a critérios éticos diferentes daqueles da ética privada. Como a paz absoluta kantiana significaria também a ausência absoluta de guerra, essa paz absoluta ou eterna seria inviável. Nessa cadeia de argumentos, não haveria valores universais compartilhados pelos diferentes estados que serviriam como garantia de uma situação de paz eterna. Como consequência, a ação ética e racional de cada estado deveria ser sempre relativa à política internacional e ao jogo de forças dessa política. Assim, a

guerra seria sempre uma possibilidade entre os estados. A política deveria acessar seu meio mais característico de ação: a violência. Essa herança germânica das Relações Internacionais quanto ao universo político – tanto de Max Weber, como de Friedrich Meinecke e Carl Schmitt – delimita a ação política internacional impondo os limites da violência racional.

politics operates with a quite specific means, namely power, backed up by the use of violence<sup>67</sup>;

[If] a statesman feels himself *obliged by 'necessity of state' to violate law and ethics*, he can still feel himself morally justified at the bar of his own conscience, if in doing so he has, according to his own personal conviction, thought first of the good of the state entrusted to his care. Thus the realm of values is capable of shedding an ennobling light far into the inmost recesses of problematical conduct. [...]. Thus all conduct prompted by *raison d'état fluctuates continually back and forth between light and dark*<sup>68</sup>. (meus itálicos).

The specific political distinction to which political actions and motives can be reduced is that between friend and enemy"; [E, portanto...] "The friend, enemy, and combat concepts receive their real meaning precisely because they refer to the real possibility of physical killing. War follows from enmity. War is the existential negation of the enemy. It is the most extreme consequence of enmity. It does not have to be common, normal, something ideal or desirable. But it must nevertheless remain a *real possibility* for as long as the concept of the enemy remains valid<sup>69</sup>. (itálicos no original).

A tragédia das Relações Internacionais entre 1910 e 1945, no dispositivo Guerra Total, era a tragédia da guerra para estados e populações, mas mantendo-se como instrumento pernicioso e *necessário* à política internacional. Na interpretação de Terry

---

<sup>67</sup> WEBER, Max. The profession and vocation of politics [1919]. In: \_\_\_\_\_. **Political writings**. Cambridge: Cambridge UP, 2005, pp.357.

<sup>68</sup> MEINECKE, Friedrich. Op. cit., 1988, p.6.

<sup>69</sup> SCHMITT, Carl. Op. cit., 1996, pp.26 e 33, respectivamente.

Eagleton, é essa continuidade do "pernicioso" na ação trágica utilitarista que funciona como uma de suas marcas: "O 'valor de troca' da ação [trágica], a vida renovada a que ela pode levar, não tem permissão para anular seu 'valor de uso'"<sup>70</sup>. Por mais que se prometa tratar-se de uma *guerra para por fim a todas as guerras*, isso não anula a vitimação em massa e a barbárie dos atos em nome de certa racionalidade política.

Com as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki e com a consequente nuclearização da política internacional nas décadas seguintes, o dispositivo Guerra Total se reestruturou. *Já não era mais possível a instrumentalidade da guerra*. A guerra tornara-se um fenômeno trágico que ameaçava não apenas a existência de estados e populações isoladas, mas tornara-se um risco à extinção da vida na Terra. A guerra que havia sido aceita como um "instrumento essencial da política e como um teste de virilidade do estado"<sup>71</sup> passara a ser um risco à vida. Assim se manifestara Hans J. Morgenthau em sua mais famosa obra e que se tornaria o maior clássico de RI do século 20, *Politics Among Nations*. Em 1949, quando a URSS ainda não possuía armas nucleares, Morgenthau afirmara que uma vez disponíveis pelos soviéticos, já não importaria a quantidade de armas, pois apenas um número limitado delas seria suficiente para destruir a capacidade militar dos Estados Unidos<sup>72</sup>. Na edição de 1985, no ápice da *Segunda Guerra Fria*, Morgenthau asseverava que "nuclear weapons are instruments of indiscriminate mass destruction and can therefore not be used for rational purposes. They can be used to deter a war by threatening total destruction; but *they cannot be used to fight a war in a rational manner*"<sup>73</sup> (meus itálicos).

---

<sup>70</sup> EAGLETON, Terry. Op. cit., 2012, p.72.

<sup>71</sup> BURNS, Arthur Robert. The treatment of enemy powers. In: MORGENTHAU, Hans J. (Edit.). **Peace, security and the United Nations**. Chicago: Chicago UP, 1946, p.27.

<sup>72</sup> MORGENTHAU, Hans J. Op. cit., 1949, p.319.

<sup>73</sup> MORGENTHAU, Hans. Op. cit., 2006, p.135.

A percepção da "irracionalidade da guerra nuclear" era compartilhada para além da disciplina de RI por outros intelectuais. Ao descrever os desafios da Antropologia frente aos dilemas do mundo atual em uma série de conferências no Japão, em 1986, Claude Levi-Strauss não pode deixar de iniciar suas considerações à luz do medo da possibilidade de "um cataclismo demográfico" que resultaria de uma guerra nuclear entre as superpotências<sup>74</sup>. Em um de seus mais notáveis livros, Hannah Arendt dissertou sobre a violência no século 20 e sobre seus limites e usos. As conclusões de Arendt sobre as armas nucleares concordavam com Morgenthau: "O desenvolvimento técnico dos implementos da violência alcançou agora o ponto que *nenhum objetivo político poderia presumivelmente corresponder ao seu potencial de destruição*, ou justificar seu uso efetivo no conflito armado" (meus itálicos):

Assim, a guerra – desde tempos imemoriais, árbitro último e implacável em disputas internacionais – perdeu muito de sua eficiência e quase todo seu fascínio. *O jogo de xadrez 'apocalíptico' entre as superpotências*, quer dizer, aqueles que manobram no mais alto plano de nossa civilização, está sendo jogado de acordo com a regra de que *'se alguém 'vencer', é o fim para ambos'* [M.A.D.]. *Trata-se de um jogo que não apresenta qualquer semelhança com quaisquer jogos de guerra que o precederam. O seu objetivo 'racional' é a dissuasão*, não a vitória, e a corrida armamentista, como não é mais uma preparação para a guerra, só pode ser justificada sob o princípio de que mais e mais dissuasão é a melhor garantia para a paz. *Não há como nos desembaraçar da óbvia insanidade desta posição* (meus itálicos)<sup>75</sup>.

O signo da tragédia, dos discursos de tragédia na segurança internacional, já não era apenas a loucura de líderes irresponsáveis, mas a possibilidade ainda mais insana de extinção

---

<sup>74</sup> LEVI-STRAUSS, Claude. **A antropologia diante dos problemas do mundo moderno [1986]**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.36.

<sup>75</sup> ARENDT, Hannah. **Sobre a violência [1969]**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1994, p.13.

humana e de toda a vida na Terra. O acrônimo M.A.D. (Destruição Mútua Assegurada, em inglês) não registrava apenas uma loucura que poderia *ser curada* por mais uma tragédia, como se a tragédia pudesse ser redentora e catártica. A loucura da lógica M.A.D. era a loucura da extinção, uma loucura suicida. O espectro da ação política racional teria de descartar a guerra nuclear como possibilidade política caso a existência humana tivesse de ser preservada. O espectro da ação política racional teria de pensar em outra ética internacional; uma ética diferente da ética guerreira que considerava a guerra como a *prima ratio*.

Terminada a Guerra Fria, a Guerra Fria mundana, o embate público entre o capitalismo e o socialismo, parecia que o espectro da ação política racional poderia ser restaurado e rearticulado. A "vitória" do mundo capitalista e uma possível aliança entre a Rússia e o ocidente na caçada a ditadores sanguinários e irresponsáveis (como no caso da guerra contra Saddam Hussein) e quanto à solução de crises humanitárias e de guerras civis parecia factível e possível. Mas ambas as possibilidades logo se mostraram ilusórias.

Até o Onze de Setembro a política internacional pareceu órfã de inimigos. O ocidente não conseguia identificar quais eram os verdadeiros desafios internacionais e como seriam articuladas as novas ameaças. Na disciplina de RI, o *intermezzo* permaneceu condicionado pelo dispositivo Guerra Fria – com a exceção de obras pós-estruturalistas e de teoria crítica que trouxeram várias releituras críticas. As implicações desse atavismo teórico e metodológico para a disciplina foi a incapacidade de se pensar para fora dos cânones tradicionais novas possibilidades políticas e de emancipação. Em certa medida, o problema do terrorismo permaneceu velado ainda nesse período devido ao dispositivo que ainda dominava a disciplina e a imaginação política das Relações Internacionais. Em grande medida, faltou – e ainda falta – aos



acadêmicos de RI aquela "insubordinação voluntária e a intractabilidade refletida" que compreendem a crítica<sup>76</sup>.

#### 4.5. Terrorismo e segurança internacional: outro olhar sobre os clássicos

Seguindo a perspectiva aberta por Robert Walker, em 1988, em *One world/Many worlds*, pode-se perceber até aqui que interpreto a segurança como um "instrumento de retórica mistificadora"<sup>77</sup>. Isso significa que a demanda por segurança funciona mais como um discurso de poder nas relações internacionais e pelas Relações Internacionais com o objetivo de galgar fidelidades políticas e constituir subjetividades e, ao mesmo tempo, limitar liberdades individuais e ameaçar a emancipação de vozes alternativas do que um legítimo clamor por segurança de fato, como se segurança fosse um valor em si, incontestável e deslocado de implicações e significações políticas.

Appeals to the need for security justify the most blatant abuses and encourage the resort to escalating levels of violence. Such appeals legitimize vast arsenals and curtailment of democratic rights and procedures. *The concept of security is now more a symptom of the problem than a guide to the possibilities of peace and justice.* (meus itálicos)

E continua: "[...] thinking about security in political terms still begins with the equation of security in general with the security of states in a competitive states system"<sup>78</sup>.

O século 20 foi o grande palco onde ouvimos a “retórica mistificadora” da segurança internacional ganhar sotaques trágicos e escatológicos. Desde a década de 1910, quando Norman Angell já

---

<sup>76</sup> FOUCAULT, Michel. What is critique? In: \_\_\_\_\_. **The politics of truth.** Los Angeles: Semiotext(e), 2006, p.47.

<sup>77</sup> WALKER, R. B. J. Op. cit., 1988, p.118.

<sup>78</sup> Ídem.

chamava a atenção para o “hipnotismo de uma terminologia antiquada” sobre segurança internacional, para a “linguagem repetida automaticamente, [...] pueril e carente de sentido” e até para o “terrorismo totalmente estranho aos fatos mais simples e elementares da realidade”<sup>79</sup>, as Relações Internacionais convivem com certo fantasma do atavismo, do anacronismo terminológico, presas a concepções de mundo, de política e de sociedade, de segurança e do “internacional” próprios do século 19. Essas linguagens não podem ser pensadas tão somente como *teorias*, como *palavras* ou *abstrações*, que se referem a realidades, mas como parte constitutiva dessa realidade, como condição de possibilidade de se pensar essa realidade e de se agir nessa realidade: “As ideias não nascem das ideias por partenogênese”<sup>80</sup>.

É possível afirmar que sempre houve um déficit de significados entre o que as Relações Internacionais pensaram como *problemas de segurança internacional* e os problemas de fato, o exercício do poder, da dominação e as resistências, que se desenrolavam por debaixo da *Alta Política*, da *anarquia internacional* e do *equilíbrio de poder*. Os dispositivos através dos quais as RI circularam, os regimes de verdade que circularam, por sua vez, pela disciplina, limitaram significativamente as preocupações de acadêmicos, estudantes e políticos no sentido de pensar os problemas de segurança em termos bastante fechados e enquadrados.

A Guerra Fria, por exemplo, o que denomino *dispositivo Guerra Fria*, mais precisamente, funcionou de modo a velar alguns problemas como problemas de segurança ao mesmo tempo em que privilegiava outros fenômenos como ameaças iminentes. Partindo desse ponto de vista, era sempre provável e temível o uso de armas nucleares pelas superpotências e a ameaça de extinção da espécie

---

<sup>79</sup> ANGELL, N. Op. Cit., 2002, pp.35, 81, 97, respectivamente.

<sup>80</sup> BERLIN, Isaiah. Meinecke e o historicismo. In: \_\_\_\_\_. **A força das ideias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.285.

humana e de toda a vida na Terra. O efeito dessa verdade política incontestável foi o velamento do terrorismo como questão e, no que diz respeito aos autores de RI e suas teorias, ao velamento de aberturas interpretativas para se pensar a segurança internacional com outras lentes. Parto agora à tentativa de reanimar estas aberturas nas RI: tento desvelar o esquecimento de alguns importantes *insights* sobre segurança internacional que ficaram esquecidos ou foram ignorados na disciplina.

Argumento que não são os dilemas de segurança, as *novas* guerras, o terrorismo em si e suas várias formas, ou os fluxos mais intensos de capital e informação por uma suposta globalização que vem tornando os eventos *mais complexos*. Não é o mundo que está *mais complexo* e que, portanto, necessita de novas perspectivas para ser interpretado adequadamente, não obstante a aceleração e a velocidade do mundo contemporâneo que não podem ser desmerecidas numa análise política cuidadosa<sup>81</sup>. O mundo sempre foi complexo. As relações humanas e entre comunidades humanas são indomáveis, selvagens e resistem às sistematizações e à violência da linguagem científica e suas pretensões de objetividade. Isso não significa, contudo, que não vivamos um momento sócio-histórico em que as fronteiras metafóricas – pois todas as fronteiras são metafóricas – não estejam sendo desafiadas pelos fluxos comunicacionais e de mobilidade e que as lógicas binárias impostas pelas divisões espaço-temporais da modernidade europeia não estejam em crise<sup>82</sup>. Como salientei na Introdução, o pressuposto é que conhecimento e saber são sempre permeados por *interesses* e *poder*. O poder/saber constituído nas RI e pelas RI *de-limitou* e *de-limita* as possibilidades de pensarmos os problemas

---

<sup>81</sup> Sobre aceleração, velocidade e política, ver, especialmente: VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Sobre esse debate nas RI: WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001; SHAPIRO, Michael. **Cinematic political thought**. Nova Iorque: Nova Iorque Univ. Press, 1999. E para nossa abordagem do tema: AREND, Hugo. Pós-modernidade e relações internacionais. **Meridiano 47**, v.1, 2006, p.15-17.

<sup>82</sup> Para uma breve introdução a essa discussão, ver: AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: UNESP/UFAL, 2010.

da segurança internacional para além dos problemas de segurança como tragédias performados como tais por dispositivos de segurança. Isso não significa, portanto, que outros problemas internacionais não existiam. O terrorismo, por exemplo, a fome, as migrações forçadas, as limpezas étnicas, a política de identidade, a destruição do meio ambiente, a poluição, os refugiados ambientais, o crime organizado, o tráfico de drogas, os genocídios, enfim, praticamente todas as questões de segurança internacional elencadas hoje como novidades ou como efeitos dos processos de globalização das décadas de 1980 e 1990 já estavam presentes em meados das décadas de 1850-70, por exemplo. Algumas dessas questões, as práticas, na verdade, são ainda mais antigas. A pergunta a se formular, portanto, é: como algumas dessas práticas e sua problematização pelas RI, no caso, puderam permanecer esquecidas por tanto tempo e apenas nos últimos trinta anos puderam ganhar relevância? A função das RI como disciplina de poder – elaborada no Capítulo 1 –, como *prática discursiva* específica, e com uma finalidade político-estratégica também específica, funcionou de modo a velar estes problemas através dos *critérios de formação, transformação e correlação* do objeto “Relações Internacionais”.

A centralidade do estado como agente coerente e racional no sistema internacional e sua antropomorfização como macho guerreiro, político responsável e defensor do interesse nacional e da segurança do povo (primeiro do povo, mas também das civilizações e da espécie humana em geral na Guerra Fria) funcionou para legitimar ações políticas e constituir sujeitos, objetos e discursos de segurança internacional. Os sujeitos eram os próprios estados. Eles eram os responsáveis pela segurança, pela defesa. Desde que esses estados fossem compreendidos como “eu” ou “nós”, os aliados. Os outros eram os inimigos, as ameaças, o Império do Mal. A constituição dessas subjetividades de segurança foi possível pelos próprios discursos de segurança. São os discursos da tragédia na segurança internacional que possibilitam a

legitimidade dos estados como agentes racionais e responsáveis nas Relações Internacionais. As hipérboles da segurança internacional (a tragédia da Guerra Total e a tragédia da hecatombe nuclear sempre presente) demandam grandes heróis com ações grandiosas e super-humanas e que salvem as populações e a espécie. Tal é a função do Leviatã, deste *magnus homo* mortal de quem nos fala Thomas Hobbes<sup>83</sup>. O discurso da *tragédia da segurança internacional* clama pelo heroísmo de líderes e generais, dos “nossos” líderes e generais. Ao mesmo tempo em que esses líderes e generais são alçados a heróis, protetores e responsáveis, pelo movimento inverso do processo de constituição dessas subjetividades são também constituídos os objetos de sua heroica proteção: as populações, a espécie humana, os homens comuns, civis, mulheres e crianças. Esses são os objetos que merecem a proteção e os sacrifícios dos “homens de estado”, dos homens da guerra.

Há a necessidade de se reproduzir incessantemente o discurso da segurança internacional e de assegurar que a tragédia está sempre “lá fora” nas relações internacionais. Afinal, a força da política moderna, do fazer político moderno, não se localiza na capacidade do estado em garantir a segurança das populações contra ameaças já existentes, mas por construir e inscrever constantemente estas ameaças externas à “comunidade nacional” ou externas à “civilização”. É desta constante inscrição da ameaça externa que o estado moderno extrai sua legitimidade como ator responsável e os estudos de segurança internacional extraem sua legitimidade acadêmica. A disciplina de RI constitui-se apenas como um dos locais institucionais de onde se disseminam os discursos de segurança internacional. Não nos esqueçamos que o dispositivo Guerra Fria é um dispositivo – e como tal – perpassa a

---

<sup>83</sup> “[The] Multitude so united in one Person, is called a Common-Wealth, in latine Civitas. This is the generation of that great Leviathan, or rather (to speak more reverently) of that *Mortall God*, to which wee owe under the *Immortal God* our peace and defence”. HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p.120.

sociedade ocidental, norte-americana e britânica, em especial, e é responsável pela otanização da disciplina de RI.

Seguindo, então, o pressuposto de que a disciplina de RI funciona como prática discursiva dentro de dispositivos de segurança específicos desde 1910 e que o programa desses dispositivos é elencar ameaças de segurança com a função político-estratégica de constituir práticas e discursos de poder e dominação, desse pressuposto também nasce a conclusão que esse programa não consegue se realizar plenamente. Por mais que o poder tente controlar, dominar e disciplinar há sempre lastros de resistência e de contrapoderes. Por mais persuasivos e disseminados que sejam alguns discursos, eles jamais conseguem se alastrar pela completude do tecido social e silenciar todas as vozes alternativas. Não esqueçamos que o poder é sempre uma relação de força e que sua efetivação depende das posições dos sujeitos em circunstâncias específicas. Jamais “temos” poder, mas podemos exercê-lo com diferentes intensidades dependendo da relação de força que se estabelece entre nós e outros sujeitos num contexto particular: “o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas se exerce e só existe em ato”; “o poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas sim, em si mesmo, uma relação de força”; o poder é, assim, “a guerra continuada por outros meios”<sup>84</sup>.

Assim, os discursos tradicionais das RI sobre a segurança internacional conseguiram, em grande medida, se afirmar como os discursos legítimos sobre segurança internacional no século 20, mas isso não significa que não tenham existido vozes e perspectivas disponíveis nos textos de RI, mesmo naqueles textos tradicionais. Mesmo os textos canônicos das *vozes autorizadas* e *soberanas* da disciplina continham elementos que possibilitariam – se lidos atentamente e com outras preocupações – a relativização do que estava sendo disseminado como verdadeiro nas RI. Quero

---

<sup>84</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2002, pp.21-23.

afirmar a ambivalência, a incongruência e o múltiplo nos textos de cada um daqueles autores canônicos. Quero sustentar que nenhum dos autores aqui estudados pode ser tomado como “paradigma” coerente, racional e sempre igual a si mesmo, como “modelo” perfeito e imaculado que representa esta ou aquela escola de pensamento ou que, ainda, sustenta de forma coerente e indiscutível apenas uma perspectiva. Mesmo autores como Norman Angell, E. H. Carr, Hans Morgenthau e Joseph Nye – como demonstrado no Capítulo I – possuem ambivalências, incongruências e silêncios. Cada voz é, na verdade, infinitas vozes.

Nos textos de Norman Angell, por exemplo, é formulada uma crítica às limitações do léxico das RI para interpretar os problemas internacionais de seu tempo. O léxico de autores ligados à perspectiva militarista e geopolítica seria incapaz, segundo Angell, de interpretar um mundo em franco processo de globalização através do comércio internacional, das viagens, das comunicações, etc. Angell foi um dos primeiros teóricos das RI a interpretar o processo de interdependência e que percebeu o quanto a linguagem acadêmica inadequada e atávica pode significar para a efetivação de políticas adequadas. *Angell percebeu – e assim ele pode ser criticamente lido e reposicionado – a força dos efeitos de verdade do dispositivo de segurança que o cercava*, que cercava as RI nascentes na década de 1910. Ele percebeu os *efeitos de verdade* de saberes internacionais na *prática* da política internacional. Nesse sentido, é possível reaccessar e retomar a leitura dos trabalhos de Norman Angell como *expressão de um diagnóstico adequado das relações entre saber e poder* nas RI nas primeiras décadas do século 20. No caso de Angell, ainda, prova-se imperativo aos estudantes das Relações Internacionais lerem seus outros livros. *A Grande Ilusão* foi extremamente influente em sua época e, em grande medida, serve como excelente introdução não apenas ao pensamento de Angell, mas ao pensamento liberal de sua época. Mesmo assim, Angell possui uma extensa obra após *A Grande Ilusão* e que deve ser relida com atenção, especialmente

*Peace with the dictators?*, de 1938, na qual a imagem do *Angell pacifista, idealista e liberal* – e, portanto, ingênuo, na acusação de muitos de seus críticos mais superficiais – cai por terra.

Seguindo a mesma reativação da obra de Angell, faz-se necessário um reengajamento com os escritos de E. H. Carr. Carr pode ser lido como a expressão da desconfiança indispensável acerca das relações entre a academia e os poderes estabelecidos. Lembremo-nos da passagem escolhida como epígrafe: "Whatever my share in starting this business [a disciplina de Relações Internacionais], I do not know that I am particularly proud of it. [...]. What is this thing called International Relations in the English speaking countries [senão] the study about how to run the world from positions of strength?"<sup>85</sup>. Sua obra mais importante, *Vinte anos de crise*, pode ser interpretada como um grande esforço de superação e de crítica de um dispositivo de poder/saber que dominava as RI naquelas décadas. Não obstante as rixas públicas entre Carr e autores liberais como Alfred Zimmern e Norman Angell, seus projetos se aproximavam nesse sentido. Estes autores se aproximavam no diagnóstico das limitações da imaginação em voga na disciplina em interpretar o mundo de seu tempo. Os remédios que cada um receitava eram claramente diferentes. Carr, longe de ser o realista que alguns erroneamente consideram, como já demonstrado no Capítulo 1, pretendia um equilíbrio entre o realismo e a utopia, entre as interpretações que tomassem o poder como centro da política internacional e as interpretações que almejassem a melhoria e a emancipação através da política internacional. Localiza-se nessa proposta de equilíbrio entre duas perspectivas supostamente antagônicas o valor da obra de Carr e sua necessária reativação para se compreender a necessidade de superação dos radicalismos teóricos e metodológicos que permeiam as Ciências Humanas em geral e as RI em particular.

---

<sup>85</sup> COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xiii.



A obra de Carr também pode ser reaccessada para fazer uma crítica bastante contundente ao cânone estatista nas RI. Apesar de Carr ser considerado um realista, sua obra é uma das primeiras a contribuir para o redimensionamento do objeto referente da segurança internacional. Carr propõe explícita e nitidamente que as *populações*, os *povos*, sejam o objeto de preocupação da segurança internacional. Carr admite que o foco no estado como unidade do sistema internacional trazia mais problemas do que soluções. Era vital pensar a segurança internacional em termos de *peçoas* mais do que estados; pensar a segurança internacional em termos de direitos à liberdade, alimentação e emprego; necessidades que transcendiam as fronteiras nacionais<sup>86</sup>. Não seria necessário, assim, esperar mais de cinco décadas para se concluir que as RI e a segurança internacional devessem se preocupar mais com pessoas do que estados, pois, afinal, segurança diz respeito aos anseios mais básicos de indivíduos que buscam viver em paz, com dignidade, esperança e justiça. Não foi o processo de globalização das décadas de 1990 e 2000 que colocou as pessoas no centro das preocupações das RI. Essa preocupação já existia. Ela foi, tão somente, eclipsada e velada por dispositivos específicos de segurança – como o da Guerra Total e da Guerra Fria – que objetivavam estrategicamente elevar o estado como objeto e/ou sujeito das RI, servindo assim para legitimar, ao mesmo tempo, o heroísmo de seus agentes como a necessidade de proteção de populações de ameaças trágicas. Um autor como E. H. Carr, mesmo tendo sido um dos clássicos mais citados nas RI no século 20, raramente é acessado como um autor que redimensiona as subjetividades e os objetos referentes da segurança internacional. Situa-se nesse velamento um dos efeitos de verdade dos dispositivos de segurança. Os Estudos Críticos de Segurança (*Critical Security Studies*) nos quais Barry Buzan, Lene Hansen,

---

<sup>86</sup> CARR, Edward H. Op. cit., 2001, p.114.

Ken Booth e tantos outros estão engajados, colocam esta perspectiva em prática<sup>87</sup>.

Ainda no que diz respeito a certo redimensionamento das perspectivas clássicas das RI, poucos intérpretes citam Raymond Aron como um autor preocupado com os processos de globalização e os significados político-estratégicos das fronteiras. Também interpretado com as lentes do realismo, Aron é frequentemente lembrado por seu conservadorismo. Não obstante, pouco se percebe sua perspicácia interpretativa dos processos de globalização e de intensificação das comunicações e das novas tecnologias e seus impactos na política internacional. Em sua mais célebre obra de Relações Internacionais, *Paz e guerra entre as nações* (1962), Aron salienta, desde o início, a dificuldade em se operar com o conceito de soberania num mundo globalizado e no qual a tecnologia militar já proporcionava ataques entre países desde milhares de quilômetros de distância. "O ímpeto dos conquistadores" que se esgotava com as distâncias, até o início do século 20, deixara de ser uma realidade.

A suspensão temporal da luta pelo espaço graças aos recursos oferecidos aos povos mediante o crescimento em intensidade coincide com a transformação do que se poderia chamar *sentido do espaço*. O sentido do espaço esteve determinado, em cada época, pela *ideia que os homens tinham do meio que habitavam*, pelo modo de movimento e pelos objetivos que as sociedades davam aos seus litígios<sup>88</sup> (meus itálicos).

Contudo,

A humanidade planetária de hoje em dia [c.1962] imagina seu meio ambiente de forma diferente das civilizações fluviais egípcias, as civilizações de mares fechados, como a dos gregos e romanos, ou as civilizações continentais/oceânicas, como a civilização ocidental, desde as viagens de exploração até nossa

---

<sup>87</sup> Cf. BOOTH, Ken. **Theory of world security**. Cambridge: CUP, 2007.

<sup>88</sup> ARON, Raymond. Op. Cit., 1985, vol. 1, p. p.256.

época. Já não são as mesmas de ontem as linhas de comunicação ou as linhas estratégicas. O avião conduz os passageiros de Paris a Tóquio, passando pelo polo. Estados Unidos e União Soviética já não estão separados pelo Atlântico ou pela Europa ocidental: dada a velocidade dos bombardeios estratégicos ou da tecnologia balística, estão muito próximos um do outro e, por assim dizer, têm no Grande Norte uma fronteira comum<sup>89</sup>.

Passagens como estas não são lembradas por leitores de Aron. Também não é lembrado que uma realidade assim já se evidenciava em meados da década de 1960. Uma crítica ao princípio de soberania nas Relações Internacionais não precisa e não deve tomar a globalização das décadas de 1990 e 2000 como referência. O princípio já vinha sendo desafiado nas próprias RI há bastante tempo, mesmo em autores lidos como *realistas*.

Também em John Herz encontramos a crítica à soberania como efeito da globalização. Herz sustenta que o sistema internacional moderno estaria passando (na década de 1950) por uma transformação significativa. Essa transformação dizia respeito à "territorialidade": num mundo de tecnologias militares como a atômica, a proteção de um estado por exércitos, fronteiras, fortificações, etc. deixava de ser possível. A "impermeabilidade" é definitivamente colocada em questão<sup>90</sup>. Herz via o sistema internacional passando por uma mudança significativa devido à invenção das armas nucleares: "the new weapons developments seem to affect the system of international relations in novel fashion: where formerly innovations, even radical ones, would permit the emergence of more or less stable new systems of some durability, the dynamic of the present [com as armas nucleares] is such as to foreclose any kind of stability"<sup>91</sup>. Desse modo, "the absence of an effective defense against the new weapons" faz com

---

<sup>89</sup> Ibidem, p.262.

<sup>90</sup> HERZ, John. **International politics in the atomic age**. Nova Iorque: Columbia UP, 1959, p.40.

<sup>91</sup> HERZ, John. Op. Cit., 1959, p.19.

que a "superioridade" militar perca seu significado<sup>92</sup>. Herz se questiona a respeito da possibilidade de uma política racional num ambiente como esse: "Will a rational policy remain possible at all"?<sup>93</sup>. E em uma surpreendente analogia com a física clássica e com a teoria da relatividade, Herz relaciona a revolução espacial com as novas tecnologias com a revolução relativista da física newtoniana:

*There is perhaps some similarity between an international structure consisting of impenetrable elemental units with an ensuing measurability of power and comparability of power relations, and the system of classical physics with its measurable forces and the (formerly impenetrable) atom as its basic unit. And as the system of physics so conceived has given way to relativity and what nuclear science has uncovered, so the impenetrability of the political atom, the nation-state, is giving way to permeability which tends to obliterate the very meaning of unit and unity, power and power relations, sovereignty and independence (meus itálicos)<sup>94</sup>.*

Esta passagem de Herz merece toda atenção. Trata-se de um autor considerado pela tradição em Relações Internacionais como um realista ou, mais especificamente, como um *neorrealista* e, portanto, um adorador e legitimador do estado forte, militarizado; um estudioso do equilíbrio de poder entre as grandes potências e da necessidade da segurança ser mantida em termos militares e estratégicos, respeitando os pesos e posições dos principais atores do cenário político mundial. Esta seria a leitura mais banal e superficial do trabalho de Herz. Essa passagem demonstra um diagnóstico preocupante e angustiado da política de seu tempo. A contemporaneidade da Guerra Fria para Herz estava em outra escala de preocupações, não apenas acadêmicas como humanas.

---

<sup>92</sup> Ibidem, pp.19-20.

<sup>93</sup> Ibidem, p.35.

<sup>94</sup> Ibidem, p.41.

Não seria mais possível interpretar o mundo a partir dos mesmos conceitos, teorias e perspectivas de séculos passados. Mais ainda: não seria mais possível *agir* nesse novo mundo tomando como base conceitos, teorias e perspectivas superadas. Não se tratava, tampouco, de superações abstratas, mas de superações impostas por novas práticas e novas tecnologias, notadamente as armas nucleares e seus vetores de entrega. O papel das Relações Internacionais – e, precisamente, da *Política Internacional* como campo específico de estudo das relações de poder no sistema – era interpretar este mundo de forma adequada e cautelosa, pois os conceitos deixam de ser aplicáveis em contextos nos quais "as estruturas mudam fundamentalmente"<sup>95</sup>.

Sem entrar no mérito de questionar ou problematizar a epistemologia positivista que anima o pensamento de Herz e de muitos dos autores acima citados, o que penso ser mais decisivo em relações ao estudo dos clássicos de uma disciplina não é a leitura dos clássicos como depositários de verdades atemporais e que serviriam de chancela para nossas próprias conclusões. A leitura dos clássicos pode ser mais instrutiva quando realizada com a disposição de desvendar seus diagnósticos de época, suas inquietações. Os textos de Angell, Carr, Aron, Herz e todos os demais autores de RI estão repletos de aberturas críticas para a análise dos processos políticos e sociais nas relações internacionais. Suas obras são, em si mesmas, ferramentas críticas de um contrapoder no seio da disciplina, da disciplina que se impõe como nexa em um dispositivo de segurança maior e mais complexo. Nesse sentido, o novo não precisa vir "de fora" e o antigo não precisa ser negado; não há necessidade de inventar o novo nem de abolir o clássico. Lembremos, mais uma vez, Foucault quando afirma que não é a realidade que serve de índice à verdade, mas que as verdades constituem a realidade, nosso horizonte de ação e imaginação. Ao lermos os clássicos apenas pelas lentes dos

---

<sup>95</sup> Ibidem, p.9.

manuais de RI, ou melhor, se tivermos acesso aos clássicos das RI apenas através dos manuais da disciplina, continuaremos repentinamente dogmas e interpretações de segunda mão que, muitas vezes, estão bastante equivocados ou, no mínimo, nos comunicam análises datadas e fortemente condicionadas por outras circunstâncias. Faz-se necessário acessar os clássicos como possibilidades de aberturas na análise dos dispositivos em que eles foram produzidos. Os clássicos – ou qualquer texto, em verdade – são antes sintomas de dispositivos, mais que guias normativos. Um século de RI passou com o terrorismo sendo velado como questão. Isso não significa que o terrorismo não existia como problema; assim como também não significa que ele era um problema gravíssimo que estava sendo intencionalmente escondido. O velamento do terrorismo nas RI precisa ser entendido pelo viés da força das verdades tomadas como autoevidentes (a verdade da tragédia da Guerra Total e da Guerra Fria) capazes de eclipsar, velar, possibilidades de imaginarmos questões diferentes. Uma das tarefas dos teóricos de RI, de todos que se propõem analisar problemas internacionais, seria o esforço em tentar desvendar o que os dispositivos de poder/saber constituem e como eles nos condicionam a pensar o que pensamos. Se o mundo nos faz sentido é porque não o estamos observando criticamente.

## Considerações finais

Conforme exposto na Introdução, o objetivo do livro não eram as conclusões e os fechamentos, mas as aberturas e o aprimoramento de maiores questionamentos acerca do trágico e suas implicações para pensarmos a constituição da disciplina Relações Internacionais. Alguns dos questionamentos levantados ao longo do texto podem ter ficado em suspenso. Em se tratando de um trabalho que serve como um *hub*, como um local de comunicação com outros locais ou como um local de problematização para outras indagações, não haveria como satisfazer tanta complexidade e pluralidade em tão pouco espaço. Detive-me no enquadramento da questão do trágico como operador dos dispositivos de segurança em Relações Internacionais e como este operador condicionou e condiciona nossas percepções do que concebemos ser "segurança internacional". O velamento do terrorismo ao longo do século 20 foi um dos efeitos constituídos por esses dispositivos. Mas agora o texto deve ser encerrado. O ponto final se impõe. O abandono do texto impera sobre uma insatisfação infinita com o escrito, com o que fica impresso, sem possibilidade de correção. Como último momento, acredito que algumas lacunas precisam ser esclarecidas. Elas merecem algumas explicações.

- Por que em um trabalho dedicado à "política da verdade" foi dada tão pouca atenção à governamentalidade? Sabemos que Foucault se dedicou mais detidamente às relações da verdade com o poder e a constituição das subjetividades ao final da década de 1970 em seus cursos no Collège de France e em uma série de palestras mundo afora e nessas ocasiões ele cunhou o termo

"política da verdade" e o relacionou diretamente aos mecanismos de governamentalidade. Por que, então, ao longo do texto, não há praticamente referência a esses mecanismos ou qualquer problematização suficiente nesse sentido? Eu diria que minha preocupação primordial foi com a articulação de uma *arqueologia das Relações Internacionais*. Nesse sentido, concentrei-me na leitura dos clássicos da disciplina e em sua análise no que respeita a constituição das condições de possibilidade do silêncio acerca do terrorismo na disciplina. Mais ainda: dediquei-me à indentificação e análise de como a disciplina se constituiu como campo de saber independente e como esta constituição condicionou, em parte, o que se passou a conceber como *o internacional* e seus problemas e como esta constituição, positivamente, de-limitou a imaginação internacional acerca da segurança internacional a ponto de seus efeitos tornarem, também em parte, o Onze de Setembro possível. Cerrtamente a pesquisa seria enriquecida com a análise das práticas, mecanismos e instituições que se constituíram pelos dispositivos da Guerra Total e da Guerra Fria. Seria muito enriquecedor e interessante mergulhar no mundo das relações mais mundanas de poder e constituição de subjetividades e que perpassaram e foram perpassadas por esses dispositivos. No dispositivo Guerra Total, por exemplo, a análise dos *Quadrinhos*, dos *Comics*, que estavam aparecendo naquelas décadas de 1920-40 e toda sua representação dos heróis que salvam o mundo da guerra; de como esses heróis salvam seus países e a civilização da destruição. Como seria interessante pesquisar a constituição desse tempo trágico e escatológico que se abatia sobre a Europa e a América do Norte e que só poderia ser remediado e evitado pela intervenção de algum herói super-humano. No dispositivo Guerra Fria, por seu turno, também poderia ser realizada uma pesquisa sobre toda a *neuroze* nuclear do macartismo, das décadas de 1960-70, da crise de hegemonia dos modelos capitalista e socialista na década de 1980 – o "após a hegemonia" de que nos fala Robert Keohane. Como a Guerra Fria constituiu a arquitetura social dos



"abrigos nucleares"? Como toda estas práticas cotidianas produziam e reproduziam o dispositivo de segurança internacional debatido na disciplina de RI?

- Por que uma arqueologia das Relações Internacionais foca tanto nos clássicos da disciplina quando uma arqueologia aos moldes foucaultianos se dedica particularmente ao estudo daquelas obras que não se tornaram necessariamente *clássicos*, mas que serviam como expressões da episteme, das condições de possibilidade discursiva de uma época? O estudo dos clássicos das Relações Internacionais se deu por uma escolha estratégica. A partir da constatação de que o terrorismo fora velado pelas e nas RI no século 20, provara-se imperativo desbravar a produção acadêmica da disciplina de modo a analisar como este velamento fora possível por parte da academia: quais teriam sido as condições de possibilidade de se pensar a segurança internacional ao longo do século 20 a ponto de um problema tão caro aos processos internacionais contemporâneos não ter sido problematizado pelos profissionais da área? Esse recorte estratégico teve de respeitar uma parcela da arqueologia foucaultiana e deixar de lado outra. Optei por privilegiar o estudo dos clássicos, do desenvolvimento da disciplina, ou seja, da constituição de um conhecimento (*connaissance*) como científico e deixei de lado, em grande medida, o estudo dos saberes (*savoirs*). Em um dispositivo, são os conhecimentos que apontam a autoridade, a hierarquia e a verdade. São as *vozes autorizadas* de uma disciplina acadêmica que, em certa medida, condicionam o que pode ser considerado verdadeiro ou falso em uma época. Em sociedades democráticas ocidentais, especialmente, recorre-se a *especialistas* e *cientistas* para obter repostas sobre os problemas mundanos. A circulação social desses conhecimentos científicos e muitas vezes altamente técnicos não se dá, evidentemente, respeitando todas as minúcias metodológicas e epistemológicas desenvolvidas academicamente. Desses *conhecimentos*, circulam *saberes*, que podem ser compreendidos como efeitos de poder, do poder da verdade

científica que circula socialmente em instituições, práticas, arquiteturas cotidianas.

- Nas poucas ocasiões em que Foucault teoriza sobre "o internacional", especialmente nos cursos no Collège de France, ao final da década de 1970, como *Em defesa da Sociedade* (1975-76), *Segurança, Território, População* (1977-78) e *O Nascimento da Biopolítica* (1978-79), ele o faz dentro da problematização da biopolítica. Não seria a biopolítica o aspecto mais "internacional" da obra de Michel Foucault? Como ignorar as dimensões biopolíticas da disciplina de Relações Internacionais ao longo do século 20 quando a incorporação das problemáticas foucaultianas nas RI se deu precisamente sobre a biopolítica – notadamente nos trabalhos de Didier Bigo, Michael Dillon, Andrew Neal, Julian Reid e tantos outros?

Contornei a problematização da biopolítica pelos mesmos motivos pelos quais contornei a problematização da governamentalidade. É certo que esta problematização viria enriquecer e fortalecer o argumento, mas optei por não adentrar nessa seara por duas razões: primeiro, porque vários estudos foucaultianos em RI são feitos com base na questão da biopolítica. Muitos trabalhos foram dedicados à biopolítica, apesar de haver bastante espaço para novas abordagens e problematizações. O segundo motivo é tributário deste: uma vez que o foco tem sido na biopolítica e nas dinâmicas de disciplinamento dos corpos – processos e mecanismos que se complementam – pouco tem se escrito sobre a positivação das Relações Internacionais como disciplina. Os estudos específicos sobre este processo, partindo de uma ótica foucaultiana, ainda são raros e, no Brasil, permanecem inéditos. Apesar de autores como Richard Ashley, Rob Walker, Jens Bartelson e J. Ann Tickner terem estudado os discursos da anarquia, soberania, justiça, guerra e masculinidade que constituem as RI não havia um estudo que articulasse a tragédia e suas funções na positivação desse conhecimento, levando em

consideração especialmente as obras das décadas de 1920 a 1940, como o fiz.

- Por que em um livro que se fundamenta nas problematizações caras a Michel Foucault e que constrói um argumento que se valeria muito das formulações do filósofo francês acerca da loucura termina por não fazê-lo? Como exposto na Introdução desse estudo, este livro não pode ser visto com as pretensões a fechamentos e conclusões. Ele é mais um *hub* do que um foco. Nesse sentido, o tema da loucura é importante na construção de uma pergunta de pesquisa sobre a constituição discursiva da segurança internacional pelas RI ao longo do século 20, mais do que a respeito do problema da loucura em si. Não foi meu objetivo nesse momento aprofundar a questão da loucura na medida em que estas reflexões demandariam muito mais espaço e referências, alongando por demais o texto. Contudo, como ficou claro em várias citações de autores das mais distintas escolas de pensamento ao longo do texto, os dualismos razão/loucura, racionalidade/tragédia, racional/irracional, entre tantos outros, permeiam as RI e se disseminam através dela por todo o tecido social. Aprofundar as reflexões sobre a loucura, a tragédia e a racionalidade política nas RI deverá ser objetivo em esforços futuros.



## Referências

- 9/11 COMMISSION REPORT, The. Washington, D.C.: United States Senate, 2004.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, pp.17-46.
- AGAMBEN, Giorgio. **O estado de exceção (Homo sacer II, 1) [2003]**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ANDERSON, Perry. Internacionalismo: um breviário. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n.21/22, 2005, pp.13-42.
- ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ANGELL, Norman. **A grande ilusão [1910]**. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ANGELL, Norman. **Peace with the dictators?**. Londres: Hamish Hamilton, 1938.
- ANGELL, Norman. **The fruits of victory**. Londres: W. Collins & Sons, 1921.
- ANGELL, Norman. **The Great Illusion: a study of the relation of military power to national advantage**. Nova Iorque: The Knickerbocker Press, 1913.
- ANGOULEVENT, Anne-Laure. **Hobbes e a moral política**. São Paulo: Papirus, 1996, p.26.
- AREND, Hugo. Midas e o Choque de Civilizações. **Folha da História**, Porto Alegre, ano IX, maio/junho, 2005, n.75, p.3.

- AREND, Hugo. O 11/9 e seus significados teóricos e políticos para a segurança internacional. In: BORGES, Rosas Maria Zaia; AMARAL, Augusto Jobim do; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos humanos e terrorismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, pp.79-92.
- AREND, Hugo. Perspectivas de gênero nas relações internacionais. In: OLIVEIRA, Cíntia Roso; PICHLER, Nadir Antonio; CANABARRO, Ronaldo (Orgs.). **Filosofia e homoafetividade**. Passo Fundo: Méritos, 2012, pp.209-222.
- AREND, Hugo. Pós-modernidade e relações internacionais. **Meridiano 47**, 2006, p.15-17.
- AREND, Hugo. Terrorismo extremo e os tensionamentos nas democracias. **Ciências Sociais - Unisinos**, v.41, n.3, 2005, pp.151-162.
- AREND, Hugo. Terrorismo, Cidades e Relações Internacionais na Crise das Fronteiras. **Territórios e Fronteiras**, v.6, 2005, p.3-46.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência [1969]**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1994.
- ARNOLD TOYNBEE. **Guerra y civilización**. Madrid: Alianza, 1976.
- ARON, Raymond. États démocratiques et états totalitaires [1939]. In: \_\_\_\_\_. **Machiavel et les tyrannies modernes**. Paris: Biblio, 1993, pp.173-191.
- ARON, Raymond. Le machiavélisme, doctrine des tyrannies modernes [1940]. In: \_\_\_\_\_. **Machiavel et les tyrannies modernes**. Paris: Biblio, 1993, pp.192-202.
- ARON, Raymond. Le socialisme et la guerre [1939]. In: \_\_\_\_\_. **Machiavel et les tyrannies modernes**. Paris: Biblio, 1993, pp.323-346.
- ARON, Raymond. Paz y guerra entre las naciones. Volume I: teoría y sociología [1962]. México, D. F.: FCE, 1985.
- ARON, Raymond. Pode-se limitar a guerra na era atômica? [1955]. In: \_\_\_\_\_. **Estudos políticos**. Brasília: UnB, 1985, pp.489-502.

- ASHLEY, Richard K. & WALKER, Rob B. J. Reading dissidence/writing the discipline: crisis and the question of sovereignty in International Studies. **International Studies Quarterly**, 34, 1990, pp.367-416.
- ASHLEY, Richard K. Living on borderlines: Man, poststructuralism and war. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James (orgs.). **International/intertextual relations**. Nova Iorque: Lexington, 1989, pp.263-285.
- ASHLEY, Richard K. Political realism and human interests. **International Studies Quarterly**, vol.25(2), 1981, pp.204-236.
- ASHLEY, Richard K. **The political economy of war and peace: the sino-soviet triangle and the modern security *problematique***. Nova Iorque: Nichols Publishing Co., 1980.
- ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. In: Keohane, R. (ed.). **Neorealism and its critics**. Nova Iorque: Columbia, 1986, pp.255-300.
- ASHLEY, Richard K. Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy *problematique*. **Millennium – Journal of International Studies**, vol.17(2), 1988, pp.227-262.
- ASHLEY, Richard; WALKER, R. B. J. Introduction: speaking the language of exile: dissident thought in international studies. **International Studies Quarterly**, vol.34(3), Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies, 1990, pp.259-268.
- ASHWORTH, Lucian. **Creating international studies: Angell, Mitrany and the liberal tradition**. Aldershot: Ashgate, 1999.
- ASHWORTH, Lucian. Did the realist/idealist debate really happen? A revisionist history of IR. **International Relations**, vol.16(1), 2002, pp.33-51.
- ASHWORTH, Lucian. Where are the idealists in inter-war IR? **Working Paper**. Limerick: University of Limerick, 2005, 17p.
- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: UNESP/Ufal, 2010.
- AUSTER, Paul. 2001. E assim começa o século 21. **Folha de São Paulo**, 16 de set., p.16.

BARTELSON, Jens. **A genealogy of sovereignty [1995]**. Cambridge: CUP, 1996.

BARTELSON, Jens. **The critique of the state [2001]**. Cambridge: CUP, 2001.

BARTHES, Roland. **S/Z**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BEDIN, Gilmar. O realismo político e as RI. In: BEDIN, Gilmar (*et alli*). **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000, pp.61-158.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. **Magia, técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986, pp.165-196.

BENJAMIN, Walter. Teorias do fascismo alemão: Sobre a coletânea *Guerra e guerreiros* editada por Ernst Jünger. In: \_\_\_\_\_. **Magia, técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986, pp.61-72.

BERKI, R. N. On Marxian thought and the problem of international relations. **World Politics**, vol.24(1), 1971, pp.80-105.

BERLIN, Isaiah. Meinecke e o historicismo. In: \_\_\_\_\_. **A força das ideias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp.285-295.

BOOTH, Ken. **Theory of world security**. Cambridge: CUP, 2007.

BOOTH, Ken; DUNNE, Tim. **Terror in our time**. Londres: Routledge, 2012.

BOWIE, Neil G.; SCHMID, Alex P. Databases on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.294-340.

BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da ciência moderna, vol 3: das Luzes ao sonho do Dr. Frankenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BULL, Hedley. Security and anarchy in international relations. In: BULL, Hedley; BUTTERFIELD, Herbert (Edits.). **Diplomatic investigations: essays on the theory of international politics[1966]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1968, pp.35-50.

BULL, Hedley. **The anarchical society**. Nova Iorque: Columbia UP, 1977



- BULL, Hedley. The theory of international politics (1919-1969) [1972]. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, pp.30-55.
- BULLOCK, Alan. **Hitler and Stalin: parallel lives**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1992.
- BURNS, Arthur Robert. The treatment of enemy powers. In: MORGENTHAU, Hans J. (Edit.). **Peace, security and the United Nations**. Chicago: Chicago UP, 1946, pp.25-56.
- BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Unesp, 2013.
- BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. Defining-redefining security. In: DENEMARK, Robert (Edit.). **The International Studies Encyclopedia**. Londres: Blackwell Publishing, 2010 (OnLine). (Acesso: 16 de julho de 2010).
- BUZAN, Barry e LITTLE, Richard. The idea of 'international system'. **International Political Science Review**, 1994, vol.15(3), pp.231-255.
- BUZAN, Barry. New Introduction [2009]. In: \_\_\_\_\_. **People, states and fear: an agenda for international security studies for the post-Cold War era [1991]**. Colchester: ECPR Press, 2009, pp.1-16.
- BUZAN, Barry. **People, states and fear: an agenda for international security studies for the post-Cold War era [1991]**. Colchester: ECPR Press, 2009.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard & JONES, Charles. **The logic of anarchy**. Nova Iorque: Columbia UP, 1993.
- BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Co.: Lynne-Rienner, 1998.
- CAMPBELL, David. **Writing security: US foreign policy and the politics of identity (Revised Edition)**. Minneapolis: Minnesota UP, 1998 [1992].
- CARR, Edward H. **International relations since the peace treaties**. Londres: Macmillan, 1940.

CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001.

CASTELLS, Manuel. Guerra das redes. **Folha de São Paulo**, 21 de Setembro de 2001, p.8 (especial).

CHILLAUD, Matthieu. International relations in France: the 'usual suspects' in a French scientific field of study? **European Political Science**, vol.8, 2009, pp.239-253.

CHOMSKY, Noam. **Uma nova geração define o limite**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Londres: Wordsworth Classics, 1997.

CONFERENCE On International Politics. May 7-8, 1954 (Appendix 1). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, p.239-262.

COX, Michael. From the first to the second editions of *The twenty-years' crisis: a case of self-censorship?* In: CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001, pp.lxxii-lxxxii.

COX, Michael. Introduction. In: CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001, pp.ix-lviii.

CRENSHAW, Martha. **Explaining terrorism**. Nova Iorque: Routledge, 2011.

CRONIN, Audrey Kurth. Transnational terrorism and security. In: BROWN, Michael E. (Edit.). **Grave new world: security challenges in the twenty-first century**. Washington, D. C.: Georgetown UP, 2003, pp.279-301.

DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: RENCONTRE Internationale. **Michel Foucault philosophe**. Paris: Seuil, 1989, pp.185-192.

DER DERIAN, James. Boundaries of knowledge and power in IR. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. **International/intertextual relations**. Nova Iorque: Lexington, 1989, pp.3-10.

DERRIDA, Jacques. **Rogues**. Stanford: Stanford UP, 2005.

**DICIONÁRIO DE POLÍTICA INTERNACIONAL**. Lisboa: Avante, 1988.

DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The choice before us**. Nova Iorque: Dodd, Mead and Co., 1917.

DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The European anarchy [1916]**. Charleston: Bibliobazaar, 2008.

DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The International Anarchy (1904-1914)**. Nova Iorque: Century Co., 1926.

DILLON, Michael. Violence, the messianic and the tragic. In: \_\_\_\_\_. **Deconstructing international politics**. Londres: Routledge, 2013, pp.147-163.

DOS PASSOS, John. **Three soldiers [1921]**. Nova Iorque: Penguin, 1997.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L. **RI: as teorias em conflito**. Lisboa: Gradiva, 2003.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo imperio perecerá: teoría sobre las relaciones internacionales [1992]**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998.

EAGLETON, Terry. **Doce violência: a ideia do trágico [2003]**. São Paulo: Unesp, 2012.

EASSON, Joseph J.; SCHMID, Alex P. Appendix 2.1: 250-Plus Academic, Governmental, and Intergovernmental Definitions of Terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.99-157.

EDITORES DA *NEW LEFT REVIEW*. Prefácio. In: THOMPSON, Edward P. (et alli). **Exterminismo e Guerra Fria [1984]**. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.7-14.

FARRELL, Theo; RYNNING, Sten; TERRIFF, Terry. Transforming military power since the Cold War: Britain, France and the United States (1991-2012). Cambridge: CUP, 2013.

FINEL, Bernard; FINLAY, Brian; NOLAN, Janne. The perils of nuclear, biological, and chemical weapons. In: BROWN, Michael E. (Edit.). **Grave new world: security challenges in the twenty-first century**. Washington, D. C.: Georgetown UP, 2003, pp.38-61.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits (1954-1988): Volume I (1954-1975)**. Paris: Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

FOUCAULT, Michel. **History of sexuality, vol.1: an Introduction**. Nova Iorque: Vintage, 1990.

FOUCAULT, Michel. La fonction politique de l'intellectuel. In : \_\_\_\_\_. **Dits et Écrits (1954-1988): Volume II (1976-1988)**. Paris: Gallimard, 2001, pp.113-114

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969

FOUCAULT, Michel. Prefácio à segunda edição de *A História da Loucura* [1972]. In: \_\_\_\_\_. **História da Loucura na Idade Clássica [1961]**. São Paulo: Perspectiva, 1991, p.vii-viii.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? \_\_\_\_\_. **Dits et Écrits: Volume I (1954-1975)**. Paris: Gallimard, 2001a, pp.817-849.

FOUCAULT, Michel. **Security, territory, population (Lectures at the Collège de France, 1977-1978)**. Londres: Palgrave/Macmillan, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Subjectivité et vérité. (Curso no Collège de France 1980-1981)**. Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2014.

- FOUCAULT, Michel. Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'Épistémologie. In : \_\_\_\_\_. **Dits et Écrits I (1980-1988)**. Paris: Gallimard, 2001a, pp.724-759.
- FOUCAULT, Michel. What is an author? In: \_\_\_\_\_. **Aesthetics, method and epistemology**. Nova Iorque: The New Press, 2010, pp.205-222.
- FOUCAULT, Michel. What is critique? In: \_\_\_\_\_. **The politics of truth**. Los Angeles: Semiotext(e), 2006, pp.41-81.
- FRANK, Manfred. Sur le concept de discours chez Foucault. In: RENCONTRE Internationale. **Michel Foucault philosophe**. Paris: Seuil, 1989, pp.125-134.
- FUKUYAMA, Francis. A reply to my critics. **The National Interest**, Fall, 1989.
- FUKUYAMA, Francis. Second thoughts. **The National Interest**, Junho, 1999.
- FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Nova Iorque: Avon, 1992.
- FUKUYAMA, Francis. The end of history. **The National Interest**, Summer, 1989.
- FURTADO, Celso. Entrevista. **Folha de São Paulo**, 14 de Setembro de 2001, p.18 (especial).
- GARCÍA-MÁRQUEZ, Gabriel. **De viaje por Europa del Leste [1957]**. Random House: Madrid, 2015.
- GEERTZ, Clifford. **Available light: anthropological reflections on philosophical topics**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GEORGE, Jim. International Relations and the search for thinking space: another view of the Third Debate. **International Studies Quarterly**, Vol. 33(3), 1989, pp. 269-279.
- GEORGE, Jim. Understanding International Relations after the Cold War: probing beyond the Realist legacy. In: SHAPIRO, Michael e ALKER, Hayward R. (edits). **Challenging boundaries**. Minnesota: Univ. of Minnesota Press, 1995, pp.33-82.

GERGES, Fawaz A. **The rise and fall of Al Qaeda**. Nova Iorque: Oxford, 2011.

GIERYN, Thomas. **Cultural boundaries of science: credibility on the line**. Chicago: Chicago UP, 1999.

GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GROOM, A. J. R. International Relations in France: a view from across the channel. **European Political Science**, vol.8, 2009, pp.164-174.

GUELKE, Adrian. **The age of terrorism and the international political system**. Londres: Tauris, 1995.

GUILHOT, Nicholas. The realist gambit: postwar American political science and the birth of IR theory. In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.128-161.

GUILHOT, Nicholas. The realist gambit: postwar American Political Science and the birth of IR theory. **International Political Sociology**, vol.2(4), 2008, pp.281-304.

GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking international relations**. Vancouver: UBC Press, 1994.

HALLIDAY, Fred. **The making of the Second Cold War [1983]**. Londres: Verso, 1984.

HANHIMÄKI, Jussi M. & WESTAD, Odd Arne (edits.). **The Cold War: a history in documents and eyewitness accounts**. Londres: Oxford, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.

HASLAM, Jonathan. **A necessidade é a maior virtude: o pensamento realista nas relações internacionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- HEIDEGGER, Martin. **Identidade e diferença**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- HERZ, John. Idealist internationalism and the security dilemma, **World Politics**, vol.2, n.2, 1950, pp.157-80.
- HERZ, John. **International politics in the atomic age**. Nova Iorque: Columbia UP, 1959.
- HILL, David Jayne. **World organization as affected by the nature of the modern state**. Nova Iorque: Columbia UP, 1911.
- HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOFFMANN, Stanley. **Duties beyond borders [1980]**. Nova Iorque: Syracuse UP, 1981.
- HOFFMANN, Stanley. International Relations: An American Social Science. In: \_\_\_\_\_. **Janus and Minerva**. Boulder: Westview, 1987, p.3-24.
- HOFFMANN, Stanley. The problem of intervention. In: \_\_\_\_\_. **Janus and Minerva**. Boulder: Westview, 1987, p.178-193.
- HOLSTI, Kalev J. Solving the peace and war puzzles? **International Studies Review**. Vol. 11(2), 2009, pp.371.
- HOLSTI, Kalev. The study of international politics during the Cold War. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. **The Eighty Year's Crisis (1919-1999)**. Cambridge: CUP, 1999, pp.17-46.
- HOLSTI, Kalevi J. **Peace and war: armed conflicts and international order (1648-1989) [1991]**. Cambridge: CUP, 1992.

HOLSTI, Kalevi J. The study of international politics during the Cold War. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. **The Eighty Year's Crisis (1919-1999)**. Cambridge: CUP, 1999, pp.17-46.

HOLSTI, Kalevi J. War, peace, and the state of the state. **International Political Science Review**, vol.16(4), 1995, pp.319-339.

HOTZ, Alfred J. Morgenthau's influence on the study of international politics. In: THOMPSON, Kenneth & MYERS, Robert J. Truth and Tragedy: **A tribute to Hans Morgenthau (with an intellectual autobiography by Hans Morgenthau)**. Washington, D.C.: The New Republic Book Co., 1977, pp.316-321.

HOWARD, Michael. War as an instrument of policy. In: BULL, Hedley; BUTTERFIELD, Herbert (Edits.). **Diplomatic investigations: essays on the theory of international politics[1966]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1968, pp.193-200.

HUNTINGTON, Samuel P. Entrevista: A história provou que eu tinha razão. **Folha de São Paulo**, 12 de outubro de 2002, p.E3.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações [1996]**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JONGMAN, Albert J. Introduction to the "*World Directory of Extremist, Terrorist and Other Organisations Associated with Guerrilla Warfare, Political Violence, Protest, Organised Crime and Cyber-Crime*". In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.341-349.

JONGMAN, Albert J. *World Directory of Extremist, Terrorist and Other Organisations Associated with Guerrilla Warfare, Political Violence, Protest, Organised Crime and Cyber-Crime (Appendix 6.2)*. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.355-442.

KALDOR, Mary. After the Cold War. **New Left Review**, 180, 1990.

KALDOR, Mary. **New and old wars**. Stanford: Stanford UP, 1999.



- KANT, Immanuel. **À paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KEOHANE, Robert. International institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, vol.32(4), 1988, pp.379-396.
- KISSINGER, Henry. Ataque terrorista exige nova resposta. **Folha de São Paulo**, 20 de Setembro de 2001, p.6 (especial).
- KRATOCHWIL, F. Constructing a new orthodoxy? Wendt's Social Theory of International Politics and the constructivist challenge. **Millennium**, vol.29(1), 2000, pp.73-101.
- KRATOCHWIL, Friedrich. **Rules norms and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs [1989]**. Cambridge: CUP, 1995.
- KUBÁLKOVÁ, Vendulka & CRUICKSHANK, Albert. **Marxism and International Relations**. Oxford: OUP, 1989.
- LACQUEUR, Walter. **Terrorism**. Londres: Sphere Books, 1980.
- LAPID, Joseph. Culture's ship: returns and departures in IR theory. In: LAPID, Joseph & KRATOCHWIL, Friedrich (eds.). **The return of culture and identity in IR theory**. Boulder: Lynne Rienner, 1995, pp.3-20.
- LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. (eds.). **Ending the Cold War: interpretations, causations and the study of International Relations**. Londres: Palgrave/Macamillan, 2004.
- LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. What was the Cold War? When and why did it end? In: LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. (eds.). **Ending the Cold War: interpretations, causations and the study of International Relations**. Londres: Palgrave/Macamillan, 2004, pp.1-30.
- LEBOW, Richard Ned. **Tragic visions of politics: ethics, interests and orders**. Cambridge: CUP, 2003.

LEGOFF, Jacques. O início da história. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 14 de abril de 2002, p.14-17.

LEONE, Richard C.; ANRIG Jr., Greg. **The war on our freedoms: civil liberties in an age of terrorism**. Nova Iorque: Public Affairs, 2003.

LEVI-STRAUSS, Claude. **A antropologia diante dos problemas do mundo moderno [1986]**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUM, C.; KENNEDY, L.W.; SHERLEY, A. Strategies related to the prevention, detection, management, and response to terrorism: a Campbell Systematic Review, 2005, p.5. Apud: SCHMID, Alex P. The literature on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.457-597.

MAGNOLI, Demétrio. A nova guerra mundial. **Folha de São Paulo**, 13 de Setembro de 2001, p.A3.

MALEUVRE, Didier. **The horizon: a history of our finite longing**. Berkeley: University of California Press, 2011.

MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **Teaching and Research Practices, Views on the Discipline, and policy attitudes of IR Faculty at U.S. Colleges and Universities (TRIP) [2004]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2005.

MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **TRIP Around the World: Teaching, Research and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries [2011]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2012.

MARSDEN, S. V.; SCHMID, A. P. Typologies of terrorism and political violence. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.158-200.

McCARNEY, Joseph. Shaping ends: reflections on Fukuyama. **New Left Review**, 202, 1993, pp.36-53.

MEARSHEIMER, John. Back to the future: instability in Europe after the Cold War. **International Security**, vol.15(1), 1990, pp.5-56.

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. Nova Iorque: Praeger, 2001.

MEDVEDEV, Roy; MEDVEDEV, Zhores. A URSS e a corrida armamentista. In: THOMPSON, Edward (et alli). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.160-187.

MEINECKE, Friedrich. **Machiavellism: the doctrine of *Raison D'état* and its place in modern history [1924]**. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1988.

MERLE, M. Sociologia das relações internacionais. Brasília: UnB, 1981.

MILIBAND, Ralph. Fukuyama and the socialist alternative. **New Left Review**, 193, 1992, pp.108-113.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1949.

MORGENTHAU, Hans J. **Scientific man versus power politics**. Chicago: UCP, 1946.

MORGENTHAU, Hans J. **The concept of the political [1933]**. Hampshire: Palgrave-Macmillan, 2012.

MORGENTHAU, Hans J. The future of man [1962]. In: \_\_\_\_\_. **Science: servant or master?** Nova Iorque: New American Library, 1972, p.115-153.

MORGENTHAU, Hans J. The theoretical and practical importance of a theory of International Relations (Appendix 2). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.263-267.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 7ª Edição. Revisada por Kenneth Thompson e W. David Clinton. Nova Iorque: McGraw & Hill, 2006.

NANCY, Jean-Luc. Após a tragédia. **Terceira Margem**, n.27, 2013, pp.81-107.

NANCY, Jean-Luc. **Being singular plural**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

NANCY, Jean-Luc. War, right, sovereignty: techné. In: \_\_\_\_\_. **Being singular plural**. Stanford: Stanford University Press, 2000, pp.101-144.

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. **Empire**. Cambridge.: Harvard UP, 2001.

NIEBUHR, Reinhold. The moral issue in international relations (Appendix 3). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.269-272.

NIETZSCHE, Friedrich. **A vontade de poder [Edit. 1901]**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

NITZE, Paul. The implications of theory for the practice in the conduct of foreign affairs (Appendix 5). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.277-280.

NOLAN, Cathal J. **The Greenwood Encyclopedia of International Relations (4 vols)**. Westport: Greenwood, 2002.

NYE Jr., Joseph & LYNN-JONES, Sean. International security studies: a report of a conference on the state of the field. **International Security**, vol.12, n.4, 1988, p.9.pp.5-27.

OHMAE, Kenichi. **O fim do estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

OLSON, William. The growth of a discipline. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, pp.3-29.

ONUF, Nicholas. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

- LOUDRAAT, Chantal de Jorge; MARRET, Jean-Luc. The uses and abuses of terrorist designation lists. In: CRENSHAW, Martha (edit.). **The consequences of counterterrorism**. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 2010, pp.94-129.
- PALMER, Alan; PALMER, Veronica. **Quotations in History**. Hassocks: Harvest Press, 1976.
- PATRIOTA, Antonio Aguiar. **O Conselho de Segurança da ONU após a Guerra do Golfo**. Brasília: Instituto Rio Branco/FUNAG/Centro de Estudos Estratégicos, 1998.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Uma política contra o ódio. **Folha de São Paulo**, 17 de Setembro de 2001, p.A3.
- PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- PORTER, Brian. Appendix 1: Holders of the Woodrow Wilson Chair. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, pp.361-369.
- POTTER, Pitman B. **An introduction to the study of international organization**. Londres: G. Bell and Sons, 1929.
- POTTER, Pitman. Political science in the international field. **American Political Science Review**, vol.27, 1923.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introducción a la historia de las relaciones internacionales**. Mexico, DF: FCE, 2001.
- RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- REVISTA Política Externa**, São Paulo, vol.2(4), mar.abr., 1994.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Tratado sobre a economia política. In: \_\_\_\_\_. **Rousseau e as relações internacionais**. Brasília, D.F.: Universidade de Brasília/Imprensa do Estado de São Paulo, 2003, pp.1-44.
- RUMSFELD, Donald. Talebã não desistirá. **Folha de São Paulo, Caderno Mais!**, 26 de outubro de 2001, p.A12.
- RUSHDIE, Salman. **Shalimar, The Clown**. Nova Iorque: Random House, 2005.
- SACCO, Joe. **Área de segurança Gorazde: a guerra na Bósnia Oriental**. São Paulo: Conrad, 2005.
- SAID, Edward. O choque de ignorâncias. **Folha de São Paulo**, 17 de outubro de 2001, p.A16.
- SALGADO, Sebastião. Quando se vê a morte através da lente. **Folha de São Paulo**, 15 de Setembro de 2001, p.16 (especial).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos antagonismos. **Folha de São Paulo**, 19 de Setembro de 2001, p.A3.
- SATO, Eiiti. Prefácio à nova edição brasileira. In: CARR, Edward H. **Vinte anos de crise (1919-1939)**. Brasília/São Paulo: UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, pp.xiii-xxxv.
- SCHELLING, Thomas C. & HALPERIN, Morton H. **Strategy and arms control**. Nova Iorque: The Twentieth Century Fund, 1961.
- SCHELLING, Thomas C. **Arms and influences [1966]**. New Haven: Yale UP, 2008.
- SCHELLING, Thomas C. **The strategy of conflict [1960]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1980 (5ª Reimpressão).
- SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011.
- SCHMID, Alex P. The literature on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.457-474.

- SCHMIDT, Brian. Anarchy, world politics and the birth of a discipline: American IR, Pluralist theory and the myth of interwar idealism. **International Relations**, vol.16(1), 2002b, pp.9-31.
- SCHMIDT, Brian. Lessons from the past: reassessing the interwar disciplinary history of IR. **International Studies Quarterly**, vol.42, 1998, pp.433-459.
- SCHMIDT, Brian. On the history and historiography of IR. In: CARLSNAES, W., RISSE, T., SIMMONS, B. (eds.). **Handbook of IR**. Londres: SAGE, 2002a, pp.3-22.
- SCHMIDT, Brian. **The political discourse of anarchy**. Nova Iorque: SUNY, 1998.
- SCHMITT, Carl. **The Leviathan in the state theory of Thomas Hobbes: meaning and failure of a political symbol [1938]**. Chicago: Chicago UP, 2008.
- SCHMITT, Carl. **The Nomos of the Earth in the international law of the Jus Publicum Europaeum [1950]**. Nova Iorque: Telos Press, 2003.
- SCHMITT, Carl. **The theory of the partisan [1962]**. Nova Iorque: Telos Press, 2007.
- SCHUMAN, Friedrich. **International Politics: an introduction to the Western state system**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1937.
- SEITENFUS, Ricardo. As novas relações internacionais. **Folha de São Paulo**, 25 de Setembro de 2001, p.A3.
- SEN, Amartya. **Identidad y violencia: la ilusión del destino [2006]**. Buenos Aires: Katz, 2008.
- SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James (orgs.). **International/intertextual relations**. Nova Iorque: Lexington, 1989.
- SHAPIRO, Michael J. Textualizing global politics. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. **International/intertextual relations**. Lexington: Lexington Books, 1989, pp.11-22.

SHAPIRO, Michael. **Cinematic political thought**. Nova Iorque: Nova Iorque UP, 1999.

SHOTWELL, James T. **War as an instrument of national policy and its renunciation in the pact of Paris**. Londres: Constable, 1929.

SILKE, Andrew. The impact of 9/11 on research on terrorism. In: RANSTORP, Magnus (edit). **Mapping terrorism research: state of the art, gaps and future directions**. Londres: Routledge, 2006.

SIRACUSA, Joseph M. **Nuclear weapons: a very short introduction**. Oxford: OUP, 2008.

SPENCE, J. E. **Dictionary of International Relations**. Londres: Penguin, 1998.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's strategy in world politics: The United States and the Balance of Power**. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Co., 1942.

**STATE OF THE UNION ADDRESS** By the President George W. Bush. 29/01/2002.  
<https://web.archive.org/web/20090502151928/http://georgewbush.whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso: 15/01/2013.

THOMPSON, Edward. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: THOMPSON, Edward (et alli). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.15-57.

THOMPSON, Kenneth; CLINTON, W. David. Preface. In: MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 7ª Edição – Revisada. Nova Iorque: McGraw & Hill, 2006, p.v-vi.

TICKNER, Arlene & BLANEY, David (edits.). **Claiming the international**. Londres: Routledge, 2013.

TICKNER, Arlene & BLANEY, David (edits.). **Thinking international relations differently**. London: Rutledge, 2012.

TICKNER, Arlene; WEAVER, OLE (edit.). **International relations around the world: worlding beyond the West**. Londres: Routledge, 2009.



- TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**. Nova Iorque: Columbia, 1992.
- VALERY, Paul. **Regards sur le monde actuel [1931]**. Paris: Gallimard, 1945.
- VIRILIO, Paul. “Nueva York delira”. In: \_\_\_\_\_. **Un paysage de acontecimientos**. Buenos Aires, Paidós, 1999, pp.53-58.
- VIRILIO, Paul. Entrevista a Octavio Martí. **Folha de São Paulo**, 25 de Setembro de 2001, p.8, Caderno Especial.
- VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- WALKER, R. B. J. (editor). **Culture, ideology and world order**. Boulder: Westview Press, 1984.
- WALKER, R. B. J. **After the globe/before the world**. New York: Routledge, 2009.
- WALKER, R. B. J. History and structure in the theory of IR (1989). In: DER DERIAN, James (edit.). **International theory: critical investigations**. Londres: Macmillan, 1995, pp.308-339.
- WALKER, R. B. J. **One world/Many worlds**. Boulder: Lynne Rienner, 1988.
- WALKER, R. e ASHLEY, R. Reading dissidence/writing the discipline. In: LINKLATER, Andrew. (edit.). **IR: Critical concepts in Political Science**. Londres: Routledge, 2000, vol.1, pp.126-189.
- WALKER, Robert B. J. **Inside/outside [1992]**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- WALTZ, Kenneth. **Man, the state and war [1954]**. Nova Iorque: Columbia UP, 2001.
- WALTZ, Kenneth. Structural realism after the Cold War. **International Security**, vol.25(1), 2000, pp.5-41.
- WALTZ, Kenneth. The emerging structure of international politics. **International Security**, vol.18, n.2, 1993, p.44-79.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos [1977]**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México, D.F. : Fondo de Cultura Económica, 1999.

WEBER, Max. The profession and vocation of politics [1919]. In: \_\_\_\_\_. **Political writings**. Cambridge: Cambridge UP, 2005, pp.309-369.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, vol.46(2), 1992, pp.391-425.

WENDT, Alexander. Identity formation and the international state. **The American Political Science Review**, vol.88(2), 1994, pp.384-396.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics [1999]**. Cambridge: CUP, 2007.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in International Relations. **International Organization**, vol.41(3), 1987, pp.335-370.

WIGHT, Martin. **A política do poder [1946]**. Brasília: UnB, 1985.

WIGHT, Martin. De systematibus civitatum [c.1977]. In: LINKLATER, Andrew. **IR: critical concepts in political science (5 vols)**. Londres: Routledge, 2000, pp.1253-1273.

WIGHT, Martin. Why is there no international theory? In: DER DERIAN, James (edit.). **International theory: critical investigations**. Londres: Macmillan, 1995, pp.15-35.

WILSON, Peter. The myth of the 'First Great Debate'. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. **The Eighty Year's Crisis (1919-1999)**. Cambridge: CUP, 1999, pp.1-16.

WOLFERS, Arnold. Theory of international politics: its merit and advancement (Appendix 6). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.281-284.

WOODWARD, Bob. **Bush em Guerra**. São Paulo: Arx, 2003.

WOOLF, Leonard. **The framework of a lasting peace**. Londres: George Allen & Unwin, 1917.

WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway** [1926]. Nova Iorque: Penguin Books, 2000.

WRIGHT, Quincy. **A guerra [1942; c.1964]**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

ZIMMERN, Alfred. **Europe in convalescence**. Londres: Mills & Boon, 1921.

ZIMMERN, Alfred. **Nationality and government (with other war-time essays)**. Londres: Chatto & Windos, 1918.

ZIMMERN, Alfred. **Spiritual values and world affairs**. Oxford: Clarendon, 1939.

ZIMMERN, Alfred. **The League of Nations and the Rule of Law (1918-35)**. Londres: Macmillan, 1936.